COMPENDIO

DA

HISTORIA DE PORTUGAL

DESDE OS PRIMEIROS POVOADORES ATÉ NOSSOS DIAS.

POR

Joaquim Lopes Carreira de Mello.

Typ. de Castro & Irmão, Rua da Boa Vista n. 4 B.

LISBOA 1853.

São falsos todos os exemplares não rubricados pelo auctor.

J. L. C. de Mello.

A Historia é a alma dos seculos; é o espelho onde se vê o passado. Ella perpetúa as boas ou más acções dos homens. É o verdadeiro monumento, que continuamente nos está mostrando a triste figura dos máos para d'ella nos horrorisarmos, e as acções illustres que os verdadeiros heroes nos legaram para os imitarmos.

É por isso que o escriptor da historia está obrigado a dizer a verdade, ainda que seja contra a Patria, contra o Principe, contra os seus, ou contra si proprio. Seguiremos esta vereda, appresentando os factos com a veracidade possivel, moralisando-os algumas vezes, porém unicamente como escriptor consciencioso e religioso, que não tem proposito de offender pessoas.

É obvia a difficuldade de escrever a historia contemporanea. O escriptor tem muitas vezes de fallar de pessoas vivas, e que ás vezes são de suas relações ou amizade. Taes circumstancias impedem as mais das vezes o escriptor de analysar com todo o rigor da critica historica actos publicos de grande transcendencia, deixando esse legado aos vindouros, que se diz geralmente são os que devem escrever melhor a historia da nossa epocha; e nós dizemos, que a devem escrever peior, porque muitas cousas ha que, não estando escriptas, só ouvidas da bocca dos proprios individuos, com que taes factos se passaram, é que se podem escrever com veracidade, e ainda assim é necessario que taes individuos dêem todas as garantias de probidade, porque d'outra fórma o escriptor mal informado póde

da melhor boa fé, sem o querer, adulterar os factos, que devem apparecer com toda a pureza, principalmente perante a mocidade.

A nossa consciencia está tranquilla, porque procurámos não errar; porém, se assim mesmo alguma reclamação apparecer, que demande reparação, justiça lhe será feita n'uma segunda edição. Esperâmos pois, que este nosso trabalho agradará ao maior número, e satisfará ao seu fim, a instrucção da mocidade portugueza nos principaes factos historicos do nosso paiz.

Lisboa 13 de maio de 1853.

Joaquim Lopes Carreira de Mello.

INTRODUCÇÃO Á HISTORIA.

DEFINIÇÕES.

Historia. É a exposição da *origem*, *religião*, *progressos* dos povos, da sua *organisação politica*, das epochas mais notaveis da sua *grandeza* e *decadencia* &c. &c. Chama-se:

Historia Universal. — Quando se descreve a historia sagrada, ecclesiastica, e politica do mundo.

Historia Geral. — Quando se descreve a historia geral de uma das partes do mundo, v. g. a da Europa, a da Asia &c.

Historia Particular. — Quando tracta dos acontecimentos particulares de algum imperio, reino, republica &c. &c.

Divisão da Historia Universal.

Os historiographos modernos dividem geralmente a historia universal em tres partes — ***Historia antiga***, ***Historia da idade média***, e ***Historia moderna***.

Historia antiga. É a narração dos acontecimentos desde o 1.° anno da creação do mundo até á quéda do imperio do occidente em 476 da era christã, isto é, 4476 annos depois da creação do mundo.

Historia da idade média. É a narração dos acontecimentos desde a quéda do imperio do occidente em 476 da era christã, até á quéda do imperio do oriente ou grego, e tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453.

Historia moderna. É a narração dos acontecimentos desde a quéda do imperio grego, e tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453, até aos nossos dias.

Divisão da Historia Particular.

A divisão da historia particular dos povos não segue nem deve seguir a divisão da historia universal, mas sim as epochas mais notaveis da sua grandeza, decadencia &c.

Nós os portuguezes e hespanhoes podêmos dividir a nossa historia geral em tres grandes epochas. 1.ª Epocha, desde a povoação de Hespanha pelos netos de Noé em 1656 do mundo, até ao Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo, ou 4000. 2.ª Epocha, desde o Nascimento de Christo até á batalha de Ourique em 1139 da era christã, onde foi acclamado rei o principe D. Affonso Henriques, e se lançou a pedra fundamental á independencia da Monarchia Portugueza, separando-a do resto da Hespanha. 3.ª Epocha, desde a fundação da Monarchia Portugueza até aos nossos dias.

A primeira epocha é a nossa historia antiga, a segunda póde ser a nossa historia média, e a terceira é a nossa historia moderna.

As tres epochas podem ser subdivididas em quatro periodos cada uma, a saber:

1.ª Epocha ou Historia antiga. 1.º *Periodo*, primeiros povoadores. 2.º *Periodo*, invasão dos phenicios. 3.º *Periodo*, invasão dos carthaginezes. 4.º *Periodo*, invasão dos romanos.

2.ª Epocha ou Historia da Idade média em Portugal. 1.º *Periodo*, Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo, e estabelecimento da Religião Christã. 2.º

Periodo, invasão dos povos do norte. 3.° *Periodo*, invasão dos sarracenos. 4.° *Periodo*, Portugal erecto em condado a favor de D. Henrique de Borgonha, e da rainha D. Theresa.

3.ª EPOCHA OU HISTORIA MODERNA. 1.° *Periodo*, fundação da Monarchia, dynastia Capeto, ou Affonsinha. 2.° *Periodo*, dynastia Luso-Capeto, Joannina, ou de Avis. 3.° *Periodo*, dynastia Philippina. 4.° *Periodo*, dynastia Brigantina.

COMPENDIO
DA
HISTORIA DE PORTUGAL.

PRIMEIRA EPOCHA.

HISTORIA ANTIGA DE PORTUGAL

Desde a povoação de Hespanha pelos netos de Noé, até ao Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo.

Primeiro Periodo.

Primeiros Povoadores.

Anno do mundo 1656. Castigou Deos os homens com o Diluvio universal, permittindo unicamente a Noé e sua familia, que não se achavam criminosos na corrupção geral, o salvarem-se n'uma Arca, para depois serem os segundos povoadores do mundo.

Noé, dividindo o mundo por seus filhos, deu a Japhet, seu terceiro filho, a Asia, desde o Euphrates até ao Dor, ou Tenaes, e a Europa toda.

No anno do mundo 1792 partiu do oriente para este ultimo occidente Tubal com muita gente da sua familia.

Os argonautas chegaram ás nossas praias, diz-se que pelos annos do mundo 1801. Agradados do aprazivel

sitio que se via pela bocca do rio, a que hoje se chama *Sado*, Tubal o escolheu para assento da nova colonia, fundando a primeira povoação de Hespanha, chamando-lhe *Sethubala*, que quer dizer ajuntamento de Tubal, que com pouca corrupção do primeiro conhecemos hoje por Setubal.

A colonia foi crescendo, e penetrando até ás margens do rio Ebro, por isso estes povos se chamaram Iberos.

Succedeu a Tubal seu filho Ibero, ou uma serie de reis ou regulos, de que a historia e a tradição fabulosa ou não fabulosa nos dá noticia com os nomes de *Ibero*, *Jubalda*, *Brigo*, *Tago*, *Beto*, *Gerеão*, *Jupiter*, *Osyris*, *Lominios*, *Hercules Lybico*, *Hispalo*, *Hispano*, *Hespero*, *Athalanto*, *Sicoro*, *Sic-celso*, *Luso*, e *Sic-ulo*.

Os lusitanos, mais antigos que as cortes de Lamego, vendo extincta a raça de seus reis naturaes, tomaram a resolução de não admittir reis estranhos.

Entregues a um genero de governo livre, lembrados da sua primitiva creação, assim viveram por mais de oitenta annos, cuidando da cultura dos campos, da guarda dos gados &c.

Os hespanhoes elegeram rei a um capitão africano chamado *Testa*, em tempo do qual aportaram á Hespanha muitas gentes da Grecia (1), as quaes fundaram o templo de Diana.

Baccho, filho de Semele, acompanhado de muitos gregos, invade a Lusitania. Os povos se assustam, que-

(1) Herodoto, o mais antigo historiador d'aquelles tempos, diz que, antes dos pheuicios, nenhumas gentes da Grecia vieram a Hespanha.

rem resistir; porém Baccho os persuade, que a alma do seu rei Luso tinha transmigrado para o corpo de Lysias, que lhe vinha appresentar como rei, o que a sua simplicidade fez acreditar. Com tal arte os lusitanos acceitaram como rei a *Lysias*, e a este se seguiu *Lycinio Cáio*, *Gorgoris*, e *Abidis*.

Por este tempo aportou a Lisboa *Ulysses*, rei de Ithaca, fugindo da destruição de Troia. Ulysses melhorou a povoação de Lisboa, que Ilisas, bisneto de Noé, havia fundado, e lhe poz o nome de Ulyssea.

Segundo Periodo.

A Invasão dos Phenicios.

Ali pelos annos 2963 do mundo, as armadas phenicias invadiram o Algarve e a Andaluzia. Logo que saltaram em terra os novos estrangeiros, começaram a assolar os povos, principalmente os andaluzes.

Os lusitanos, em contínuas lides com seus hospedes, ficaram sempre victoriosos, já na defesa propria, já em auxílio dos visinhos.

Foram os phenicios os povos mais commerciantes d'aquelles tempos.

Terceiro Periodo.

A Invasão dos Carthaginezes.

(3453) Os carthaginezes, vindo primeiro a Hespanha em auxílio dos phenicios, acabaram por expulsal-os, e n'ella estabelecem o governo militar. Os capitães Amilcar, Asdrubal, Hymilcon, Hanon, e principal-

mente o grande Annibal, tendo experimentado as nossas armas, entenderam que lhes era mais conveniente a amizade dos lusitanos, do que as hostilidades. A alliança foi duradoura, e os carthaginezes ganharam muitas victorias com o nosso auxílio.

Os romanos, invejosos da fortuna dos carthaginezes na Hespanha, lhes declaram guerra: Annibal se prepara para a campanha, e levanta muita tropa.

Entre os muitos contingentes que recebe, vem o dos lusitanos commandados pelo primeiro Viriato. Uma serie de victorias, entre as quaes avulta a de Sagunto, foi lançar o audacioso Annibal no coração da Italia.

Roma, assustada, manda os seus mais valentes generaes ao encontro de Annibal. Os exercitos se encontram, e a batalha de Cannas, ganha por Annibal, sería o ultimo dia de Roma, se o general carthaginez não dormisse sobre os louros da victoria. O nosso primeiro Viriato foi morto na batalha (3785).

Quarto Periodo.

A Invasão dos Romanos.

Anno do mundo 3793, ou 207 antes de Christo. A guerra entre Roma e Carthago continúa com successo vário. Os lusitanos, commandados por Magon, Asdrubal, Hanon e outros guerreiros famosos, continuam a merecer a reputação dos primeiros soldados do mundo. Os romanos ás ordens de Cornelio Scipião, e Gneyo Scipião, são desbaratados, e mortos seus chefes.

(3795) Roma continúa enviando forças, e fazendo por ganhar vontades. O grande Scipião toma muitas cidades, e as victoriás successivas que elle e seus ge-

neraes ganham sobre os carthaginezes obrigam estes a desamparar a Hespanha, depois de n'ella dominarem 344 annos (3797).

(3804) Senhores os romanos da Hespanha, esta é dividida por ordem do senado em duas provincias; a *Citerior*, que eram as terras da margem direita do Ebro até aos Pyreneos; e a *Ulterior*, que eram as da esquerda do mesmo rio até ao Oceano. Estabeleceram nas duas provincias governadores com o nome de pretores, consules, e proconsules.

(3807 — 3851) Os lusitanos não se acham satisfeitos de seus dominadores. O seu estado era o de uma guerra permanente, em que foram vencidos os melhores generaes da republica (3851). Cansados porém de um estado tão inquieto, acceitam a paz proposta por Galba; porém este com covarde traição manda degollar nove mil lusitanos.

Um lusitano dos montes Herminios estava guardado para vingar a traição de Galba. Viriato, humilde por nascimento, porém illustre pelas suas obras, larga o bordão de pastor, para empunhar a espada de general.

Reune os poucos lusitanos que restavam d'aquelle estrago, e todos juram sobre as feridas dos innocentes assassinados, que jámais deporiam as armas sem tomar uma vingança terrivel dos romanos.

Viriato abre a campanha com dez mil homens, e em repetidos recontros os romanos ficam vencidos. Roma começa a assustar-se, e reforços sobre reforços, generaes experimentados são mandados á Lusitania; porém a sorte lhes é sempre adversa.

(3862) Os romanos, não podendo vencer lealmente os lusitanos, recorreram á traição, e o grande Viriato apparece morto na sua tenda.

(3920) Apesar da perda de Viriato, a guerra continuou com mais ou menos fortuna.

N'este tempo o romano Sertorio (2), escandalisado da patria, acceitou o commando que os nossos lhe mandaram offerecer a Africa.

O grande Sertorio, o homem instruido nas armas e nas letras, estabelece a sua primeira praça d'armas em Evora. Os mais illustres generaes romanos, entre elles Pompeo, são vencidos n'uma serie de campanhas, que duraram por mais de onze annos, e em que Sertorio penetrou muitas vezes pelo coração da Hespanha.

(3931) Pompeo, não podendo vencer os lusitanos, corrompe Perpena para apunhalar Sertorio, e o grande capitão cáe assassinado com vinte e uma punhaladas.

(3941 a 3944) A morte de Sertorio abateu por muitos annos os lusitanos, mas não os fez largar as armas; porém vindo Julio Cesar governar a Hespanha, começou a praticar taes crueldades com os lusitanos, que estes se pozeram em campo, e lhe deram muito que fazer. Julio Cesar finalmente venceu; mas foi tão liberal com os vencidos, que estes o começaram a respeitar.

(3953) Foram de pouca importancia as cousas da Lusitania durante doze annos; porém depois os excessos do pretor obrigou os povos a levantarem-se, e Pompeo é mandado segunda vez para os socegar.

N'este tempo Cesar, desobediente ás ordens do senado, depois de varios successos na Italia e Macedonia, passa á Hespanha, aonde por muitos annos este paiz é o theatro das guerras civis entre Cesar e Pompeo, e em que os lusitanos foram envolvidos combatendo por ambos os lados.

(2) Sertorio era de nação sabino.

O imperador Augusto Cesar resolve vir em pessoa a Hespanha para apaziguar os povos, e o consegue dentro em quatro annos. Os lusitanos lhe dedicaram templos e estatuas pelas mercês e privilegios que lhes concedeu, singularisando-se Evora, Mertola, Lisboa e Santarem.

(4000) Cousas de pouca importancia se passaram até ao anno 4000 da era antiga; estamos porém entrados na epocha mais memoravel, a do Nascimento de Christo.

SEGUNDA EPOCHA.

HISTORIA DA IDADE MÉDIA EM PORTUGAL

Desde o Nascimento de Jesu Christo até á batalha de Ourique em 1139.

Primeiro Periodo.

Nascimento de Jesu Christo, e estabelecimento da sua Religião.

Anno 1.° de Christo. Imperava Augusto, e todo o imperio romano gozava da mais profunda paz. É no meio d'esta paz que nasce o nosso Redemptor Jesu Christo.

Augusto morre, e os lusitanos mostram a sua dor por tal perda. Succede-lhe Tiberio, e no governo d'este tyranno é crucificado Jesu Christo.

A nova religião plantada por Jesu Christo, e com tanto fervor cultivada por seus discipulos, fructificou

tanto na Hespanha, que até hoje ainda não poderam os impios extinguir esta planta divina.

Era até muito natural que nos primitivos tempos a nova religião soffresse grande opposição. Ella ia de encontro a tantos vicios e interesses creados, e esta a causa da crua guerra que se lhe fez.

As perseguições aos novos christãos succediam-se umas ás outras; mas quanto mais a terra era regada com o sangue dos martyres, mais fecunda se appresentava. Os gloriosos Apostolos nada temiam, e davam o exemplo de como se morria pela Fé de Christo; e a nossa Hespanha tem o orgulho de contar milhares de martyres da Fé Christã nos tres primeiros seculos da Igreja.

SEGUNDO PERIODO.

A invasão dos povos do norte.

(403) O imperio romano, enfraquecido pelas suas divisões, não póde resistir aos povos do norte, que o invadiram. O imperador Honorio, vendo o imperio invadido por tantas gentes, atemorisado lhes dá a França e Hespanha para se estabelecerem.

Invadida pois a Hespanha por tão diversas e barbaras gentes, que se conheceram pelos nomes de *suevos*, *alanos*, *vandalos*, *selingos*, *godos* e *visigodos*, foram tamanhos os estragos que fizeram por onde passaram, ou se foram estabelecer, que os povos logo começaram a manifestar fortissima opposição aos invasores.

Os alanos e suevos se estabeleceram na Galliza e Portugal, e os vandalos, selingos e godos occuparam a Andaluzia, e parte da Castella. Estes povos eram capitaneados por chefes ou reis naturaes, e por isso não se queriam sujeitar ás auctoridades romanas.

Foram elles que trouxeram a Hespanha o feudalismo, e com elle uma anarchia de muitos seculos.

As rebelliões contra os romanos eram contínuas; os mesmos invasores estavam n'uma guerra permanente uns com os outros, e não havia uma força superior que os domasse. O poder dos romanos estava morto de facto na Hespanha, e a anarchia campeava por todas as provincias d'esta parte do imperio.

Os imperadores ainda assim mandaram por vezes algumas tropas para fazer entrar os barbaros na obediencia do imperio; porém umas vezes eram batidas, outras eram os proprios generaes romanos que se faziam acclamar reis.

Os romanos foram de todo expulsos; porém as guerras continuavam, e cada vez mais desastrosas.

A heresia de Ario havia-se introduzido na Hespanha. Muitos dos reis suevos e godos a seguiram, o que deu causa a guerras encarniçadas entre pais e filhos, que duraram cem annos, e causaram o martyrio de muitos heroes.

Os reis que se conservaram catholicos fizeram reunir concilios, ora em Braga, ora em Toledo, e a final extirparam de todo a heresia de Ario, que chegou a ter mais sectarios que as de Luthero e Calvino.

Os vandales passaram a Africa em número de oitenta mil; porém os outros povos estrangeiros se estabeleceram para sempre na Hespanha.

As guerras entre elles foram tão encarniçadas, que os godos acabaram com a raça dos reis suevos, em 583, com a morte do rei Eurico; e Leovigildo, rei godo, ficou senhor de toda a Hespanha, estabelecendo n'ella o imperio godo.

A serie dos reis suevos desde 409 até 583, e que

terminaram em Eurico, foram: *Hermenerico*, *Rechila*, *Riciario*, *Masdra*, (Franta e Frumario *intrusos*), *Remismundo*, (Theodulo, Veremundo, Miro, Pharamiro, Rachila II, e Riciario II *incertos*), *Theodomiro*, *Ariamiro*, *Eurico*, (Andica *intruso*).

A morte das mais poderosas nações são as guerras civis. A nação goda, enfraquecida por tanta desordem intestina, desperta a cobiça dos sectarios de Mafoma para a invadirem e a senhorearem. E como nunca faltam traidores, acharam entre os godos um prompto a sacrificar a patria a vinganças particulares. O traidor de execranda memoria foi o conde D. Julião.

Despeitado por affrontas que havia recebido do rei D. Rodrigo, dissimula-as, e ainda inculcando grande zêlo, persuade o rei que continuasse a mandar arrasar as fortalezas do reino, obra começada pelo rei Witisa seu antecessor. Inculcava o traidor esta medida como de primeira necessidade, a fim de evitar as rebelliões dos senhores feudaes; porém as suas vistas eram desfortalecer a nação, para melhor a subjugarem os invasores, que só esperavam o signal.

Arrasadas as praças da Hespanha, o conde Julião passa a Africa, e depois de conferenciar com o califa, volta a Hespanha para ganhar partido, e os ultimos ajustes se concluem em Malaga.

Seguradas as cousas, o conde passa a Ceuta, leva sua filha, e começa a executar o seu abominavel projecto.

(713) Tarif Abensarca invade a Hespanha com doze mil homens. Esta força era apenas um reconhecimento que os mouros faziam para se assegurarem do bom resultado da conquista que projectavam.

O rei mal podia ainda acreditar na traição do seu

conde, tal é cegueira dos monarchas quando se deixam arrastar por valídos.

O povo clama contra similhante traição; el-rei attonito manda armar a nação. Um exercito desarmado se reune, e o rei dá o commando ao principe D. Inigo ou D. Sancho.

Os dois exercitos se encontram. Os godos avançam; porém logo no começo morre o principe D. Sancho, e o exercito godo é completamente desbaratado.

El-rei marcha de Toledo para o exercito; porém já os mouros com o conde Julião haviam passado a Africa carregados de ricos despojos.

(714) El-rei D. Rodrigo apressadamente repara as ruinas das muralhas das praças, manda levantar tropas; porém Tarif Abensarca não dá tempo para que estes aprestes se realisem.

Com poderoso exercito invadem segunda vez a Hespanha o mouro Tarif Abensarca e o conde D. Julião. El-rei D. Rodrigo se apressa a ir recebel-o com um exercito mais numeroso, que aguerrido. As margens do rio Guadalete foram o theatro d'uma das mais rigidas batalhas que se tem dado na Hespanha. O rei, montado no cavallo Orelia, fazia prodigios; porém todos os esforços e valor pessoal do godo monarcha não poderam salvar a monarchia que elle mesmo tinha destruido. A batalha durou oito dias, e vencidos n'ella os christãos, acabou a monarchia dos godos, que tanto se fizeram respeitar por seu valor.

O rei, fugitivo, disfarça-se em traje de pastor, retira-se a Merida, e recolhido ao mosteiro de Cauliniana, ali se descobre ao abbade Romano, e juntos se retiram para a parte occidental, e se refugiaram na Estremadura portugueza, onde hoje é a villa da Pederneira.

A serie dos reis godos desde 411 até 714, e que terminaram em D. Rodrigo, foram: *Alarico*, *Ataulfo*, *Sigirico*, *Walia*, *Theodoredo*, *Thurismundo*, *Theuderico*, *Eurico*, *Alarico II*, *Gesalico*, *Theuderico*, *Amalarico*, *Theudo*, *Theudiselo*, *Agila*, *Athanagildo*, *Liuva*, *Leovigildo*, *Flavio Ricaredo*, *Liuva II*, *Witerico*, *Gundemaro*, *Sisebuto*, *Flavio*, *Suyntila*, *Sisenando*, *Chintila*, *Tulga*, *Chindusuindo*, *Recesuindo*, *Wamba*, *Ervigio*, *Egica*, *Witiza*, e *D. Rodrigo*.

Terceiro Periodo.

A Invasão dos Sarracenos.

(714) A batalha de Guadalete, ou o ultimo dia dos godos, foi sem dúvida um castigo do ceo. El-rei D. Rodrigo, depois de ter feito muita penitencia n'uma cova, e morto o seu companheiro, resolveu penetrar mais pela terra dentro; e em uma ermida n'um monte junto a Viseu acabou seus dias. Seu corpo foi sepultado na igreja de S. Miguel do Fetal, junto a Viseu; porém, passados muitos seculos, seus ossos foram trasladados para Castella.

Em quanto o rei dos godos só tratava da conquista do ceo para si, os mouros audaciosos conquistavam a Hespanha, rendendo as suas praças, umas pela força das armas, outras por convenção. Em dois annos haviam senhoriado a Hespanha, e os povos opprimidos viam com mágoa íntima a maior parte dos templos do Deus vivo transformados em mesquitas de Mafoma, dando culto á mais nefanda religião; as meias luas ottomanas orgulhosas tremular nos castellos dos principes christãos, a sua dor finalmente os fazia olhar para

tudo isto como obra do ceo para castigar a corrupção de seus costumes, e de tantos de seus principes, que se haviam tornado tão dissolutos.

A politica sarracena dá alguma liberdade ao culto catholico, e conserva alguns condes e senhores christãos em diversas terras; porém tudo isto com uma vassallagem repugnante.

(717) A' batalha de Guadalete sobreveiu o infante D. Pelayo, de antiquissima familia dos hespanhoes cantabros. Este illustre principe se retira com as reliquias dos godos ás montanhas das Asturias. Passado algum tempo o principe famoso, o primeiro heroe da Hespanha do seculo VIII, projecta sacudir o jugo dos barbaros.

Communica o seu intuito, e logo muitas e valorosas gentes se lhe reunem. No valle das Cangas é acclamado rei pelo seu exercito, se exercito se póde chamar ás gentes de D. Pelayo.

Alahor, governador arabe, sabedor da sublevação de D. Pelayo com os christãos d'aquelles montes, o accommette com cento e oitenta e sete mil mouros. D. Pelayo os destroe, e assim lança a primeira pedra fundamental á liberdade da Hespanha.

O eccho de tão grande victoria chegou aos mais reconditos logares da Peninsula. Este primeiro triumpho desperta em todos o desejo de destruir o jugo mauritano, e á porfia, principes e vassallos, tudo corre ás montanhas das Asturias.

Estava pois aberta uma terrivel guerra, cujos resultados não se podiam calcular. Mas Deus, condoido das desgraças da Hespanha, protegeu-a tão visivelmente, que n'uma serie de campanhas, que duraram seculos, as armas catholicas foram fazendo taes conquistas nas

terras occupadas pelos mouros, que já no anno de 1072 Affonso VI reinava em Castella, Leão, Portugal e Galliza, com o titulo de imperador.

(1063) D'entre os muitos e illustres principes que ao eccho das victorias de Fernando o grande, rei de Castella, Leão, Portugal e Galliza, correram á Hespanha a buscar gloria, veiu o nosso inclito D. Henrique, conde de Borgonha, o heroe que abriu os alicerces em que o grande principe D. Affonso Henriques, seu filho, lançou a primeira pedra fundamental á monarchia e á liberdade portugueza.

Era D. Henrique de Borgonha terceiro filho de D. Henrique, duque de Borgonha, e da duqueza Sibylla, filha de Renato, conde de Borgonha, neto de Roberto I de França, duque de Borgonha, bisneto de Roberto I rei de França, e terceiro neto de Hugo Capeto, cabeça dos reis capetos.

As acções de D. Henrique foram tantas e tão illustres, que nenhum outro como elle ganhou a estima do monarcha e da nação, que bem lhe mostraram, dando-lhe não equívocas provas do alto apreço em que tinham seus serviços.

El-rei D. Fernando, precisado de descanço, resolveu entregar os seus estados e todas as suas glorias a seus filhos. Elle os repartiu, dando a D. Sancho a Castella, a D. Affonso Leão, e a D. Garcia a Galliza e Portugal.

Bem depressa a desordem se manifesta entre os tres irmãos. D. Garcia, deixando-se levar pelas lisonjas do seu valído Verne, descontentou tanto os do seu reino, que uma revolução o entregou a D. Affonso, ficando assim Portugal e Galliza encorporados a Leão.

D. Sancho perseguiu fortemente a seus irmãos; porém foi vencido, e morto no cêrco de Çamora.

N'estas desordens de irmãos, que davam ouvidos a valídos para os perderem, D. Henrique acompanhou sempre a el-rei D. Affonso VI, quer na próspera, como na adversa fortuna.

D. Henrique era inseparavel de D. Affonso VI. Elle jámais o desamparou nas desavenças de familia, ou nas guerras mais que nunca perigosas, em que el-rei (3) se embaraçou com os mouros, obrando tántas gentilezas, que reclamavam uma não vulgar récompensa.

(1093) Affonso VI, reconhecido a tanta fidelidade e a tanto merito do illustre conde, o premeia, dando-lhe o governo de Portugal d'aquelles tempos com o titulo de condado. Esta nomeação foi sem dúvida uma grande prova do muito em que o rei tinha os serviços de D. Henrique.

Os portuguezes receberam a nomeação do conde como o *precursor da independencia de Portugal*.

Quarto Periodo.

O condado de Portugal.

(1093) Temos um condado denominado Portugal, e diremos em breves palavras d'onde deriva este nome.

É opinião de muitos geographos e historiadores, que Portugal deve o seu nome a uma povoação chamada *Cale*, que antigamente houve no sito onde hoje é Gaia, e por ser mal situada resolveram seus habitantes edificar uma villa no logar onde hoje está a cidade do Porto, a que deram o nome de *Portus Cale*, ou *Porto de*

(3) Affonso VI tambem tomou o titulo de imperador; porém este titulo não foi transmittido a seus filhos.

Cale, nome que mudou, por meio de uma alteração facil, para o de *Portugalia*, e por fim para o de *Portugal*, o qual se estendeu insensivelmente d'aquelles primeiros habitadores a todo o paiz.

Alguns porém ha, que dizem viera á foz do rio Douro um grande número de *Gallos*, e que, fundando uma povoação n'aquelle sitio, lhe pozeram o nome de *Portus Gallorum*, ou *Porto dos Gallos*, e que pouco a pouco este nome se estendeu a todo o paiz, e se adequou até ao ponto de formar o nome de Portugal; porém ignora-se absolutamente a epocha deste acontecimento, e o motivo que trouxe aquelles Gallos a esta terra.

D. Henrique, entrado na posse do condado de Portugal, que se dilatava além do Douro e Minho, com as mais terras que conquistasse aos mouros até ao Tejo e Guadiana, começou logo com as suas emprezas a annunciar aos Portuguezes, que tendo estes tantas terras mouriscas com que engrandecer o novo estado, e não lhes faltando, nem vontade, nem valor, o futuro mais brilhante os esperava.

D. Affonso VI, como politico mui fino que era, calculava bem o futuro, e apressou-se a dar em casamento a D. Henrique sua filha a rainha (4) D. Theresa, com o condado de Portugal em dote, livre de feudo, segundo os auctores portuguezes, e com feudo a Leão, segundo os auctores hespanhoes.

Fosse Portugal dado com feudo, ou sem feudo, é certo que muito lucrou, porque obteve um governo especial para o paiz, com chefe natural, que se havia de perpetuar nos descendentes de D. Theresa. D. Affonso

(4) A's infantas n'aquelles tempos tambem chamavam rainhas.

deu a tempo o que mais tarde lhe podia ser pedido de espada na mão.

D. Henrique, activo sempre para alargar o pequeno territorio que lhe trouxe sua mulher, só por sua morte embainhou a espada que desembainhára a favor da sua nova patria. Os triumphos foram successivos. Na batalha de Cordova acompanhou D. Henrique a seu sogro, e por suas mãos prendeu o rei mouro.

(1103) Depois da expedição de Cordova dizem as nossas chronicas que D. Henrique passára á Palestina, pelo haver o papa Urbano II nomeado por um dos doze capitães da primeira cruzada que se resolveu no concilio de Clermont, e que de lá trouxera o corpo de S. Giraldo, que foi arcebispo de Braga.

D. Henrique, que já tinha a sua corte em Guimarães, invadia com frequencia as terras inimigas, conquistando muitas, e contam-se *dezesete* as batalhas campaes que ganhou aos mouros.

Deu foraes á cidade de Coimbra, e ás villas de Tentugal, Soure, Certã, Azurara, S. João da Pesqueira, Guimarães, e a outras muitas. Expiou muitas mesquitas, fundou grande número de templos, entre os quaes se conta a sé de Lamego, e muitos mosteiros para civilisar o reino.

Depois de uma vida tão cheia de gloria, morreu o conde D. Henrique na cidade de Astorga, que sitiava, com setenta e sete annos de idade. O seu cadaver foi trasladado para a sé de Braga, aonde jaz.

(1112) Morto D. Henrique, succedeu-lhe seu filho D. Affonso Henriques, de tres annos de idade. A rainha, sua mãe, tomou as redeas do governo.

Entregou o principe aos cuidados de seu aio Egas Moniz, e este lhe dá uma educação a mais esmerada.

(1120) Segundo a opinião de alguns auctores, a rainha tornou a casar com D. Fernando Peres da Trava, conde de Trastamara, e em 1122 funda o convento de S. João de Tarouca.

(1125) Apenas contava dezeseis annos, já o principe por suas mãos toma as insignias de cavalleiro no altar do Salvador, da igreja cathedral de Çamora, que n'aquelle tempo estaria sujeita a Portugal. Funda o convento de Lafões, trabalha no melhoramento das leis, e introduz em Portugal a ordem dos Templarios.

(1128) O principe, que já por este tempo contava dezenove annos, quer tomar as redeas do governo; porém sua mãe, ambiciosa do poder, recusa entregar-lhe o dominio, que só devèra conservar na menoridade de seu filho.

Não tendo D. Affonso obtido de sua mãe amigavelmente o governo que lhe pertencia, lança mão das armas, e a exclue á custa de uma escandalosa batalha que lhe ganhára no campo de S. Mamede, junto a Guimarães, a 24 de Junho de 1128.

A rainha é reclusa no castello de Lanhoso, e de lá pede a el-rei de Leão, que a venha libertar. El-rei corre prompto ao chamamento da rainha; porém D. Affonso ainda mais prompto o desbarata na veiga de Valdevez.

El-rei de Leão, para se lavar da affronta recebida do principe, volta no anno seguinte (1129) com exercito mais poderoso: cérca o principe na villa de Guimarães, e o reduz a tanto apêrto, que *Egas Moniz* foi occultamente ajustar com o rei sitiante certas condições para este levantar o sitio, empenhando sua palavra.

Retirado o inimigo, o principe não quiz estar pelos artigos do tratado, o que deu logar, dizem, a que

Egas Moniz com sua mulher e filhos se appresentassem em Toledo, para que el-rei tomasse n'elles vingança pela falta da palavra mal cumprida, e que el-rei lhe perdoára, admirado de tanta nobreza d'alma. (5)

Alguns nobres da Galliza se revoltam contra Affonso VII de Leão, e vem a Portugal offerecer a D. Affonso Henriques uma grande parte d'aquelle reino. A offerta é acceita pelo principe, e a posse d'aquelle territorio é disputada pelas armas, ficando vencido o rei de Leão nas batalhas da Cerneja, e na dos Arcos de Valdevez, fazendo prisioneira n'esta ultima a mais nobre gente de Leão.

O arcebispo de Braga termina esta guerra, vencendo com rogos o principe e o rei, e faz que seja assignada a paz de Tuy.

O rei mouro Enjune com trezentos mil homens cérca Coimbra. O principe portuguez mostrou n'esta grande crise o seu genio militar, salvando Coimbra.

(1130) A rainha D. Theresa morre, e seu corpo é conduzido á sé de Braga. N'este mesmo anno D. Affonso introduz em Portugal a ordem militar de Malta.

(1134) Albucaram, rei mouro de Badajoz, faz guerra a Portugal. D. Affonso o vence; e para perpetuar a memoria d'esta campanha, manda edificar o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que começou em 1136.

(1135) D. Affonso não dava tregoas aos mouros. N'este anno tomou Leiria, e edificou n'esta cidade um

(5) Duarte Nunes de Leão na sua Chronica pag. 27, Brito na Monarchia Lusitana, e Barbosa no Catalogo das Rainhas, negam formalmente o segundo casamento da rainha D. Theresa, a guerra entre esta e seu filho D. Affonso, a sua prisão no castello de Lanhoso, a guerra de Leão, e o passo dado por Egas Moniz.

forte castello, que doou a S. Theotonio, 1.º prior de Santa Cruz de Coimbra. Em seguida tomou Torres Novas, e recolheu á sua capital de Coimbra.

(1139) A conquista do Alemtejo era a idéa constante do principe. O Alemtejo era o centro das operações do inimigo, e D. Affonso queria ali dar um forte golpe ao poder mauritano, que ali agglomerava grandes forças para invadir Portugal.

O illustre principe, mancebo ainda, mas já consummado capitão, bem sabía que o fazer a guerra é no paiz inimigo. Toma a iniciativa, e sómente com treze mil homens abre audaciosamente a campanha, saindo de Coimbra para o Alemtejo.

Logo na primeira jornada lhe morre o seu aio Egas Moniz, perda sensivel, pelo valor, pela fidelidade, e mais pelo conselho.

Avançando para o coração do paiz inimigo, o exercito portuguez chega ao campo de Ourique.

No sítio de Cabeço de Rei, junto á villa de Castro Verde, o esperava Ismar com vinte regulos, cinco d'elles reis poderosos, e com um exercito superior a duzentos mil homens.

O principe portuguez proclama ao seu exercito, terminando, que ninguem temesse a morte aonde elle arriscava a vida. O discurso do principe produziu um effeito maravilhoso.

O dia 25 de julho de 1139 amanheceu o mais formoso e fausto de quantos Portugal havia visto. Foi a Austerlitz do seculo XII. (6)

(6) Não tenho dúvida em dizer que a batalha de Ourique foi a Austerlitz portugueza, porque as vantagens que moralmente esta batalha deu ao grande D. Affonso, tam-

D. Affonso, animado com o auxílio de Deus (7), precorria as fileiras annunciando o comêço da batalha em que entrava principe, e havia de sair rei. O inclito principe é o primeiro em toda a parte. O ruido das armas, a vozeria dos mouros, o estrondo dos instrumentos bellicos, tudo era horror, confusão e espanto. O exercito victoreia rei a D. Affonso, e a batalha continúa horrivel. D. Pedro Paio, D. Diogo Gonçalves Valente, D. Lourenço Viegas, Mem Rodrigues, Martim Moniz obravam tantas gentilezas, que mouros e christãos os olhavam arrebatados.

Terminou finalmente esta batalha no fim de seis horas de porfiado combate, tendo alcançado o novo rei e os portuguezes uma gloriosa victoria, ainda que á custa de bastantes vidas portuguezas; porém nada em proporção da mortandade feita nos infieis.

O novo rei, depois de ter lançado em Ourique a PEDRA ANGULAR DA MONARCHIA PORTUGUEZA, volta a Coimbra, aonde é recebido em triumpho. Para perpetuar a memoria de tão grande victoria dá accrescentamento ás armas que herdára de seu pae.

A serie dos reis e principes catholicos que governaram em Asturias, Oviedo, Galliza, Leão, Portugal e

bem Napoleão as alcançou no dia 2 de dezembro de 1805. O primeiro, vencendo os reis mouros alliados, fez com que não só estes, mas tambem os principes christãos o reconhecessem rei. O segundo, vencendo os alliados, os obrigou a reconhecel-o como imperador dos francezes. D. Affonso ia dar as batalhas ao centro do paiz inimigo; Napoleão fazia o mesmo.

(7) D. Affonso affirmou com solemne juramento perante os grandes da sua corte, em 1152, que Deus lhe havia apparecido na noite de 25 de julho de 1139. Este documento se conservava no cartorio de Alcobaça.

Castella, desde 717 até 1139, foram: *Pelagio*, *Favilla*, *Affonso I*, o catholico, *Froila I*, *Aurelio*, *Silo*, *Mauregat*, intruso, *Bermudo I*, *Affonso II*, o casto, *Ramiro I*, *Ordonho I*, *Affonso III*, o grande, *Garcia*, *Ordonho II*, *Froila II*, *Affonso IV*, abdica, *Ramiro II*, *Ordonho III*, *Ordonho IV*, intruso, *Sancho I*, *Ramiro III*, *Bermudo II*, *Affonso V*, *Bermudo III*, *Fernando I*, o magno, *Garcia*, *Sancho II*, *D. Affonso VI*, *Affonso VII* e *Urraca*, e *D. Affonso VIII*. No condado de Portugal, desde 1093 até 1139, *D. Henrique de Borgonha*, *D. Thcresa de Leão*, e *D. Affonso Henriques*.

TERCEIRA EPOCHA.

HISTORIA MODERNA EM PORTUGAL

Desde a fundação da Monarchia até aos nossos dias.

Primeiro Periodo.

Dynastia Capeto ou Affonsinha.

O Senhor D. Affonso i (O Conquistador) 1.° Rei.

(1139) D. Affonso i, sublimado á cathegoria de rei pelo exercito, tracta de que o novo edificio da monarchia portugueza, começado em Ourique, se continue a elevar com tão solidas bases, que jámais os embates dos seculos ou dos homens o possam destruir.

(1140) D. Affonso viii de Leão não quiz reconhecer o novo reino de Portugal; porém D. Affonso i lhe de-

clarou guerra, invadiu os seus estados, e o obrigou a assignar a paz.

Ismar, aproveitando-se da ausencia do rei de Portugal, reune as reliquias do seu exercito, invade a Estremadura, e toma Leiria. D. Theotonio não póde defender Leiria; porém, reunindo gente, entra no Alemtejo, e toma Arronches.

(1143) O sabio rei convoca *cortes*, para d'ellas saber se queriam o reino e o rei que o exercito acclamára em Ourique. Estas cortes são as primeiras que houve em Portugal, e se reuniram na igreja de Santa Maria de Almacave, em Lamego. Chamaram-se os *Tres Estados do Reino*, porque se compunham dos *deputados do Clero*, *Nobreza*, *e Povo*. A nação, assim reunida em cortes, acceita solemnemente o reino e o novo rei, e faz leis para haver bom governo.

Lourenço Viegas, deputado do povo, e tambem procurador d'el-rei, disse: — Senhores, vós quereis que el-rei vá ás cortes d'el-rei de Leão, ou lhe dê tributo, ou a alguma outra pessoa?

Todos se levantaram, e tendo as espadas nuas em pé, disseram: *Nós somos livres, nosso rei é livre, nossas mãos nos libertaram, e o senhor que tal consentir morra, e se for rei, não reine, mas perca o senhorio.* E o senhor rei se levantou com a coroa na cabeça, e espada nua na mão, e fallou a todos: « Vós sabeis muito bem « quantas batalhas tenho feitas por vossa liberdade, sois « d'isto boas testemunhas, e o é tambem meu braço, e « espada; se alguem tal cousa consentir, morra pelo « mesmo caso; e se for filho meu, ou neto, não reine. » E disseram todos: *Boa palavra. Morra. El-rei, se for tal que consinta em dominio alheio, não reine.* E el-rei outra vez: « Assi se faça. »

(1145) D. Affonso, já seguro do poder de Leão, abre a campanha contra os sarracenos, e a 4 de fevereiro toma Leiria.

(1146) El-rei recebe em casamento D. Mafalda, filha de Amadeo III, conde de Saboia-Moriana.

(1147) A forte praça de Santarem vae a cair em poder dos portuguezes. D. Affonso sáe de Coimbra com poucos, mas esforçados cavalleiros, e a praça é tomada a 8 de maio. Similhante feito d'armas não quiz el-rei que ficasse sem memoria, e para o perpetuar funda o magnifico mosteiro de Alcobaça, e institue a ordem militar de S. Miguel.

Á tomada de Santarem segue-se a rendição de Mafra, e do forte castello de Cintra.

(1147) Já da Estremadura não restava a conquistar mais do que a forte Lisboa, porque Leiria, Ourem, Santarem, Obidos e Cintra, que eram, e ainda são a principal linha de defesa de Lisboa, já eram dos portuguezes, e por isso a rendição era infallivel, com differença de mais ou menos tempo.

Na serra de Cintra meditava D. Affonso nos meios que tinha para abbreviar esta estupenda empreza, quando se lhe appresenta á sua vista uma armada com gentes do norte, e que navegavam para a Palestina. A armada vinha acossada dos elementos, e trazia a bordo quatorze mil inglezes, allemães e francezes, commandados pelo duque da Normandia, chamado Guilherme da Longa Espada. El-rei lhes roga queiram auxilial-o na tomada de Lisboa, e elles acceitam. Depois de refeitos dos destroços do tempo, partem para o Tejo.

Em quanto os portuguezes apertavam o cêrco pelo lado oriental, os alliados faziam outro tanto pelo lado occidental. O assedio durou cinco mezes. Deram-se

assaltos espantosos, e combates horriveis, até que, a 25 de outubro, o castello é levado de assalto pelos portuguezes, sendo *Martim Moniz* o primeiro que intrepidamente avança á porta, e se atravessa n'ella para mais se não fechar, sem que por ella tenha entrado o exercito portuguez, o que se effectua por cima do corpo do heroe. Seguiu-se o combate mais desesperado dentro do castello e cidade; porém em poucas horas já as Quinas de Ourique tremulavam aonde ainda ha pouco se viam orgulhosas as meias luas ottomanas.

A conquista de Lisboa faz tremer as praças mouriscas d'além do Tejo. El-rei passa o Tejo, e rende Almada.

Em memoria da tomada de Lisboa, instituiu a ordem militar de Avis, e fundou o grande convento de S. Vicente de Fóra em Lisboa. A cadeira episcopal de Lisboa é restabelecida, e nomeado bispo Gilberto, inglez.

(1157) Alcacer do Sal rende-se. N'este mesmo anno morre em Coimbra a rainha D. Mafalda, e jaz em Santa Cruz.

(1162) Fernão Gonçalves toma Beja por um estratagema. O mesmo faz o famoso Giraldo sem Pavor, que toma Evora em 1166, e d'esta sorte expiou os delictos passados. A tomada de Evora obriga as praças de Evora Monte, Serpa, Moura, e Cezimbra a render-se.

(1166) O rei, com sessenta lanceiros, marchou a reconhecer a forte praça de Palmella, que ainda se sustentava, quando se encontra com o rei mouro de Badajoz, que com sessenta mil infantes e quatro mil cavallos vinha em soccorro de Cezimbra, não sabendo da sua rendição. Os mouros marchavam em desordem, e el-rei, vendo esta, os ataca tão vigorosamente, que em breve a victoria é dos portuguezes. Palmella, sem poder ser soccorrida, rende-se.

(1175) A ordem militar de Santiago é introduzida em Portugal, e em 1179 recebe D. Affonso I a corôa real das mãos do cardeal Alberto, mandada pelo papa Alexandre III.

Desavenças entre el-rei de Portugal e seu genro, o rei de Leão, fazem com que estes monarchas recorram ás armas. D. Affonso I entra em Galliza, toma algumas praças, e, correndo para o sul, vae dar sobre os mouros em Badajoz, tomando esta praça. Durante esta campanha, foi el-rei acompanhado por seu filho, o principe D. Sancho, o qual na batalha de Arganhol se portou bizarramente.

D. Fernando seguia o rei de Portugal, e quando este saía da praça para receber o de Leão, quebrou uma perna no ferrolho da porta, e ficou prisioneiro. Um desastre similhante faz com que Portugal restitua as praças conquistadas em trôco da liberdade do monarcha.

(1181) Esta infelicidade acontecida a el-rei já na idade de setenta annos, animou a Albojaque, rei de Sevilha, a invadir Portugal.

Com poderoso exercito veiu o mouro cercar el-rei em Santarem. O rei de Leão, ao saber do perigo do monarcha portuguez, corre em seu auxilio; porém, quando chega, já D. Affonso tinha saído da praça, e derrotado os invasores.

O principe D. Sancho segue os invasores, e avança sobre Sevilha, aonde as armas christãs não eram vistas desde a perda da Hespanha. O principe vê-se opprimido pela força numerica dos mouros; porém o valor dos portuguezes alcança uma grande victoria, sendo o estandarte de Sevilha arrastado, e os mouros postos em completa fuga, entrando os nossos de envolta com elles em Triana.

Pelo mesmo tempo o rei mouro de Valença foi dar sobre Porto de Moz. D. Fuas Roupinho, governador da praça, em breve desbarata o inimigo, e livra a praça.

(1184) D. Fuas, já conhecido como general em terra, toma o commando da primeira frota portugueza, com que derrota os mouros desde a costa de Lisboa até ao Algarve. Poucos annos depois morre D. Fuas em outro combate naval.

(1185) O Miramolim, imperador de Marrocos, acompanhado de treze reis e numeroso exercito, vem á Peninsula vingar a affronta de Sevilha, e cérca o principe em Santarem. El-rei recebe esta noticia em Coimbra, e logo, a marchas forçadas, vae em soccorro do filho e da praça, que ha cinco dias fazia tenaz resistencia aos continuos assaltos dos invasores. D. Affonso apparece á vista do inimigo, e a 10 de julho ataca os mouros. O principe tambem sáe da praça, e os mouros são envolvidos e completamente derrotados, morrendo varios reis, entre elles o Miramolim.

Foi esta a ultima façanha do bravo rei que fundou um reino, ganhando cada palmo de terra a trôco de sangue, e abateu a arrogancia de trinta e seis reis mouros, que fundou e reedificou as villas de Almada, Villa Franca, Villa Verde, Arruda, Azambuja, e outras muitas, e cento e cincoenta mosteiros.

D'entre os muitos heroes que foram companheiros das glorias do monarcha merece distincto logar Gonçallo Mendes da Maia, chamado o *Lidador*, pelas continuas correrias que fazia ao paiz inimigo, n'uma das quaes morreu, ganhando uma grande victoria.

Carregado de triumphos adquiridos em cincoenta e sete annos de governo, sendo d'estes quarenta como rei, morre el-rei D. Affonso I em Coimbra a 6 de

dezembro de 1185, na idade de setenta e seis annos, pois que tinha nascido em Guimarães a 25 de julho de 1109. Jaz em Santa Cruz de Coimbra.

O Senhor D. Sancho i (O Povoador) 2.° Rei.

(1185) Por morte de D. Affonso i é acclamado rei seu filho o principe D. Sancho, tendo já trinta annos de idade, e muita gloria adquirida.

Os mouros estavam quietos, e el-rei, em logar de fazer guerra, tratava de cultivar os campos, reparar as praças, de povoar os logares, e de enriquecer o reino pela agricultura, merecendo o cognome de *Agricola*, *Povoador*, e *Pai da Patria*. Dotou com liberalidade as ordens militares de S. João de Jerusalem (Malta), do Templo, e de Santiago, e a grande número de igrejas e hospitaes.

(1188) Saladino havia conquistado Jerusalem, e os cruzados se preparavam para a restaurar. O papa Urbano iii convidou el-rei D. Sancho para esta empreza; porém o povo portuguez não deixa ir o rei. Este, estimulado, declara guerra aos mouros, e logo invade a Andaluzia, ganhando algumas vantagens.

(1189) Chegou a Lisboa uma armada de cruzados do norte. El-rei lhes rogou que, antes de passarem á Syria, o ajudassem a conquistar o Algarve.

A cidade de Silves foi posta em assedio, e depois de longos combates foi tomada. D. Sancho cedeu todo o despojo aos alliados, reservando para si a cidade para n'ella restabelecer a cadeira episcopal, que outr'ora estivera na antiga Ossonoba. Outras povoações do litoral do Algarve tem a mesma sorte de Silves, e o rei de Portugal ajunta ao seu titulo o de rei do Algarve.

(1191) A noticia da tomada de Silves exaspera o imperador de Marrocos. Este se prepara para reconquistar a cidade perdida, e manda aos reis de Cordova e de Sevilha ordem para se lhe reunirem.

Miramolim com o seu formidavel exercito, dividido em tres grandes corpos, entra por Portugal. O reino achava-se enfraquecido por uma grande fome e peste, e por esta causa a resistencia aos invasores foi frouxa, dando logar a que a sua audacia crescesse a ponto de assediarem Thomar e Torres Novas, que, proximas a cair em poder dos reis de Sevilha e de Cordova, foram livres pelos esforços do principe D. Affonso. Esta desgraçada invasão deu novamente aos mouros a posse do Algarve e d'outras praças do Alemtejo, entre ellas Alcacer do Sal. D. Sancho deixou o titulo de rei do Algarve, que tres annos antes havia tomado.

(1198) Desavenças entre Leão e Portugal obrigaram D. Sancho a invadir de mão armada aquelle reino, e a cidade de Tuy, e outras praças ficam por algum tempo em poder dos portuguezes. Morte da rainha D. Dulce (1199).

(1200) Um eclipse total converteu em noite escura a maior parte do dia, e uma grande fome affligiu o reino. Elvas, que ainda se conservava em poder dos mouros, rende-se, sendo esta a ultima victoria que as armas portuguezas ganharam no reinado de D. Sancho I.

(1201) O principe D. Affonso casa com D. Urraca, filha de D. Affonso IX de Leão.

(1211) El-rei D. Sancho I governou o reino vinte e seis annos, e a pesar da sua grande liberalidade com os pobres e com as ordens; das grandes despezas que fez nas fundações ou reedificações da cidade da Guarda, e das villas de Monte Mór, Valença, Covilhã, e

Penamacor, deixou avultadas riquezas por sua morte, que aconteceu em Coimbra a 27 de março de 1211, contando cincoenta e sete annos de idade, pois que havia nascido a 11 de novembro de 1154. Jaz em Santa Cruz de Coimbra.

O Senhor D. Affonso II (O Gordo) 3.º Rei.

(1211) A morte de D. Sancho I elevou ao throno seu filho o principe D. Affonso, tendo já de idade vinte e seis annos.

D. Affonso em breve teve grandes desavenças com seus irmãos por causa das riquezas que deixou seu pai, obrigando o infante D. Fernando a fugir para Castella, e a D. Pedro para Marrocos. Suas irmãs tiveram de se defender d'elle nos seus castellos, e pedir auxílio ao rei de Leão, e ao papa. Este acudiu com censuras; aquelle com um exercito. Tal escandalo fez perder muito d'outras boas qualidades do monarcha.

Legou a villa de Avis aos cavalleiros d'esta ordem, convocou cortes para Coimbra, fazendo n'ellas novas leis, e fundou a ordem dos prégadores, ou de S. Domingos.

(1212) Mahomet IV projecta a conquista da Hespanha, e põe em movimento um exercito respeitavel. O perigo commum traz a união aos principes christãos da Hespanha.

As desordens em que Portugal ainda se via envolvido foram a causa de que o monarcha portuguez não fosse em pessoa com o seu exercito para Castella, aonde o perigo era grande; porém mandou escolhidos soldados, aos quaes se deve principalmente a célebre victo-

ria das Navas de Tolosa, que completamente destruiu os planos de Mahomet.

(1217) O Algarve e uma grande parte do Alemtejo ainda se conservavam em poder dos agarenos. Este estado era de impaciencia para o monarcha.

N'este tempo aportou ao Tejo uma armada de cruzados. O bispo de Lisboa, D. Sueiro, com os cavalleiros das ordens, os convidaram a auxilial-os na tomada de Alcacer. Vinte mil portuguezes e os alliados marcham sobre aquella praça, aonde os cercados fizeram tanta resistencia, que deram tempo a serem soccorridos pelos reis de Cordova, Jaen, Sevilha, e Badajoz.

O animoso bispo não desanima. Os assaltos á praça e os combates aos mouros auxiliadores são frequentes, até que, derrotados todos, Alcacer se rende ás nossas armas.

Os reis derrotados em Alcacer recebem reforços, e cercam Elvas; porém el-rei em pessoa os vae atacar, e os derrota em frente d'Elvas, Moura, Serpa, e soccorre estas praças.

(1219) Cinco religiosos franciscanos são mandados em missão a Marrocos por S. Francisco d'Assis, aonde soffreram o martyrio, sendo degollados pela propria mão do rei. O infante D. Pedro, que ali se achava, manda as reliquias dos santos martyres para Portugal, e se conservam em Santa Cruz de Coimbra.

Uma parte do clero estava falto de disciplina, e este estado, que dava serios cuidados a el-rei, reclamava medidas vigorosas para conter os máos. Estes desfiguram as cousas, representando ao Santo Padre que el-rei os queria esbulhar de seus direitos; porém Honorio III pouco tempo foi illudido, e annuiu ás justas reclamações do monarcha portuguez, e não ás dos máos sacerdotes.

D. Affonso II perdeu a rainha sua mulher em 1220. Governou doze annos. Foi sempre feliz em todas as suas emprezas, temido dos mouros, e respeitado dos seus povos. Havia nascido em Coimbra a 23 de abril de 1185. Morreu na mesma cidade a 25 de março de 1223 na idade de trinta e oito annos. Jaz com a rainha sua mulher no mosteiro de Alcobaça.

O Senhor D. Sancho II (O Capello) 4.º Rei.

(1223) A morte de D. Affonso II elevou ao throno seu filho o principe D. Sancho, tendo vinte e um annos de idade.

O novo rei segue uma politica conciliadora, restituindo a suas tias, ao arcebispo de Braga e ao clero os prejuizos que haviam soffrido no antecedente reinado.

(1225) O desejo de dilatar o reino o faz entrar pelo Alemtejo; e assolou por tal fórma o poder ismaelita, que o papa Honorio III lhe fez honrosos elogios.

(1240) As armas portuguezas continuam a ganhar grandes victorias, e no Algarve rendem Cacela, e Ayamonte. Estas victorias contra os inimigos externos eram porém neutralisadas pelas desordens internas que enfraqueciam o reino. O monarcha só cuidava em se divertir, ou em fazer crua guerra aos mouros, deixando que seus valídos governassem o reino á sua vontade; fazendo tambem crua guerra aos povos, lançando-lhes pesados tributos, e toda a qualidade de vexações. O clero é tambem muito vexado, e representa ao papa; este ameaça el-rei com as censuras ecclesiasticas.

(1241) N'este anno um degradante decreto auctorisa os judeos a comprar os empregos publicos.

(1242) Assim mesmo a guerra progredia. Os mou-

ros, aproveitando-se das nossas fraquezas, haviam recobrado Elvas; porém o exercito portuguez de prompto a faz render. A mesma sorte tem Jerumenha, Serpa, Arronches, e Mertola; e no Algarve Aljezur, e Tavira.

(1245) Os validos do monarcha o fazem receber por mulher a D. Mecia de Haro. Este casamento foi a desgraça de D. Sancho. O povo, tão opprimido já, desespera, vendo lançar-lhe mais tributos arbitrariamente. Os grandes tambem mostram o seu descontentamento por tão desatinado governo, e pedem o destêrro dos ministros. O rei lh'o promette; mas a rainha faz com que elle falte ao que acabava de prometter aos vassallos. Os fidalgos, indignados, queixam-se ao papa, que, depois de differentes advertencias, lança um interdicto sobre o reino. O medo decide el-rei a prometter a reforma dos abusos; mas D. Mecia vence de novo, fazendo com que o rei falte outra vez á palavra.

Os habitantes d'Entre Douro e Minho, cançados das vexações da rainha, se levantam debaixo do commando de Raimundo Viegas Porto-Carrero, e avançam até Coimbra, aonde o povo se lhes ajunta: arrebatam a rainha, e a vão encerrar no castello de Ourem. O rei quer seguir os roubadores, mas não é obedecido. A rainha é conduzida a Castella, onde morre sem mais ver o marido. O rei não muda de conducta, e os grandes do reino trabalham na sua deposição, e propõem em seu logar o infante D. Affonso, seu irmão. O papa é o primeiro que reconhece este principe, que então se achava em Paris, e logo para lá caminham alguns prelados e nobres a prestar-lhe fidelidade e submissão. A guerra civil começa; porém, a pesar do rei ter ainda um granpartido, abandona tudo, e retira-se a Toledo, onde o rei de Castella muito bem o recebe.

(1246) Chegou o infante regente novamente nomeado, e acceite por commum consentimento dos Tres Estados do Reino. Toma logo conta do governo do reino; porém alguns vassallos fieis ao rei recusam obedecer-lhe.

D. Fernando, rei de Castella, reune um exercito para invadir Portugal, e restabelecer a auctoridade do monarcha; porém, apenas os generaes castelhanos pisam as ribeiras de cima Côa, os prelados portuguezes lhes intimam as censuras e decretos pontificios contra os que embaraçassem a regencia de D. Affonso. Os castelhanos desistem da empreza; e el-rei D. Sancho se retira a Toledo, onde, todo entregue a obras pias, acabou seus dias a 4 de junho de 1248, tendo quarenta e seis annos de idade, e vinte e cinco de governo, pois que começou a reinar a 25 de março de 1223. Jaz na capella dos reis, por elle fundada na sé de Toledo.

O Senhor D. Affonso iii (O Bolonhez) 5.º Rei.

(1248) A pesar das bullas do papa, que esbulhavam da soberanía a D. Sancho ii, e da decisão das cortes, que depozeram o rei em 1245, e entregaram o governo do reino a seu irmão D. Affonso, de que tomou posse em 1246, vassallos fidelissimos houve, que não reconheceram a violencia feita ao infeliz monarcha, dando occasião a que o infante regente sitiasse algumas praças, que só reconheciam a auctoridade do rei. Martim de Freitas, governador de Coimbra, e Fernando Pacheco, alcaide mór de Celorico da Beira, fizeram tal resistencia ao infante, que este não os pôde sujeitar, e só depois da morte d'el-rei, succedida a 4 de junho de 1248, é que os dois heroes entregaram as praças

que o monarcha havia confiado á sua fidelidade. Martim de Freitas quiz por sua pessoa certificar-se da morte do rei, indo para isso a Toledo, aonde sobre o cadaver de D. Sancho II depositou as chaves de Coimbra, dando por terminada a sua missão. Então prestou preito e homenagem a D. Affonso III, rei e successor legítimo de seu irmão D. Sancho II.

O rei de Castella, que tentava a conquista de Sevilha, pede auxílio a Portugal. Affonso III lhe manda um exercito ás ordens do mestre de Santiago, D. Paio Peres Correia, e de Martim Fernandes. O auxílio dos portuguezes foi tão efficaz, que a cidade foi tomada, e o rei de Castella deu o governo d'ella a Martim Fernandes.

(1249) Affonso III invade o reino do Algarve, levando n'esta expedição o grande D. Paio Peres Correia. As armas portuguezas foram tão felizes, que no anno seguinte já os mouros e o seu chefe Aben Maffo tinham do todo sido expulsos d'aquelle reino (1250).

Conquistado o Algarve, e expulso o mouro Aben Maffo, passou este á Andaluzia, e renunciou no infante D. Affonso, filho de S. Fernando, todo o direito que tinha áquelle paiz, renúncia que o infante acceitou em cambio da villa de Nieba e seu districto.

(1253) Desejava Affonso III alongar o reino pela Andaluzia, e logo ali vae atacar os mouros, e lhes toma algumas praças. Affonso X, que já reinava em Castella, invejoso dos triumphos dos portuguezes, não só se oppõe á continuação das conquistas na Andaluzia, mas intenta assenhoriar-se do Algarve, debaixo do pretexto da renúncia feita pelo mouro. Esta desavença entre os dois monarchas terminou com o casamento de D. Brites, filha bastarda do rei castelhano, ficando Affonso III com o paiz e titulo de rei do Algarve, e cedendo a

seu sogro os rendimentos das terras sómente em sua vida.

Tal casamento era nullo, porque D. Affonso III estava legitimamente casado com a condessa de Bolonha Mathilde, que deixou em França, quando veiu governar Portugal como regente. Mathilde e o rei de França queixam-se ao papa d'esta acção indigna do rei de Portugal, e o pontifice lança a D. Affonso e ao reino as censuras da Igreja. Estas trouxeram gravissimas desordens ao reino, que só terminaram por morte da primeira e legítima mulher d'el-rei. Os prelados portuguezes pediram ao papa quizesse dispensar el-rei para com o segundo matrimonio; tudo concedeu Urbano IV, sendo legitimado o infante D. Diniz, que já havia nascido, e sendo ainda viva Mathilde. Assim levantada a censura, entrou a ordem e reino a florecer.

(1264) Os mouros em guerra com Castella invadem as terras da Andaluzia, e Affonso X pede soccorro a seu genro, que prompto lhe manda um excellente auxílio de tropas escolhidas, com as quaes obstou ao progresso dos invasores. O rei de Castella, agradecido a tão grande serviço, cede do direito do uso fructo do Algarve, reservando unicamente o direito do auxílio de cincoenta lanças em sua vida, e quando d'ellas precisasse.

Tal sujeição durou pouco, porque no anno seguinte o infante D. Diniz foi com muitas tropas em soccorro de seu avô, pelo que foi de todo abolido o obrigativo contingente (1267).

O reino estava socegado e florescente; porém desintelligencias entre el-rei e o clero trouxeram novamente inquietações ao paiz. O clero, vendo-se opprimido pelo [illegible]ha, representa para Roma, e dá logar ás cen-

suras dos papas Clemente IV, Gregorio X, e João XX, ou XXI. El-rei mostrou querer ceder, e sujeitar-se ás determinações da santa sé, e o mostrou por sua morte.

D. Affonso III governou o reino trinta e dois annos, fazendo boas leis, vendo florecer a justiça, a agricultura e o commercio, e alimpando o reino de facinorosos; estabeleceu muitas feiras, entre ellas a da Covilhã; fundou os conventos de S. Domingos de Lisboa e de Elvas, e o de Santa Clara de Santarem. Havia nascido em Coimbra a 5 de maio de 1210. Morreu em Lisboa a 16 de fevereiro de 1279 na idade de sessenta e nove annos. Jaz no mosteiro de Alcobaça.

O Senhor D. Diniz I (O Lavrador) 6.º Rei.

(1279) Por morte d'el-rei D. Affonso III subiu ao throno o principe D. Diniz seu filho, contando pouco mais de 17 annos de idade. Governou o novo rei o reino conjunctamente com sua mãe, a rainha D. Brites, até completar os dezoito annos de sua idade.

Teve D. Diniz uma mui illustrada educação, a que sobre tudo se deve a grande prosperidade do reino no seu governo.

Conforme os bons costumes d'aquelles tempos, el-rei foi fazer a visita ao reino, principiando pelo Alemtejo, seguindo para a Beira e Estremadura, guardando as outras provincias para o seguinte anno (1280). N'esta digressão exterminou do reino toda a gente facinorosa e perturbadora do socêgo público, supprimiu os excessos dos grandes contra os pequenos, deu grandes privilegios aos lavradores, a que chamava os *nervos da republica*.

(1282) Estando el-rei em Trancoso, ali recebeu por

mulher a D. Isabel, infanta d'Aragão, que depois foi Santa Isabel, rainha de Portugal.

(1287) Entre o rei e o infante D. Affonso, seu irmão, se suscitou uma séria desavença, que a final já o infante não se contentava com menos do que a coroa para si, sob pretexto de que D. Diniz havia nascido antes do casamento de D. Affonso e D. Brites estar legitimado. El-rei cercou o infante em Arronches, porém tudo se compoz por interferencia da rainha.

(1288) N'este anno conseguiu el-rei a separação da ordem militar de Santiago da sujeição a Castella, e tambem fundou em Lisboa a primeira universidade que houve no reino, onde começaram os estudos publicos com grande fructo e acceitação.

(1295) O rei de Castella com injustas pretenções entra aleivosamente em Portugal; porém el-rei D. Diniz logo lhe rebate similhante audacia, não só expulsando os castelhanos do reino, como seguindo-os por Castella dentro, abrasando-lhes as provincias da Estremadura e Castella Velha. Ao mesmo tempo que os exercitos em terra ganhavam tão grandes vantagens, os nossos almirantes aprisionavam nos máres as galés de Castella.

(1279) Os castelhanos, assim derrotados, pedem a paz. El-rei a concede; porém com grandes vantagens para Portugal.

(1303) N'este anno morre D. Brites, rainha, viuva de D. Affonso III.

(1304) O rei de Castella, em guerra com os mouros, pediu algum auxílio a Portugal. D. Diniz manda a seu genro cem mil cruzados para as despezas da guerra, e muita gente paga á sua custa. Se o auxílio de tropas foi importante, não o foi menos o pecuniario, que era somma avultadissima para aquelles tempos.

(1308) Vendo el-rei que a pequena universidade de Lisboa não prosperava pelas distracções da corte, ordenou a sua transferencia para Coimbra, onde a estabeleceu com mais largas dimensões e proveito geral.

O principe D. Affonso celebra em Lisboa com grande pompa o seu casamento com a infanta D. Brites, filha d'el-rei de Castella.

(1319) A ordem militar dos Templarios foi universalmente extincta. El-rei, com os bens que estes cavalleiros tinham em Portugal, instituiu a ordem militar de Christo.

Notava-se que o principe D. Affonso, desde que casára, e separára sua casa e governo, dava n'ella entrada a homens estragados, fazendo capricho de os amparar; e dando-se todo ao exercicio da caça, tomava por officio o que só devêra ser passatempo para certas occasiões.

Advertido de taes desvarios, o principe, naturalmente aspero, concebe vingança e odio aos seus, e cioso do governo e do affecto que el-rei seu pae tinha a D. Affonso Sanches, seu irmão, lança mão das armas contra seu pae. A rainha mette-se de permeio, e nos suburbios de Lisboa, no meio do combate, salpicada de sangue, consegue a santa rainha chegar a seu filho, e fazel-o entrar na obediencia ao rei, e ao pae.

El-rei D. Diniz governou o reino quarenta e seis annos, animando a agricultura, as artes, e as sciencias; fundou varios conventos, e quarenta e quatro cidades e villas; e assim, dispendendo tanto, ainda deixou por sua morte grandes riquezas. Morreu em Santarem aos 7 de janeiro de 1325 com sessenta e quatro annos de idade. Havia nascido em Lisboa a 9 de outubro de 1261. Jaz no mosteiro de Odivellas.

O Senhor D. Affonso iv (O Bravo) 7.º Rei.

(1325) A morte d'el-rei D. Diniz elevou ao throno seu filho o principe D. Affonso, tendo quasi trinta e quatro annos de idade.

D. Affonso iv pegou no sceptro com tal aspereza, que fez com que lhe dessem o nome de *Bravo*.

O exercicio da caça tinha-se tornado em D. Affonso, em quanto principe, um vicio; depois de rei, deixava continuamente os negocios do estado, para se occupar no seu divertimento favorito. N'uma d'estas caçadas se demorou el-rei um mez, e quando recolheu á corte, logo os seus ministros lhe annunciaram a necessidade de um conselho. Estando pois el-rei em conselho, começou a relatar a grande quantidade de animaes que tinha morto; porém os conselheiros fieis o interrompem, e com liberdade, mas respeitosamente, lhe dizem: « Senhor, não é assim que se governa o reino; Deus não vos tomará conta das feras que foram mortas na caçada, porém sim do bom governo que fizerdes ao vosso povo: é preciso ter mais cuidado nos negocios publicos, se não.... » *Se não que?* perguntou o rei irado. « Faremos outro rei, que nos governe melhor. » El-rei, advertido assim pelos vassallos, emendou-se.

O odio que o rei tinha a seu irmão D. Affonso Sanches se atiçou mais com o poder. Usou de calúmnia indigna da magestade, tomou-lhe os bens, e o obrigou a abandonar o reino. O infante retira-se a Castella, onde era bem visto, e alcançando ali um exercito, marcha, não contra Portugal, mas contra o irmão injusto. D. Affonso iv se lhe oppõe á invasão, e arrasa o castello de Albuquerque, que pertencia ao infante. Este retira para Castella.

(1328) Estava el-rei livre de seu irmão; porém tinha Deus lançado mão d'outro instrumento para castigar as suas faltas. O principe D. Pedro foi o escolhido.

Graves desintelligencias se travaram entre o monarcha portuguez e o castelhano, por causa dos casamentos dos principes, e dos máos tratamentos que o de Castella dava á rainha sua mulher, que era filha do rei portuguez. Os dois monarchas lançam mão das armas. Os portuguezes invadem a Andaluzia até Sevilha, e a Galliza simultaneamente. A obstinação de ambos os lados era tal, que desprezaram as admoestações do papa. Os nossos rendiam muitas galés inimigas; porém logo perderam uma grande batalha naval no Cabo de S. Vicente. D. Affonso IV despica esta affronta invadindo desapiedadamente a Galliza. O rei de Castella faz o mesmo ao Algarve; porém vendo que nada assim consegue, cedeu, promettendo a seu sogro tratar bem a rainha, e deixou vir D. Constança para casar com o principe D. Pedro.

(1338) A universidade é transferida de Coimbra para Lisboa, em razão de n'aquelle tempo estar a corte n'aquella cidade, o que muito prejudicava os estudos academicos.

Casamento do principe D. Pedro com D. Constança, filha do duque de Penafiel, marquez de Vilhena (1340).

(1340) Alli Boacem, imperador de Marrocos, conjurado com o rei mouro de Granada, ameaça a Hespanha com uma ruina igual á da primeira invasão. Para tal fim havia elle congregado os habitantes de Africa e da Asia, e com exercito ha muitos tempos assim não visto passa a Hespanha.

O rei de Castella manda sua filha a Portugal expor a seu pae o grande perigo commum. A rainha chega a

Evora, onde a corte estava, e é ali recebida conforme o requeria a sua alta posição. D. Affonso IV váe encontrar-se com seu genro em Olivença, e ali se combinam nos meios para fazer a guerra.

O monarcha portuguez com um luzido e aguerrido exercito marcha para a Castella, onde foi recebido como o libertador da Hespanha. Em Sevilha, sobre tudo, chegaram as acclamações ao seu apogêo.

Os principes christãos fazem conselho. O rei de Castella é de parecer, que se entregue a praça de Tarifa aos mouros, sem arriscar já uma batalha, que podia perder tudo; porém o bravo rei portuguez disse: « Eu não saí do reino para fazer aos mouros guerra defensiva, que o caso exige mesmo que tudo se arriscasse, que Tarifa se havia de conservar, como se fosse a capital da peninsula hispanica. » As dúvidas cessaram.

Nos campos de Tarifa estava acampado um exercito de mais de quinhentos mil mouros, e o rio Sallado foi testemunha da grande e cruenta batalha de que tomou nome.

Os inimigos, em número de mais de quinhentos mil, estavam acampados nos campos de Tarifa e margens do rio Sallado, e a 30 de outubro de 1340 se deu a grande e cruenta batalha, que d'aquelle rio tomou o nome.

O rei de Portugal atacou o de Granada pelo lado dos montes; o de Castella accommetteu o de Marrocos pelo lada da agua. O combate durou muitas horas horroroso, porém maravilhoso pelos actos de valor. Os portuguezes, tendo já derrotado os de Granada, correm a destruir os de Marrocos, que obstinados se sustentavam. A carnagem acabou com o dia, a victoria com as armas christãs. Os mortos e prisioneiros subiram a grande número, contando-se alguns principes mouros. O rei

de Portugal só quer do riquissimo despojo — *algumas armas inimigas*, cinco *bandeiras*, e *o principe mouro Abohamo.*

(1345) N'este anno morre a princeza D. Constança, mulher do principe D. Pedro.

Com D. Constança tinha vindo a formosa D. Ignez de Castro, sua dama e parenta. Morta D. Constança, D. Pedro passa clandestinamente a segundas nupcias com D. Ignez, e o rei continúa a suppor viuvo o principe seu filho.

(1354) A universidade torna a ser transferida para Coimbra, e n'esta occasião el-rei lhe concede amplos privilegios.

(1355) Vendo el-rei que o principe não escolhia princeza para passar a segundas nupcias, lhe intíma, como pae e rei, que o faça. O principe recusa. D. Affonso já tinha suspeitas do motivo que havia para tal recusa.

El-rei appresenta este negocio perante os seus conselheiros; estes acharam que o meio mais prompto para resolver o problema era a morte de D. Ignez!! O conselho foi acolhido, e D. Affonso IV, auctorisando similhante assassinato, transformou-se de rei em tyranno.

De Monte-Mór o Velho parte el-rei para Coimbra, levando um apparato guerreiro, e os seus conselheiros-verdugos. Dirige-se aos paços de D. Ignez, e entra na sua camara. A infeliz se lança aos pés de seu sogro com seus innocentes filhos. O monarcha parece commovido, e váe a retirar-se, quando os conselheiros de execranda memoria, os fidalgos convertidos em algozes, finalmente, Alvaro Gonçalves, Pedro Coelho, Diogo Lopes Pacheco, que haviam ficado á porta, entram para dentro da camara, e fazem cair a golpes de punhal a infeliz princeza.

D. Pedro, ao receber a noticia da desastrosa morte de sua esposa, enche-se de justa colera contra os assassinos. Lança mão das armas, e os povos d'Entre Douro e Minho e Traz-os-Montes foram os que soffreram as consequencias da deshumanidade do rei e dos ministros, e da colera do principe; porque este, levado pela força da paixão, e em quanto a razão não chegou, põe tudo a ferro e fogo.

(1357) D. Affonso IV governou o reino trinta e dois annos, fundou alguns estabelecimentos pios, e reedificou a sé de Lisboa. Havia nascido em Coimbra a 8 de fevereiro de 1291. Morreu a 28 de maio de 1357, na idade de sesssenta e seis annos. Jaz na sé de Lisboa.

O Senhor D. Pedro I (O Justiceiro) 8.º Rei.

(1357) Morto el-rei D. Affonso IV, subiu ao throno seu filho o principe D. Pedro, tendo trinta e sete annos de idade.

O novo monarcha, em quanto principe, havia promettido a seu pae, que perdoava aos complices da morte de sua esposa; porém apenas tomou as redeas do governo, diz que, como homem, podia perdoar; porém agora, como rei, não podia deixar os homicidas de D. Ignez de Castro sem um exemplarissimo castigo; castigo que o rei defuncto não podia moralmente dar, e que a elle, como seu successor, fôra transmittido tal legado, a que ia satisfazer para desaffrontar a justiça offendida.

D. Pedro I de Portugal combina com D. Pedro I de Castella, para este lhe entregar os tres verdugos da princeza, que em trôco lhe entregaria outros que estavam em Portugal.

Apenas os tres portuguezes homisiados em Castella souberam dos ajustes, Diogo Lopes Pacheco se ausentou. Alvaro Gonçalves e Pedro Coelho são presos e conduzidos a Santarem, onde el-rei lhes faz dar a morte mais cruel, extrahindo o coração a Pedro Coelho pelo peito, e a Alvaro Gonçalves pelas costas, e depois queimados. O patibulo havia sido levantado defronte do palacio real.

(*1361*) D. Pedro declara, perante os grandes do reino, a validade do seu casamento com D. Ignez. Manda tirar seu corpo, que se guardava em Santa Clara de Coimbra, e todos os grandes do reino lhe beijam a descarnada mão como rainha. Depois d'esta ceremonia, o corpo é mettido n'uma liteira, e com o mais luzido, mas lugubre acompanhamento, aonde se viu el-rei, e todos os prelados e grandes do reino, é conduzido ao mosteiro de Alcobaça, para ali ser depositado no soberbo mausoleo, já para esse fim mandado levantar pelo monarcha. Durante o transito, as dezesete legoas de estrada, que corre de Coimbra a Alcobaça, estavam cheias de povo vestido de lucto, com tochas accesas, fazendo alas para passar o prestito funebre.

O reinado de D. Pedro I tornou-se notavel pela liberalidade, e tambem pela severidade do monarcha. Elle dizia que não passava bem o dia em que não praticava alguma boa acção. Que queria trazer as roupas bem largas, os braços e as mãos bem livres para beneficiar o povo. As leis que se publicaram durante o seu governo fôram durissimas, assim como a sua execução, que el-rei por si queria ver a maior parte das vezes. O povo havia-se tornado litigioso por officio. Uma lei prohibe os advogados, que eram os que atiçavam as partes para haver demandas. Outra lei manda confiscar os

bens aos magistrados venaes, ou que demorassem os pleitos. Outra lei severa é promulgada contra o luxo, ou contra as pessoas que o tinham sem podêrem, e mesmo contra os que o promoviam, vendendo taes objectos a credito.

Foi D. Pedro I muito inclinado ás bellas letras, á musica, e á dança, sendo visto n'estes divertimentos muitas vezes, nas ruas de Lisboa, em occasião de festas públicas. Governou dez annos, ajuntou thesouros sem oppressão alheia. Morreu em Estremoz a 18 de janeiro de 1367 com quarenta e sete annos de idade. Havia nascido em Coimbra a 18 de abril de 1320. Jaz no mosteiro de Alcobaça.

O Senhor D. Fernando I (O Formoso) 9.º Rei.

(1367) A morte d'el-rei D. Pedro elevou ao throno seu filho o principe D. Fernando, tendo vinte e dois annos de idade.

D. Fernando I achou um reino forte, socegado, rico, e os vassallos contentes; porém todas estas felicidades, que a nação gozava, em breve se dissiparam. O rei frouxo e inconstante faz fraco e inconstante o povo que governa: assim aconteceu no reinado de D. Fernando.

(1369) Morto o rei de Castella D. Pedro I, D. Fernando pretende aquelle reino como bisneto de D. Sancho IV de Castella. D. Pedro havia sido morto por seu irmão bastardo D. Henrique, que então se achava de posse da coroa. Muitos fidalgos castelhanos reconheceram rei de Castella a D. Fernando I de Portugal, e lhe entregaram algumas praças e cidades.

O rei de Portugal, para melhor expellir do throno de Castella a Henrique II, faz uma alliança com o rei

mouro de Granada, e com el-rei d'Aragão D. Pedro IV, promettendo D. Fernando receber em casamento a D. Leonor, filha do rei aragonez. Esta alliança com Aragão levou grandes thesouros a Portugal.

Abriu-se a campanha por mar e terra. A esquadra portugueza váe sitiar Sevilha, e o rei entrou por Galliza; porém D. Henrique em breve o faz retirar. N'esta jornada veiu de Galliza João Fernandes Andeiro, que ali se fez vassallo portuguez, e depois tantos males causou a Portugal.

Continuava a guerra sem nenhuma vantagem para Portugal, e só lucrativa para os castelhanos que militavam no nosso exercito, e a projectada conquista nada adiantava, até que, por intervenção do papa Gregorio XI, se fez o tractado de paz com Castella, que foi assignado em Evora a 31 de março de 1371, estipulando-se, que el-rei D. Fernando I casaria com D. Leonor, filha d'el-rei D. Henrique II. El-rei D. Pedro IV de Aragão, estimulado pelo repudio de sua filha, lança mão das grossas sommas que na sua corte estavam promptas para o mallogrado casamento.

Bem depressa D. Fernando se esquece do seu ultimo contracto de casamento; e tendo rejeitado as duas infantas Leonores, casa com D. Leonor Telles, mulher de D. João Lourenço da Cunha, senhor de Pombeiro, divorciando-a de seu marido.

Esta cegueira do rei foi a causa de grandes disturbios no reino. Em Lisboa tres mil pessoas armadas, a cuja frente ia Fernão Vasques, alfaiate, correram ao paço a censurar el-rei por tal procedimento, indigno da magestade. Fernão Vasques é prêso e degollado.

João Lourenço da Cunha passou para Castella, d'onde guerreou el-rei, já militando nos exercitos castelhanos,

já procurando dar-lhe a morte com veneno, pelo que lhe foram confiscados os bens, e dados a outros, que apoiavam os erros do rei e da rainha.

O infante D. Diniz, filho de D. Ignez de Castro, e irmão d'el-rei, não quiz beijar a mão á nova rainha, e passou para Castella. O infante foi para isto aconselhado por Diogo Lopes Pacheco, que, não contente de ter assassinado a mãe, e ter-lhe tirado a coroa da cabeça, agora perde o filho, porque tal conselho lhe fez perder o reino, que mais tarde lhe veiu a pertencer de direito. Os mais principes cederam forçados.

A rainha e o seu primeiro valído, João Fernandes Andeiro, eram quem dispunham dos negocios do estado a seu arbitrio. O povo e os nobres murmuravam; porém ella lança a luva, elevando o valído á grandeza de conde de Ourem. A luva foi levantada tarde, mas com repellão tão vigoroso, que os traidores se abalaram e baquearam por terra com estrondoso estampido.

O duque de Lencastre, filho de Duarte III de Inglaterra, era pretendente á coroa de Castella, e D. Fernando, que ainda ha pouco o era tambem, váe agora alliar-se com o inglez para derrubar Henrique II. Tudo isto era natural ao caracter voluvel de D. Fernando.

(1372) D. Henrique II resolve invadir logo Portugal, e desaffrontar-se das injúrias recebidas de D. Fernando. N'este mesmo anno nasce a princeza D. Beatriz, que, nascendo em comêço de guerra, parecia o presagio das muitas, de que mais tarde foi a causa.

(1373) Entra o rei de Castella por Portugal, e o rei portuguez quer oppor-se-lhe, como era do seu dever; porém houve fidalgos que o impediram, aconselhando-lhe o contrário. Os castelhanos sem opposição avançam sobre Lisboa, investem-na, e tomam-na com

grande estrago nas vidas e fazendas de seus moradores, D. *Henrique* II váe alojar-se no convento de S. Francisco.

Em quanto o rei castelhano tomava Lisboa, os seus generaes assolavam as provincias d'Entre Douro e Minho; porém n'estas ainda lhes saíu ao encontro Nuno Gonçalves, deixando seu filho no castello de Faria.

O bravo portuguez é prisioneiro dos castelhanos, e pede a estes, que o levem defronte do castello de Faria, para dizer a seu filho que o entregue; e levado ali, intíma o filho para não o entregar, ainda que visse o seu corpo feito em pedaços. Assim aconteceu.

El-rei D. Fernando estava em Santarem muito soccegado, vendo arder o reino por todos os angulos.

O papa, condoido de tanta desgraça, procura conciliar os dois monarchas, e consegue uma suspensão d'armas. D. Henrique e D. Fernando se avistam no Tejo defronte de Santarem, e ficam tão encantados da gentileza e formosura um do outro, que logo assignam a paz na presença do legado apostolico, e se retiram para as suas côrtes muito alegres, e elogiando-se reciprocamente. A nação é que ficou chorando a perda de muitos de seus filhos, e da sua riqueza.

Reunião de côrtes em Atouguia (1373).

As inquietações dentro do reino não cessaram. A princeza D. Beatriz tinha estado contractada a casar com quasi todos os principes da Europa; porém a inconstancia de seu pae frustrava todos os ajustes.

O infante D. João, irmão d'el-rei, mata ás punhaladas sua mulher D. Maria Telles, irmã da rainha, sendo esta que induziu o infante a commetter similhante vileza, fazendo-o suspeitar de sua mulher; porém o fim principal era casal-o com a princeza D. Beatriz, sua

filha, para não ver um dia sobre o throno a irmã que aborrecia. O infante, conhecendo a traição que se lhe armou, passa para Castella, onde foi feito conde de Valença, e casou com D. Constança, filha bastarda do rei de Castella D. Henrique II.

(1379) Morto o rei de Castella D. Henrique II, a guerra se renova entre as duas nações. O principe, conde de Cambridge, irmão do rei inglez, vem logo em soccorro de Portugal com um exercito auxiliar, e contractado a casar com a princeza portugueza.

Praticaram os castelhanos os maiores horrores nas nossas fronteiras. Os nossos faziam o mesmo nas fronteiras de Castella, e na costa maritima; porém tivemos a infelicidade de perder algumas galés pela má conducta do almirante João Affonso Tello, irmão da rainha.

N'esta guerra começou a mostrar D. Nuno Alvares Pereira, apesar dos seus poucos annos, o seu genio militar e politico, que fez admirar as gerações futuras.

O infante D. João, mestre da ordem de Avis, calumniado pela rainha, é prêso, e estava para ser degollado; porém el-rei, conhecedor da intriga, o mandou soltar.

(1382) Continuava a guerra com Castella, e os dois monarchas estavam entre Elvas e Badajoz promptos a decidir pelas armas a sua causa, quando vieram a concertos, assignando-se a paz com condição do rei de Castella D. João I esposar a princeza D. Beatriz, o que se effectuou em 14 de maio de 1383, retirando-se o principe inglez mui despeitado.

(1383) O casamento da princeza foi das ultimas acções de D. Fernando I, que, apesar dos muitos desconcertos que praticou em quasi dezesete annos de reinado, comtudo algumas acções boas contém. Fez al-

gumas leis proveitosas. Cercou de muros a cidade de *Lisboa*, e fortificou Evora, Coimbra, e Santarem. Mudou a Universidade de Coimbra para Lisboa, em razão dos lentes que vinham dos paizes estrangeiros não quererem residir em Coimbra. Morreu em Lisboa a 22 de Outubro de 1383 tendo trinta e oito annos de idade. Havia nascido em Coimbra a 31 de Outubro de 1345. Jaz em S. Francisco de Santarem.

INTERREGNO.

(1383) Morreu el-rei D. Fernando deixando regente do reino a rainha D. Leonor, sua mulher. A regente faz logo acclamar rainha de Portugal sua filha D. Beatriz, casada com o rei de Castella D. João I.

Os desvarios da rainha regente, que cegamente seguia os conselhos de seu valído o conde Andeiro, a idéa de que, com a acclamação da nova rainha, o reino ia cair em dominio estranho, fez desenvolver uma tão forte opposição ao novo governo, que a nação em poucos dias se achou na desordem mais espantosa, proxima a cair no profundo abysmo em que ia a ser lançada por alguns filhos espurios; porém estes nada poderam contra o grande número de seus verdadeiros e briosos filhos, que, reunidos em roda do estandarte de Ourique, a salvam, dando ao mundo um espectaculo grandioso.

A princeza D. Beatriz havia nascido portugueza; mas, tornando-se castelhana, não podia reinar em Portugal. Os infantes D. Diniz e D. João, filhos d'el-rei D. Pedro I e de D. Ignez de Castro, estavam ausentes em Castella, e tinham elles, por seus actos hostis á patria, renegado esta, e perdido o direito ao throno

que lhes dera seu alto nascimento. Restava o infante D. João, grão mestre da ordem de Avis, filho bastardo d'el-rei D. Pedro I, e de D. Teresa Lourenço; porém este, por illegitimo, só podia subir ao throno por eleição das cortes. O throno portuguez estava pois de direito vago pela morte de D. Fernando I, e as cortes posteriores assim o julgaram.

A nação appellou para o patriotismo do grão mestre, e este não era homem que recusasse o servil-a como o primeiro de seus filhos.

O primeiro desejo de todos era que a regencia passasse para as mãos do infante; este, para satisfazer ao clamor geral, pede ao rei de Castella a investidura do governo em quanto D. Beatriz não désse a Portugal um filho capaz de reinar. A conciliadora proposta foi rejeitada pelo rei castelhano, e o infante, sentido, aproveita as boas disposições do povo em seu favor.

A boa vontade do povo a favor do infante assusta a regente; esta, por conselho do conde Andeiro, alma do governo, manda o grão mestre para o Alemtejo com o fim apparente de o governar, mas as suas tenções eram o mandal-o lá assassinar. O infante e seus amigos estavam senhores do plano; obedece apparentemente, e parte; porém, repassando logo o Tejo, entra no paço subitamente, e mata o conde Andeiro, auctor de tantos males para a sua patria adoptiva (6 de Dezembro de 1383).

Espalha-se a noticia que o infante fôra assassinado no paço, e o povo furioso corre ali para vingar-se. O bispo de Lisboa, que era todo da regente, é procurado, e fugindo para a torre da Sé, d'ali o lançam, e o arrastam pelas ruas. O infante apparece, e annuncia a morte de Andeiro, que foi recebida com applausos.

A rainha foi tractada briosamente; porém não se dando por segura em Lisboa, passa para Alemquer, e d'ali para Santarem. O infante é acclamado *regente e defensor do reino* (16 de Dezembro de 1383).

Começou o infante a exercer o governo do reino com muita prudencia e fortuna, apesar de ter contra si a maior parte da nobreza, que estava pela rainha, e pelo grande poder de Castella.

D. Beatriz appresentava alguns fidalgos contra a nação com o mestre de Avis á frente.

(1384) O rei de Castella move-se para invadir o reino, e avança até Lisboa, onde o regente o bate, obrigando-o a retirar para Santarem, e n'esta occasião o rei de Castella retira a regencia á rainha sua sogra. Outro corpo de castelhanos ás ordens de Pedro Alvares Pereira, que seguiu Castella, occupa o Alemtejo; porém D. Nuno Alvares Pereira, fronteiro mór no Alemtejo, e irmão do general inimigo, o derrota na batalha dos Atoleiros (29 de Janeiro de 1384).

O rei de Castella cérca novamente Lisboa por mar e terra. O regente em grandes apuros manda ordem para o Porto, a fim de que a nossa esquadra lógo navegue para o Tejo. Encarrega ao arcebispo de Braga, D. Lourenço, a direcção dos trabalhos de armamento, e o arcebispo é o primeiro nos estaleiros, e obriga a todos com o exemplo a trabalhar para a santa causa da defesa da patria. Se algum se escusava por ser clerigo, dizia elle: «Tambem eu, mas trabalho». E se outro dizia que era religioso, instava elle: «E eu sou arcebispo». Em breve doze náos, algumas sessenta galeras, e sete navios ás ordens do general Gonçalo Rodrigues de Sousa se fizeram de vela para o Tejo, onde entram á viva força derrotando a esquadra castelhana,

superior em número; porém, reforçada esta com alguns navios, continúa o bloqueio da barra.

No fim de cinco mezes de cêrco, o inimigo, enfraquecido pela guerra, e por uma grande peste, retira para Torres Vedras, e depois para as fronteiras. Algumas cidades e praças se entregam ao regente, e os portuguezes começam a ganhar animo.

D. Leonor conspira contra a vida de seu genro; este a faz recolher n'um convento em Tordosilhas, onde morre em 1386.

(1385) Descobre-se uma conjuração contra o regente, e D. Garcia Gonçalves Valdez é queimado vivo.

O regente convoca para Coimbra as cortes. Estas, depois de largos debates, em que tomou grande parte o célebre jurisconsulto João das Regras, declaram o throno portuguez vago, pela impossibilidade de ser D. Beatriz estrangeira, e D. Diniz e D. João espurios da patria. Em seguida se procede á eleição da fórma de governo, e decide-se que continue o mesmo proclamado em Lamego, e ampliado em differentes epochas até áquelle tempo. Segue-se a eleição de novo rei, e João das Regras n'um eloquente discurso mostra que o infante D. João, mestre de Avis, já regente, governador e defensor do reino, é o mais digno de occupar de direito o throno que já de facto occupa, o mais digno finalmente de defender as liberdades do reino. D. João é unanimemente acclamado rei, tendo vinte e seis annos de idade (6 d'abril de 1385).

Segundo Periodo.

Dynastia Luso-Capeto, Joannina, ou de Avis.

O Senhor D. João I (O de Boa Memoria) 10.° Rei.

A decisão das cortes de Coimbra, que declarou vago o throno portuguez, a eleição do mestre de Avis para o occupar, foi a solução mais logica, no estado em que o reino se achava.

Alguns logares, que ainda seguiam Castella, são intimados pelo novo rei para obedecer á decisão das cortes, ou á força das suas armas, e muitos se rendem.

É certo que o regente e D. João I eram a mesma pessoa; mas moralmente D. João I valia mais que o mestre d'Avis, dava mais força á nação para debellar os estrangeiros, tirava a estes toda a idéa de transacção, e só pela força das armas poderiam estabelecer um governo que, para Portugal, nunca sería o de nação livre e independente. Portugal havia de sustentar até á ultima a obra das cortes de Coimbra, havia de continuar a ser nação com D. João I de Portugal, ou havia de ser uma provincia de D. João I de Castella.

O rei de Castella prepara-se para nova e mais decisiva invasão, contando com feliz resultado. O rei portuguez levanta mais tropas. Em Guimarães recebe elle a noticia de que o rei castelhano invadia o Alemtejo, e logo com o condestavel parte para a Estremadura.

Um troço de cavalleiros castelhanos invade a Beira, e saqueia Vizeu, Trancozo, e outras muitas terras; porém João Fernandes Pacheco com alguns fidaldos e lavradores, ao todo pouco mais de trezentos homens,

lhes sáem ao encontro, e os destroçam no célebre recontro de Trancozo, tomando-lhes a rica prêsa.

D. João I de Castella abandona o cêrco d'Elvas, e corre sobre Coimbra, aonde entra para se vingar da terra onde teve logar a exaltação do mestre d'Avis ao throno portuguez.

Estava el-rei em Abrantes pensativo, e sobre os meios de defesa indeciso. O condestavel o faz mudar contra o voto dos que temiam encarar o inimigo de frente, que era superior a trinta mil homens bem municiados, em quanto que o exercito portuguez, prompto a sair-lhe já pela frente, não excedia a seis mil e quinhentos homens, não bem municiados.

Decidido a atacar o inimigo, o nosso exercito faz um movimento para oeste, e nos campos de Aljubarrota se encontram os dois exercitos a 14 de agosto de 1385.

Os jovens rei e condestavel (ambos tinham a mesma idade, vinte e seis annos) estavam dispondo as forças para o ataque, quando o inimigo fez um movimento, que obrigou as nossas a mudar a frente, ficando com a cara para o sol e para o vento, que lhe mettia pelos olhos todo o pó que o exercito castelhano fazia com os seus movimentos. Passado este incidente, tudo fica em profundo silencio.

Ao som dos instrumentos bellicos desenrolam os nossos a bandeira gloriosa de Ourique, e rompem o ataque. Os castelhanos, logo no comêço da batalha, disparam dois tiros de peça. Esta arma terrivel, ainda então não conhecida entre os nossos soldados, lhes causou bastante espanto; porém o invicto condestavel os reanima, fazendo-lhes ver briosamente com o exemplo, carregando com a vanguarda sobre o inimigo, que taes instrumentos nada podiam contra peitos portuguezes.

O inimigo porém carrega de novo tão vigorosamente os *nossos*, que o condestavel teve de retirar sobre o nosso centro, já aberto para o receber. Mem Rodrigues teve de sustentar todo o pêso do inimigo, até que o condestavel, refeito, avança de novo ao seu posto da vanguarda.

A nossa direita, envolvida n'um momento, é soccorrida pelo rei em pessoa, carregando elle e o condestavel com tão furioso impeto sobre os castelhanos, que estes, derrotados completamente, se põem em tão precipitada e vergonhosa fuga, que desampararam o seu rei.

Em quanto as reliquias do exercito castelhano se retiravam em debandada para as fronteiras, o seu chefe, o rei, se dirige a Santarem, onde embarca no Tejo, e se recolhe á sua esquadra, que bloqueava o porto de Lisboa, d'onde, dando á vela, entra em Sevilha carregado de lucto, que conservou em sua vida para commemoração dos seus desastres em Portugal.

A perda do inimigo subiu a doze mil homens, sendo mais de metade prisioneiros: a nossa não excedeu a duzentos. Aos portuguezes degenerados, que seguiam Castella, não se deu quartel: n'este número entrou o irmão do condestavel.

O arcebispo de Braga, D. Lourenço, prestou n'esta occasião valiosos serviços á nação. Elle foi sempre visto no maior perigo exhortando os soldados a combater pela liberdade da patria, e prestando os soccorros espirituaes aos que morriam na sua defesa.

El-rei D. João I ficou tres dias no campo. O condestavel, feito conde de Ourem, váe a esta villa, e logo reune a el-rei em Santarem. O monarcha faz muitas mercês aos valentes de Aljubarrota.

Segue-se logo outra victoria. O condestavel entra por Castella, e junto a Valverde derrota os castelhanos em número de trinta mil, commandados pelo grão mestre das ordens, morrendo o de Santiago (5 de outubro de 1385).

O condestavel recolhe ao reino, e em premio é feito conde de Barcellos. El-rei ainda faz um movimento sobre Coria, mas sem resultado.

(1387) Casamento d'el-rei com D. Filippa, filha do duque de Lencastre. Perpetua-se a memoravel batalha de Aljubarrota com a fundação do monumental convento da Batalha, começado em 1388. As praças que ainda obedeciam a Castella se rendem. El-rei preside ás cortes reunidas em Braga (1388).

(1390) Doze portuguezes vão a Inglaterra combater com doze inglezes para desaffrontar doze damas inglezas. Morte do rei de Castella D. João I, e elevação de Henrique III, seu filho, ao throno. Assigna-se um tractado preliminar de paz, e desapparece o espirito de revólta no reino, e com a paz florecem a agricultura, as artes, e o commercio (1393).

(1396) A sé de Lisboa é elevada a archiepiscopal, e D. João Annes primeiro arcebispo. D. Henrique III renova a guerra sem resultado. Morte de D. Henrique III (1406). D. Catharina de Lencastre, (8) regente de Castella, assigna com Portugal uma suspensão d'armas por doze annos. Assigna-se a paz entre Portugal e Castella, reconhecendo a regente o rei D. João I.

(1415) El-rei D. João I, com dois de seus filhos, passa a Africa com um exercito, conquista Ceuta a 14

(8) D. Catharina era irmã da rainha D. Filippa, mulher de D. João I de Portugal.

de agosto, e toma o titulo de rei de Portugal e dos Algarves, e senhor de Ceuta. O infante D. Henrique, filho d'el-rei D. João I, emprehende as descobertas.

(1419) João Gonçalves Zarco descobre a ilha da Madeira. Continuam as descobertas até ao cabo Bojador. Animado o infante, manda mais tres náos, e Gil Annes, commandante d'uma, se adianta trezentas legoas além d'este cabo, e passaram-se cincoenta annos sem que algum outro se aventurasse a ir mais longe.

(1422) El-rei manda contar a era de Christo em logar da de Cesar. Manda trasladar em vulgar o codigo de Justiniano. Estabelece a fórma da successão sem tocar nas leis fundamentaes da monarchia (1426).

(1428) Casamento do infante D. Duarte com D. Leonor, infanta d'Aragão.

Fundaram-se muitos templos, palacios e conventos durante o longo e brilhante reinado de D. João I. Foi este grande rei um grande estadista, guerreiro, pae de seus vassallos, que nunca tiveram de arrepender-se de o sublimar á cathegoria de rei. Governou quarenta e oito annos. Havia nascido em Lisboa a 11 de abril de 1358. Morreu na mesma cidade a 13 de agosto de 1433, na idade de setenta e seis annos. Jaz no convento da Batalha.

O Senhor D. Duarte I (O Eloquênte) 11.º Rei.

(1433) Morreu o grande rei D. João I no dia anniversario de duas grandes victorias por elle ganhas — *Aljubarrota*, e *Ceuta*. Foi acclamado rei, e entrou no governo do reino seu filho D. Duarte.

El-rei D. Duarte fez logo reconhecer por seus irmãos e grandes do reino, como principe herdeiro legítimo

da coroa, a seu filho D. Affonso, de idade de vinte mezes, sendo o primeiro que tomou o titulo de principe.

(1434) Cortes em Santarem. Publicação da famosa lei mental, e de outras contra o luxo. Os grandes são mandados para as provincias para não se empenharem na corte, ficando só os empregados no paço.

Projecta-se a conquista de Tanger, e uma expedição passa a Africa ao mando dos infantes D. Henrique, e D. Fernando. Os portuguezes, carregados por um exercito de trezentos mil mouros, são reduzidos em Ceuta á ultima extremidade, e pedem suspensão d'armas. Os mouros pedem Ceuta, e o infante D. Fernando fica em refens em quanto D. Henrique vem ao reino propor a convenção.

(1437) Reunem-se as cortes em Leiria para a solução dos negocios d'Africa. As cortes, os infantes, e o mesmo captivo se oppõem a que se entregue Ceuta por cousa alguma. Só el-rei era do parecer da entrega, pela muita amizade que tinha a seu irmão, e começa a levantar um exercito para libertal-o.

(1438) Grande peste, que assola o reino, e o reduz ao ultimo apuro. Cortes em Santarem.

Fernão Lopes é encarregado de escrever as chronicas dos reis antecessores. As sciencias prosperam pela muita protecção que el-rei dava aos seus cultivadores. O proprio monarcha escreveu sobre diversos assumptos, e era dotado de bastante eloquencia.

El-rei visita e soccorre os povos consternados pela peste, de que elle mesmo é atacado em Thomar, onde morre. O povo o chorou com verdadeiro sentimento.

Durou cinco annos o governo d'el-rei D. Duarte. Morreu a 9 de setembro de 1438, tendo quarenta e

sete annos de idade. Havia nascido em Vizeu a 31 de dezembro de 1391. Jaz no convento da Batalha.

O Senhor D. Affonso v (O Africano) 12.° Rei.

(1438) Morreu el-rei D. Duarte, deixando um successor de menos de sete annos de idade, e o reino desolado pela peste. O principe D. Affonso é logo aclamado rei, e o governo do reino entregue à sua mãe a rainha D. Leonor, segundo o disposto no testamento do rei D. Duarte.

Os grandes e o povo se oppõem, e nomeiam o infante D. Pedro, duque de Coimbra, co-regente, e defensor do Reino. Começam a haver perturbações no reino por causa da regencia. As cortes reunidas em Lisboa entregam o governo do reino ao infante D. Pedro, ficando a rainha com a educação dos filhos. A rainha, offendida, retira-se para Castella.

(1440) As cortes, reunidas em Torres Vedras, auctorisam o casamento d'el-rei com D. Isabel, filha do infante regente.

(1444) Gonçalo Velho Cabral descobre o archipelago dos Açores.

(1445) Morre em Toledo a rainha D. Leonor, mulher d'el-rei D. Duarte. O seu corpo foi trasladado para o convento da Batalha.

(1446) El-rei chega aos quatorze annos de idade, e o regente, perante as cortes reunidas em Lisboa, lhe dá conta da sua administração, com que fica mui satisfeito, ratifica o seu casamento, e pede a seu tio continue com a direcção dos negocios do reino.

(1447) D. Affonso, duque de Bragança, irmão do regente, e alguns fidalgos, ciosos da auctoridade do

regente, principiam a malquistal-o com o rei. Este, dando entrada ás intrigas, exonera D. Pedro do governo do reino (1448).

Livre do cargo do governo do reino, D. Pedro se retira ás suas terras de Coimbra. Os calumniadores que ficaram na corte persuadem el-rei, que seu tio lhe quer tirar a coroa, e conseguem que o infante seja declarado traidor á patria, sem que sua filha, a rainha, possa valer para com el-rei a favor de seu pae.

O innocente principe parte de Coimbra para justificar-se perante o rei seu sobrinho e genro; porem como viesse acompanhado d'um número maior de gente d'armas para sua guarda, que assim se tornava preciso para segurança de sua pessoa, os verdadeiros traidores que cercavam el-rei persuadem este de que o infante marchava hostilmente contra a sua auctoridade real. O rei reune um exercito quatro vezes maior que a guarda de D. Pedro, e o váe encontrar, o que se effectua a quatro legoas de Lisboa, no sitio da Alfarrobeira. Deu-se uma batalha (20 de março de 1449), em que foi morto o infeliz infante com todos os seus. O seu corpo ficou exposto por tres dias por ordem d'el-rei, até que foi sepultado na igreja de Alverca, e d'aqui trasladado para Abrantes, depois para Santo Eloi de Lisboa, e de Lisboa para a Batalha.

(1455) A memoria do regente é rehabilitada, sem que algum de seus inimigos se atreva a fallar.

(1455) Morre em Evora a rainha D. Isabel, e seu corpo é trasladado para o convento da Batalha. Igual trasladação se faz ao corpo de seu pae o infante regente (1457); Seu filho D. Pedro obtem licença para voltar ao reino, e el-rei o restitue a todas as suas honras e dignidades.

(1557) Callisto III publíca a cruzada para a conquista da Terra Santa. D. Affonso é o primeiro principe que se promptifica a marchar, e manda cunhar a moeda chamada cruzados para pagamento do exercito. A morte do papa frustrou os planos d'el-rei, que transferiu a guerra para Africa.

(1459) Affonso V passa a Africa com uma expedição de duzentas embarcações, e toma Alcacer-Ceguer. Por esta occasião instituiu a ordem da Torre d'Espada.

(1460) Descobrem-se as ilhas de Cabo Verde. Morre em Sagres o grande infante D. Henrique.

Segunda expedição a Africa, onde el-rei perdeu a flor do seu exercito.

(1470) Casamento do principe D. João com D. Leonor, filha do duque de Vizeu. Descoberta da ilha de S. Thomé.

(1471) Descobre-se a ilha do Principe. Terceira expedição a Africa. El-rei toma Arzilla e Tanger, e voltando a Portugal, é recebido em triunfo, e toma o titulo de *Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além mar em Africa.* Estas victorias na Africa dão a el-rei o cognome de *Africano.*

(1473) O corpo do santo infante D. Fernando é trocado por alguns mouros captivos. O principe D. João separa a sua casa, e é este o primeiro exemplo.

Estava el-rei justo a passar a segundas nupcias com D. Joanna, filha e herdeira de Henrique IV rei de Castella; porém, morrendo este, se originaram desordens, e a maledicencia dizia, que Joanna não era legítima, e nomearam os castelhanos a D. Isabel, irmã do rei defuncto, e a casaram com D. Fernando rei de Aragão.

O rei de Portugal passa a Castella com vinte mil ho-

mens para tomar posse da coroa; e em Placencia desposa D. Joanna, sua sobrinha. D. Affonso v toma o titulo de rei de Portugal e Castella, e passa á cidade de Toro, que seguia a sua voz.

O principe D. João marcha de Portugal com um exercito a reforçar o rei, e unidos vão sitiar Çamora. Sobre esta praça appareceu o rei de Aragão, e entre ella e a de Toro se deu a memoravel batalha chamada de *Toro* (maio de 1476), em que os portuguezes tiveram que ceder ao pêso dos castelhanos, tendo já o principe D. João vencido os aragonezes. D. Duarte de Almeida, que levava o estandarte real, depois de ter a mão direita cortada, o tomou na esquerda; e succedendo-lhe o mesmo á esquerda, pegou com os cotos e com os dentes, e o conservou até ser cravado de golpes.

D. Affonso v, affrontado por tal derrota, deixa o governo do reino a seu filho o principe D. João, e parte para França a pedir auxílio a Luiz xi. Este monarcha, que só tinha boas palavras, a princípio recebe magnificamente o rei de Portugal; porém, por suggestões do rei de Aragão, manda prender a D. Affonso, tendo-o recluso um anno. Posto o rei em liberdade, projecta peregrinar á Terra Santa, e escreve a seu filho, que se faça acclamar rei. As ordens do monarcha são cumpridas, e D. João foi acclamado rei, em Santarem, a 10 de novembro de 1477. A guerra não tinha cessado desde a partida do rei para França.

Quasi só tinha D. Affonso emprehendido a jornada da Palestina, porém, sendo presentido dos seus, o foram buscar a caminho, e o trouxeram para Portugal.

Quatro dias depois da acclamação de D. João apparece el-rei no Tejo. D. João pede conselho ao duque de Bragança, e ao cardeal Jorge da Costa, que todos

passeavam á borda do Tejo, e lhe dizem, que entregue a coroa a seu pai, o que logo fez. D. Affonso quer fazer rei do Algarve a seu filho, que não acceita.

(1478) Continúa a guerra com Castella; mas, cançadas as duas coroas, fazem a paz, e D. Affonso renuncía ao throno de Castella, e por um dos seus artigos fica Portugal senhor da navegação da costa de Guiné (4 de setembro de 1479).

D. Joanna, esposa d'el-rei, recolhe ao convento de Santa Clara de Santarem, com o simples titulo de *Excellente Senhora.*

(1480) O reino é affligido por uma grande peste. D. Affonso recolhe ao palacio de Cintra; andava muito pensativo, e dizia que queria entregar o governo do reino a seu filho, e entrar na ordem de S. Francisco; porém sendo accommettido de peste, morre no mesmo quarto do paço de Cintra, onde havia nascido.

Os quarenta e tres annos do reinado de D. Affonso V não foram sómente empregados nas guerras e descobertas; tambem se cultivaram as lettras. O regente foi homem de grande saber, e o rei fallava o idioma vernaculo com tanta cultura, que parecia composição advertida. Dimittindo-se Fernão Lopes do cargo de chronista-mór do reino, logo el-rei nomeou para o seu lugar a Gomes Eannes de Azurara. No paço real d'Evora se reuniu uma copiosa livraria. Mandou-se escrever a historia portugueza em latim, e animaram-se os sabios estrangeiros a vir para Portugal.

Morreu el-rei a 28 de agosto de 1481 tendo quarenta e nove annos de idade. Havia nascido aos 15 de janeiro de 1432. Jaz no convento da Batalha.

O Senhor D. João ii (O Principe Perfeito) 13.° Rei.

(1481) A morte d'el-rei D. Affonso v fez entrar pela segunda vez no governo do reino seu filho o principe D. João, que foi segunda vez acclamado rei, tendo vinte e seis annos de idade (31 de agosto de 1481).

D. João ii reune logo cortes em Evora, procura conhecer bem os homens capazes de empregar no serviço da nação, dando tudo ao *merecimento*, e nada ao *nascimento*. Refrêa a liberdade do povo, e abate o orgulho dos grandes, abolindo-lhes os restos do feudalismo, que ainda existia. A nobreza, julgando-se offendida, lhe representa por seu chefe, o duque de Bragança D. Fernando ii; porém o rei não os attende, e continúa a grande obra das reformas (1482).

(1482) Continuam as descobertas. Diogo de Azambuja com uma armada descobre a costa de Guiné, funda a fortaleza de S. Jorge de Mina, e volta a Lisboa carregado de ouro e marfim. El-rei junta aos seus titulos o de *Senhor de Guiné.*

O rei suspeita do duque de Bragança, e este é accusado de ter correspondencia com o rei de Hespanha contra Portugal. O duque é prêso, e mettido n'uma torre do seu palacio em Evora. Confessa corresponder-se com seu cunhado o rei de Hespanha, porém que essas relações eram apenas de familia, e nada tinham de politicas. Assim mesmo el-rei, ou por achar provas de crime, ou por odio contra o duque, o metteu em processo, e é condemnado a ser degollado na praça de Evora, o que se executa a 31 de junho de 1483.

A morte do infeliz duque fez espalhar a tristeza no reino, e exasperar os grandes contra o rei. Origi-

naram-se grandes conjurações contra a sua vida, que todas rebateu, algumas por suas mãos.

(1485) O duque de Vizeu, primo e cunhado d'el-rei, e que mais tarde devia occupar o throno que foi para D. Manoel, duque de Beja, estava tramando contra a vida do rei. Chamado o duque ao paço de Setubal, D. João II, depois de o ter recebido bem, lhe pergunta: «Primo, que faria a quem o quizesse matar?» Matal-o-hia primeiro, respondeu o duque. «Lavraste a tua sentença, disse el-rei.» E logo lhe crava um punhal, e mata o duque (23 de agosto de 1484). El-rei manda formar processo ao duque morto, e aos seus complices, que foram declarados criminosos d'alta traição, e executados os ultimos.

(1484) El-rei despreza as offertas de Christovão Colombo para as descobertas. Colombo váe offerecel-as ao rei de Hespanha, que as acceita. Diogo Cão continúa as descobertas na Guiné, descobrindo o reino do Congo, e o grande rio Zaire. Na seguinte viagem passa duzentas legoas além d'este rio até Cabo Negro, e os nossos missionarios vão conseguindo a conversão ao christianismo dos reis africanos da Guiné.

(1485) Bartholomeu Dias com tres náos chega á extremidade da Africa, e dá-lhe o nome de cabo Tormentoso; mas D. João II, alegre da descoberta, lhe dá o da *Boa Esperança*. Pedro Covilhã, e Affonso de Paiva partem para a India por terra. No Cairo separaram-se, indo Affonso de Paiva para a Ethiopia, onde morreu; e Covilhã, depois de ter corrido a India, voltou a Portugal trazendo curiosas noticias.

El-rei manda queimar uma casa de jogo, e publíca leis severas contra os jogadores, e contra o luxo. Um rei da Negricia, chega a Lisboa, e se faz christão. O-

judeos expulsos da Hespanha pela Inquisição são recebidos em Portugal, prometendo fazerem-se christãos; os que se negaram á promessa foram mandados para as conquistas. Cortes em Evora para deliberarem sobre o casamento do principe D. Affonso com D. Isabel, filha e herdeira dos reis de Hespanha (1490).

(1490) O conde de Borba, Fernão Mascarenhas, Martim de Tavora, e os Menezes, filhos do marquez de Villa Real, obram maravilhas sobre Alcacer Quibir, Targa, Caniça, e outras povoações da mauritania.

(1491) O principe D. Affonso dá uma quéda do cavallo abaixo indo a correr pela margem do Tejo junto a Santarem. Recolhido moribundo á choça d'um pobre pescador, sobre a humilde cama de feno exhalou o ultimo suspiro nos braços de seu pae, de sua mãe, e de sua esposa, tendo apenas sete mezes de casado.

A coroa vem a pertencer a D. Manoel, duque de Beja. El-rei, que não gosta do duque, faz tudo para que a coroa passe a D. Jorge seu filho natural; porém achando grande opposição na rainha e nos grandes, não póde conseguir o seu desejo. D. Jorge foi então feito duque de Coimbra, com toda a grandeza e casa de seu visavô o infante D. Pedro.

O rei do Congo converte-se ao christianismo. El-rei, atacado d'uma languidez, consente, e nomea seu herdeiro e successor o duque de Beja.

(1492) Christovão Colombo descobre o novo Continente: na sua volta entra em Lisboa, e é bem recebido por el-rei.

(1494) Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Hespanha, auctorisado pelo papa, para a demarcação das novas conquistas. A Europa via passiva estas duas nações a dividir o mundo.

Edificam-se duas fortalezas no Tejo para a defesa da barra. A molestia d'el-rei augmenta; os medicos o mandam para as caldas de Monchique, e morre na villa de Alvor com suspeitas de envenenado. Antes de morrer entregou nas mãos de D. Manoel seu filho natural D. Jorge.

Durou quatorze annos o governo de D. João II. Morreu a 25 de outubro de 1495, tendo quarenta annos de idade. Havia nascido em Lisboa a 3 de maio de 1455. Jaz na Batalha.

O Senhor D. Manoel I (O Venturoso) 14.º Rei.

(1495, 1496) Morto el-rei D. João II, o duque de Beja, D. Manoel, occupa o throno, tendo vinte e oito annos de idade.

O novo rei convoca cortes para Monte-Mór-o-Novo, onde se determina participar a sua acclamação ao papa e ao rei de Hespanha, e determinou-se igualmente continuar as conquistas. Novas expedições são mandadas a Africa, e os portuguezes obtem victorias em Arzilla e outros pontos.

D. Jorge, duque de Coimbra, é appresentado a el-rei, que o recebe muito bem. Aos filhos do duque de Bragança são restituidos os bens e as dignidades. O cardeal Jorge é chamado de Roma; porém a sua muita idade não lhe permitte recolher ao reino. O papa dispensa do celibato os commendadores e cavalleiros das tres ordens militares.

(1497) Vasco da Gama parte com quatro náos para dobrar o cabo da Boa Esperança. Levou comsigo os insignes capitães Paulo da Gama, seu irmão, Nicoláo Coelho, e Gonçallo Nunes: cada um tinha o comman-

do d'uma náo, e Vasco o da expedição (8 de julho). El-rei entrega n'esta occasião a Vasco o mappa e memorias que Coelho havia mandado a el-rei D. João II.

El-rei pede para casamento a princeza herdeira de Castella, D. Isabel, já viuva do nosso principe D. Affonso. Os reis catholicos annuem debaixo da condição de serem expulsos de Portugal todos os judeos e mouros que não quizessem abraçar o christianismo. Este passo impolitico foi dado por el-rei, fazendo assim sair de Portugal grandes riquezas. Expulsos os judeos e mouros, o casamento d'el-rei com a princeza D. Isabel se effectuou (outubro de 1497) em Valença d'Alcantara, e el-rei passa a Hespanha para ser jurado principe, e herdeiro d'aquelle reino.

Vasco da Gama dobra o cabo da Boa Esperança (20 de novembro 1497), e logo se appresenta á vista de Moçambique, Mombaça, Melinde, Calicut, e devassa os máres do oriente.

(1498) Na cidade de Toledo foram jurados principes herdeiros de Castella el-rei D. Manoel, e a rainha D. Isabel sua mulher (28 de abril). Passando a Saragoça para serem jurados como principes herdeiros de Aragão, ali morre de parto a rainha (24 de agosto), dando á luz o principe D. Miguel da Paz, que devia ser o futuro rei de toda a Hespanha, ao que obstou a sua prematura morte. El-rei D. Manoel voltou a Portugal.

(1499) A 10 de julho chega a Lisboa a nova da descoberta da India por mar, e logo a 29 do mesmo mez entra pelo Tejo, carregado de riquezas para a nação, Vasco da Gama, depois de ter dobrado o *cabo da Boa Esperança*, descoberto a *Terra de Natal*, o *Rio dos Reis*, o *Rio dos Bons Signaes* na Ethiopia, *Mombaça* na

Africa oriental, e *Calicut* na India. N'esta ultima cidade foi magestosamente recebido pelo Çamorim, o mais poderoso monarcha da India. Outras povoações o receberam com grandeza e respeito.

El-rei D. Manoel premeia os grandes serviços de Vasco dando-lhe o titulo de *Dom*, e o *Habito de Christo* para elle e seus descendentes.

Começa a edificar-se o magnifico templo e mosteiro de Belem, para perpetuar a descoberta da India. A synagoga dos judeos é reedificada, purificada, e dada para o culto catholico, e hoje é a igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Freires de Christo, em Lisboa.

El-rei, animado com o feliz successo de Gama, faz partir para o mesmo destino treze náos ás ordens de Pedro Alvares Cabral. Um forte temporal obriga Cabral a correr muito para oeste, e descobre as costas do Brazil (25 de abril). Gaspar Corte-Real corre para o norte, e descobre a Terra Nova. Continúa Pedro Alvares a sua viagem para a India; tocou em Moçambique, Quilôa, Melinde, ilhas de Anchediva, Calicut, recolhendo ao reino no fim d'este anno, ou começo de 1501.

Celebrou-se em Alcacer do Sal o segundo casamento d'el-rei com D. Maria, infanta de Hespanha, irmã de sua primeira mulher.

(1501) João da Nova tambem havia partido com tres navios, e na viagem descobre a ilha da Ascensão; ganha a primeira victoria naval na India, derrotando a armada de Calicut: deixou feitorias em Cochim e Cananor, e na volta para o reino descobre a ilha de Santa Helena.

(1502) Desde a volta de Pedro Alvares que el-rei se intitulava — *Senhor da Navegação, Conquista, e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e India.* Para segu-

6

rar tão brilhante titulo manda pela segunda vez á India o seu grande almirante D. Vasco da Gama com vinte náos. D. Vasco derrota o rei de Quilôa, e faz uma parte da India tributária a Portugal; depois recolhe ao reino, trazendo o primeiro tributo da India (1.º de setembro de 1503).

Francisco d'Albuquerque tambem havia partido com tres náos; protege o rei de Cochim contra o Çamorim, nosso inimigo, fazendo-lhe grandes estragos na gente e na fazenda. O reino é atacado pela peste.

(1503) Affonso de Albuquerque, D. Francisco d'Almeida, e Duarte Pacheco Pereira partem para a India, e ali se encontram com Francisco Albuquerque, que se dispunha a fundar uma fortaleza. Metteu-se mãos á obra, e fundou-se a fortaleza de Santiago. Os Albuquerques voltaram ao reino, deixando duas caravelas a Duarte Pacheco.

Antonio de Saldanha com tres navios esperava nos máres da Arabia as náos de Meca. Diogo Fernandes Pereira descobre a ilha de Sacotorá (abril 9). Rui Lourenço faz tributario o rei de Zanzibar. Rui e Saldanha derrotam o rei de Mombaça, que fazia guerra ao de Melinde, nosso alliado. Duarte Pacheco faz respeitar as armas portuguezas na India.

(1504) Lopo Soares de Albergaria chegá a Calicut com uma esquadra; toma Cangranor, e destroe a armada de Calicut, composta de oitenta e cinco velas. Logo dá sobre Panane. Destroça dezesete náos de Meca, sustentadas por vinte fustas, matando mais de dois mil mouros.

(1505) Outra terrivel peste no reino. Os reis do oriente se confederaram para sacudir os portuguezes; porém o vice-rei D. Francisco de Almeida, com vinte

e dois navios bem provisionados, corre áquellas partes a desfazer a liga. Destróe o rei de Quilôa, e funda uma fortaleza. O mesmo successo em Mombaça. Tudo assim é subjugado.

Fundam-se fortalezas em Cananor, e Anchediva. Pedro d'Anaya em Sofalla. D. Lourenço d'Almeida foi levado a Ceilão, e faz tributario o rei de Golf. D. Lourenço d'Almeida, com doze navios e oitocentos homens de tropa, derrota duzentas velas de Calicut, e mata mais de tres mil mouros.

Diogo da Azambuja toma Çafim, na Mauritania.

As nossas armadas para a India seguiam-se umas ás outras. Pedro de Anaya marcha com seis velas, e atraz d'elle quinze com Tristão da Cunha, e Affonso de Albuquerque, que havia de succeder no vice-reinado.

Horrivel matança dos judeos em Lisboa, por causa de dois frades dominicos. El-rei manda queimar os dois frades vivos.

Tristão da Cunha descobre a ilha de Madagascar (10 de julho). D. Francisco de Almeida chega a Guilva, restabelece a paz, e faz o rei tributario; queima Mombaça, alcança Cananor, faz um tractado com o rei Narsinga, e dá finalmente fundo em Cochim, séde do seu governo. Francisco Gnaie chega a Sofalla. D. Lourenço de Almeida toma posse das ilhas Maldivas, desembarca em Ceilão, e volta a ajudar seu pae no ataque de Gôa.

(1507) Jaques de Sequeira entra no estreito de Malaca. Affonso de Albuquerque toma Mascate, e faz tributario o rei de Ormuz, na Persia.

O vice-rei D. Francisco de Almeida, com Tristão da Cunha, D. Lourenço de Almeida, e Nuno da Cunha, partem para Panane para queimar as náos de Meca e

Calicut, que estavam n'aquelle porto defendidas por quatro mil soldados. Dezoito náos foram queimadas.

(1508) D. Lourenço de Almeida com oito navios bate-se contra as armadas reunidas de Cambaia e do Soldão de Babylonia, porém é vencido e morto.

O vice-rei despica a morte do filho, destruindo Dabul, e logo com dezesete navios dá sobre Diu, onde destróça duzentas velas dos inimigos, guarnecidas de valentes mamelucos.

Na Africa continuam Diogo da Azambuja, Francisco Pestana, D. João de Menezes, o conde de Borba, a ganhar grandes creditos combatendo em Arzilla, Larache, Azamor, Mamon, Cale, Çafim, e outros pontos.

(1509) El-rei manda resumir o codicillo das leis por famosos jurisconsultos. Duarte Pacheco derrota os francezes no mar.

(1510) D. Duarte de Menezes alcança uma grande victoria em Tanger. Os seus capitães Nuno de Ataide, e Lopo Barriga, ganham grandes creditos.

Sáem para a India com quatorze velas Filippe de Castro, Vasco Gomes de Abreu, Jorge de Mello, e Fernão Soares. São logo seguidos de Diogo Lopes de Sequeira com quatro, e de Jorge de Aguiar com doze.

D. Francisco de Almeida entrega o vice-reinado da India a Affonso de Albuquerque, e parte para o reino. Desembarcando na Aguada de Saldanha, na costa de Natal, foi morto pelos negros, e atravessado por uma seta na garganta. O grande capitão, vendo-se ferido de morte, fallou aos seus, e logo, arrancando a seta, caíu morto.

El-rei manda ao marischal D. Fernando Coutinho com uma armada de quinze náos para destruir Calicut. Affonso de Albuquerque e Coutinho atacam aquella ci-

dade, fazendo n'ella grande estrago, assim-como nas náos de Meca, das quaes queimaram muitas. Fernando Coutinho foi morto, e Albuquerque perigosamente ferido.

Depois d'esta infelicidade Affonso de Albuquerque toma Gôa ao Sabaio, e a entrega ao Idalcão. Segunda vez a rendeu e conserva para capital do imperio portuguez no oriente. O rei de Sumatra faz um tractado com Sequeira, que o vice-rei approva, e por toda a India o nome portuguez era respeitado. O mesmo acontecia na Africa. D. Fernando de Ataide ganha sobre os mouros de Marrocos uma grande victoria.

(1511) Malaca, cidade presidiada por trinta mil homens, com tres mil peças de artilharia, é atacada por Affonso de Albuquerque, que a toma, e n'ella recebe embaixadores de todos os principes e reis asiaticos: manda Vasco de Abreu descobrir as Molucas, o que elle executa. O Idalcão ataca Gôa, aproveitando-se da ausencia de Albuquerque; porém é rechaçado por Manoel da Cunha Vasconcellos.

(1512) Albuquerque recolhe a Gôa, e ganha uma famosa victoria contra o Idalcão; toma a fortaleza de Benastarim, e manda mutilar cincoenta portuguezes, que se tinham feito mahometanos.

Na Africa continuam as conquistas com vigor, e o rei de Marrocos é muitas vezes vencido por Fernando de Ataide.

(1513) O duque de Bragança D. Jaime passa a Marrocos com um exercito de dezeseis mil infantes, e dois mil e quinhentos lanceiros; dá sobre a cidade de Azamor, e a toma á força d'armas. Os mouros descorçoados abandonam as cidades de Tite e Almedina.

O duque victorioso recolhe ao reino, deixando o go-

verno do exercito a D. João de Menezes. Este marcha sobre Benacafiz, em quanto D. Bernardo Manoel investia a cidade de Tafut, e Nuno de Ataide a de Tetnest.

O rei do Congo manda a el-rei D. Manoel uma embaixada, e seu filho D. Henrique é appresentado ao papa.

Na India Albuquerque derrota os reis de Java, e o de Bentam, e os obriga a pedir a paz.

El-rei D. Manoel, enganado pelos inimigos do vencedor da India, lhe determina que abandone Gôa. Affonso de Albuquerque, conhecendo o engano, ajunta o seu conselho, e depois de madura deliberação, guarda a cidade, e confunde seus inimigos.

(1514) D. João de Menezes continuava em Azamor sendo o terror dos mouros, porém a morte o arrebatou. Muitos heroes ficaram ainda. Por toda a Mauritania eram victorias ganhas pelos portuguezes ás ordens dos insignes capitães D. Pedro de Menezes, conde de Alcoutim; Diogo Lopes; Affonso de Noronha, conde de Odemira; D. João Coutinho; Diogo de Mello; Henrique de Menezes, e de outros muitos benemeritos. O rei de Marrocos treme na sua capital. O da Ethiopia manda um embaixador a el-rei D. Manoel.

Fez grande echo na Europa o embaixador que el-rei mandou ao papa Leão x, não só pela riqueza e apparato, como porque entre os ricos presentes via-se uma onça mansa, e um elefante mui alto, o primeiro que tinha apparecido na Europa. O chefe d'esta célebre embaixada foi Tristão da Cunha.

(1515) Affonso de Albuquerque toma Ormuz, e recebe os embaixadores do sophi da Persia. O grande portuguez, que havia feito grande a sua patria e o seu rei, pede a D. Manoel a graça de fazel-o duque de

Gôa, em recompensa de seus serviços. Os intrigantes, que na corte estavam raivosos de ciume contra as glorias de Albuquerque, fazem crer a el-rei, que tal pedido bem fazia ver as vistas do vice-rei; que elle aspirava a ser — *rei do oriente*. El-rei D. Manoel acredita, e manda ordem a Affonso de Albuquerque para entregar o governo a Lopo Soares de Albergaria, que logo váe rendel-o.

O sophi da Persia e os reis de Ormuz offerecem-se a Albuquerque para conserval-o no seu emprêgo á custa de quaesquer sacrificios. O heroe tudo recusa, e morre fiel ao seu soberano, a quem escreve: « *Que o rei podia julgar pelo que elle tinha feito, e do que tinha continuado a fazer.* » Muitos principes asiaticos tomam *lucto* por elle.

(1516) O Pará começa a ser colonisado por Francisco Caldeira Castello Branco. O vice-rei da India Lopo Soares dá a paz a uma grande parte das conquistas, e manda uma embaixada á China e ao Pegú.

(1517) Fernando d'Andrade chega á China, e é recebido com amizade; faz um tractado com o imperador, e os portuguezes conseguem licença para edificar a cidade de Macáo.

A rainha D. Maria morre em Lisboa. Jaz no convento de Belem. El-rei passa a terceiras nupcias com D. Leonor, filha de Filippe I de Hespanha (1518).

(1518) As victorias na Africa são importantes. Mazagão rendeu-se ás nossas armas. Os negocios da Guiné tambem occupam as attenções d'el-rei, que procura civilisar aquelles povos pelos influxos da religião.

Diogo Lopes, que já dera mostras do seu espirito no descobrimento de Sumatra, e Malaca, succede no governo da India, e os negocios prosperam. Manda um

embaixador ao Prestes João. Funda a fortaleza de Chaul, e declara guerra aoMelique-Az, senhor de Diu.

(1519) Antonio da Silveira conquista Surrate.

Fernando de Magalhães, official da casa do rei, desgostoso por D. Manoel lhe não augmentar o seu soldo, como merecia, pelos seus bons serviços, retira-se a Hespanha. Carlos v, ou i, o recebe graciosamente, e lhe dá cinco náos, com que se adianta até á ponta meridional da America, que dobra, passando pelo estreito, que depois conservou o seu nome; mas é assassinado na ilha da Matta, e das cinco náos só uma voltou a Hespanha.

(1521) Antonio Correia com quatrocentos homens toma a ilha de Baharem, defendida por doze mil arabes. A rainha de Ternate permitte a fundação d'uma fortaleza na sua ilha. O rei de Ceilão se oppõe a que os portuguezes se estabeleçam n'aquella ilha; porém obrigado cede, e pede paz. Os portuguezes residentes no reino de Ormuz são quasi todos assassinados no mesmo dia, excepto em Mascate. Malaca é defendida por Garcia de Sá.

Assim caminhava um reinado tão feliz, que deu ao monarcha o cognome de *Venturoso*. Teve D. Manoel a boa fortuna de encontrar homens eminentes para tudo; guerreiros sabios e prudentes, jurisconsultos eximios, historiadores verdadeiros; e a todos el-rei protegeu, particularmente a Duarte Galvão, e Rui de Pina, chronistas do reino.

Já el-rei D. Manoel governava o reino ha vinte e seis annos, quando a morte o arrebatou em Lisboa, na idade de cincoenta e dois annos. Havia nascido em Alcochete a 31 de maio de 1469. Jaz no convento de Belem.

O Senhor D. João iii (O Piedoso) 15.° Rei.

(1521) Morreu o grande e feliz rei D. Manoel, e seu filho, o principe D. João, toma as redeas do governo, tendo dezenove annos de idade. D. João iii era homem mui piedoso, porém não era por certo o homem para rei successor de D. Manoel. A ambição das conquistas e da gloria tinha levado os portuguezes nos ultimos cem annos, e principalmente nos ultimos trinta, a tão espantosa grandeza, que, para a sustentar, se tornava preciso um rei guerreiro da esphera de D. João 1.° ou D. Affonso v.

Os corsarios francezes já haviam sido batidos pelos nossos navios de guerra, e Francisco 1.°, rei de França, manda dar uma satisfação a Portugal.

D. Duarte de Menezes, governador da India, continúa a ser na Asia heroe, como o fôra na Africa. Seu irmão, D. Luiz de Menezes, capitão das Indias, distingue-se por seus serviços.

(1522) Funda-se a fortaleza de Ternate nas Molucas, e a cidade de S. Thomé em Meliapor. Antonio Tenreiro começa as suas viagens. El-rei manda uma embaixada á Persia, porém é mal succedida. O reino é assolado pela peste.

D. Duarte de Menezes acaba o seu governo na India; fica interinamente D. Garcia Henriques.

(1523) Heitor da Silveira é nomeado almirante das Indias, para onde parte. D. Affonso de Sousa derrota o rei de Pam. O valor de Antonio de Brito faz com que todos os soberanos das Molucas mandem pedir protecção aos portuguezes. O governo da India estava mal entregue nas mãos de D. Garcia. El-rei manda por vicerei o almirante mór, D. Vasco da Gama, conde da Vi-

digueira, e como já estivesse velho, leva por adjuntos D. Henrique de Menezes, Pedro Mascaranhas, e Lopo de Sampaio. A presença do conde da Vidigueira restabelece a ordem nas conquistas, mas a morte o arrebata em Cochim (1524). Succede-lhe D. Henrique de Menezes.

(1525) Colonisação da capitania do Espirito Santo na provincia do Brazil.

El-rei manda juizes de fóra para todos os logares necessarios; conserva uma restricta neutralidade no meio das guerras que agitavam a Europa, e celebra o seu casamento com a infanta de Hespanha D. Catharina, filha de Filippe I.

A guerra, e as victorias na India continuam famosas debaixo do governo de D. Henrique de Menezes. Tamanhas victorias eram porém mais devidas ao espirito marcial da nação, e esforços dos bravos soldados das escholas dos Vascos, dos Albuquerques, dos Menezes, e de tantos homens famosos dos reinados precedentes, do que ao caracter pessoal do monarcha, que era mais dado ás sciencias, e mais protector d'estas, do que das conquistas.

O grande continente, a que depois se chamou Nova Hollanda, é descoberto pelos portuguezes.

(1526) Instituição em Portugal do tribunal da Inquisição. Lopo de Sampaio desbarata dez mil malabares.

(1527 Morre D. Henrique de Menezes, governador da India. Pedro Mascaranhas, e Lopo Vaz, questionam sobre o mando, e ainda assim os animos zelosos continuam nas conquistas.

Lourenço Vasques desembarca em Borneo. Lopo Vaz ganha grande victoria sobre a armada de Calicut. As

nossas armas ganham igualmente triunfos sobre o rei de *Bintão* no mar Roxo, nas Molucas, e em muitas outras partes do oriente.

(1529) O grande mathematico Pedro Nunes é nomeado cosmographo mór do reino.

Nuno da Cunha toma conta do governo da India, e acabam as discordias entre os dois rivaes do poder. Conquista do Tidore. O rei de Mombaça ficá nosso tributario. Belchior de Souza Tavares váe em auxílio dos reis de Bucará, e devassa os rios Euphrates, e Tigre.

(1530) A colonisação do Brazil, já começada no Pará em 1516, começa agora a ser attendida por el-rei. Martim Affonso de Souza é encarregado de explorar as costas d'aquelle paiz.

Nuno da Cunha prójecta a conquista de Diu, e dá formidavel ataque á ilha de Beth. Não podendo conseguir o seu intento, recolhe a Gôa, deixando Antonio da Silveira com uma armada para infestar as costas de Cambaia.

(1531) Espantoso tremor de terra, que dura oito dias (fevereiro).

(1532) Descoberta do Rio de Janeiro (1.º de janeiro). Instituição do tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens.

(1534) Instituição da celebre companhia de Jesus por Ignacio de Loiola (o Santo). É transferida para Coimbra a universidade, mandando el-rei vir dos paizes estrangeiros muitos professores distinctos com que a enriqueceu, dotando-a igualmente com cabedaes sufficientes para sustentar a sua grandeza, como universidade de primeira ordem.

Garcia da Horta navega para a India, onde escreve sobre as drogas do oriente.

(1535) Nuno da Cunha rende Baçaim. Atemorisado o sultão Baduz assigna a paz, e faculta a fundação da fortaleza de Diu na costa de Guzarate. Manoel de Souza ficou governador da nova fortaleza.

Martim Affonso de Souza foi soccorrer o sultão contra o Mogor, e o governador foi para Gôa, e logo alcança a cessão das provincias de Bardez, e Salsete.

O infante D. Luiz com a mais luzida nobreza váe em auxílio do imperador Carlos v, com uma armada para a expedição de Tunes, na qual o infante e as nossas armas ganharam muito credito.

Colonisação do Maranhão, Ceará, Rio Grande, Parahiba, e Tamaracá, no Brazil.

Não tardou a haver desavenças entre o rei de Cambaia, e o governador portuguez da India. Manoel de Souza e outros portuguezes são mortos em Diu; porém Antonio da Silveira e D. Jorge de Menezes derrotam e matam o sultão.

(1536) O grande e virtuoso Antonio Galvão emprega um zelo opostolico na conversão ao christianismo dos habitantes das Molucas.

(1537) Peregrinações de Fernão Mendes Pinto.

(1538) A morte do sultão faz colligar os mouros da Asia e do Egypto contra os portuguezes da India. Lá marcham sobre Diu, o Solimão do Cairo, o Idalcão, e outros. D. João Pereira derrota o Idalcão, e Antonio da Silveira destroça as armas colligadas, defendendo heroicamente Diu, não tendo mais de seiscentos homens, e Heitor da Silveira levou tudo a ferro e a fogo pelas costas do mar Roxo. Ao mesmo tempo D. Jorge de Menezes fazia tremer as Molucas.

(1539) É nomeado governador da India D. Garcia de Noronha, que logo estabelece a paz com Cambaia e

Calicut; fortalece Diu, e morre no fim de seis mezes.

(1540 Succedeu no governo da India D. Estevão da Gama. D. Estevão levou o P.e Francisco Xavier (o Santo), o apostolo da India.

Fundação do collegio de Sant'Iago de Cangranor para educação dos filhos dos gentios convertidos.

Preparavam-se os turcos para invadir novamente a India; porém logo que D. Estevão teve conhecimento da projectada invasão, apressa-se a ir esperal-os até ao porto de Suez, bastando só este rasgo de audacia do governador, para os inimigos desistiram da empreza, não deixando os nossos de lhes causar graves prejuizos nas suas cidades maritimas.

N'esta mesma occasião o imperador da Abyssinia pediu soccorro a D. Estevão contra o rei de Adel. O governador logo manda quinhentos homens ao mando de seu irmão D. Christovão da Gama; os expedicionarios obraram prodigios de valor, porém tivemos a infelicidade de perder a D. Christovão.

A viagem de D. Estevão ao golfo Arabico foi escripta geographicamente por D. João de Castro, que até hoje ainda ninguem o excedeu.

(1541) Martim Affonso de Souza váe governar a India. Funda-se em Gôa o collegio dos jesuitas, denominado da Santa Fé, para a instrucção dos meninos christãos, e dos neophitos gentios.

(1542) Descobre-se o Japão, para onde parte o heroe P.e Francisco Xavier, e lá obra maravilhas. Os nossos estabelecimentos na China progridem. O Idalcão retira das terras de Salsete, e Bardez.

(1544) Cortes em Almeirim, onde é jurado principe herdeiro D. João, filho d'el-rei. Pedro Nunes é nomeado lente de mathematica para a universidade de Coimbra.

(1545) D. João de Castro é nomeado vice-rei da India. Lourenço Marques descobre a bahia, a que deu o seu nome.

(1546) El-rei manda aos portuguezes na Abyssinia, que procurem descobrir caminhos pelo interior para a costa de Melinde, e tambem para a costa occidental da Africa.

Declara-se a guerra entre Portugal e Cambaia. O rei Mamoud manda sitiar Diu pelo seu visir Coge Sophar, soldado experimentado nas guerras da Europa. D. João Mascaranhas, governador de Diu, defendeu a praça com um valor nunca visto. O general mahometano morre n'uma sortida dos nossos. Seu filho Rumecão continúa o assedio com maior vigor; e recebe reforços de tropas, e materiaes de guerra; dá assaltos sobre assaltos; porém D. João Mascaranhas todos rechaça. Fernando de Castro, filho do vice-rei, já havia perecido na defesa, no momento em que o inimigo fez ir pelos ares uma torre.

Apesar de tão brilhantes feitos d'armas, a praça de Diu estava em grande risco. O vice-rei se apresta em Gôa para a ir soccorrer. Levanta ferro a armada, e chega á vista de Diu, desembarca tropas, ataca a esquadra inimiga, que destroe, e logo os nossos sáem da praça em tres troços, e o inimigo é batido completamente, e obrigado a levantar o assedio.

A cidadella de Diu precisava grandes reparos. D. João de Castro pede á cidade de Gôa trinta mil pardáos para a sua reedificação, mandando por garantia de tão avultado emprestimo *um cabello das suas barbas.* Reparada a praça, o vice-rei recolhe a Gôa, onde recebe as honras do triunfo.

O vice-rei, aproveitando o descorçoamento do inimi-

go, manda D. Manoel de Lima por toda a costa de Cambaia metter tudo a ferro e a fogo. As cidades de Golga e Gondar foram incendiadas. O proprio vice-rei com tres mil homens appresenta batalha ao sultão, que acampava em Surrate com grande exercito, porém não foi acceita.

Em Malaca, em Ormuz, nas Molucas e na Arabia, ousaram os nossos inimigos accommetter-nos, porém foram vencidos triunfantemente. Assim as nossas armas rebatiam qualquer audacia de inimigos, onde quer que elles appareciam, e a bandeira portugueza corria victoriosa nas quatro partes do mundo.

Os ilheos e Porto Seguro no Brazil, começam a ser colonisados.

(1547) Começam a apparecer os effeitos da desacertada medida de abandonar as praças de Africa. Os mouros, vencidos ali sempre, conseguem por surpreza uma victoria sobre os bravos Luiz Loureiro, e Tristão de Ataide, sendo morto o primeiro.

Na India, D. João de Castro desbarata o Idalcão. O rei de Campas, alliado dos portuguezes, expulsa de Eden os mouros, e pede soccorro ao nosso governador de Ormuz. D. Paio de Noronha commanda a expedição que para ali é mandada, e logo que se appresenta á vista do inimigo, foge. O vice-rei sentiu bastante tal fraqueza.

(1548) Morre D. João de Castro, dizendo-se que foi magoado pela fraqueza de D. Paio de Noronha. Succede no governo da India Garcia de Sá, que faz paz com Cambaia.

(1549) Colonisação da capitania da Bahia. Thomé de Souza, primeiro governador geral do Estado do Brazil, lança os fundamentos á cidade d'aquelle nome, para ser a capital do Brazil.

Jorge Cabral, velho e experimentado soldado, váe governar a India, que conserva com gloria bastante para o Estado, rebatendo aggressões nas cidades de Capocate, Tiracol, Coulete, e Panane.

(1550) D. Affonso de Noronha é nomeado vice-rei da India. O novo governador continúa a fazer respeitar as nossas armas em todo o oriente.

Naufragio de Manoel de Souza de Sepulveda, e sua mulher D. Leonor de Sá.

(1551) Conclusão do magestoso templo e convento de Belem. Começa a colonisação de Pernambuco, e Sergipe. Fundação dos seminarios de Salsete do norte, e Punicale, pelos jesuitas. Tomada de Geilôlo, capital da ilha do mesmo nome, no archipelago das Molucas.

(1553) Morre o grande Padre Francisco Xavier (o Santo), jesuita, depois canonisado.

Luiz de Camões passa á India em companhia de Fernando Alvares Cabral, que voltava lá com quatro náos.

Casamento do principe D. João com D. Joanna, filha do imperador Carlos v (novembro).

(1554) Morre o principe D. João, pae d'el-rei D. Sebastião (2 de janeiro). Nasce o principe D. Sebastião, depois rei (20 de janeiro).

Edificam-se novas cidades no Brazil, e dividem-se em capitanias.

D. Pedro Mascaranhas succede no governo da India; emprega todo o seu cuidado na fábrica da armada para o estreito de Meca; porém a morte o arrebatou logo.

(1555) Francisco Barreto succede a D. Pedro Mascaranhas, que durante o seu triennio conseguiu muitos triunfos pelas armas, e pela religião.

(1556) Fr. Gaspar da Cruz (dominicano) préga o

Evangelho na China, e escreve um tratado sobre as cousas d'aquelle imperio.

(1557) Os portuguezes derrotam os piratas, que infestam os máres da China, e lançam os fundamentos á cidade de Macáo.

Morre D. João III, deixando por successor um neto de tres annos. Durante o seu reinado, que durou trinta e cinco annos, foram muitos missionarios prégar o Evangelho na Asia, Africa e America, em cujas regiões os seus generaes fizeram innumeraveis conquistas.

Erigiu metropolitana a Sé de Evora, e em bispados as igrejas de Miranda, Leiria, Portalegre, Cabo Verde, Cochim, e Malaca.

Foi o primeiro soberano que começou a dar consideração ao Brazil, fazendo-o colonisar. Derrogou as leis antigas que mandavam marcar os ladrões na cara; fundou muitos collegios, e outros muitos estabelecimentos uteis, até que a morte o arrebatou, estando em Lisboa, a 11 de junho de 1557, contando cincoenta e cinco annos de idade. Havia nascido a 6 de junho de 1502. Jaz no convento de Belem.

O Senhor D. Sebastião I (O Desejado) 16.º Rei.

(1557) A morte do piedoso rei D. João III elevou ao throno seu neto D. Sebastião, que apenas tinha tres annos de idade.

Tomou conta da regencia do reino a rainha D. Catharina, avó d'el-rei, e senhora de grandes virtudes e talentos. A educação do joven rei foi entregue aos cuidados de D. Aleixo de Menezes, varão muito sabio e virtuoso. Para seu mestre foi-lhe dado Luiz Gonçalves da Camara, jesuita.

(1558.) Os negocios da India prosperavam, e o grande Constantino de Bragança para lá váe tomar conta do governo.

Chegou o novo vice-rei, e logo castigou o rebelde rei de Cananor, e tomou as cidades de Damão e Bofatá; mandou Antonio Moniz Barreto sobre os abixins, que foram derrotados; manda a Luiz de Mello para o Malabar, aonde venceu uma poderosa armada, destruiu a cidade de Mongalor, e conquistou em pessoa o Janafatão.

(1559) Descobrimento da ilha de S. Paulo. Duarte de Albuquerque Coelho, donatario de Pernambuco, descobre o rio de S. Francisco no Brazil.

(1561) D. Constantino de Bragança acaba o seu vice-reinado da India, e é substituido por D. Francisco Coutinho, conde de Redondo, que conserva todo o oriente com respeito e credito para a nação.

(1562) A rainha regente de seu moto proprio entrega a regencia do reino ao cardeal D. Henrique, tio do rei, e retira-se a um convento. A abundancia cobre o reino; o commercio para o oriente é consideravel.

Na Africa foi Mazagão rigorosamente cercada pelos mouros, porém valorosamente defendida por Antonio de Carvalho.

(1563) Cada dia chegam novas das façanhas dos nossos na India; cada soldado é um heroe. O vice-rei conde de Redondo morre, e fica com o governo João de Mendonça até que o váe substituir D. Antão de Noronha. Horrivel terremoto na ilha de S. Miguel.

D. Paulo de Lima ganha a famosa victoria sobre a poderosa armada de Carnatale, obrigando o Raju a levantar o cêrco de Cota.

(1567) Cota foi abandonada, porque nos dava pre-

juizo, e passaram as nossas tropas d'ali para Colombo dissipando os mouros que se oppunham ao nosso estabelecimento n'aquellas paragens.

Mem de Sá, governador geral do Brazil, lança os fundamentos á cidade do Rio de Janeiro, a que chamou de *S. Sebastião* em memoria d'el-rei.

(1568) O rei de Ceylão continúa a querer oppor-se ao nosso estabelecimento n'aquella ilha; porém D. Balthazar de Souza o obriga e ao seu exercito de trinta mil homens a retirar para o centro da ilha.

El-rei toma as redeas do governo. Um dos primeiros actos do seu governo foi mandar para vice-rei da India ao grande D. Luiz de Ataíde, conde da Atouguia. O vice-rei começa a sua empreza em Onor e Barulor. N'esta occasião os reis do oriente se conspiraram para sacudir os portuguezes; porém o conde da Atouguia defende as nossas conquistas com um valor e pericia militar admiraveis.

(1569) Os confederados marcham. Sobre Gôa váe o Idalcão, o Nizamaluco sobre Chaul, o Camori sobre Chatí, e o Achem sobre Malaca, isto é, quatro dos nossos pontos principaes de occupação militar na India foram simultaneamente atacados por consideraveis forças. O rei de Achem foi completamente desbaratado diante de Malaca, e os outros batidos e obrigados a retirar.

O vice-rei e os seus capitães D. Jorge de Menezes, D. Francisco Mascarenhas, Diogo Mascarenhas, e Tristão Vaz da Veiga, ganharam louros immurchaveis na defesa da patria, e da gloria do nome portuguez.

(1570) O papa e o rei de Hespanha convidam a el-rei para entrar n'uma confederação contra os mouros.

(1571) Para a India váe nomeado vice-rei D. Anto-

nio de Noronha, que ajusta paz com o Idalcão. Em 1573 é substituido no governo por Antonio Moniz Barreto. Emprehende Barreto a conquista de Monomotapa, e minas de Sofalla, aonde foi em pessoa. Soccorreu Malaca, apertada pelas forças da rainha de Japará.

El-rei D. Sebastião via desgostoso o abandono das praças de Africa, e a grande obra de D. João I e Affonso V quer elle terminar. Quer coroar-se rei de Marrocos, e assenhorear-se de toda a Africa, e logo passa a fazer pessoalmente um reconhecimento sobre aquelle territorio mauritano. Desembarca em Tanger, e penetrando no interior, viu e planisou uma formal conquista para mais tarde, e recolheu ao reino. El-rei manda a Paulo Dias de Novaes fundar o reino, e concluir a conquista de Angola.

(1576) Antonio Barreto entrega o governo da India a D. Diogo de Menezes. Este brioso portuguez manteve o poder dos portuguezes no oriente, que começava a abalar-se pelas contínuas conjurações dos reis naturaes.

Muley Hamet, rei de Marrocos, tendo sido expulso do throno por seu tio Muley Moluc, pede soccorros á Hespanha para conquistar o reino. Filippe II não lh'os concedeu; mas D. Sebastião, sendo rogado, aproveita a occasião, e lhe promette poderoso auxílio, contra o parecer do seu conselho, do cardeal, e de seu tio o rei de Hespanha Filippe II.

(1578) D. Luiz de Ataide, por dizer ao rei que a expedição era imprudente, foi mandado, por segunda vez, governar a India. O cardeal D. Henrique não quer acceitar a regencia, que é confiada a um conselho. D. Diogo de Souza, homem de pouca experiencia militar, é feito general do exercito.

A 25 de junho sáe de Lisboa, e chega a Tanger e Arzilla, aonde marca o séu campo. Muley Moluc, que tinha juntado um exercito seis vezes maior que o de el-rei, se acampa na sua frente a uma legoa de Alcacer-quivir. Dá-se batalha a 4 de agosto: os portuguezes fazem prodigios; na primeira investida foi derrotada a vanguarda inimiga, assim como a sua artilharia ía a cair em nosso poder, e a victoria já era acclamada pelos nossos; porém um momento de suspensão fez perder o triunfo. Os inimigos carregam sobre os nossos, extenuados pelo calor e pela sêde, e os cercam, desbaratando-os inteiramente.

O nosso exercito teve oito mil mortos, e maior número de captivos: os inimigos perderam mais de dezoito mil homens.

O rei Moluc, gravemente doente, expirou dentro da liteira durante a batalha, e Muley Hamet afogado no rio Mucacem, indo na fugida. El-rei D. Sebastião desappareceu, e ha grande contradicção nos auctores sobre se morreu, ou ficou prisioneiro.

O certo é que o rei portuguez não apparecia. Os fidalgos portuguezes prisioneiros, reunidos na tenda do novo rei mouro, e os mesmos inimigos, estavam crentes que era vivo D. Sebastião.

Um criado da casa real disse, que sabía onde estava o cadaver d'el-rei. Suppõe-se que esta declaração do criado foi só para ganhar o premio promettido pelo rei mouro a quem o declarasse. Levado o criado ao sitio da batalha, lançou mão d'um corpo, impossivel de ser reconhecido. Estava todo retalhado, e no maior estado de putrefacção, por ter estado exposto ao intenso sol durante tres dias de agosto. O rei mouro chamou alguns fidalgos prisioneiros para o reconhecerem; po-

rém estes a principio nada decidem, e depois dizem ser o corpo d'el-rei D. Sebastião. Disse-se depois, que isto fôra uma estrategia para dar tempo a que el-rei se salvasse; pois, julgado morto, não o procuravam mais.

Mais tarde, reinando já Filippe II, o cadaver veiu para Portugal, e se conserva em Belem. Tambem posteriormente appareceram alguns individuos intitulando-se D. Sebastião rei de Portugal. Um d'elles deu serios cuidados a el-rei Filippe, pois muita gente acreditou que era o infeliz rei portuguez, e talvez não se enganassem. (9)

(9) Querem muitos que tal individuo fosse o proprio D. Sebastião, que ficára captivo, e disfarçado em simples soldado, para melhor se poder escapar, conseguindo fugir passado mais de um anno; mas chegado ao Algarve, mandou D. Sebastião secretamente a seu tio, que occupava o seu throno, avisal-o da sua chegada, a que o cardeal respondêra, que saisse já do reino, quando não o mandava prender e justiçar.

O velho cardeal e novo rei estava cercado de Christovão de Moura e seus amigos, que queriam, e conseguiram entregar Portugal a Hespanha; e por isso, se tal resposta houve, devemos acreditar que foi mais obra dos traidores que venderam Portugal a Filippe II, do que da ambição de D. Henrique, que era quasi cadaver; e tudo quanto se fez nos ultimos dias da sua vida, tudo foi obra dos hespanholados.

O certo é que o intitulado D. Sebastião rei de Portugal passou a Italia, e reinando já em Portugal Filippe II de Hespanha, foi prêso em Veneza, e conduzido a Napoles. O vice-rei de Napoles, conde de Lemos, lhe fallou em particularidades de quando foi embaixador em Lisboa junto do mesmo D. Sebastião, ficando o conde certo de que aquelle homem era o proprio D. Sebastião rei de Portugal; declaração que fez a algumas pessoas suas intimas.

Condemnado a galés por toda a vida, foi D. Sebastião mettido (assim o dizia elle, e o provam as cautelas que

Tinha D. Sebastião quasi vinte e cinco annos. O seu reinado foi de vinte e um annos. Fez muitas leis a favor dos ecclesiasticos, e bem contrárias á sua auctoridade, e alterou muito a legislação dos reis seus antecessores.

O Senhor D. Henrique i (O Casto) 17.° Rei.

(1578) A 22 de agosto chegou a notícia do desastre de Alcacer-quivir, o que lançou Portugal na maior consternação. O cardeal D. Henrique toma conta do governo com o titulo de protector, e cinco dias depois os Tres Estados do Reino, reunidos em cortes, acclamaram rei (28 de agosto) ao mesmo cardeal D. Henrique, filho d'el-rei D. Manoel, tendo já sessenta e seis annos de idade.

A nação, prevendo os males que a esperava, anciosa pedia a el-rei nomeasse um rei portuguez; porém D. Henrique entretinha os animos, dizendo que esperava dispensa para casar, quando elle só estava conhecendo quem melhor direito tinha ao reino. (10)

com elle havia) n'um navio, que o conduziu a S. Lucar de Barrameda, na Andaluzia. Fallaram-lhe os duques de Medina Sidonia, e D. Sebastião perguntou por cousas que só eram conhecidas do rei e do duque. Uma espada havia o rei dado ao duque, e logo a reconheceu, assim como um annel que dera á duqueza. E disse mais: *Este annel tem debaixo da pedra gravado o meu nome.* O annel foi logo descravado, e effectivamente provado o que dizia.

O condemnado ás galés, mesmo em ferros, dava cada vez mais cuidado a Filippe. De S. Lucar foi transportado a um castello, e nunca mais se soube d'elle. E' de suppor que o *mataram.*

(10) Estas intenções de D. Henrique são mais uma prova contra a resposta que em nome d'elle se deu ao ap-

Os pretendentes eram: 1.° *Filippe* II rei de Hespanha, 2.° *Manoel Felisberto*, duque de Saboia, 3.° *D. Antonio*, prior do Crato, 4.° *Raimundo Farnese*, principe de Parma, 5.° D. Catharina, duqueza de Bragança. O 1.°, 2.° e 5.° pretendentes eram netos, e o 4.° bisneto d'el-rei D. Manoel. O 3.° tambem era neto do mesmo rei, porém filho natural do infante D. Luiz. D. Catharina era a legitima successora, depois D. Antonio. Os outros tinham perdido o direito por estrangeiros, segundo a lei fundamental do estado. Havia mais as irrisorias pretenções de Catharina de Medicis, rainha de França, e as do papa.

(1579) Entre tantos pretendentes, e apertado pelos castelhanos, el-rei se decide a escolher um successor, mas a final nada resolve. Ajunta cortes, e Filippe II ajunta as suas tropas para apoiar as suas pretenções. Os sentimentos dividem-se, e o medo faz algum partido a favor do rei de Hespanha; muitos querem a duqueza de Bragança, e geralmente o povo quer D. Antonio.

Enfraquecendo o rei de saude de dia em dia, o conselho proclama os governadores do reino, que são cinco: — D. Jorge de Almeida, arcebispo de Lisboa; D. Francisco de Sá de Menezes; D. João Mascaranhas, o heroe de Diu; Diogo Lopes de Souza, senhor de Miranda; e João Telles de Menezes, senhor de Aveiras, os quaes tomaram o juramento de governarem segundo as leis do reino.

(1580) Em quanto os negocios do reino ameaçavam a subversão da monarchia por causa da successão, os

parecido no Algarve. Se D. Henrique fosse de tal sabedor, por certo que, verificada a identidade da pessoa, elle lhe entregava o reino.

negocios da India continuavam a prosperar debaixo do governo do conde da Atouguia. Na Africa, Paulo Dias de Novaes obriga o rei de Angola a fazer a paz. Morre o vice-rei da India; succede-lhe D. Fernando Telles de Menezes. Morte do Idalcão.

Abrem-se as cortes em Almeirim. D. Antonio Pinheiro, bispo de Leiria, fez o discurso da abertura (11 de janeiro). El-rei, afflicto, cada vez se debilita mais. D. Catharina parte de Villa Viçosa para Almeirim a ver o tio, falla-lhe, e o rei resolve-se a declaral-a successora; porém D. Christovão de Moura, do partido de Hespanha, o impede, e n'esta irresolução continuou até ao dia 31 de janeiro, em que falleceu.

D. Henrique foi prior commendatario de Santa Cruz de Coimbra, arcebispo de Braga, d'Evora, e de Lisboa, inquisidor geral, cardeal, regente do reino, e por ultimo rei. Foi insigne theologo. Mandou fazer pelo desembargador Duarte Nunes de Leão uma compilação de leis novissimas, fundou a universidade theologica de Evora, e muitos collegios e conventos, e a fortaleza de S. Julião da Barra de Lisboa; porém quasi tudo durante a sua regencia, ou mesmo como arcebispo, e poucas durante o seu curto reinado de dezesete mezes. Morreu em Almeirim a 31 de janeiro de 1580 na idade de sessenta e oito annos. Havia nascido em Lisboa a 31 de janeiro de 1512. Jaz no convento de Belem.

SEGUNDO INTERREGNO.

Com a morte d'el-rei D. Henrique começaram os cinco governadores a governar o reino; mas tão desunidos, temerosos, e abalados, que cada um seguia o partido dos oppositores, a que a propensão os inclina-

va, ou talvez o attractivo do interesse. Muito mais ficaram perplexos, quando viram que el-rei D. Henrique no seu testamento não attendêra mais do que ás cousas da sua alma, deixando as do reino ao arbitrio dos juizes que havia nomeado em cortes. O governo reune cortes em Almeirim.

As pretenções crescem. A rainha Isabel d'Inglaterra tambem vem com a sua. Os governadores cada vez estão mais temerosos. D. Antonio tinha o povo por si, mas não tinha o poder. A casa de Bragança só tinha o apoio do direito, resolvido na Universidade de Coimbra. Filippe II de Hespanha ameaçava tudo com o direito das armas.

Com taes intenções não quiz Filippe II esperar a sentença dos juizes, e manda reunir em Badajoz um exercito para invadir Portugal, ás ordens do famoso duque d'Alva.

Sabidas as intenções do rei de Hespanha, alguns prelados e nobres, em quem o amor da patria estava acima de tudo, unem-se ao partido popular de D. Antonio, e este é acclamado rei em Santarem (24 de junho). Passa logo a Lisboa, sólta os presos do Limoeiro; foi residir nos paços da Ribeira; começou a passar provisões, mandou bater moeda, e finalmente intitulouse rei, e algumas villas do reino seguiram a sua voz.

Os governadores do reino retiram-se de Almeirim para Setubal, e depois a S. Lucas. Declaram rei a Filippe II, por Alvará datado de Badajoz a 7 de agosto. Este alvará é assignado por D. João Mascarenhas, Francisco de Sá e Menezes, e Diogo Lopes de Souza, e referendado pelo secretario Filippe Nuno Alvares Pereira.

O Senhor D. Antonio.

Filippe II, sabendo das operações que em Lisboa executava D. Antonio, prior do Crato, manda ao duque d'Alva, que com o seu exercito invadisse Portugal. O duque logo occupa Elvas, Estremoz, Evora, Monte-Mor-o-Novo, Setubal, e depois de se fazer senhor do forte de S. Julião da barra, põe cêrco a Lisboa, acampando fóra da ponte d'Alcantara.

D. Antonio não era o mestre de Avis, nem 1580 era 1383. Comtudo espera denodadamente o inimigo, e apesar de não ter mais de quatro mil homens mal armados, accommette o exercito castelhano, forte de vinte e dois mil homens disciplinadissimos, e commandados por um tão acreditado general. O duque d'Alva desbarata os esquadrões portuguezes (25 de agosto); D. Antonio foge, e os castelhanos vencedores e furiosos entram em Lisboa.

Os governadores da cidade entregaram as chaves d'ella ao duque vencedor, que logo mandou presidiar o castello com tres mil castelhanos, e muita artilharia, e D. Filippe é acclamado rei com o nome de Filippe I.

Terceiro Periodo.

Dynastia Philippina.

O Senhor D. Filippe I (O Prudente) 18.º Rei.

(1580) O duque d'Alva estava senhor de Lisboa e do Alemtejo, e no resto do reino não havia quem resistisse a Filippe II, que foi acclamado rei pelo direito do mais forte. Manda ir a nobreza do reino á sua pre-

sença para prestar obediencia ao novo rei. Publicou-se um armisticio, e D. Antonio é declarado traidor, perturbador da paz, rebelde a seu rei, e inimigo da patria (11); o conde de Vimioso, o bispo da Guarda, e cincoenta pessoas de distincção não entraram no armisticio.

D. Antonio havia retirado para a provincia do Minho; porém não tendo meios para continuar a resistencia, porque os animos estavam abatidos, embarca para França.

As ilhas dos Açores conservam-se fieis a D. Antonio. Ao seu governador D. Manoel da Silva havia D. Antonio feito conde de Torres Vedras.

Em quanto o reino era subjugado com tanta facilidade, os nossos generaes na Asia e America ainda faziam a admiração do mundo. O rei de Ceylão, que não tinha filhos, faz doação dos seus estados a el-rei de Portugal. Morre a rainha D. Anna de Austria, mulher de Filippe I (26 de outubro). Por alvará de 4 de fevereiro de 1581 é prohibida a moeda de D. Antonio.

(1581) Filippe I, já acclamado rei, ainda assim convoca cortes (12) para o reconhecerem rei, e a seu filho D. Diogo principe herdeiro. El-rei parte de Madrid para Portugal. Em Thomar, perante os Estados do Reino reunidos em cortes, presta o juramento de bem governar o reino segundo as suas leis, usos e costumes (19 de abril). Caminha para Lisboa, onde fez uma entrada com magnificencia nunca vista. Começou

(11) Não é má, um principe estrangeiro declara traidor e inimigo da patria a um principe portuguez!

(12) Das cortes antigas foram estas as unicas a que se póde chamar Chancellaria, pois foram reconhecer um facto consummado.

a tratar os portuguezes com affabilidade, fazendo-lhes muitas merces, e augmentando os privilegios do reino. Tanta liberalidade enganou muitos, que só mais tarde se desenganaram, quando viam a patria escravisada, e governada como paiz conquistado por estrangeiros.

Morre o duque de Bragança; e el-rei, que sempre se receava do direito d'aquella casa, propoz á duqueza o casar com ella, o que ella recusou com dignidade e grandeza. Quando el-rei fallava com a duqueza, era com um respeito significativo, que bem mostrava que lhe devia muito, e devia *nada menos que uma coroa.*

Das nossas conquistas chegavam as frotas com immensas riquezas, e com a noticia de na Asia, Africa, America, e na Madeira, haver sido reconhecido el-rei D. Filippe. Só os Açores não se curvaram: D. Francisco Mascaranhas, conde de Santa Cruz, chega á India a tomar conta do governo. No Brazil governava Manoel Cabral da Veiga.

(1582) A ilha de Labua, nas Molucas, submette-se ás nossas armas. O rei de França reconhece D. Antonio como rei de Portugal, e lhe dá auxílio de uma esquadra, tropas e dinheiro, com que parte para os Açores a unir-se aos leaes, que ali sustentavam a sua causa.

D. Antonio desembarca com os francezes em S. Miguel, ao mesmo tempo que chegava a esquadra hespanhola ao mando de D. Alvaro Baçan, conde de Santa Cruz. Os francezes são atacados e vencidos depois de renhido combate. D. Antonio fugiu vergonhosamente, e attribue-se a perda do seu partido á sua cobardia. D. Manoel da Silva, ou o conde de Torres Novas, continúa a sustentar as ilhas do archipelago açoriano. Os francezes prisioneiros foram tidos como piratas, e en-

forcados. D. Alvaro Baçan é elevado de conde a marquez de Santa Cruz.

Morre o principe D. Diogo. El-rei convoca cortes para reconhecerem principe herdeiro a seu filho D. Filippe.

(1583) El-rei jura de novo conservar os privilegios de seus novos subditos, e retira-se para Hespanha, deixando para governar como vice-rei a seu sobrinho Alberto, cardeal e archiduque d'Austria. Morre em Lisboa o duque d'Alva. O marquez de Santa Cruz apparece segunda vez nos Açores, rende as ilhas, desbarata o partido de D. Antonio, e o valoroso D. Manoel da Silva perdeu a vida n'um cadafalso. O rei de Chalí se faz tributario a Portugal.

(1584) O vice-reinado da India estava entregue a Duarte de Menezes, conde de Tarouca, e o do Brazil a Manoel Telles Barreto.

(1587) Os portuguezes levantam fortaleza em Mascate. D. Paulo de Lima expugna a cidade de Jor, e entra triumphante em Malaca. O bispo da Bahia D. Antonio Barreiros governa o Brazil, e a colonisação d'aquelle vasto paiz augmenta.

(1588) O governo da India é entregue a Manoel de Souza Coutinho.

D. Filippe junta em Lisboa a famosa armada chamada a *Invencivel*. Era composta de mais de cento e vinte náos, e destinada a conquistar a Inglaterra. O commando de tão soberba esquadra foi dado ao duque de Medina Sidonia.

Saíu a esquadra do Tejo navegando para o canal da Mancha para receber em Flandres mais cincoenta mil homens de desembarque; porém antes, um forte temporal destruiu a esquadra (27 de julho). O almirante

inglez Drake, com navios mais costeiros, caíu sobre os navios dispersos, que aprisionou, ou metteu no fundo. A perda da Hespanha foi de cem náos, vinte e cinco mil homens, e mais de nove milhões.

É admiravel a firmeza e sangue frio com que Filippe recebeu tão desastrosa noticia. « Mandei, disse elle, minha armada para combater os inglezes, e não os elementos. » E logo ordenou que soccorressem os desgraçados, e recompensou aquelles que se tinham distinguido.

(1585) Isabel, rainha de Inglaterra, estimulada pela invasão que seu cunhado quizera fazer no seu reino, váe buscar a D. Antonio, que pobremente vivia em París, e faz com elle um vergonhoso tractado, pelo qual se obrigava a conquistar-lhe a coroa. Uma esquadra ingleza com doze mil homens de desembarque chegam ás costas de Portugal, e desembarcam na Ericeira e Peniche. Sabidas no reino as condições com que foram dados simılhantes soccorros, ninguem se quiz mover para ser escravo de Isabel. Escravidão por escravidão, cá tinham uma. D. Antonio marcha até Cascaes; porém sendo passados cinco dias, sem que alguem se lhe reunisse, e vendo que o exercito de Filippe se preparava para o ir atacar, reembarca com os seus inglezes auxiliares, e nunca mais tentou fortuna.

Conquista completa do reino de Angola.

(1590) Mathias de Albuquerque vice-rei da India, e Christovão de Barros no Brazil. Tomada de Candia, capital da ilha de Ceylão.

(1591) D. Francisco de Souza vice-rei no Brazil.

(1594) O archiduque Alberto váe para arcebispo de Toledo. O governo do reino é confiado a uma regencia de cinco membros — o arcebispo de Lisboa, o conde

de Portalegre, o conde do Sabugal, o conde de Santa Cruz (Mascarenhas), e Miguel de Moura.

(1595) Gabriel Spinosa se faz passar por D. Sebastião. D. Antonio, prior do Crato, escreveu a sua historia em dois volumes, e morre em París instituindo o rei de França herdeiro do throno de Portugal. Levantam-se fortalezas em Solor.

(1597) O conde da Vidigueira vice-rei para a India. O rei de Portugal acclamado rei de Ceylão (23 de maio). Terremoto em Lisboa, que submergiu cinco ruas do bairro de Santa Catharina.

(1598) D. Filippe I governou em Portugal dezoito annos. Morreu no Escurial a 13 de setembro de 1598, tendo setenta e um annos de idade. Havia nascido em Valhadolide em 1527. Jaz no Escurial.

O Senhor D. Filippe II (O Pio) 19.° Rei.

(1598) Pela morte d'el-rei D. Filippe I subiu ao throno seu filho o principe D. Filippe, tendo vinte annos de idade.

Filippe II deixou os negocios do reino á discrição do seu ministro o duque de Lerma, homem incapaz de governar.

A politica a respeito de Portugal mudou. Filippe I deixou gozar aos portuguezes os seus privilegios, porém os ministros do seu successor foram cohibindo essas regalias.

(1599) D. Fr. Aleixo de Menezes arcebispo de Gôa visita os povos christãos das serras de Malabar, e celebra synodos.

(1600) Primeira expedição dos hollandezes, e inglezes ás Molucas, mas sem successo. Fundação d'uma

casa forte no Pegú pelo célebre Salvador Ribeiro de Souza, que chegou a ser acclamado rei do Pegú em 1603.

Ayres de Saldanha no governo da India. Os hollandezes augmentam o número das suas náos nas Molucas; porém o vice-rei manda André Furtado de Mendonça para impedir o commercio d'aquelles invasores, o que consegue por alguns annos, ganhando grande reputação.

(1602) Viagem do jesuita Bento de Goes ao descobrimento do Gran-Catayo. Diogo Botelho governa o Brazil.

(1603) Publica-se a Ordenação do reino, que ainda hoje vigora, na maior parte.

(1604) D. Martim Affonso de Castro governa o Brazil. O governador d'Angola, D. Manoel Pereira Forjaz, tenta descobrir communicação pelo interior para a costa oriental da Africa (1606).

(1607) D. Fr. Aleixo de Menezes, arcebispo de Góa, governa o Estado da India, e Nicoláo da Horta vem de Góa a Portugal por terra. O Monomotapa dôa a el-rei de Portugal as minas que se acharam nos seus estados. O rei de Achem, induzido pelos hollandezes, manda matar todos os portuguezes estabelecidos nos seus estados. Os hollandezes são derrotados em Moçambique (29 de março). O imperador de Monomotapa se liga com os portuguezes, e manda seus filhos para se instruirem na religião christã.

(1608) El-rei manda jurar em Madrid seu filho Filippe, de tres annos, principe herdeiro. Governa a India D. João Pereira Forjaz, conde da Feira, e o nosso imperio ali váe em decadencia. O Brazil prospéra debaixo do governo de D. Diogo de Menezes.

(1609) Conquista da ilha de Sandiva, perto de Ben-

gala, governando a India André Furtado de Mendonça, e Rui Lourenço de Tavora.

(1610) Publicação das viagens de Pedro Teixeira.

(1613) Viagens de exploração á ilha de S. Lourenço, ordenadas pelo vice-rei D. Jeronimo de Azevedo. Gaspar de Souza governa o Brazil, e as nossas possessões ali prosperam, apesar dos esforços reunidos dos gentios, hollandezes, inglezes, e francezes.

Filippe II reconhece a independencia da Hollanda, com quem faz paz, deixando Portugal em guerra com os hollandezes.

(1614) Os francezes são expulsos do Maranhão por Jeronimo de Albuquerque Coelho, que lança os fundamentos áquelle estado.

(1615) Começa a perda das nossas conquistas no oriente.

(1619) El-rei Filippe vem a Lisboa, ajunta cortes, e faz reconhecer a seu filho Filippe principe herdeiro de Portugal. As festas que se fizeram foram tão grandes, que Filippe disse, que só n'aquelle dia fôra rei. O rei de Dongo, no sertão de Angola, se nos sujeita.

(1620) Os hollandezes lançam os fundamentos á cidade de Batavia, na ilha de Java.

(1621) Filippe II de Portugal já governava ha vinte e dois annos. Não dissimulava o odio que tinha aos portuguezes; mas o odio d'estes contra os castelhanos tambem crescia com a oppressão de que estavam sendo victimas. A saída das tropas para os Paizes-Baixos, o tractado com a Hollanda, as vexações continuamente feitas a todas as classes da sociedade, foram as sementes que, vinte annos depois, produzíram a gloriosa revolução de 1640.

Morreu el-rei em Madrid a 31 de março de 1621,

tendo quarenta e dois annos de idade. Havia nascido em Madrid a 14 de abril de 1578. Jaz no Escurial.

O Senhor D. Filippe III (O Grande) 20.º Rei.

(1621) Succedeu a D. Filippe II de Portugal o principe D. Filippe, tendo dezeseis annos de idade.

Em vão esperavam os portuguezes melhoras na sua condição de vassallos do novo rei. Filippe III, ou por aversão propria, ou por inspirações alheias, continuou a ser tyranno como seu pae, fazendo a Portugal as extorsões mais injustas, tractando os portuguezes como brutos, empregando a corrupção para achar, entre os naturaes, instrumentos para fazer executar os seus damnados planos.

(1622) Apesar do abatimento a que nos havia reduzido o precedente e presente reinado, Ruy Freire de Andrade, na India, ainda sustem a gloria de Portugal, vencendo por tres vezes os inglezes e hollandezes no mar Roxo; mas taes esforços eram inuteis não tendo apoio do governo.

(1624) Os inglezes e hollandezes, alliados com os persianos, nos tomam Ormuz. Os jesuitas portuguezes estendem as suas missões até á capital do Grão-Tibet. O commandante da praça de Mazagão derrota ali um forte exercito de mouros.

Os hollandezes atacam o Brazil. Os seus almirantes Ermite e Wilbens se apoderam da cidade de S. Salvador da Bahia; mas d'ella são expulsos no anno seguinte (1625).

(1629) Henrique Lonoke, almirante hollandez, desembarca em Pernambuco, e toma Olinda depois de

uma valorosa defensa feita pelos portuguezes commandados por Mathias de Albuquerque.

(1630) A frota que vinha da China para Lisboa é tomada pelos hollandezes.

(1634, 1637) Continuam os hollandezes as suas conquistas no Brazil, apoderando-se das capitanias de Tamacará, Paraíba, e Rio Grande. Pedro Teixeira emprehende uma viagem do Pará a Quito.

Filippe III manda a duqueza de Mantua na qualidade de vice-rainha governar Portugal, o que exaspera os portuguezes.

As desgraças sobre Portugal são contínuas. As nossas possessões são atacadas por inglezes, francezes, e hollandezes, que, a pretexto de fazer guerra a Hespanha, nos conquistavam as nossas colonias, que em grande parte nunca mais voltaram ao nosso dominio. As nossas tropas e recursos, em vez de se empregarem em segurar as conquistas, que tanto sangue nos haviam custado, eram empregados nas guerras da Catalunha, de França, de Inglaterra, e da Flandres.

Na Asia e na Oceania quasi todas as nossas possessões nos tinham sido conquistadas pelos hollandezes e inglezes. Na America e na Africa levavam o mesmo caminho para os hollandezes e francezes.

Similhante estado de cousas era o mais desesperado. Todos olhavam para o duque de Bragança, ou todos queriam a liberdade, que só lhes podia vir com a monarchia legítima, ou com a republica. Já em 1635 estavam os espiritos em tal agitação, que, prégando em Evora o padre Gaspar Corrêa, jesuita, estando presente o duque de Bragança, disse elle: — *Principe, verei ainda sobre a vossa cabeça a coroa . . . . . de gloria, á qual praza ao Senhor que todos nós cheguemos.* Aquella

Um incidente abreviou a revolução para o dia 1.° de dezembro; o duque foi logo d'isto prevenido. Aos seis primitivos restauradores já estavam associados alguns outros fidalgos, cavalheiros, negociantes, e cidadãos chefes de familia, ao todo pouco mais de trezentos.

Eram nove horas da manhã do glorioso dia 1.° de dezembro de 1640, quando os conjurados se dirigiram ao Terreiro do Paço para dar liberdade ao reino, ou sepultarem-se com elle. Viam-se entre elles os filhos de D. Maria de Lencastre, e os de D. Filippa de Vilhena, condessa da Atouguia, a quem suas mães armaram e exhortaram a combater denodadamente por tão justa causa. O signal do ataque foi um tiro de pistola disparado por João Pinto Ribeiro, e no mesmo instante os conjurados se dividem em quatro bandos, e ao grito de — viva D. João IV rei de Portugal, liberdade, liberdade — caíram sobre os pontos que lhes haviam sido destinados. O 1.° bando, guiado por D. Miguel d'Almeida, ataca a guarda allemã. O 2.°, guiado pelo monteiro mór Mello, seu irmão, e Estevão da Cunha, ataca a guarda hespanhola diante do forte, obrigando-a a render-se e a dar vivas a D. João IV. O 3.°, guiado pelo camarista mór Tello de Menezes, e João Pinto Ribeiro, se dirige contra o secretario d'estado Miguel de Vasconcellos, a quem apunhalaram, e lançaram pela janella fóra. Vasconcellos era justamente mais odiado do que o fôra em 1383 o conde Andeiro, que teve igual sorte. Andeiro havia nascido gallego; porém Vasconcellos, nascido portuguez, foi um espurio, tornando-se cego instrumento de Filippe para tyrannisar seus patricios. O 4.°, guiado por D. Antão d'Almada, Pedro de Mendonça, D. Carlos de Noronha, e Antonio de Saldanha, se assegura do palacio, e da vice-rainha du-

queza de Mantua. Esta, admirada de tanto ruido, chegou a uma janella a ver o que era. Chegaram no mesmo instante D. Miguel de Almeida e outros, e querendo a duqueza sair do quarto, os conjurados a detiveram tão respeitosamente, que ella se animou a pedir-lhes, que entrassem na obediencia d'el-rei Filippe, pois assaz estavam vingados com a morte de Miguel de Vasconcellos; que ella lhes promettia perdão. O arcebispo de Braga quiz fallar a favor de Filippe IV; porém foi interrompido, e mandado calar por D. Miguel de Almeida. Então os conjurados disseram á duqueza, que já não reconheciam por soberano a el-rei Filippe, mas sim a D. João IV, e que houvesse sua alteza de recolher-se ao seu quarto para evitar que alguem lho faltasse ao respeito. Como? Lançando-a pela janella fóra.

Concluidos estes ataques foi o duque de Bragança acclamado rei de Portugal pelo nome de D. João IV pelo povo que corria as ruas de Lisboa, levando Alvaro de Abranches o estandarte real, e depois o foi tambem por todos os tribunaes, corporações &c. A duqueza foi obrigada a assignar as ordens para a entrega do castello e de outras fortalezas de Lisboa. D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa, foi incumbido do governo até á chegada do novo rei. O arcebispo teve por conselheiros D. Miguel de Almeida, Pedro de Mendonça, e D. Antão d'Almada.

Quarto Periodo.

Dynastia Brigantina.

O Senhor D. João IV (O Restaurador) 21.º Rei.

(1640) O duque de Bragança estava acclamado rei de Portugal, recuperando pela força das cousas o di-

reito que ha sessenta annos lhe estava usurpado pela força maior. Nunca se viu uma revolução mais feliz; em tres horas, e apenas com a perda da vida de tres individuos odiados, derrubaram os portuguezes uma dynastia introduzida pelo direito do mais forte, e collocaram no throno a dynastia que lá devia estar desde 1580 pelo direito legítimo.

No mesmo dia 1.º de dezembro, o arcebispo regente expediu para Villa Viçosa a Pedro de Mendonça, e monteiro mór Mello, a prestar homenagem ao novo rei, e para fazel-o conduzir logo para a capital, não só porque a sua presença se tornava mui precisa, mas porque em Villa Viçosa estava exposto a ser surprehendido pelos hespanhoes. Ao mesmo tempo se expediram ordens para todas as terras do reino e provincias do ultramar, a fim de que fosse acclamado o rei portuguez, e fossem soltos todos os presos politicos.

A duqueza de Mantua foi mandada retirar para o paço de Xabregas, sendo acompanhada pelo arcebispo de Braga, e tratada com a magnificencia e respeito devido á sua alta gerarchia.

El-rei partiu de Villa Viçosa a 3, e chegou a Lisboa a 6 de dezembro. Não se póde explicar o alvoroço da cidade ao receber a noticia da chegada do monarcha; todos o queriam ver; derramaram-se muitas lagrimas de alegria, de amor, e de satisfação.

D. João IV logo determinou ser coroado no dia 15 de dezembro, para o que se fizeram aprestes no Terreiro do Paço, e ao mesmo tempo se expediram avisos a todos os titulares e fidalgos do reino, para se acharem em Lisboa n'esse dia.

De todas as terras do reino chegavam notícias de ser n'ellas acclamado o novo rei, e as guarnições cas-

telhanas se rendiam, sendo logo as praças guarnecidas pelas tropas portuguezas que á pressa se organisavam.

O conde duque de Olivares, primeiro ministro de Filippe IV, não pôde acreditar tal revolução, e não sabía como havia de annunciar ao rei uma similhante nova. A final com um ar risonho se lhe appresenta, e diz: « Senhor, venho annunciar a vossa magestade uma feliz nova: vossa magestade tem um ducado mais que ajuntar a seus estados. » « E como? replicou o rei. » É porque (lhe torna Olivares) o duque de Bragança enlouqueceu, deixando-se proclamar rei por um povo seduzido; seus bens vão ser confiscados e reunidos á vossa coroa. » O rei porém, a pesar da sua cegueira, duvidou bem da facilidade de similhante reunião, porque se contentou em dizer: « É preciso sem demora cuidar em extinguir uma tal revolução. »

Passada porém a primeira impressão, o governo hespanhol julgou que, para reduzir Portugal, não era necessario pôr exercitos em campo; que uma assignatura d'el-rei Filippe era sufficiente para reduzir á obediencia uma nação destituida de forças, sem armas, sem gente com exercicio militar, sem náos, e sem dinheiro para se poder defender. Similhante juizo a respeito da revolução portugueza foi realmente o que a consolidou, pois deu tempo a que tudo se aprestasse para uma rigorosa resistencia, quando mais tarde nos atacaram.

Chegou o dia 15 de dezembro, destinado para a coroação ou acclamação solemne do rei. Dois grandes theatros se haviam alevantado no Terreiro do Paço, para onde el-rei se dirigiu acompanhado de todos os grandes do reino, arcebispos de Lisboa e de Braga, inquisidor geral, prelados, e outros muitos senhores. O marquez de

Ferreira assistiu como condestavel; era alferesmór D. Fernão Tello de Menezes; secretario d'estado D. Francisco de Lucena, varão de grande capacidade, e raro merecimento. Assentou-se o rei no throno, e lhe appresentaram a cruz e o evangelho, e ajoelhando deu o juramento da maneira seguinte:

« Juro, e prometto reger e governar este reino, e administrar n'elle justiça com aquella prudencia, sisudeza e moderação que me for possivel; manter os usos, costumes, e direitos d'este reino, concedidos e confirmados pelos reis meus antecessores. »

O clero, a nobreza, e o povo deram depois o seu juramento de fidelidade: o primeiro que o verificou foi o arcebispo de Lisboa, que disse:

« Eu juro que recebo por meu legítimo rei, e verdadeiro senhor, o alto, poderoso, e grande rei D. João IV, a quem rendo homenagem em nome de todo o clero d'este reino. » Seguiram-se os outros.

Acabada esta ceremonia, e por entre as acclamações e vivas do povo, foram todos á cathedral na mesma ordem com que saíram do paço. No caminho estava o corpo do senado, e o desembargador vereador Francisco Rebello recitou um discurso analogo ao assumpto. Em seguida o conde de Cantanhede, presidente do senado, tomou n'uma bandeja de ouro as chaves da cidade, e as appresentou a el-rei. Continuou sua magestade o caminho por entre o povo immenso, que o victoriava; e chegando á sé, o arcebispo o recebeu de pontifical. Acabada a missa, el-rei voltou ao paço com o mesmo sequito, e applausos do povo.

A ceremonia da coroação foi o grande laço com que el-rei se ligou com a nação; e se el-rei nunca depois faltou aos seus juramentos, tambem a nação briosamente sustentou o seu.

El-rei e o seu governo eram activissimos em prover as praças fronteiras de guarnições e de munições de guerra, e se preparava para uma séria campanha; sendo notavel, que em quanto o governo portuguez obrava tão energicamente, o de Hespanha, por uma imprevidencia que não se póde explicar, não procurava seriamente atacar Portugal.

(1641) Os Tres Estados do reino se reunem em cortes na cidade de Lisboa. A 28 de janeiro reconhecem a dynastia brigantina; depois regulam tudo o necessario para a defensa e segurança do reino, para o que se mandaram fazer nos paizes estrangeiros grandes compras de armamentos, munições de guerra, e engajamentos de tropas.

Encarregou-se confidencialmente o padre Ignacio Mascaranhas, jesuita, d'uma missão á Catalunha, a fim de excitar os catalães a continuarem vigorosos na conquista da sua liberdade, para o que se lhe fizeram largas promessas. Para o Brazil foi o padre Vilhena, e para a Flandres o padre Gabral, que todos desempenharam cabalmente as suas missões.

Igualmente se mandaram embaixadores a várias potencias. A França, Inglaterra e Suecia os receberam com honra e estimação. A Hollanda convencionou uma tregoa por dez annos. A Dinamarca, por motivos particulares, não admittiu o nosso embaixador; porém o rei o recebeu particularmente, assegurando que o novo rei de Portugal nada devia temer da Dinamarca. A corte de Roma recusou, por influencias hespanholas, receber o nosso embaixador. A França assigna um tractado de alliança com Portugal (3 de junho), e nos manda soccorrer.

Ainda os castelhanos não tinham feito um ataque

para recuperar o dominio em Portugal, e já começavam a desconfiar do bom exito da sua má causa. Concebem porém o damnado plano de alliciar alguns descontentes para assassinar el-rei e a familia real. Os conspiradores, apesar do segredo com que dirigiam os seus infernaes planos, foram descobertos, e presos o arcebispo de Braga, o inquisidor geral, o marquez de Villa Real, o duque de Caminha, o conde d'Armamar, D. Agostinho Manoel de Vasconcellos, e outros. O processo foi rapido. Declarados traidores á patria e ao rei, foram condemnados á morte. O duque de Caminha, o marquez de Villa Real, o conde d'Armamar, e Vasconcellos, foram degollados (29 de Agosto) na praça do Rocio, e os outros morreram na prisão.

A ilha da Madeira reconheceu D. João IV; o Brazil igualmente, e todas as colonias, á proporção que lá chegava a notícia.

O infante D. Duarte, irmão d'el-rei, estava em Allemanha servindo no exercito do imperio, em que tinha o posto de tenente general. O infante havia ganho uma boa reputação militar, e nos era ella de grande auxílio em tal occasião. Mandou-se ao infante que recolhesse ao reino, isto logo no começo da restauração; porém os avisos não lhe foram communicados, a pesar de irem por nove differentes direcções.

Logo que o infante teve notícia dos acontecimentos de Portugal, se dispoz a largar a Allemanha para vir prestar á sua patria os seus grandes talentos militares, de que ella tanto carecia; porém o rei de Hespanha já estava em ajustes com o imperador Fernando III, para este mandar prender o infante, o que se effectuou (14 de fevereiro) em Ratisbona, com escandalo geral. Tal commissão tinha Filippe IV encarregado a alguns por-

tuguezes degenerados, a alguns que até deviam grandes finezas á casa de Bragança.

Começaram logo novas reclamações dos castelhanos para que o infante lhes fosse entregue, e o imperador pratíca a indigna acção de entregar a seus inimigos um principe, que tantos serviços prestára ao imperio, recebendo por tal entrega *quarenta mil piastras!* D. Duarte foi então conduzido ao castello de Milão, na Italia, onde por espaço de oito annos soffreu horroroso martyrio, até que deu a alma ao creador. Não foram só os portuguezes que mostraram o seu justo sentimento pelas desgraças e perda do seu principe; a Europa civilisada stigmatisou, como devia, o procedimento de Fernando III.

(1643) Começavam os castelhanos a inquietar-nos nas fronteiras; o nosso governo não lhes soffreu o insulto, e logo rompe a guerra, invadindo a Galliza; porém como era necessario fazer uma diversão a favor de Luiz XIII de França, que fazia a guerra na Catalunha, passou o grosso do nosso exercito ao Alemtejo, e fez assento em Evora, em quanto os generaes conde de Obidos, e João Mendes de Vasconcellos entravam por Castella.

A praça de Valverde foi atacada pelo nosso exercito, e logo se poz sítio a Badajoz para dar amostras ao inimigo de que não o temiamos. Os castelhanos atacam Villa Viçosa e Olivença, porém são derrotados. A mesma sorte tem no Minho, aonde o conde de Castello Melhor os destroça. De Trás-os-Montes são igualmente afugentados por Ruy de Alarcão, e D. João de Souza; na Beira tambem Fernão Telles de Menezes rebate com valor a ousadia dos inimigos. Mathias de Albuquerque toma o governo do Alemtejo, e junto com o conde de

Obidos continúa a ganhar victorias sobre os castelhanos, devastando a Estremadura e Andaluzia.

Cortes em Lisboa. Tanger reconhece a dominação portugueza. O duque de Olivares cáe na desgraça do rei de Hespanha, e morre n'este mesmo anno.

(1644) Moçambique, Mombaça, as cidades de Diu, Damão, Baçaim, a capitania de Chaul, as fortalezas de Onor, Braçalor, Mangalor, Cananor, Cangranor, as cidades de Cochim, Coulan, Negapatam, Meliapor, e a maior parte da ilha de Ceylão reconhecem o novo rei.

Os castelhanos cáem sobre Ouguella; porém Mathias de Albuquerque queima Barca-Rota, Montijo, e outros logares. O marquez de Torracusa, general da Estremadura hespanhola, sentido do destroço feito no districto do seu commando, manda o barão de Molinguen com 6:000 infantes, e 2:500 cavallos atacar Albuquerque.

O general portuguez com 6:000 infantes e 1:000 cavallos corre a encontrar o inimigo apenas teve noticia do movimento de Molinguen. A meia legoa do logar do Montijo se avistaram os dois exercitos, e Albuquerque dispõe as suas tropas convenientemente para receber o inimigo, que não tardou a atacar furiosamente os nossos. O choque foi tão forte, que a nossa cavallaria auxiliar hollandeza fugiu precipitadamente sobre o regimento de infanteria de Ayres de Saldanha, que poz em desordenada confusão. Os castelhanos deram segunda carga, e completaram a desordem d'aquelle regimento. Correu logo em seu soccorro a cavallaria portugueza carregando o inimigo com denodo; porém a cavallaria castelhana recebeu os nossos com tanto valor, que os obrigou a retirar. O inimigo aproveita-se d'esta segunda occasião, e carrega a nossa infanteria tão rijamente, que tudo ficou em completa desordem.

Albuquerque em tão crítico momento, forcejando por reunir os seus soldados, teve o seu cavallo morto, e sería morto ou prisioneiro, se um official francez, Mr. de La Morle, não lhe dera logo o seu cavallo para montar.

A desordem era geral. A nossa artilharia já tinha caído em poder do inimigo, apesar dos esforços do valoroso general D. João da Costa, e o inimigo, cantando a victoria, se entregou ao saque. Mathias de Albuquerque n'um momento reune os batalhões dispersos, e 40 cavallos, e pondo-se á frente d'elles com a espada na mão, seguido de seus generaes e estado maior, precipita-se furiosamente sobre os castelhanos, retomando a nossa artilharia e bagagens. Este novo combate foi horrivel. O inimigo fugia precipitadamente da metralha da nossa artilharia, e das espadas da nossa cavallaria, que seguia os fugitivos sem lhes dar quartel, ainda para além do Guadiana, cujas margens offereciam um quadro horroroso.

A perda dos castelhanos foi de tres mil soldados mortos, tres generaes, e cincoenta e quatro officiaes; a nossa foi de nove centos homens.

A victoria de Montijo foi a primeira batalha de importancia dada depois da restauração. A nação a celebrou com grandes regozijos publicos, e premiou o heroe Mathias de Albuquerque, fazendo-o el-rei conde de Alegrete.

(1645) Reforçados os castelhanos, põem cêrco a Elvas, porém são obrigados a levantal-o. Domingos Leite, homem obscuro, é seduzido pelos castelhanos para tentar contra a vida do rei no dia (20 de junho) da procissão de Corpus Christi; porém o esplendor com que el-rei acompanhava a procissão aterrou o regicida

por tal *fórma*, que não se atreveu a disparar. Leite foi prêso e justiçado; e querendo el-rei perpetuar este acontecimento, fundou o convento de Corpus Christi.

Os hollandezes são derrotados na batalha das Tabocas em Pernambuco (3 de agosto).

(1646) Batalha de Telena sobre os hespanhoes (15 de setembro). El-rei, perante as cortes, tomou por protectora do reino a Nossa Senhora da Conceição.

(1647) O conde de Villa Pouca váe governar o Brazil em logar de Antonio Telles da Silva, e leva uma esquadra para combater os hollandezes.

(1648) A Hespanha ajusta a paz com a Hollanda para mais facilmente nos subjugar. A guerra continúa no Brazil contra os hollandezes. João Fernandes Vieira, André Vidigal, e Francisco Barreto de Menezes não os deixam respirar um instante, e ganham a célebre victoria dos Guararapes (19 de abril) em Pernambuco. Os hollandezes são igualmente repellidos na Bahia.

A sorte não lhes é mais feliz em Africa. Uma esquadra nossa, ás ordens de Salvador Corrêa de Sá, os expulsa de Angola e ilha de S. Thomé. O rei do Congo, que com elles se alliára, obtem a paz, cedendo a Portugal a ilha de Loanda. Morre o grande João Pinto Ribeiro.

(1649) El-rei põe casa a seu filho primogenito o principe D. Theodosio, e é o primeiro que toma o titulo de *Principe do Brazil*, que fica annexo aos immediatos successores ao throno.

Segunda victoria dos Guararapes sobre os hollandezes. Em quanto assim em Pernambuco os heroes Barreto e Vieira obram maravilhas, o patriotismo dos cidadãos do reino consegue organisar a grande *Companhia do Brazil*, para fazer opposição á Companhia hollandeza.

(1650) O tyranno de Inglaterra, Cromwel, depois de ter morto o rei Carlos I, manda ao almirante Blac, que persiga a armada dos principes palatinos do Rheno, sobrinhos do infeliz monarcha inglez. Blac os persegue até á barra de Lisboa, onde quer exercer a sua vingança sobre os principes; porém o nosso governo, apesar do respeito que a Inglaterra já n'esse tempo exigia, e do apuro com a guerra de Hespanha, não consente que os principes sejam insultados no nosso paiz, onde vieram procurar hospitalidade.

Para rebater a ousadia ingleza, el-rei manda a toda a pressa aprompta r quinze navios de guerra dos que estavam no Tejo, manda reforçar as fortalezas da barra e expede ordem ao governador do Alemtejo, conde de S. Lourenço, para fazer marchar tres regimentos de infanteria, e duzentos cavallos para reforçar a guarnição da capital. Todas estas ordens foram executadas com uma rapidez extraordinaria.

Foi nomeado general da armada Antonio de Sequeira Varejão, e para almirante D. Pedro de Almeida. Os principes encorporaram as suas embarcações á esquadra portugueza, e deram sobre o orgulhoso almirante inglez, que não espera os nossos, dando occasião a que os principes se fizessem de vela, e se pozessem a salvo. Similhante acção muito exaltou no interior e exterior a nação portugueza.

(1652) A Companhia do Brazil já póde n'este anno mandar alguns navios para o Brazil, e n'elles váe o novo vice-rei conde de Castello-Melhor. Outros navios se ficam aprompta ndo para partir para o mesmo destino, e a noticia de similhante auxilio anima os nossos generaes de Pernambuco, para atacar seriamente os hollandezes, até os expulsar d'aquella provincia.

(1653) O principe D. Theodosio, que tantas esperanças dava á nação, morre a 15 de maio. As cortes se reunem, e juram principe herdeiro a seu irmão o infante D. Affonso. André de Albuquerque desbarata perto de Badajoz um corpo de cavallaria castelhana.

A Inglaterra declara guerra á Hollanda. Este acontecimento nos é de grande utilidade, e o nosso governo, aproveitando sabiamente a occasião, manda para o Brazil sessenta navios da Companhia, levando por general Pedro Jaques de Magalhães, e por almirante Francisco de Brito Freire.

Em quanto Francisco Barreto, na esperança da chegada da armada, dispunha as cousas para atacar os hollandezes na capital de Pernambuco, os seus cabos Vieira, Vidigal, Figueirôa, e Camarão, iam apertando os inimigos.

Chegada a nossa esquadra ao Recife, o general Barreto se dispoz para o ataque (20 de dezembro) em quanto o general hollandez, Segismundo, se preparava para destruir os temerarios (como elle lhes chamava), planos de Barreto.

(1654) Dispostas as cousas, Barreto manda atacar o forte do Rego por Vieira e Vidigal, e logo é tomado. Ao mesmo tempo o valoroso Henrique Camarão com os seus minas ganhava o forte de Altaná (15 de janeiro). O inimigo, perdendo successivamente as suas fortificações, ficou reduzido á cidade, e Segismundo capitula honrosamente, perdendo os hollandezes, em nove dias, o dominio de vinte e quatro annos. O nosso exercito occupou logo a cidade do Recife, onde foi recebido no meio das mais enthusiasticas e sinceras acclamações de seus habitantes.

Com a expulsão dos hollandezes de Pernambuco teve

Francisco Barreto a gloria de assegurar a Portugal a tranquillidade das vastas possessões do Brazil.

Nova conspiração contra a vida do rei. O bispo de Coimbra, Sebastião Cesar de Menezes, seu ministro quiz entregal-o ao rei de Hespanha.

(1655) O conde de Sarzedas substituiu no vice-reinado da India o conde de Obidos, que governou com gloria. O novo vice-rei continúa a guerra com os hollandezes nas nossas possessões além da linha, obrigando-os a levantar o sitio de Ceylão, prendendo o rei d'aquella ilha, que levou prêso a Gôa, atado no banco da sua Galé; porém no anno seguinte a morte arrebatou o conde vice-rei, e os hollandezes atacam novamente Ceylão, tomam Columbo, e se fazem senhores de toda a ilha (1656).

(1656) D. João IV morre em Lisboa (6 de novembro), tendo cincoenta annos de idade. Governou dezeseis annos, durante os quaes estabeleceu leis utilississimas, e se crearam os tribunaes — Conselho Ultramarino, Conselho de Guerra, Junta do Commercio, Junta dos Tres Estados, e outros. Foi principe virtuoso, affavel, e justo; melhor politico do que guerreiro, e muito inclinado á musica. Havia nascido em Villa Viçosa a 19 de março de 1604. Sendo duque de Bragança, casou a 21 de janeiro de 1633 com D. Luiza Francisca de Gusmão, filha do duque de Medina Sidonia. Jaz em S. Vicente de Fóra.

O Senhor D. Affonso VI (O Victorioso) 22.º Rei.

Pela morte d'el-rei D. João IV começou a reinar seu filho o principe D. Affonso, tendo treze annos de idade. D. João IV tinha nomeado tutora, e regente do rei-

no, a rainha sua mulher, convencido que aquella que por seu animo e decisão o tinha elevado ao throno, saberia, durante a menoridade de seu filho, conservar-lhe a coroa.

Começou a rainha o seu governo com uma prudencia e talento, que soube contrariar os projectos dos grandes que lhe queriam tirar o governo, como haviam feito á rainha D. Catharina de Austria, avó d'el-rei D. Sebastião. Chamou a si todos os trabalhos do conselho, lia todos os despachos, e nada escapava aos seus cuidados e vigilancia. Renovou alliança com todas as cortes, de modo que o povo a tinha em adoração, e os grandes a admiravam e respeitavam.

A guerra com Hespanha estava amortecida desde as derrotas de Montijo e Elvas. As campanhas estavam limitadas a alguns pequenos recontros; porém agora a morte d'el-rei D. João IV animou os castelhanos a dar um golpe de mestre na que elles chamavam *revolução portugueza*.

(1657) O general em chefe, conde de S. Lourenço, abre a campanha, e sitia Valença de Alcantara e Badajoz; porém não só fomos obrigados a levantar o sítio, como perdemos Olivença e Mourão.

(1658) Similhantes perdas não se podiam attribuir a falta de talento e vigilancia do general; porém o espirito público desejava o commando das armas do Alemtejo em outras mãos. João Mendes de Vasconcellos substituiu o conde de S. Lourenço, e a guerra continuou vigorosa, retomando-se a praça de Mourão, abrazando muitas povoações inimigas, e tomando-lhes muitas presas. No ultramar igualmente continuavam os nossos generaes reconquistando algumas possessões das perdidas durante o governo dos Filippes.

Vendo-se o nosso governo com forças para tentar uma empreza de nome, resolveu-se o sitio de Badajoz, contra o parecer do conde do Sabugal. Começaram as operações pelo ataque ao forte de S. Christovão; porém o ataque mais notavel d'este cêrco foi o do forte de S. Miguel, que o duque de S. Germano veiu soccorrer em pessoa.

Os generaes Vasconcellos e André de Albuquerque atacaram ao mesmo tempo o forte e o duque, que o queria descercar. O combate durou porfiado quatro horas, rendendo-se á discrição o forte, e o exercito castelhano retirou na maior desordem, perseguido tenazmente por André de Albuquerque.

Este novo desastre exasperou a corte de Madrid, e logo o governo hespanhol mandou fazer grandes preparativos para soccorrer Badajoz, querendo o proprio rei Filippe IV vir em pessoa commandar o ataque; porém resolveram depois, que viesse o seu primeiro ministro D. Luiz de Haro.

Durava o assedio ha quatro mezes, quando chegou a noticia, de que o inimigo marchava com grandes forças em soccorro da praça. O general Pedro Jaques de Magalhães aconselhou que o nosso exercito se retirasse para Elvas, e o inimigo, orgulhoso das suas forças, ousa vir pôr cêrco a esta praça (22 de outubro).

O governo de Elvas estava entregue a D. Sancho Manoel. Este illustre general sustentou heroicamente o apertado cêrco que lhe poz o inimigo, rebatendo os seus repetidos assaltos, apesar da dizimação que uma molestia epidemica fez na nossa guarnição.

Nas provincias do norte tambem o inimigo nos incommodava, e ganhava algumas vantagens no Minho; porém o conde de Castello-Melhor lhe rebateu a inso-

lencia. A praça de Monsanto, sitiada pelo inimigo, foi descercada.

Assim se obrava nas outras provincias; mas estas pequenas victorias nada decidiam; a attenção geral era para o Alemtejo, onde a praça d'Elvas continuava a soffrer os rigores do mais estreito assedio, e reclamava promptos soccorros.

O governo nomeia o duque de Aveiro general em chefe, para ir descercar Elvas; mas o duque, depois de acceitar, renunciou o commando, que logo foi dado ao conde de Cantanhede. (13)

Havia divergencia sobre a maneira de introduzir os soccorros na praça; porém o general em chefe, contra o parecer da maioria do conselho de guerra, em Lisboa, que decidíra que se soccorresse unicamente a praça, resolveu com os seus generaes atacar o inimigo nas suas linhas, obrigando-o a um combate geral, havendo toda a probabilidade de não só introduzir os soccorros na praça, mas mesmo de salval-a por uma vez.

(1659) O general em chefe, conde de Cantanhede, saíu de Estremoz a 11 de janeiro, levando um exercito de dois mil e quinhentos cavallos, sete peças de artilharia, e oito mil infantes, a maior parte auxiliares. Era mestre de campo general (chefe de estado maior general) o conde de Mesquitella, general de cavallaria André de Albuquerque, e general de artilharia Affonso Furtado de Mendonça. Acompanhavam mais o exercito os tenentes generaes Manoel Freire de Andrade, Gil Vaz Lobo Freire, Diniz de Mello e Castro; Tamaricut,

(13) O duque d'Aveiro passou-se depois para Castella, e Filippe IV premiou a sua traição fazendo-o duque de Cidade Rodrigo.

e os commissarios geraes João da Silva de Souza, e João Vaunicelli.

Os terços de infanteria eram commandados pelos mestres de campo general Pedro de Mello, D. Manoel Henriques, Antonio Galvão, Fernão de Mesquita Pimentel, Alvaro de Azevedo Barreto, Antonio de Sá Pereira, Gregorio de Castro de Moraes, com os tenentes de mestre de campo general Diogo Gomes de Figueiredo, Manoel Lobato Pinto, e Ascenso Alvares Barreto, além de outros que, por ausencia dos mestres de campo, eram commandados pelos sargentos móres. O exercito levava comsigo um grande comboi de munições de boca e de guerra, para introduzir na praça. As guarnições das praças de Jorumenha, Villa Viçosa, Campo Maior e Arronches, reuniram-se ao exercito libertador.

A 13 de janeiro o exercito formava em batalha, á vista do inimigo, começando por o desalojar da Atalaya dos Çapateiros, e collinas da Assumada. Não se póde explicar o alvoroço dos sitiados; todos se vestiram de galla; os vivas atroavam os ares, como se a guerra já tivera acabado.

D. Sancho Manoel saíu da praça, atravessando pelo inimigo á frente da cavallaria da guarnição, e veiu ter com o general em chefe. De noite recolheu á praça, dispoz uma bateria de vinte peças no baluarte do principe ao mando de Pedro Jaques de Magalhães, e reunindo a guarnição nos templos, oraram perante o Santissimo Sacramento exposto, e todos se prepararam com os Sacramentos da Igreja para entrar na batalha.

O inimigo recebeu um reforço de tres mil infantes e quinhentos cavallos. Durante a noite, o chefe de estado maior general (Mesquitella) e o general André de

Albuquerque fizeram um reconhecimento, e o nosso exercito tomou posições.

Ás 8 horas da manhã (14 de janeiro de 1659) avançou o exercito em tres columnas. A columna do centro era composta de mil infantes ás ordens de Diogo de Figueiredo, com fachinas, sustentados por tres mil infantes ás ordens do conde de Mesquitella, e de mil e duzentos cavallos de André de Albuquerque. A columna da esquerda, em força de dois mil homens, era commandada por Diniz de Mello e Castro. A columna da direita, ás ordens de Manoel Freire de Andrade, era composta de dois mil infantes, e novecentos cavallos. O resto do exercito formava em reserva com o comboi, e devia seguir os movimentos da direita para communicar com a praça.

D. Sancho tinha a guarnição da praça debaixo do commando do valoroso conde de S. João (Tavora), de Fernão Corrêa da Silva, e do bravo D. João da Silva, alojada na contra-escarpa, para na primeira occasião dar as mãos aos libertadores.

Diniz de Mello com a esquerda toma denodadamente as trincheiras, e põe o inimigo em fuga: uma parte da guarnição da praça occupa as posições abandonadas. Mesquitella e Albuquerque, com o centro, avançam para o monte (fortificado) da Graça, onde estava o quartel general inimigo, e o general em chefe D. Luiz de Haro foge para Badajoz. Não foi tão feliz a columna da direita; porque em quanto o general inimigo, duque de S. Germano, reunia a sua infanteria com uma diligencia e intrepidez admiraveis, o duque de Ossuna com uma respeitavel força de cavallaria obrigava o terço de Luiz de Souza de Menezes a perder o terreno ganho. Luiz de Menezes, ferido mortalmente, ainda animava os seus soldados para o combate.

N'este momento André de Albuquerque avança destemidamente sobre o inimigo, que, retirado ás trincheiras, ali o assalta; porém, no momento em que com o seu bastão tocava na trincheira mostrando aos soldados *como ellas se tomavam*, uma bala o atravessou por baixo do braço, e logo perdeu a vida. D. Sancho toma o commando da divisão de Albuquerque, e a peleja continuou. O general castelhano estava ferido na cabeça, e a desordem estava em todo o seu exercito, que retirava em completa debandada, e o nosso exercito victorioso entrava na praça pela noite.

As bagagens, tendas, caixa militar, secretaria da guerra, e o estandarte de Carlos v tudo caíu em nosso poder. As forças hespanholas que tinham vindo para a tomada de Elvas subiam a trinta mil infantes, e seis mil cavallos, de que apenas recolheram a Badajoz seis mil: só no dia 14 foram mortos mais de dez mil, sendo a nossa perda de oito centos homens, alguns officiaes de importancia, como Albuquerque, e o conde de Sarzedas.

O conde de Cantanhede voltou a Lisboa a receber os applausos e o premio de tão grande serviço, ficando com o governo do Alemtejo o conde da Atouguia.

(1660) Entre os successos d'este anno é memoravel a embaixada do conde de Soure á França, para obstar a que a paz dos Pyreneos nos causasse damno. O conde obteve promptos soccorros, e trouxe comsigo o famoso conde de Schomberg, e seis centos francezes bons engenheiros e artilheiros. Tambem foi célebre a empreza da navegação de um portuguez desde o Japão pelos máres do Pólo arctico.

(1661) Os castelhanos ficaram tão cortados do nosso ferro no cêrco d'Elvas, que em mais de um anno não

nos inquietaram nas fronteiras. Esta suspensão deu tempo aos nossos ministros nas cortes estrangeiras para adiantarem as negociações, tendo o conde da Ponte a destreza de acabar a desintelligencia que havia com a de Londres, e o conde de Miranda a de ajustar as pazes com a Hollanda, abandonando esta nação todas as suas pertenções sobre o Brazil. A infanta D. Catharina casa com el-rei de Inglaterra Carlos II, levando em dote a cidade de Tanger (18 de maio de 1661).

Filippe IV, que não desistia da sua teima de destruir Portugal, encarrega a difficil tarefa de nos conquistar, a seu filho natural D. João d'Austria.

Tantos preparos da parte de Hespanha nos obrigaram a cuidar de nós. O conde de Cantanhede, já elevado a marquez de Marialva, foi mandado ao Alemtejo como auxiliar do conde da Atouguia. D. João d'Austria abre a campanha tomando-nos Arronches, e o castello de Alconchel; porém, apenas viu que o procuravamos, retirou para Badajoz.

N'este mesmo tempo o conde do Prado, general da provincia do Minho, soccorrido pelo conde de Mesquitella, que mandava em Trás-os-Montes, fazem frente em Galliza ao duque de Ossuna, derrotando-o por duas vezes. Ossuna corre sobre a Beira, e toma o forte de Val de la Mula; porém D. Sancho Manoel, já conde de Villa Flor, desembaraçado do Alemtejo, no grande choque da companhia de Perales, castigou o duque castelhano.

(1662) D. João d'Austria torna a apparecer no Alemtejo. O marquez de Marialva toma definitivamente o commando das armas do Alemtejo, e procura o inimigo, que avistou quasi debaixo dos muros de Estremoz; porém não esperando batalha dos nossos, retrocede so-

bre Borba, que saqueia, e descarrega depois o pêso das suas armas sobre Jorumenha, que logo foi soccorrida pelo marquez.

El-rei, frouxo, facilimo em ser fascinado por homens pessimos, dá occasião a geral desgosto no reino. A propria rainha regente, não podendo já soffrer os dissabores que lhe causava el-rei seu filho, seduzido pelos que queriam governar á sombra d'elle, lhe entrega o governo (23 de junho de 1662). A grande rainha disse a seu filho: «Eis-aqui os sellos que eu entrego a vossa magestade; oxalá que os empregue conforme meus desejos, e a felicidade dos vossos povos.» Entregue o governo a el-rei, a rainha D. Luiza se retira ao convento das agostinhas descalças, que havia fundado no sitio do Grilo.

D. Affonso VI em liberdade, se entregou a seu valído Antonio Conti: o conde de Odemira, até ali no agrado, cáe na desgraça, e o conde de Castello-Melhor foi o ministro que governou com maior força até 1665.

(1663) Era grande o perigo em que n'este tempo se via o reino; porque D. João d'Austria com forças superiores ás nossas andava despotico pelo Alemtejo, chegando as suas partidas a Alcacer do Sal. Evora estava sitiada, e os meios para a defensa eram poucos. De todas as provincias marchavam para o Alemtejo as tropas que n'ellas se podiam escusar. Com ellas unidas saíu de Estremoz o general conde de Villa Flor, levando por general da cavallaria Diniz de Mello e Castro, e da artilharia D. Luiz de Menezes.

Chegou o nosso exercito á vista de Evora, porém já esta cidade estava em poder do inimigo, tremulando a bandeira castelhana nos seus muros. Então o nosso exercito retrocedeu, resolvido o general a esperar o inimigo além do Degebe.

D. João d'Austria, conhecendo o nosso intento, deixa uma forte guarnição em Evora, e marcha para Castella para refazer-se, recebendo as recrutas que estavam promptas; porém o conde de Villa Flor conhecendo o designio, lhe foi no alcance, e os dois exercitos se encontraram (7 de junho) da outra margem do Tera nos campos do Ameixial, não podendo o inimigo esquivar-se ao combate.

O general da Beira Manoel Freire de Andrade, e o commissario geral Gomes Freire, que mandavam a cavallaria do lado esquerdo, ambos dotados de valor, e de disciplina, avançam intrepidos sobre o inimigo, com os fins de impedir-lhe a retirada. N'este movimento perdeu a vida Manoel Freire atravessado por uma bala. Diniz de Mello reforçou logo o ataque com tres mil cavallos, e a batalha tomou um caracter serio. A nossa cavallaria obrava maravilhas; e não sendo as vistas do general portuguez dar um ataque geral, agora move todo o exercito sobre a infanteria castelhana que occupava as eminencias circumvizinhas. Foi bem disputada a batalha; porém ganhámos uma completa victoria, deixando D. João d'Austria no campo, entre muitos cadaveres, rico despojo.

Os generaes conde de Villa Flor, o de Schomberg, o da Torre, D. João da Silva, Affonso Furtado de Mendonça, D. Luiz de Menezes com os mais cabos e officiaes ganharam n'este dia a admiração da Europa, por serem os vencedores de tão famoso general.

D. João d'Austria, perdendo em Portugal a sua grande reputação militar, foi desabridamente recebido na corte, e mesmo pelo rei seu pai.

O nosso exercito marcha logo sobre Evora, que governava o general castelhano conde de Sertirana. O va-

lor reconhecido do general hespanhol não foi capaz de resistir aos nossos ataques, e nos entregou a praça em dia de S. João. O marquez de Marialva acompanhou o exercito na tomada de Evora.

As nossas tropas foram aquarteladas, para descançarem das fadigas da guerra, á sombra dos triunfos adquiridos, e o general Villa Flor passou á corte, onde foi mal recebido na occasião em que todos esperavam ver os seus serviços premiados.

Com satisfação geral foi o conde de Villa Flor substituido no governo pelo marquez de Marialva, nomeado capitão general, e foram igualmente provídos no governo da provincia o conde de Schomberg, e o mestre de campo general, Gil Vaz Lobo Freire.

Durante a campanha d'este anno, foram igualmente felizes as nossas armas nas outras provincias, e especialmente no celebrado choque de Val de la Mula, ganhado por Affonso Furtado de Mendonça.

(1664) O nosso exercito estava no estado o mais luzido; e como os castelhanos não nos procuravam, resolveu o general em chefe, marquez de Marialva, invadir o paiz inimigo. Valença d'Alcantara foi sitiada, e depois de galharda resistencia se sujeitou ao nosso jugo.

Igual triunfo ganhou o general da Beira Pedro Jaques de Magalhães, derrotando o duque de Ossuna sobre Castello Rodrigo (7 de julho).

A corte de Madrid desesperava com tanta perda, e altamente clamava contra o seu general em chefe D. João d'Austria. Este, vendo que attribuiam a má fortuna da guerra, á sua má direcção, renunciou o cargo, e saíu da corte.

Filippe IV, vendo seu filho humilhado, o credito das

suas armas depreciado, emprega todos os meios para restabelecer a opinião perdida. Nomeia para capitão general da Estremadura ao marquez de Caracena, que na guerra da Flandres tinha adquirido a reputação de primeiro soldado da Hespanha. Acompanharam a este grande mestre da arte bellica muitos filhos da sua disciplina, e creaturas todas da sua inspiração, e assim saíu o general hespanhol para a campanha, começando por emendar os que elle chamava erros militares do principe. Ao marquez de Marialva, e ao conde de Schomberg, não assustavam os brados da fama do novo competidor.

Entrou o general Caracena por Portugal com quinze mil infantes e seis mil cavallos escolhidos, e foi a sua primeira e ultima empreza o sitio de Villa Viçosa, representando-se-lhe, que o sujeitar a corte dos serenissimos duques de Bragança ao dominio castelhano, era quanto bastava para obter a sujeição da monarchia.

Governava a praça Christovão de Brito Pereira, que para a defender, ainda esquecendo a memoria de seus illustres progenitores, lhe bastava o valor proprio sem o soccorro do sangue. Christovão de Brito defendeu a praça com constancia superior á porfia dos que a atacavam.

No mesmo dia em que Caracena começava o sitio de Villa Viçosa, começava Marialva os aprestes para a soccorrer. Não tardou muito que o nosso exercito em força de quinze mil infantes e cinco mil e quinhentos cavallos saísse de Estremoz na direcção de Villa Viçosa.

Os generaes que tinham a direcção d'estas armas, além do general em chefe, eram o conde de Schomberg, general do Alemtejo; o mestre de campo general, Gil Vaz Lobo; o general da cavallaria, Diniz de

Mello; o general da artilharia, D. Luiz de Menezes; o general da Beira, Pedro Jaques de Magalhães; o general de Trás-os-Montes, conde de S. João; Pedro Cesar de Menezes, general da cavallaria do Minho; e Simão de Vasconcellos e Souza, governador de Lisboa.

Se a confiança que os nossos generaes tinham no nosso exercito era grande, não era menos a que o general hespanhol tinha no seu. Caracena deixa Nicoláo Sangres com mil e oitocentos homens para guarnecer os trabalhos do sitio, e saíu a esperar o nosso exercito nos campos de *Montes-Claros*. Os castelhanos nos atacaram com resolução e disciplina; mas a sua ousadia foi infeliz. Vencidos, depois de muitas horas de porfiado combate, foram obrigados a coroar o nosso exercito com uma das mais brilhantes victorias (17 de julho de 1665).

A nossa perda foi de setecentos mortos; a dos castelhanos de quatro mil, além de seis mil prisioneiros, que o nosso triunfante exercito conduziu a Villa Viçosa.

Esta consideravel perda fez abrir os olhos a Filippe IV. Os seus vassallos já murmuravam de similhante pertinacia de guerra, que durava ha vinte e cinco annos, e que só lhe havia acarretado desgraças.

A batalha de Montes-Claros tinha decidido o pleito da nossa liberdade. Tudo quanto Filippe IV fizesse para nos subjugar, era infructifero; e conhecendo esta verdade, propõe uma conferencia em Salvaterra para tratar da paz; porém nada se decide.

(1666) Não soffreu o nosso governo que um inimigo vencido ainda ousasse querer ditar o tractado de paz. E como para alcançar segura paz é muitas vezes preciso fazer guerra, o nosso governo manda romper

novamente as hostilidades. O conde de Schomberg impõe immensas contribuições no condado de Niebla, e toma S. Lucas sobre o Guadiana. O conde do Prado entra em Galliza até Baionna.

A rainha D. Luiza de Gusmão morre no seu convento do Grilo (27 de fevereiro). A nação viu, com sentimento bastante, morrer a grande rainha, ao mesmo tempo que completava a conquista da liberdade por ella começada.

Casamento d'el-rei com a duqueza de Neumurs D. Maria Francisca Isabel de Saboia (27 de junho). A nova rainha chega a Lisboa (2 de agosto). O rei quer, que seu irmão, o infante D. Pedro, case com M.lle de Bovillon, sobrinha do marechal de Turenna; mas elle se nega absolutamente.

(1667) El-rei, continuando nas suas desordens, desgostou geralmente a nação. Separado da rainha, abandonado aos conselhos do marquez de Castello Melhor, maltrata seu irmão. A rainha, vexada pelo rei, e maltratada pelo ministro, retira-se ao convento da Esperança (2 de novembro). El-rei quer empregar a força para tirar a rainha do convento, o que não consegue. Estas desordens augmentam o descontentamento no reino, e a rainha começa a tratar da nullidade do matrimonio.

Uma revolução palaciana obriga o rei a abdicar o governo no infante seu irmão (23 de novembro).

Regencia do Infante D. Pedro.

(1667) Tomou o infante D. Pedro conta do governo do reino em nome d'el-rei seu irmão (22 de novembro), e segundo os desejos bem claramente pronuncia-

dos pela nação. El-rei estava recluso no paço; porém tratado com toda a grandeza da magestade.

A guerra com Hespanha estava quasi no estado da tregoa que costuma preceder á paz. O regente desejava assignalar o começo do seu governo, concluindo o tractado com a nação vizinha. Carlos II, rei d'Inglaterra, casado com a irmã do regente, quer sér o medianeiro, e manda a Madrid o conde de Sandwich, ministro plenipotenciario, para fazer desapparecer as difficuldades.

Os Tres Estados do Reino, reunidos em cortes, juram o infante D. Pedro principe regente, e herdeiro da coroa (27 de janeiro). Assigna-se o tractado de paz com Hespanha (13 de fevereiro). Esta notícia causa grande alegria no reino. As cortes reconhecem o tractado de paz feito com a Hespanha.

A rainha alcança nos tribunaes a sentença de nullidade do matrimonio com el-rei. O papa Clemente IX confirma esta sentença. A rainha passa a segundas nupcias com seu cunhado o principe regente (2 de abril).

(1669) El-rei D. Affonso é mandado para o castello de S. João Baptista d'Angra, e o regente emprega-se em restabelecer o commercio, reformar os abusos, e lançar os fundamentos de um governo sabio e florescente.

(1673 a 1675) Descobre-se em Obidos uma conspiração contra o regente: os hespanhoes são suspeitados; Francisco de Mendonça e Antonio de Cavide, dois dos principaes conjurados, são punidos. Portugal continúa em paz, apesar de uma guerra geral na Europa. Assigna-se em Lisboa novo tractado com a Hespanha para determinar os limites das colonias das duas margens do Rio da Prata.

(1675) El-rei D. Affonso volta dos Açores, aonde esteve seis annos. É depois mandado para o palacio de Cintra, aonde o conservaram recluso até á sua morte, que foi a 12 de setembro de 1683. Reinou vinte e sete annos, governando cinco annos, se é que governou. Havia nascido em Lisboa a 23 de agosto de 1643. Jaz no mosteiro de Belem.

O Senhor D. Pedro II (O Pacifico) 23.º Rei.

(1683) O principe D. Pedro só com a morte d'el-rei é que tomou o titulo de rei. Morre a rainha D. Maria Francisca (27 de dezembro). Jaz no convento do Santo Crucifixo, em Lisboa, por ella fundado.

(1687) D. Pedro II passa a segundas nupcias com D. Maria Sophia, princeza do Rheno (11 de agosto).

El-rei faz jurar princeza herdeira a sua filha D. Isabel, e alcança dos Estados do Reino reunidos em cortes, permissão para a princeza casar com o duque de Saboia Victor Amadeo; porém a prematura morte da princeza, acontecida a 21 de outubro de 1690, mallogrou o consorcio.

(1697) Alguns regimentos são mandados em auxilio de Carlos II rei de Hespanha, porém só para servirem contra os mouros.

(1700) A morte de Carlos II, rei de Hespanha, acontecida n'este anno, veiu pôr Portugal em novas collisões. Tinha o monarcha hespanhol feito testamento ao eleitor da Baviera em 1697; porém, revogado em 1700, fez segundo testamento, em que nomeia por herdeiro da corôa Filippe, duque d'Anjou, e na sua falta o duque de Berry; em terceiro logar o archiduque Car-

los, com condição de não juntar a Hespanha ao imperio; e ultimamente o duque de Saboia.

O duque d'Anjou é acclamado em Madrid com o nome de Filippe V, e Portugal foi a primeira nação que o reconheceu, e todas as nações da Europa, excepto o imperador da Allemanha, seguiram o exemplo de Portugal.

Portugal, Hespanha, e França fazem um tractado de alliança offensiva e defensiva, e logo a esquadra franceza ás ordens de Mr. de Reneau, que encorporada á nossa ficou ás ordens do conde de S. Vicente, aguardou a invasão que se esperava do norte.

(1703) A politica fez n'este anno uma mudança consideravel. Todas as potencias que haviam reconhecido Filippe V o desamparam para reconhecerem o archiduque d'Austria como rei de Hespanha, com o nome de Carlos III. Filippe V fica só com a alliança de seu avô Luiz XIV, o grande. Portugal entra na grande alliança com o Imperio, Provincias unidas, e Inglaterra.

(1704) Chegou o archiduque a Lisboa nas esquadras de Inglaterra e Hollanda com dez mil inglezes, que se uniram ao nosso exercito. Reunido o exercito na Beira, Pedro II e Carlos III entraram por Castella a fazer um reconhecimento, retirando-se depois a Portugal.

(1705) Os alliados ganharam depois a praça de Gibraltar. Filippe fez os maiores esforços por recobral-a, pondo-lhe apertado cêrco por mar e terra; porém saindo de Lisboa a nossa esquadra ás ordens de Gaspar de Ataide, e alguns navios dos alliados ás ordens de Leake, investiu e derrotou a Mr. de Pointes, que com uma esquadra de trinta e cinco náos occupava o Estreito, e desembaraçado o mar, levantou o sitio o exercito de terra.

O conde das Galvêas ganhou com a espada na mão a praça de Valença. Atacaram a brecha dois regimentos portuguezes, um inglez, e outro hollandez: o primeiro que a montou foi o coronel D. Francisco de Lencastre, que no alto d'ella foi morto. O conde de Coculim sustentou a avançada á frente do outro regimento portuguez: com a mesma bizarria se portaram os coroneis Doncason, inglez, e o conde de Noyelles.

Guarnecida Valença, levantou o exercito o campo, e marchou ao sitio de Albuquerque, que foi dirigido pelo general conde de Galloway. Defendeu-se o inimigo com resolução; porém vendo a inutilidade da resistencia, entregou por capitulação a praça, que logo guarnecemos.

Em quanto as tropas refrescavam para depois se empregarem no sitio de Badajoz, o marquez das Minas tomou Salvaterra, que se rendeu á discrição, e depois avançou a Sarça, que o inimigo desamparára, e foi entregue ao fogo.

O sitio de Badajoz começou com acêrto; porém o exito foi infeliz. O conde de Galloway perdeu um braço, e o general Fagel tomou logo o logar de Galloway na qualidade de chefe d'estado maior general, debaixo das ordens do marquez das Minas.

Continuavam os alliados as operações do sitio, e o marechal de Tessé se dispunha a soccorrer a praça. Os nossos generaes, e principalmente o conde de S. João, tomaram as maiores precauções para evitar a introducção dos soccorros na praça; porém tiveram a infelicidade de ver mallograr, por culpa do general Fagel, as sabias disposições que haviam ordenado.

O archiduque, ou Carlos III, saíu de Lisboa na armada dos alliados, e toma Barcelona. Todas as mais

cidades da Catalunha se declararam pelo partido de Carlos III, que sustentaram com grande empenho, e o mesmo aconteceu a Valença.

O máo successo de Badajoz estava bem desforrado. Os alliados iam reduzindo toda a monarchia de Hespanha ao dominio de Carlos III. A França, assustada, apura para esta campanha todos os seus esforços.

(1706) Foi enviado o duque de Berwick para mandar as tropas d'el-rei Filippe, porque este principe, com o marechal de Tessé, havia com um corpo de exercito separado sitiar Barcelona, em quanto Berwick faria frente aos nossos, e o conde de las Torres com outro corpo de exercito faria frente a lord Peterborough. Sobre a marcha do exercito de terra decidiu-se que marchasse direito a Madrid.

O exercito, em força de quarenta mil homens, se poz em marcha debaixo das ordens do marquez das Minas; e de Galloway, depois de passar o rio Solor, resolveu atacar o duque de Berwick, que acampava em Broças. O duque procurou evitar o ataque, porém a sua retaguarda foi derrotada. Perdêmos n'este combate o conde de S. Vicente.

O nosso exercito occupou Broças, que estava desamparada. Guarnecida esta praça, o marquez das Minas marchou sobre Alcantara, que rendeu, apesar de estar guarnecida com cinco mil homens bem provídos de tudo.

Rendida Alcantara, se avançou o marquez de Fronteira a Moraleja, que mandou atacar pelo conde de Soure, e a sua guarnição se rendeu prisioneira. A mesma felicidade teve D. João de Ataide sobre a cidade de Coria, d'onde saiu todo o exercito para Placencia. N'esta cidade decidiram os generaes não avançar sem ter noticias do estado do sitio de Barcelona.

Não querendo o general em chefe ter o exercito em inacção, retrocedeu, e veiu atacar Cidade-Rodrigo, que se rendeu em poucos dias; e chegando a este campo a agradavel notícia do levantamento do sitio de Barcelona, resolveu-se que o exercito marchasse direito a Madrid, na idéa de que Carlos III ali se uniria, e que os hespanhoes, vendo-o apoiado por tantas forças, abandonariam Filippe.

Em todo o caminho até Madrid não achou o marquez inimigos. Saíu Filippe d'esta corte para o nosso exercito entrar n'ella (2 de julho de 1706); porém, mal aconselhado Carlos, atrasou muito os seus negocios, por não vir apparecer entre um povo onde todos o queriam por seu rei.

Os nossos generaes, vendo a impossibilidade da sua conservação n'aquelle paiz, onde Filippe e Berwick tinham mais vantagem, saíram de Madrid para Valença a ajuntar-se com Carlos, que os devêra ter buscado em Madrid.

Morre el-rei D. Pedro II a 6 de dezembro de 1706, tendo cincoenta e oito annos de idade. Governou trinta e oito annos, sendo dezeseis como regente, e vinte e dois como rei. Havia nascido em Lisboa a 26 de abril de 1648. Jaz em S. Vicente de Fóra.

O Senhor D. João V (O Magnanimo) 24.º Rei.

(1706) A morte d'el-rei D. Pedro II elevou ao throno seu filho o principe D. João, tendo apenas dezeseis annos de idade.

D. João V ratifica a grande alliança, continuando as nossas armas a sustentar a causa de Carlos III.

(1707) O duque de Ossuna toma Serpa. Os generaes

marquez das Minas, e lord Golloway encontram o marechal de Berwick á vista de Almanza, na Castella Nova, dão batalha, e são inteiramente desbaratados, ficando doze regimentos portuguezes prisioneiros (25 de abril). Os alliados se retiraram ao reino de Valença, que pouco tempo se conservou na obediencia de Carlos III, seguindo o mesmo exemplo o de Aragão.

Os alliados, a quem à batalha d'Almanza poz em apuros, fizeram uma diversão de forças. Minas e Golloway atravessam para a Estremadura, e sobre Badajoz são novamente batidos. Os alliados, e principalmente Portugal, empregam todos os meios para recuperar o perdido.

(1708) El-rei celebra o seu casamento com D. Maria Anna d'Austria, filha do Imperador Leopoldo I (26 de outubro).

(1710) O conde de Storemb ganha a grande victoria de Saragoça sobre o general Bay. Os alliados de Carlos III entram pela segunda vez em Madrid. A causa de Filippe julga-se perdida; porém, recebendo novos soccorros de França, o duque de Vendome ataca Storemb em Villa Viçosa, na Castella Nova, e o desbarata. Esta victoria póde dizer-se que mudou a face da causa de Filippe, e o segurou no throno.

N'este anno morre José II, imperador da Allemanha, e o archiduque subiu ao throno imperial. Começou o seu partido na Hespanha a declinar muito, porque as nações tambem não desejavam que Carlos reunisse tamanho número de estados: todavia Portugal continuou a sustentar a guerra.

(1711) O almirante francez Duguai Trouin ataca e toma a cidade do Rio de Janeiro. O marquez de Rei ataca Campo-Maior; porém depois de uma vigorosa re-

sistencia feita pelo conde da Ribeira, por espaço de trinta dias, os sitiantes retiram.

(1713) Paz geral em Utrecht (11 de abril). Assigna-se o tractado de paz (13 de fevereiro de 1715) entre Portugal e Hespanha, na mesma cidade de Utrecht, sendo plenipotenciarios o duque de Ossuna, o conde de Tarouca, e D. Luiz da Cunha. Os principaes artigos eram, que a Hespanha entregaria o castello de Nonda com o seu territorio, a ilha de Verdejo, e a colonia do Sacramento; e Portugal entregaria Albuquerque, Puebla e seu territorio, e lhe seriam pagos seiscentos mil cruzados pelo assento dos negros.

Fazem-se progressos immensos na civilisação do sertão do Brazil, e nas suas provincias augmentam as descobertas.

(1716) A sé de Lisboa dividida em oriental e occidental, sendo esta ultima elevada a patriarchal, e seu primeiro patriarcha D. Thomaz de Almeida.

A esquadra portugueza, ás ordens do conde do Rio Grande, váe em soccorro dos venezianos, que tinham tomado a Morea, e atacavam a ilha de Corfú. Os turcos não esperaram, e a armada recolheu a Lisboa.

(1717) Tornavam os turcos a incommodar as ilhas do Mediterraneo; a nossa esquadra torna a sair, e o conde do Rio-Grande e o de S. Vicente, unidos em Corfú com as outras esquadras auxiliares, atacam os turcos junto ao cabo Matapan; e a pesar do inimigo ser superior em forças, foram obrigados a retirar com grande estrago para a ilha de Candia.

Lança-se a pedra fundamental á Basilica de Mafra (17 de novembro). O conde da Ericeira, vice-rei da India, alcança gloriosos triunfos.

(1720) Erecção do bispado do Grão Pará. Institui-

ção da Academia Real da Historia Portugueza (8 de dezembro) com cincoenta academicos dos mais eruditos do reino. Instituem-se academias militares para os estudos mathematicos, e tres cadeiras de direito civil, e duas do canonico na universidade de Evora.

(1723) A peste mata mais de quarenta mil pessoas em Lisboa.

(1728) Casamento do principe do Brazil com D. Maria Anna Victoria, infanta de Hespanha, e da princeza da Beira D. Maria Barbara com o principe das Asturias D. Fernando.

(1729) Começa a edificar-se o grande aqueducto das aguas livres para abastecer de agua a cidade de Lisboa, obra a mais gigantesca da Europa.

(1730) Sagração da Basilica de Mafra (17 de novembro).

(1732) O conde de Sandomil, vice-rei da India, conserva com bastante difficuldade este Estado.

(1740) O marquez de Louriçal váe segunda vez governar o Estado da India, faz levantar o sítio de Gôa, e retoma algumas praças.

(1741) É supprimido o arcebispado de Lisboa, ficando sómente a sé patriarchal (1 de setembro).

(1744) Sendo vice-rei o marquez de Alorna, continúa a impedir o progresso do inimigo na India, e a fazer respeitar as armas portuguezas.

(1745) Erecção dos bispados de S. Paulo e de Marianna, no Brazil.

(1748) Benedicto XIV concede a el-rei e seus successores o titulo de *Fidelissimo* (23 de dezembro).

(1750) Tractado com a Hespanha para demarcar os limites das duas coroas nas Indias occidentaes.

El-rei havia sido atacado de uma paralysia a 10 de

maio de 1742; porém agora, augmentando-se, lhe causa a morte.

Foi D. João v dotado de um genio grandioso. Governou o reino quarenta e tres annos. Além das fundações do convento de Mafra, e do aqueducto de Lisboa, mandou fazer em Roma a magnífica capella de S. João Baptista, que se vê na igreja de S. Roque, obra que custou um milhão de cruzados. Fundou e animou a industria manufactureira do reino. Estabeleceu livrarías famosas, e reedificou o utilissimo hospital das Caldas da Rainha. Morreu em Lisboa a 31 de julho de 1750, tendo sessenta e um annos de idade. Havia nascido a 22 de outubro de 1689. Jaz em S. Vicente de Fóra.

O Senhor D. José i (O Reformador) 25.º Rei.

Morto el-rei D. João v, foi acclamado rei, com as solemnidades do costume, seu filho o principe do Brazil D. José (7 de agosto), tendo trinta e seis annos de idade.

D. José i achou os cofres vasios. Calcula-se que no reinado de seu pai foram para Roma cento e oitenta milhões de cruzados. A despeza com o convento de Mafra havia sido enorme, assim como o foi a feita com o utilissimo aqueducto que abasteceu de agua a capital.

Os primeiros cuidados do monarcha foram o de animar a agricultura, as artes e o commercio, para com estes solidos elementos fazer prosperar a nação, e augmentar os rendimentos do Estado.

El-rei entregou-se completamente nas mãos do seu primeiro ministro, Sebastião José de Carvalho e Mello, homem dotado de grande talento administrativo.

Os grandes negocios do Estado, que até ao reinado

de D. Pedro II só se tractaram em cortes, reunidos os Tres Estados do Reino, começavam agora, mais do que no precedente reinado, a ser deliberados pelo governo, sem guardar respeito aos foros, e regalias nacionaes. Debaixo de similhante systema se publicaram muitas leis, algumas sem dúvida de grande interesse público, porém tambem algumas houve inconvenientes.

Chegou a Lisboa a frota do Brazil (7 de dezembro) carregada de dinheiro, e generos coloniaes.

(1751) Creação da Relação do Rio de Janeiro, e do Deposito Público em Lisboa.

(1752) O commercio dos diamantes é declarado exclusivo, e fica debaixo da protecção do rei.

(1755) Reforma da Junta do Commercio (30 de setembro).

Horrivel terremoto (1.° de novembro) em Lisboa, que subverte a cidade, perecendo mais de quarenta mil pessoas, e os prejuizos foram calculados em centenares de milhões. El-rei e seu governo desenvolveram n'esta crise uma energia admiravel. A cidade submergida, e seus habitantes vendo-se cercados de ruinas e de cadaveres, ainda n'este doloroso estado foram atacados pela cubiça dos salteadores. Estes em numerosos bandos se espalharam pela capital, assaltando as casas, os habitantes nas ruas, e até ás mulheres rasgavam as orelhas para mais facilmente lhes roubar as argolas ou brincos. Ordenou o governo, que todos os salteadores apanhados em flagrante fossem logo enforcados nos locaes do delicto, e seus corpos conservados na forca; esta ordem horrorosa, sem dúvida, e que se executou pontualmente, foi quem salvou a cidade dos horrores do assassino, e da pilhagem a que se via entregue. Alevantaram-se barracas para recolher os infelizes que va-

gavam dispersos, soccorreram-se todos os que precisavam, sem olhar a classe; finalmente deram-se providencias taes, que só ellas fariam grande o reinado de D. José I.

A liberdade do commercio dos vinhos do Alto Douro estava fazendo grandes casas inglezas em prejuizo dos lavradores, e tambem dos negociantes portuguezes. Os inglezes haviam estabelecido uma feitoria; o governo a destroe, e institue a Companhia Geral da Agricultura e Commercio dos Vinhos do Alto Douro, estabelecimento que chegou a ser, no seu genero, um dos maiores da Europa.

Os inglezes que não gostavam da restricção que o governo acabava de fazer ao commercio dos vinhos do Douro, promoveram no Porto uma sublevação contra a Companhia. O governo manda tropas sobre o Porto, e abafa a revolta, e nomeou uma Alçada para ir ao Porto conhecer, e castigar os amotinados. Foram condemnados (12 de outubro de 1757) e punidos com pena ultima, açoites e galés, confiscação de bens e degredos, duzentos e oitenta e tres individuos de ambos os sexos, e dezesete impuberes condemnados a palmatoadas, e a irem ver as execuções.

(1757) O primeiro ministro estava n'uma guerra aberta com os jesuitas. Estes se oppunham á emancipação dos judeos, e ao projecto do casamento da princeza do Brazil com o duque de Cumberland. «Eis o crime que nunca se lhes pôde perdoar.» (14) Os jesuitas foram expulsos do paço (noite de 19 de setembro).

(1758) Fez-se a diligencia para que o odioso d'al-

(14) O Marechal de Belle-Isle, no seu testamento politico.

guns individuos da companhia recaísse sobre toda a corporação. Accusavam esta, de querer fazer do Brazil uma republica para a companhia, que commerciavam por grosso e miúdo, e até de hereges (15), sendo suspensos do exercicio de confessar, e de pregar em todo o patriarchado (7 de junho).

Apparece a conspiração contra a vida d'el-rei, ou contra a vida do seu primeiro ministro (3 de setembro), e similhante acontecimento não era favoravel á companhia, por muito innocente que estivesse.

Na noite de 3 de setembro passava el-rei n'uma sege pela calçada do Galvão, em direcção ao palacio da Ajuda, e homens emboscados lhe atiram alguns tiros de bacamarte com grossa munição, ficando el-rei ferido no braço esquerdo.

Com o maior segredo se tratou de tomar conhecimento dos regicidas, e em dezembro foram presos o duque d'Aveiro, o marquez e marqueza de Tavora, Luiz Bernardo de Tavora, e José Maria de Tavora, seus filhos; D. Jeronimo de Ataide, conde da Atouguia, e dos plebeos Braz José Romeiro, João Miguel, Manoel Alves, e Antonio Alves.

(1759) A sentença definitiva foi dada a 12 de janeiro em junta presidida pelos tres secretarios d'Estado, e a 13 se executou nos condemnados a pena de morte por maneira tão cruel, como não havia exemplo

(15) Hereges! S. Ignacio de Loiola fundou a Companhia de Jesus para combater os erros de Luthero e Calvino, e mais hereges do seculo 16.º Os jesuitas desempenharam tão bem a sua missão, que o proselytismo lutherano e calvinista começou a retrogradar. Appareceu o jansenismo, e os jesuitas tem combatido tão encarniçadamente os filhos de Jansenio, como os de Luthero, e Calvino.

na Europa desde os grandes martyrios que se fizeram aos christãos nos tempos das grandes perseguições. Foram os reos levados á praça de Belem, onde a uns lhes quebraram os ossos, rodando-os em vida, e lançaram ao fogo, outros esquartejados e lançados ao fogo, outros garrotados e lançados tambem ao fogo, e no fim todas as cinzas lançadas ao mar.

José Polycarpo de Azevedo escapou ao mesmo supplício, e nunca appareceu. Igualmente se consideraram como complices do atrocissimo crime os padres jesuitas João Alexandre, João de Mattos, e outros com o padre Gabriel Malagrida, que depois foi justiçado por crime de heresia. Os bens da sociedade dos jesuitas foram confiscados (19 de janeiro).

O primeiro ministro é elevado á dignidade de conde de Oeiras (6 de junho), e seus irmãos Francisco Xavier de Mendonça, e Paulo de Carvalho de Mendonça, foram tambem depois nomeados secretarios d'Estado. Instituição da companhia de Pernambuco (13 de agosto).

Os jesuitas são proscriptos e banidos do reino (3 de setembro), declarados inimigos da patria, e desnaturalisados para sempre.

(1760) Renovação do Conselho d'Estado. Foram creados membros o cardeal patriarcha Saldanha, D. João, filho do infante D. Francisco, o marquez de Tancos, o arcebispo d'Evora, o conde de Arrayolos, e os secretarios d'estado.

Casamento da princeza do Brazil com seu tio o infante D. Pedro (6 de junho). O governo manda sair de Lisboa o nuncio de sua santidade (15 de Junho). Creação do officio de intendente geral da policia da corte e reino (25 de junho), e seu primeiro intendente o desembargador Ignacio Ferreira do Souto.

(1761) Creação do *Erario Regio.*

(1762) Começam as hostilidades entre a Hespanha e Inglaterra, por causa do *Pacto de Familia:* o nosso governo não cede ás ameaças da Hespanha e da França, que exigiam se declarasse contra a Inglaterra. Aproximam-se as tropas d'aquellas nações para as nossas fronteiras; mas o governo permanece fiel ao seu systema de neutralidade.

A Hespanha declara guerra a Portugal (15 de junho), sendo o nosso paiz logo invadido pelo general hespanhol marquez de Sárria, que se fez senhor de quasi toda o provincia de Trás-os-Montes, e se encaminha para o Porto. O conde d'O Reilli toma Almeida por capitulação (25 de agosto). Portugal viu assim cavillosamente invadido o seu territorio.

O duque de Lafões é nomeado general em chefe do exercito, e á pressa se prepara para repellir os invasores. O general conde de Lippe, que se tinha distinguido em Allemanha, é nomeado marechal general, e chefe do estado maior general. O nosso exercito como por encanto se appresenta n'um estado de organisação e disciplina admiraveis, e em varios recontros desbarata os hespanhoes.

Na America o general hespanhol Cevalhos nos toma a colonia do Sacramento, e a ilha de S. Gabriel. As cortes de Madrid e Versalhes continuam a soffrer grandes perdas com a Inglaterra. Assigna-se a paz (10 de fevereiro) entre Portugal, Hespanha, França, e Inglaterra, sendo restituido a Portugal tudo quanto os hespanhoes lhe haviam tomado.

É renovado o tributo da decima lançado em 1654 (26 de setembro).

(1768) É creado o tribunal da Mesa Censoria, e

abolida a odiosa distincção entre *christãos novos*, e *velhos*.

(1769) El-rei manda dar o tratamento de magestade ao tribunal do Santo Officio.

(1770) Abre-se communicação com a corte de Roma (25 de agosto), que estava impedida desde 1760. Arrifana de Souza erigida em cidade com o nome de Penafiel. Erecção dos bispados de Penafiel, e Beja. A villa de Pinhel elevada a cidade. Alguns mosteiros e ordens são supprimidos. O conde de Oeiras elevado á dignidade de marquez de Pombal.

(1771) Erecção do bispado de Castello Branco.

(1772) Reforma dos Estudos, e da Universidade de Coimbra; crearam-se as faculdades de mathematica e philosophia, e muitas cadeiras para completar o ensino das que já havia.

(1773) *Abolição da escravatura em Portugal.* Nova lei pela qual se aboliu toda a differença entre *christãos velhos*, e *christãos novos*, e uma terceira que dá o regio praz-me á bulla de Clemente XIV expedida para a extincção da Companhia de Jesus.

(1774) Erecção dos bispados de Pinhel, e Aveiro.

(1775) É inaugurada no Terreiro do Paço a Estatua Equestre d'el-rei D. José I (6 de junho). Tinha sido fundida e cinzelada desde 15 de outubro de 1774 até 15 de maio, e collocada a 27 do dito mez de maio. É toda de bronze, e pesa duas mil arrobas. O desenho foi dado pelo architecto Joaquim Machado de Castro, e a fundição foi feita debaixo da direcção do insigne engenheiro Bartholomeu da Costa.

(1777) Já el-rei D. José I governava ha vinte e tres annos, tempo em que fez elevar a nação a um grão de prosperidade, que fez a admiração da Europa. Tam-

11

bem deu a liberdade aos indios do Brazil. Creou os cinco marquezados de Lavradio, Tancos, Alvito, Castello Melhor, e Pombal; os dez condados de Rezende, Bobadella, Lumiares, Ega, Cunha, Sampaio, Oeiras, Azambuja, Louzã, e Redinha; os dois viscondados de Souto-d'El-Rei, e Misquitella; e deu as honras de conde ao de Assêca.

Morreu em Lisboa a 24 de fevereiro de 1777, tendo sessenta e tres annos de idade. Havia nascido em Lisboa a 6 de junho de 1714. Jaz em S. Vicente de Fóra.

A Senhora D. Maria i (A Piedosa) 26.º Rei.

(1777) Por morte d'el-rei D. José, subiu ao throno sua filha D. Maria, princeza do Brazil, tendo 33 annos de idade (24 de fevereiro).

Verificou-se o que determinaram as leis fundamentaes, que na falta de varão, succeda a femea, que em linha se seguir, e tiver casado com senhor portuguez. Foi pois acclamada solemnemente D. Maria i e seu augusto esposo el-rei D. Pedro iii (13 de maio).

A nova rainha dispensou os serviços do marquez de Pombal, e escolheu para ministro assistente ao despacho, e presidente do real erario, o *marquez d'Angeja;* para secretario d'estado dos negocios do reino, o *visconde de Villa Nova da Cerveira;* dos negocios estrangeiros e da guerra, *Ayres de Sá;* e na marinha e conquistas conservou *Martinho de Mello e Castro.* Um dos primeiros actos da soberana, e do seu governo, foi o de mandar soltar todos os presos d'Estado.

A requerimento das pessoas accusadas de criminosos d'Estado, durante o governo do marquez, se procedeu á revisão dos processos em que haviam sido condem-

nados, e foram declarados n'esta revisão innocentes, não só os vivos, como os mortos. É para notar que muitos dos juizes que proferiram a sentença, tinham em outro tempo votado pela condemnação dos mesmos presos. Era a politica que mudava.

O marquez, agora accusado de crimes atrozes, é processado, declarado criminoso, e digno de um exemplar castigo; porém a bondosa rainha, tendo em consideração a sua avançada idade e enfermidades, o manda desterrado para vinte legoas da corte. O marquez foi para a villa de Pombal.

(1778) Gomes Freire de Andrade da parte de Portugal, e Cevalhos da parte de Hespanha, são nomeados para decidirem da ultima linha de divisão da America, e a guerra do sul conclue-se; assignando-se novo tractado de alliança, em que ambas as potencias se ajustaram a soccorrer-se mutuamente, ficando os hespanhoes com a nossa colonia do Sacramento, com a ilha de S. Gabriel, e as duas ilhas de Anno Bom, e Fernando do Pó, no golfo de Guiné; e restituindo-nos a ilha e forte de Santa Catharina, e dando-nos em indemnisação uma parte do Paraguay.

Portugal conserva neutralidade entre a guerra da America com a Inglaterra.

(1779) O conde da Azambuja é nomeado para succeder no governo das armas ao general Maclean, que havia succedido ao marechal conde de Lippe.

Lança-se a pedra fundamental á Basilica do Coração de Jesus (24 de outubro).

Creação da Academia Real das Sciencias, ou reforma da Academia de Historia Portugueza (24 de dezembro).

(1780) Alliança e tractado de commercio com Ca-

tharina II imperatriz da Rússia. Novos tractados de alliança offensiva e defensiva com a Inglaterra. Estabelecem-se aulas de estudos para o público nos conventos dos regulares.

(1781) Instituição da Academia das Bellas Artes em Lisboa (23 de agosto).

(1782) Morre o marquez de Pombal, desterrado na villa de Pombal (8 de maio).

(1783) Fundação da Casa Pia em Lisboa.

(1784) Troca das infantas em Villa Viçosa; a infanta de Hespanha D. Carlota, para casar com o infante de Portugal D. João (depois el-rei o senhor D. João VI), e a infanta de Portugal D. Maria, para casar com o infante de Hespanha D. Gabriel. O casamento teve logar a 8 de maio de 1785.

(1786) Morre em Lisboa el-rei D. Pedro III (25 de maio), tendo sessenta e nove annos de idade. Jaz em S. Vicente de Fóra.

(1788) Morre o principe do Brazil D. José, deixando a nação coberta de sentimento e mágoa.

(1789) Grande revolução em França, que, abafada por vezes, ao presente ainda dura, e bastante tem inquietado o nosso reino por diversas vezes.

Creação da Cordoaria em Lisboa. Dá-se princípio ao novo Erario no sítio da Patriarchal Queimada, obra que, se se acabasse, faria a admiração do mundo, e deixaria n'um ponto muito diminuto os edificios dos Bancos de Londres e Amsterdão.

(1790) Sagração da sumptuosa Basilica do Coração de Jesus (15 de novembro). Importou em 15 milhões de cruzados, e foi dada ás filhas de Santa Theresa de Jesus.

(1792) A rainha é atacada de uma molestia mental,

e seu filho, o principe do Brazil D. João, toma as redeas do governo, continuando todavia o expediente dos negocios em nome da soberana, apesar dos actos publicos serem assignados pelo principe, sem que préviamente tivesse havido convocação dos Tres Estados do Reino, para que, reunidos em cortes, deliberassem sobre tão importante negocio, como se fez em casos identicos, e em outras epochas.

(1793) Decreto para o encanamento do Mondego. As obras começaram, porém foram interrompidas pela guerra com a França, quando nos invadiu.

A França invade a Hespanha. Estava aquella nação no maior gráo de desordem; tinha morto o rei, a rainha, os principes, e as cabeças dos cidadãos rolavam na guilhotina aos milhares. Portugal manda para a Catalunha, para soccorrer a Hespanha, uma divisão auxiliar de seis regimentos de infanteria, e um corpo de artilharia, ás ordens do tenente general João Forbes Skelater. Os regimentos eram — 1.° regimento de Olivença (3.° de inf.), commandado por João Jacob de Mestral; regimento de Freire (4.° de inf.) por Gomes Freire de Andrade; 1.° regimento do Porto (6.° de inf.) por José Corrêa de Mello; regimento de Peniche (13.° de inf.) por Bernardino Freire de Andrade; 2.° regimento do Porto (18.° de inf.) por D. João Corrêa de Sá; regimento de Cascaes (19.° de inf.) pelo Monteiro mór; e uma brigada de 400 homens de artilharia commandada pelos majores Teixeira, e Rosa.

(1794) Decreto para se abrirem novas estradas de Lisboa a Coimbra, e d'ahi ao Porto, nomeando inspector d'esta grande obra o desembargador José Diogo Mascaranhas Neto.

Creação das aulas de fortificação. José de Seabra da

Silva é nomeado ministro dos negocios do reino, e para os estrangeiros e da guerra Luiz Pinto Balsemão. O duque de Lafões é nomeado marechal general dos exercitos junto á real pessoa.

(1795) Aos regimentos da divisão auxiliar na Hespanha foi concedida a seguinte inscripção nas suas bandeiras — Ao valor do regimento de Olivença &c. &c. (17 de dezembro de 1795).

(1796) O nosso exercito da Catalunha chega a Portugal coberto de honras e de louros.

(1797) Chega a Portugal o principe de Valdek para servir debaixo das ordens do duque de Lafões. Morte do ministro Martinho de Mello, que é substituido por D. Rodrigo de Souza Coutinho. Creação do Almirantado, e da Brigada Real da Marinha. Extincção da Mesa Censoria, dando-se a sua auctoridade ao Ordinario, Santo Officio, e Desembargo do Paço.

(1798) Creação da Livraria pública da cidade de Lisboa. É aberta n'este mesmo anno, sendo inspector o marquez de Ponte de Lima, e bibliothecario o desembargador Antonio Ribeiro dos Santos.

(1799) Creação do tribunal do Proto-Medicato. Abolição do officio de correio mór, ficando a sua administração a cargo do Estado. Creação do papel moeda, assim como do papel sellado (16).

Continuando as molestias da rainha, o principe seu filho declarou-se principe regente do reino (15 de julho), que já governava desde 1792 em nome de sua augusta mãi a senhora D. Maria I.

(16) Mas este papel sellado era de 10 réis a folha, e temporario.

Regencia do Principe D. João.

(1799) Assumiu definitivamente o governo o principe D. João, notando-se muito, que para um caso de tanta gravidade, não se convocassem os Estados, ou melhor, que desde o reinado de D. João v houvesse tanto desprêzo pelas liberdades nacionaes.

Começou o regente o seu governo assignalando-o pela muita protecção dada ao commercio, alcançando um tal desenvolvimento, que em breve se viu o reino cheio de prosperidade, e os portos de Lisboa e Porto rivalisando com as primeiras praças mercantis da Europa.

(1801) Os governos da Hespanha e da França alliaram-se para fazer guerra a Inglaterra, e exigiam que o governo de Portugal tambem entrasse na liga, a que o regente se recusou. A Hespanha e a França declaram guerra a Portugal, e as tropas das duas nações invadem o nosso territorio ao mando do principe da Paz, e nos tomam Olivença, no Alemtejo. As tropas portuguezas se movem por toda a parte, mas a guerra é de curta duração, e a paz se conclue no mesmo anno (6 de junho) assignando-se o tractado de Badajoz, em que Portugal deixa em refens á Hespanha a praça de Olivença (17), e á França uma parte da Guiana pelo tractado de Madrid de 29 de setembro. Mudança de ministerio. O general Lannes, embaixador do primeiro consul (Bounaparte) da republica franceza, chega a Lisboa.

(17) A praça de Olivença devia ser-nos restituida segundo o tractado, porém os hespanhoes até hoje a tem conservado calcando a fé do tractado. Quando os portuguezes a tomaram aos francezes em 1811, deviam arvorar n'ella a nossa bandeira, e não a castelhana, pois nem um hespanhol foi atacar seus muros para a arrancar do poder dos francezes.

(1803) Instituição da Academia de Marinha e Commercio na cidade do Porto, com aulas de philosophia, mathematica, commercio, nautica, desenho, e das linguas ingleza, e franceza.

(1804) A ordem de Santa Isabel, creada em 1801 pela princeza do Brazil D. Carlota, para as damas da primeira grandeza, é approvada (25 de abril) pelo principe regente.

(1806) Reforma nos uniformes, e distinctivos no exercito (19 de maio), adoptando-se o plano do secretario d'Estado Antonio de Araujo de Azevedo.

(1807) Napoleão, orgulhoso de ter sobre a cabeça uma coroa das mais brilhantes da Europa, e que elle dizia tinha achado na lama, orgulhoso de dar a lei á Europa, sem a poder dar á Inglaterra, não tolerava o seu orgulho que esta nação se lhe appresentasse sempre altiva, sempre hostil, e protesta destruir o colosso britannico, e reduzir os inglezes á infima especie. Embebido pois o imperador nos seus gigantescos planos para destruir a sua rival, concebe o systema continental, ou a expulsão dos inglezes dos portos da Europa, intimando as nações para que fechassem os seus portos a todos os subditos da Grão Bretanha, sequestrassem as suas propriedades, e os prendessem.

O principe regente de Portugal prestava-se a annuir á primeira parte da intimação do imperador dos francezes, mas recusava a segunda e terceira; porém tal recusa trouxe a guerra que assolou o reino; e se este não foi riscado do mappa das nações, como queria o despota da Europa, deve-o aos esforços de seus briosos filhos, que em sete annos souberam mostrar aos francezes, que o nosso solo era ingrato de mais para produzir *Arcolle*, *Rivoli*, *Pyramides*, *Zurich*, *Marengo*, *Austerlitz*, *Jena*, *Eylou*, *Friedland &c. &c.*

Napoleão e Carlos IV, rei de Hespanha, assignam o tractado secreto de Fontainebleau (27 de outubro), em que depunham do throno portuguez a casa de Bragança, e Portugal era riscado do mappa das nações, sendo o seu territorio occupado por um exercito de quarenta e cinco mil homens, e retalhado pela maneira seguinte: — a provincia do Minho formaria o reino da Lusitania septentrional a favor da rainha da Etruria; as provincias de Trás-os-Montes, Beira, e Estremadura ficariam em sequestro a favor da França; e o Alemtejo e Algarve formariam o principado dos Algarves a favor do principe da Paz.

Trinta mil francezes e quinze mil hespanhoes debaixo do commando em chefe do general Junot marcham sobre Portugal, e Junot chega a Abrantes (24 de novembro).

A noticia da chegada dos francezes a Abrantes poz tudo em alarme. O plano do inimigo era apoderar-se da familia real; porém o principe regente immediatamente toma a resolução de embarcar com a familia real e corte para o Estado do Brazil (18), frustrando assim os designios de Napoleão. Tudo se poz em ordem de partida, e o principe regente, por decreto de 26 de novembro, nomeou um conselho de regencia para go-

(18) Esta idéa de transportar a corte para o Brazil não era nova. El-rei D. João IV estava já n'essa resolução, quando a fortuna da guerra com Hespanha lhe fosse adversa. Em 1645 o mesmo rei elevou o Brazil á principado a favor do herdeiro da corôa, na idéa de que aquelle Estado fosse governado pelo immediato successor. El-rei D. José I, quando aconteceu o desastroso terremoto do 1.º de novembro de 1755, foi aconselhado pelo seu primeiro ministro para ir estabelecer a corte no Brazil &c.

vernar o reino durante a sua ausencia. N'esta mesma tarde tomou posse a

Regencia do Reino em nome do Principe Regente,

composta dos seguintes senhores: — *Presidente*, marquez de Abrantes, *membros*, o tenente general Francisco da Cunha e Menezes, principal Castro, Pedro de Mello Brayner, Luiz de Vasconcellos e Souza: supplentes — o tenente general D. Francisco Xavier de Noronha, o conde Monteiro Mór; secretarios o conde de Sampaio, D. Miguel Pereira Forjaz, e o desembargador do Paço João Antonio Salter de Mendonça.

A 27 verificou-se o embarque da familia real, e sua corte. A regencia dava as suas providencias para que os francezes fossem bem recebidos, para assim evitar maiores desgraças á nação. A 29 se fez de vela toda a esquadra. A 30 entrava em Lisboa o general francez Junot, tomando posse das fortalezas com tal presteza, que ainda chegou a mandar fazer fogo sobre alguns navios da nossa esquadra. O general Taranco com a divisão hespanhola entra no Porto (13 de dezembro).

Junot, senhor do reino, começa logo a legislar sem se importar com a regencia. A 13 de dezembro manda arvorar as aguias francezas no castello de Lisboa, e nas mais fortalezas do reino. Por decreto de 19 do mesmo mez manda sequestrar toda a propriedade britannica, e a 22 dá baixa ao nosso exercito.

Assim continuou Junot a governar até ao dia 1.º de fevereiro de 1808, em que o dito general organisa nova

Regencia em nome de Napoleão I, imperador dos francezes, rei de Italia, &c.

Presidente *general Junot*; membros *conde da Ega*, *D. Francisco Rafael de Castro*, *conde de Sampaio*, e *Pedro de Mello Brayner*.

(1808) O novo governo publíca (1.º de fevereiro) o decreto datado de Milão a 23 de dezembro, pelo qual Napoleão impõe a Portugal á contribuição de *quarenta milhões de cruzados*.

O nosso exercito é desarmado, e mandado para França. Muitos nobres são igualmente intimados para irem para aquella nação. Outros muito *livremente* rendem homenagem ao imperador, e pedem para entrar no seu serviço e agrado. (19)

Em quanto os francezes e os afrancezados estavam dispondo das cousas do reino, o principe regente e sua real familia navegavam para as Terras de Santa Cruz, tendo soffrido no mar grande tormenta.

Chegou a familia real ao Rio de Janeiro, e ali estabeleceu o principe regente a sua corte, creando logo todos os tribunaes taes quaes havia no reino. Nomeou novo ministerio, declarou guerra aos francezes, abriu os portos do Brazil a todas as nações, finalmente estabeleceu-se a corte, como se estivesse em Lisboa.

Napoleão havia prendido a familia real de Hespanha, e os hespanhoes se levantam contra os francezes. A divisão hespanhola que estava nas provincias do norte de Portugal prende no Porto o general francez Quesnel a 6 de junho, e a 7 parte para Hespanha.

(19) Adoravam o sol que nascia. O sol que até ao dia 30 de novembro os alumiára, mergulhou no grande oceano, n'aquelle dia fatal para Portugal.

Livre o Porto e o Minho de tropas, a cidade do Porto dá o grito da liberdade (18 de junho), acclamando o principe regente, e o governo portuguez. Os chefes da revolução tão gloriosa, como feliz, foram o capitão Mariz, o tenente coronel Luiz Candido Cordeiro, e outros. A 19 formou-se a junta suprema do governo do Porto, e deu-se principio á organisação do exercito para ir atacar Junot, e libertar Lisboa. O enthusiasmo é geral, o patriotismo efficaz, e a energia sem igual. O mesmo espirito se manifesta por toda a parte. Trás-os-Montes segue a voz do Porto, e nomeia presidente da sua junta o general Sepulveda. Coimbra e a Beira expulsam os francezes. O Algarve se pronuncia igualmente, e nomeia presidente da sua junta o conde de Castro Marim. O Alemtejo, apesar de occupado pelo cruel Kellerman, dá o grito de liberdade em Evora (20 de julho).

O general Junot manda tropas para todos os pontos. Loison marcha sobre Evora, e a toma de assalto (29 de julho).

As nossas tropas do Minho e Trás-os-Montes, ás ordens do general Bernardino Freire de Andrade, começam a marchar para a Estremadura (fins de julho), e nos principios de agosto chega em nosso auxilio um exercito inglez ás ordens de Dalrymple, e Wellesley.

Dalrymple manda desembarcar no Porto a Wellesley com algumas tropas, e o resto do exercito inglez desembarca na Figueira e Estremadura, e se reune ao nosso. O general Wellesley, depois de ter conferenciado com a junta do Porto, partiu a unir-se ao exercito luso-anglo.

Junot manda o general Delabord a encontrar os alliados; porém é batido na Roliça por Wellesley (17 de

agosto), e se retira. Junot sáe de Lisboa com mais tropas, porém é tambem desbaratado por Wellesley na batalha do Vimieiro (21 de agosto).

Vendo Junot a impossibilidade de sustentar-se em Portugal, tratou com os alliados a *célebre convenção de Cintra* (30 de agosto), ratificada em Torres Vedras (31 de agosto), para a total evacuação de Portugal pelos exercitos francezes. Estes embarcam no principio de setembro, levando todas as suas bagagens, e as riquezas do paiz. A 15 de setembro se arvora a bandeira portugueza nas fortalezas de Lisboa, e é nomeada a segunda

Regencia do Reino em nome do Principe Regente de Portugal.

Presidente, o bispo do Porto, membros, o marquez das Minas, o conde de Castro Marim, D. Francisco Xavier de Noronha, Francisco da Cunha e Menezes; secretarios D. Miguel Pereira Forjaz, e João Antonio Salter de Mendonça.

A princeza D. Carlota Joaquina protestou em 19 de agosto contra a renúncia feita pelos reis seus pais e irmãos a favor de Napoleão, imperador dos francezes, para que similhante renúncia não lhe prejudicasse seus direitos á coroa de Hespanha.

A convenção de Cintra não agradou a ninguem. Napoleão exasperou-se contra Junot. Os inglezes mostraram tão grande descontentamento, que o governo teve de tirar o commando ao general Dalrymple, ficando Wellesley com o commando em chefe. Os portuguezes accusavam o general inglez de menos fiel, por ter assignado um tractado com um inimigo vencido, concedendo-lhe o levar as nossas preciosidades.

(1809) Napoleão, para mostrar a sua desapprovação á convenção feita pelo seu general, manda segunda expedição contra Portugal, ás ordens do marechal Soult. Este habil general bate os anglo-hespanhoes em Galliza, marcha sobre a Corunha, que toma (20 de janeiro), e faz embarcar precipitadamente os inglezes, debaixo do commando do general Moore, que é morto n'esta bem sangrenta acção. A cidade de Tuy tambem foi occupada pelos francezes (20 de fevereiro).

Soult, senhor da Galliza, marcha sobre Portugal, e toma Braga (20 de março), soffrendo por todo o Minho fraca resistencia. O mesmo aconteceu no Porto, onde entrou (29 de março) quasi sem resistencia. A pequena guarnição, que ali tinhamos, havia abandonado a cidade, e passando á margem esquerda do Douro, alevantou o alçapão da ponte. O povo, que fugia, sem haver de que, porque os francezes vinham mais macios, corria sobre a ponte, sem saber do precipicio, d'onde caíram, e pereceram mais de cinco mil pessoas; e mais victimas haveria, a não ser as providencias do marechal Soult, que fez avançar uma respeitavel força de cavallaria e infanteria sobre a Ribeira, a tomar a ponte, para mais ninguem n'ella entrar. O Porto deveu muito n'esta occasião a Soult.

O marechal Wellesley com o exercito luso-anglo marcha sobre o Porto, d'onde desaloja Soult (12 de maio), mais manobrando, do que combatendo, conseguindo igualmente, que os francezes evacuassem o Minho (17 de maio), e assim acabar a segunda invasão das tropas francezas.

Por decreto do principe regente, de 6 de julho, datado do Rio de Janeiro, ficou a regencia limitada a tres membros — o patriarcha eleito, o marquez das Minas, e o marquez de Olhão.

Wellesley com o exercito luso-anglo passa á Estremadura hespanhola, e unido ao general hespanhol Cuesta, ganha sobre os francezes a famosa batalha de Talavera.

(1810) Assignam-se no Rio de Janeiro os dois tractados de paz e alliança, e commercio entre Portugal, e a Grão-Bretanha (19 de fevereiro).

As derrotas que os exercitos francezes haviam soffrido em Portugal nas duas precedentes invasões, não eram para ficar no esquecimento do orgulhoso Napoleão, que determina terceira invasão, e a conquista formal de Portugal, mandando para tal fim reunir na Castella Velha o 2.º corpo de exercito do commando do general Reynier; o 6.º corpo do commando do marechal Ney, duque de Elchigen; o 8.º corpo do commando do marechal Junot, duque de Abrantes; tendo por generaes de divisões a Oudinot, Kellerman, Loison, e outros de nome. O commando em chefe d'este formidavel exercito, que tinha um effectivo de cem mil infantes, e vinte mil cavallos, e um numeroso trem de artilharia, foi dado (decreto imperial de 12 de abril) ao marechal Massena, principe d'Essling, a quem o imperador chamava *o bravo dos bravos*, *o filho querido da victoria*.

Massena chega a Valhadolid (12 de maio), toma o commando do exercito, que manda reunir em Salamanca, para d'ali vir em direitura a Portugal.

Em quanto os francezes avançavam sobre Portugal, o marechal Beresford organisava o nosso exercito, e á proporção que os corpos se completavam em força, e manobra, os mandava reunir ao marechal general em chefe Wellington. Este com os exercitos alliados observava o inimigo na fronteira, tendo a praça de Almeida coberta pela divisão ligeira luso-anglo, do comman-

do do general Crawford, e hespanhola do general Carreira.

Massena põe cêrco a Cidade Rodrigo, que rende (11 de julho) depois d'uma heroica resistencia. O inimigo faz um movimento sobre a fronteira, desalojando Crawford (21 de julho) para debaixo dos muros da praça d'Almeida. Crawford, atacado novamente (24 de julho), é arrojado para além do Côa, e a praça d'Almeida é investida e intimada por Loison para que se renda, convite que o seu governador Cox repelliu. Massena põe cêrco regular á praça (10 de agosto), que tambem resiste regularmente; porém acontecendo que uma bomba do inimigo caísse no paiol da polvora, esta se incendiou (26 de agosto), fazendo uma explosão horrivel, que causou grande mortandade, e estragos irreparaveis no momento. N'este estado não era possivel a continuação da defesa, e a praça capitulou (27 de agosto) honrosamente.

Lord Wellington emprehende a retirada com o exercito para o Bussaco, que executou vagarosamente, mas sempre cobrindo a estrada de Lisboa. O general Crawford cobria a retirada briosamente, fazendo sobre o Agueda uma defesa, que fez a admiração de Ney, e Junot. As pontes do Dão e do Cris foram cortadas, e Crawford executou pontualmente as ordens do marechal general, obstruindo as estradas para demorar a marcha do inimigo, até que as baterias no Bussaco estivessem promptas, que os novos corpos ali tivessem chegado de refôrço para dar uma batalha ao inimigo, e que todas estas demoras finalmente, dariam tempo para que as linhas de defesa da capital se levassem ao estado de poder rechaçar os ataques que lhe fizesse o exercito inimigo.

O exercito alliado, em força de sessenta a setenta mil homens, cobria a linha desde a estrema esquerda da serra do Bussaco, serra do Cantaro, até á ponte da Murcella, tendo em reserva a divisão do general Hill com o seu quartel general na Lameira de Santa Eufemia, ao pé da serra do Bussaco, do lado occidental. O quartel general em chefe estava no convento. Assim collocado o nosso exercito, estavam cobertas as tres estradas que o inimigo tencionava seguir para entrar na estrada real de Lisboa.

O exercito francez cobria as montanhas orientaes em frente do nosso exercito. A 26 de setembro fizeram os francezes um reconhecimento pela estrada que por Sulla se dirige ao alto do Encarnadouro, Luso, e estrada real na Mealhada. A 27 atacam vigorosamente o mesmo ponto, e não podendo ganhar a altura, retrocedem, conservando porém as suas massas um fortissimo fogo de atiradores. De repente é atacada a nossa linha na serra de Santo Antonio do Cantaro, com o intuito de seguir a estrada de Botão e Coimbra, tomando a vanguarda do nosso exercito. O inimigo alcança vantagens n'este ataque, desalojando alguns regimentos de milicias portuguezas, que guarneciam aquella parte da linha, que por natureza era fortissima. Já os francezes começavam a estabelecer-se na esplanada que ha no cume da montanha, quando chegaram alguns regimentos de soccorro, e o inimigo é compellido a retirar carregado a bayoneta, distinguindo-se n'este famoso ataque o 8.° regimento de infanteria portugueza, que sendo composto de recrutas, para quem era novo aquelle horroroso apparato, foi o corpo que mais se distinguiu, e a quem se deveu a victoria d'aquelle dia. O general francez Simão ficou prisioneiro, assim como tres mil homens da sua divisão.

Massena reconhecendo nos ataques do dia 27, que não podia desalójar o nosso exercito das suas fortissimas posições no Bussaco, faz um movimento sobre o nosso flanco esquerdo; porém para o encobrir mandou conservar por todo o dia 28 um tiroteio activo nã linha dos atiradores, e na noite de 28 para 29 todo o seu exercito se movia pela estrada de Boialvo direito ao Sardão a tomar a estrada real de Coimbra a Lisboa. O inimigo teve no Bussaco quatro mil homens mortos, e mais de tres mil prisioneiros, sendo a perda do nosso exercito de mil.

Na mesma noite de 28 para 29 o nosso exercito emprehendeu a retirada para as linhas de Lisboa. A 30 batia-se a retaguarda dos alliados com a vanguarda franceza nos campos do Mondego; porém no dia 1.° de outubro o exercito francez entrava em Coimbra, seguindo a maior força da sua cavallaria, ás ordens de Kellerman, para o lado da Figueira, passando depois o Mondego para a margem esquerda.

Os francezes avançavam rapidamente, porém a nossa retirada não se effectuava com menos rapidez e ordem, sendo o inimigo bem escarmentado em Leiria pela cavallaria do general Cotton. Não impediam porém tão ligeiras vantagens a marcha victoriosa de Massena, que se appresentára á vista das nossas linhas a 7 de outubro, no momento em que o nosso exercito tomava posições, que só concluiram depois do dia 11. A 12 tinha Massena o seu quartel general em Alemquer.

O general Trant, que commandava uma divisão de milicias, e havia retirado para o Porto, quando Massena rompeu pelo Sardão, agora cáe sobre Coimbra, que retoma aos francezes, a quem fez cinco mil prisioneiros entre a tropa da guarnição e a doente nos hospitaes.

Massena começa a fazer alguns reconhecimentos sobre as linhas, de que resultaram outras tantas escaramuças. Vendo porém que um ataque serio era muito arriscado, começa a desanimar, e mais, vendo-se n'um paiz inimigo, no principio do inverno, sem viveres, em quanto que ao nosso exercito nada faltava.

A divisão do general Hill passou para a margem esquerda do Tejo. O marquez de la Romana com dez mil hespanhoes se reune ao nosso exercito em 20 de outubro. A 14 de novembro Massena toma posições mais á retaguarda, postando a sua direita em Leiria, e a esquerda em Santarem. Lord Wellington avança com o exercito, e estabelece o seu quartel general no Cartaxo.

A posição do exercito francez era delicada. D'alguns officios interceptados se soube que Massena dizia a Napoleão, que precisava mais sessenta mil homens, e viveres, sem o que não podia fazer um ataque ás linhas, nem subsistir no paiz. A Hespanha estava toda insurreccionada contra os Bounapartes, e por isso se tornava arriscado quaesquer reforços mandados a Portugal, toda a vez que não fossem em força que podessem repellir os ataques dos hespanhoes.

(1811) O marechal Beresford passa ao Alemtejo no dia 1.° de janeiro para obstar a que o inimigo passasse o Tejo. Badajoz rende-se aos francezes por capitulação em 11 de fevereiro.

Conserva-se o exercito francez como paralytico desde o dia 14 de novembro, estando as suas operações reduzidas a forragear para comer. N'este estado recebe um refôrço de trinta mil homens commandados pelos generaes Drovet, Claparede, Foy, e Gardone, porém nem assim nos ataca, e na noite de 5 para 6 de março emprehende a sua retirada, sendo desde logo per-

seguido pelo exercito alliado. Durante a retirada até á fronteira houve os combates de Pombal, Redinha, Foz d'Arouca, e Sabugal, em que os caçadores portuguezes se bateram heroicamente, principalmente em Pombal, onde zombaram da cavallaria franceza.

A retirada do exercito francez fez mover o marechal Beresford sobre Campo Maior, abandonando o inimigo o sitio que lhe havia posto, e se retira para Badajoz, sendo perseguido valentemente até esta praça pelo regimento 13.º de dragões ligeiros inglezes, e pelos regimentos de cavallaria 1.º e 7.º portuguezes, causando ao inimigo uma perda de seiscentos homens, em quanto a nossa foi de trezentos.

A 4 de abril pizava Massena o territorio hespanhol. Beresford corre sobre Olivença, e toma esta praça a 15 de abril, depois de alguma resistencia, e aprisionando a sua guarnição de quinhentos homens. Não obstante esta praça ser occupada pelos bravos regimentos N.os 11 e 23 de infanteria, a bandeira hespanhola foi arvorada nos seus muros. A regencia deu n'este caso uma prova de bem mal entendida lealdade para com Hespanha.

O marechal Massena recebe novos reforços, e resolve-se a atacar o exercito alliado, o que fez vigorosamente no dia 3 de maio em Fuentes de Honor. Foi esta batalha bem disputada, porém a victoria coroou ás armas do exercito luso-anglo. O inimigo perdeu quatro mil homens, e os alliados tres mil.

A praça de Almeida é retomada em 11 de abril, e assim fica pela terceira vez Portugal livre dos francezes, não podendo Napoleão conseguir o senhorear-se de Portugal, nem por traição, nem pela força.

A occupação das praças de Badajoz e Cidade Rodri-

go pelos francezes era um grande obstaculo para as operações do exercito alliado, O marechal Beresford foi sitiar Badajoz; porém o marechal Soult quer levantar o sítio, para o que marcha de Sevilha sobre aquella praça. Beresford espera Soult em Albuera no dia 16 de maio, onde se deu uma das mais sangrentas batalhas da guerra da Peninsula, decidindo-se a victoria pelo exercito luso-anglo com a perda de seis mil homens, e nove mil do inimigo, a terça parte dos combatentes. A brigada portugueza dos regimentos N.os 11.º e 23.º de infanteria recebeu a cavallaria polaca em linha, dando-lhe uma descarga cerrada á queima roupa; callou-lhe bayoneta, e a poz na mais completa debandada.

Depois da perda da batalha de Fuentes de Honor, o marechal Massena foi substituido pelo marechal Marmont, duque de Raguza. Este habilissimo general manobrava sobre Wellington, e a 27 de setembro, em Fuente-Guinaldo, lhe toma artilharia, e o obriga a uma retirada, que foi um dos feitos mais brilhantes da guerra peninsular, e de que não se aponta exemplo na historia moderna. Dois batalhões inglezes, o regimento portuguez de infanteria N.º 21, com tres esquadrões de cavallaria ingleza, e um parque de artilharia portugueza, repelliram o choque de quarenta esquadrões de cavallaria franceza, com seis peças de artilharia, commandados pelo general Montbrun, apoiados por quatorze batalhões de infanteria, e a competente artilharia do general Dorscune. A cavallaria foi repellida, a artilharia retomada por uma brilhante carga do 2.º batalhão do 5 de infanteria ingleza. Era magestoso ver como a infanteria retirava em quadrado por uma grande distancia, tendo de passar por desfiladeiros, o que

effectuava fazendo alto, e meia volta a força da retaguarda, em quanto as outras faces passavam: a cavallaria franceza parava durante a passagem do obstaculo, fazendo então o inimigo apenas alguns tiros de artilharia. O marechal general retira para dentro do quadrado portuguez, e maravilhado de tanta firmeza, tributa os maiores elogios ao bravo regimento N.° 21, e á artilharia portugueza.

A 28 de outubro o general Hill desbarata o general francez Gerard na batalha do Arroyo-del-Molinos, sendo esta acção mui gloriosa pela pericia que ali mostrou o general luso-anglo.

(1812) As victorias coroavam os exercitos luso-anglos por toda a parte. A praça de cidade Rodrigo foi tomada d'assalto em 19 de janeiro de 1812. A mesma sorte teve a de Badajoz, que é tomada a 6 de abril, apesar de ser defendida pelo bravo general Filippon, depois de ter resistido ao primeiro e segundo sitio. O 8.° batalhão de caçadores portuguez foi o primeiro que subiu a escalada pelo castello de S. Christovão. A perda dos alliados foi de perto de cinco mil homens nos sitios e assalto.

O duque de Raguza, reforçado pela divisão do general Bonnet, reune as suas forças em Salamanca, e manobra habilmente ameaçando os exercitos alliados; porém Wellington, disposto a recebel-o, manobra tambem tão habilmente, como Marmont. Assim andavam os dois habilissimos generaes por espaço de vinte dias observando-se, e estudando-se pela maneira a mais circunspecta, até que no dia 22 de Julho alcançou o exercito alliado a mais famosa victoria de toda a guerra peninsular. Houve muitas posições tomadas e retomadas, e todas as manobras eram executadas com gran-

de pericia de parte a parte. A perda do inimigo foi de quinze mil homens entre mortos e prisioneiros, muitas boccas de fogo, aguias, e munições de toda a especie. Corpos inteiros depozeram as armas, e foi a noite quem salvou o exercito francez d'uma total ruina. Diz-se que similhante perda no exercito inimigo fôra em consequencia do ferimento do marechal Marmont; porém Clausel, tão habil como o duque de Raguza, tomou logo o commando. A perda do exercito alliado foi de seis mil homens.

Os exercitos francezes na Hespanha retiram-se por toda a parte diante dos alliados, que ficam senhores de Salamanca, e tomam Madrid em 12 de agosto. Dois mil francezes que guarnececiam El Retiro capitulam no dia 24. Os francezes tinham perdido uma terça parte da Hespanha.

O Castello de Burgos é posto em assedio a 17 de setembro; porém a desobediencia do general hespanhol Ballesteros fez com que José Bounaparte e Soult se reunissem, e obrigassem os alliados a levantar o sítio de Burgos depois de ter dado alguns assaltos mortiferos. As forças francezas reunidas subiam a cem mil homens, que obrigaram a retirada do exercito alliado para a fronteira de Portugal. Esta retirada tão fatal, a que se chama *retirada de Burgos*, entregaria a Peninsula a Bounaparte, a não ser a disciplina do exercito luso-anglo, que chegou á fronteira por meado de novembro, morto de fome, comendo apenas algumas couves, hervas do campo, trigo cozido, e boleta de azinha: vinha roto, descalço, tendo morrido grande numero de individuos afogados, ou atolados nas estradas, porque as grandes chuvas tinham posto os caminhos intransitaveis. Accrescia que a cavallaria franceza

vinha com as pontas das espadas tocando nas barretinas do exercito alliado; porém este nunca perdeu a ordem. O marechal general esperou por vezes o exercito francez para o combater; porém o marechal Soult habilmente o illudia manobrando sobre os flancos do exercito alliado, tomando-lhe muitas bagagens e prisioneiros, e obrigando-o a deixar a Hespanha, sem haver mais do que algumas escaramuças. Muitos soldados que se deixavam aprisionar de inanição foram mandados por Soult para os hospitaes, e voltaram ás fileiras do nosso exercito: isto honra muito a Soult.

Combate de Arapiles (15 de novembro).

(1813) A guerra do norte fez com que Napoleão retirasse de Hespanha algumas tropas e alguns de seus generaes, entre elles a Soult. Esta diversão de forças foi sem questão uma das causas mui poderosas para o complemento das nossas victorias.

O exercito alliado, refeito da desastrosa retirada de Burgos, em que teve a maior perda de toda a guerra peninsular, livre do astuto Soult, emprehendeu a sua marcha depois do meado de março. Os francezes retiraram, sem combater, até á cidade de Victoria.

José Bounaparte e o marechal Jourdan esperavam o nosso exercito em Victoria, tendo ordenado á divisão do general Foy, que estava em Bilbáo, e á do general Claussel, que estava em Logronho, para que se lhe reunissem. Esta junção de forças, que podería ser fatal ao exercito alliado, soube-a evitar habilmente lord Wellington atacando em 24 de junho, logo pela manhã, o exercito francez com todo o seu exercito, tendo tido o cuidado de mandar a 6.ª divisão a marchas forçadas occupar a estrada de Bayona para cortar a retirada ao inimigo, como quem já contava com a

victoria. Logo porém que a 6.ª divisão tomou as posições que lhe foram designadas pelo marechal general, a batalha se tornou geral, e o inimigo combatia em retirada para Pamplona, deixando na sua retaguarda mais de cento e cincoenta peças de artilharia, com o seu trem, e quasi todas as bestas de tiro, o thesouro, bagagens, espingardas, mochilas, aguias, e outras muitas munições de guerra. O rei José Bounaparte salvou-se fugindo n'um ligeiro cavallo. O inimigo perdeu seis mil homens, e os alliados quatro mil.

Foi arrebatador ver a galhardia com que marcharam as brigadas compostas dos regimentos N.ºs 9 e 21 de infanteria da 3.ª divisão, e a dos regimentos N.ºs 11 e 23 da 4.ª divisão, com as armas em liberdade, com os seus caçadores na frente, que eram os batalhões N.ºs 7 e 11! Tão notavel sangue frio dos bravos regimentos portuguezes mereceu ser distinguido dando-se-lhes novas bandeiras, tendo os regimentos de infanteria N.ºs 9, 11, 21, e 23 este honrosissimo distinctivo em letras de ouro: —

Julgareis qual é mais excellente,
Se ser do mundo rei, ou de tal gente.

E as dos batalhões de caçadores N.ºs 7 e 11:

Distinctos vós sois na Lusa Historia
Com os Louros que colhestes na victoria.

(Ord. 13 de março de 1814).

A decisiva batalha de Victoria fez com que o exercito francez pizasse o solo da França no dia 1.º de julho, deixando porém guarnecidas as fortes praças de Pamplona, e S. Sebastião. Napoleão manda que o ma-

rechal Soult tome o commando do exercito, e o reforça com trinta mil soldados novos.

O primeiro movimento de Soult foi o de querer fazer levantar o sítio de Pamplona, para o que atacou o exercito alliado nas suas posições do Porto de Maia, e Roncesvalhes, no dia 25 de julho. Lord Wellington, conhecendo as intenções do inimigo, fez concentrar as suas forças em Villaba, Huarte, e suas visinhanças, cobrindo a praça, onde se combateu com denodo nos dias 27, e 28. No dia 30 tomou o exercito alliado a offensiva, e se deu a célebre batalha dos Pyreneos, em que o inimigo foi novamente arrojado para o territorio francez. A perda do exercito francez avaliou-se em quinze mil homens, sendo a do exercito luso-anglo de seis mil.

Depois d'estas batalhas as escaramuças foram diarias. A praça de S. Sebastião, defendida pelo general Rei, tinha resistido ao primeiro assalto, e o marechal Soult, querendo soccorrel-a, passou o Bidassoa, porém os hespanhoes o repelliram em S. Marçal no dia 31 de agosto, em quanto o exercito alliado dava novo assalto á praça, e a tomava com uma intrepidez admiravel. A guarnição franceza, em número de dois mil homens, recolheu á cidadella, rendendo-se no dia 8 de setembro. Os sitiantes perderam tres mil homens.

Em 7 de outubro o exercito alliado passou o Bidassoa, e a 10 de novembro se deu a memoravel batalha de Nivelle, ou tomada das linhas francezas, vencendo os alliados os obstaculos que a natureza e a arte militar ali lhe appresentaram.

Tomadas as famosas linhas do inimigo, o exercito se preparou para os grandes ataques dentro do territorio francez. No dia 9 de dezembro começaram os san-

guinolentos combates junto á praça de Bayonna (França), e a 13 os alliados ganharam a batalha do rio Nive, expulsando o inimigo das suas formidaveis posições entre o Nive e o Adour, apoiadas com fortificações, e pela praça. Soult passa a margem direita do Adour, dirigindo-se para Dax. A perda do exercito luso-anglo foi de cinco mil homens; mas pizava a França para mais não a deixar senão com a paz geral da Europa.

(1814) A 27 de fevereiro o exercito alliado ganha a bem disputada batalha de Orthez, perdendo dois mil homens, sendo porém a perda do inimigo de cinco mil.

Uma parte do exercito alliado, ás ordens do marechal Beresford, entra em Bordeos a 12 de março, onde tem a gloria de arvorar primeiro a bandeira dos Bourbons, e proclamar a legitimidade de Luiz XVIII.

Soult, reforçado pelas forças do general Suchet, quer ainda tentar uma batalha, na simples idéa de poder vencer a lord Wellington, pois que a esse tempo já constava do armisticio, e da expulsão de Napoleão, decretada a 3 de abril. O marechal francez escolheu uma optima posição entre o canal de Languedoc e o rio Garona, nas alturas que dominam Tolosa, fazendo alevantar reductos, e outras obras de campanha; porém o exercito alliado zombou de todos os obstaculos, ganhando no dia 10 de abril a batalha de Tolosa, célebre por ser a ultima da guerra da Peninsula, e por terminar vencendo um inimigo habil. A batalha começou ás dez horas da manhã, e terminou junto á noite, retirando-se Soult para junto da cidade, onde o duque de Wellington não o quiz ir atacar, para não hostilisar a cidade. Soult retirou durante a noite, e dois dias depois, a 12 de abril, entrava em Tolosa o victorioso exercito luso-anglo.

A 30 de maio assigna-se em París a paz geral, e o exercito portuguez em França volta á patria coroado de louros, e cheio de honras e gloria ganhas n'uma guerra de seis annos, memoravel por todos os seculos.

(1815) Abre-se o famoso congresso de Vienna, a assemblea dos representantes das primeiras testas coroadas da Europa. Portugal é ali representado pelo conde de Palmella, Antonio de Saldanha, e D. Joaquim Lobo da Silveira, e consente que fique abolido o trafico da escravatura ao norte do Equador. Fecha-se o congresso a 9 de junho.

O Brazil é elevado á cathegoria de reino por carta de lei de 16 de dezembro, tomando o soberano o titulo de — *Rei do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves.*

1816) Morre no Rio de Janeiro a rainha a senhora D. Maria I (20 de março), começando o principe regente a governar como rei, com o nome de D. João VI.

O Senhor D. João VI (O Clemente) 27.° Rei.

(1816) A morte da rainha a senhora D. Maria I fez acclamar rei seu filho o principe regente de Portugal (20 de março).

O novo rei o senhor D. João VI dá novo titulo ao principe da Beira, que toma o de *Principe Real do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves.*

(1817) A guerra no Rio Grande do Sul, Paraguay, e Rio da Prata contra Artigas, que já havia principiado ha annos, continúa com felizes resultados, e a 20 de janeiro Montevideo, a principal praça, é tomada pelos portuguezes commandados pelo tenente general Carlos Frederico Lecór.

A 13 de maio é declarado o casamento do serenissimo senhor principe real D. Pedro de Alcantara com a archiduqueza d'Austria a serenissima D. Carolina Josefa Leopoldina.

O marechal general Beresford tinha grande ascendencia no governo do reino. A regencia nada fazia sem o consentimento do lord, e mesmo el-rei lhe dava tal latitude, que o reino de Portugal mais parecia uma parte integrante do Reino Unido da Grão Bretanha e Irlanda, do que do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves. A officialidade do exercito era na sua maxima parte ingleza, e similhante estado dava bastante desgosto á nação, e ao exercito.

Lord Beresford conhecia a posição difficil em que estava; o desgosto da nação lhe era bem patente, e imaginou, que o melhor meio de se segurar no poder, era o do terror.

O general Gomes Freire de Andrade é prêso, assim como mais dezesete individuos. Accusados de quererem fazer uma revolução para tirar o governo aos inglezes, (20) foram julgados criminosos d'alta traição doze. Gomes Freire foi garrotado fóra da fortaleza de S. Julião da Barra, e onze, foram garrotados uns, e enforcados outros no Campo de Santa Anna (18 de outubro), sendo depois seus corpos queimados, e suas cinzas lançadas ao mar.

Similhantes execuções fizeram com que a nação aborrecesse geralmente os inglezes, e em especial ao marechal; e uma revolução para os expulsar era esperada a todos os momentos.

(20) Combatemos para não sermos conquistados pelos francezes, e ficámos conquistados pelos inglezes sem combater.

Chega ao Rio de Janeiro a senhora D. Leopoldina, esposa do principe real o senhor D. Pedro (5 de novembro).

Em Pernambuco é descoberta uma conspiração para ficar independente aquella parte da monarchia. Foi para lá mandada uma alçada e tropas. Presos os complices, foram condemnados, e executados.

(1818) O senhor D. João VI é acclamado solemnemente no Rio de Janeiro (6 de fevereiro).

(1819) Nasce no Rio de Janeiro a princeza da Beira a senhora D. Maria da Gloria (actualmente rainha em Portugal com o nome de D. Maria II) no dia 4 de abril, e a 3 de maio se celebra o baptismo da mesma Augusta Senhora.

(1820) Continuava o descontentamento pela estada da corte no Rio de Janeiro, e por a dominação ingleza no paiz, sem haver já as causas de 1808 a 1814. Uma revolução estava imminente. Beresford váe ao Rio de Janeiro reclamar d'el-rei ainda maiores poderes (21) para debellar qualquer reacção contra o seu governo; porém no entanto, na cidade do Porto, se deu o grito de liberdade a 24 de agosto, acclamando-se a regeneração do paiz, ou a restauração das antigas cortes, o regresso d'el-rei o senhor D. João VI ao reino de Portugal, e a demissão dos inglezes das fileiras e commandos do exercito. Taes promessas não podiam deixar de ser bem recebidas por todos os verdadeiros portuguezes. As provincias do norte com as forças militares que as guarneciam abraçaram o movimento do Porto; n'esta cidade se organisou um governo provisorio para dirigir os negocios até á instauração de uma nova regencia na capital.

(21) Só se fosse o renunciar a coroa no marechal.

A regencia, não querendo annuir ao movimento do Porto, deu occasião a que as tropas do norte se pozessem em marcha sobre a capital, d'onde se aproximavam, quando a 15 de setembro se secundou em Lisboa o movimento do Porto, e se organisou uma junta de governo; porém, como já havia outra no Porto, que queria a primazia, vieram a um acôdo, installando-se a *Junta Provisional do Governo Supremo do Reino*, sendo seus membros tirados d'uma e d'outra junta (1.º de outubro).

Beresford chega do Rio de Janeiro; porém o governo o manda intimar para não desembarcar, e o marechal sáe a barra de Lisboa. Os inglezes são excluidos do exercito, substituindo-se os seus logares por officiaes portuguezes.

Similhantes medidas aparentavam bôa fé, e alguem acreditou que o paiz ia realmente gozar os influxos de uma verdadeira regeneração; porém bem depressa passou a illusão, porque alguns dos chefes do movimento começaram bem claramente a mostrar as suas desmedidas ambições, levando as cousas para uma revolução, em logar da regeneração que se havia proclamado no Porto.

O paiz é inundado de escriptos para convencer o povo, que não era possivel a convocação das cortes pelo systema antigo, e que o governo devia convocar cortes constituintes. Com effeito ellas se reuniram segundo as de Hespanha do anno de 1812. Era a revolução em acção.

(1821) Abertura das cortes geraes extraordinarias, e constituintes da nação portugueza (26 de janeiro), assumindo poderes soberanos, e intitulando-se *Soberano e Augusto Congresso Nacional*.

As cortes decretam uma regencia para exercer o poder executivo em nome d'el-rei o senhor D. João VI (31 de janeiro).

El-rei, o principe real o senhor D. Pedro, o serenissimo senhor infante D. Miguel, assim como toda a corte, juram no Rio de Janeiro a constituição que as cortes haviam de fazer em Lisboa (26 de fevereiro). Declara igualmente el-rei, que váe felicitar com a sua augusta presença a antiga capital da monarchia.

As cortes mandam jurar as bases da constituição, começando a execução deste decreto pelas mesmas cortes (29 de março). O patriarcha de Lisboa recusa dar o juramento. As cortes o desterram para o Bussaco, e depois para França.

Revolução no Rio de Janeiro pedindo a constituição hespanhola de 1812 (21 de abril). El-rei annuiu por força de circumstancias; porém no dia seguinte annul-la por outro decreto tudo quanto na vespera se lhe havia extorquido violentamente.

El-rei entrega o governo do Brazil ao senhor D. Pedro com o titulo de *Principe Regente, e Logar-Tenente d'El-Rei no Governo Provisorio do Reino do Brazil, em quanto não se publicasse a constituição* (22 de abril). El-rei tambem nomeia um ministerio para governar com o principe.

El-rei e a familia real (excepto a do senhor D. Pedro) embarcam no Rio de Janeiro a 25 de abril, e a 26 levanta ferro a esquadra. A noticia da partida do senhor D. João VI, trazida com anticipação a Lisboa, chegou a esta cidade pela fragata Maria da Gloria (27 de abril).

A 3 de julho entra o Tejo a esquadra que conduzia el-rei, sua real familia, e a corte. *As cortes decretam*

n'este mesmo dia os vivas que se haviam de dar na occasião do desembarque d'el-rei. Os condes de Palmella, de Paraty, o barão de Rio Sêcco, Targine, Lobatos, e outros que acompanhavam el-rei, são intimados pelo governo para não desembarcarem. Ordena-se mais, que el-rei desembarque em Belem, antes do meio dia, e que não haja armação nas janellas, por causa da *grande extensão das ruas.* Outras ordens, que eram outros tantos insultos a el-rei, foram emanadas das cortes, ou do governo.

A pesar, porém, das restricções das cortes, el-rei o senhor D. João VI, acompanhado dos serenissimos senhores infantes D. Miguel, e D. Sebastião, desembarcaram no Cáes das Columnas, no Terreiro do Paço, pela uma hora da tarde, dirigindo-se á Basilica de Santa Maria Maior (Sé), onde se demorou até ás tres, saindo depois para o palacio das Necessidades, onde chegou ás tres e meia. Ás cinco horas váe á sala das cortes (então no convento das Necessidades, junto ao paço), e ratifica o juramento de fidelidade ás bases da constituição. Depois recolhe o senhor D. João VI ao paço, e as cortes ficaram em sessão permanente até á formação do ministerio, e dissolução do poder executivo da regencia, o que teve logar ás oito horas (4 de julho).

Aos condes de Palmella, Paraty &c. &c. se permitte o desembarque, porém para residirem a vinte legoas da corte, e dez do litoral (10 de julho).

El-rei, acompanhado dos serenissimos senhores infantes D. Miguel, e D. Sebastião, vão lançar a pedra fundamental ao monumento constitucional, que se erigia na praça do Rocio. Para esta solemnidade formou toda a guarnição de Lisboa, fechando o quadrado, no momento do acto, o regimento de infanteria N.° 1.

Houve tres descargas, vivas &c. &c. (15 de setembro).

Montevideo proclama a união com o Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarve (1821).

O conde do Rio Pardo é deposto do governo da India, por uma revolução feita em Goa (16 de setembro de 1821), que proclama a constituição que se houver de fazer. Tambem em 9 de Junho, na provincia de S. Thomé, se juraram as bases.

As cortes decretam o regresso do principe real, o senhor D. Pedro, ao reino de Portugal (29 de Setembro). O principe havia pedido para regressar. A sua desharmonia com o general Jorge d'Avilez, general das armas no Rio de Janeiro, produzia cada dia scenas as mais desagradaveis e perigosas.

As cortes decretam governos provisorios para o Brazil, em quanto se não promulgasse a constituição. Estes governos provinciaes seriam compostos de sete membros, eleitos pelas parochias &c. (29 de setembro). Alguns d'estes governos ainda se chegaram a instaurar na maior parte das provincias do Brazil.

O congresso dá de nenhum effeito a promoção feita por el-rei (22) em 24 de junho, a bordo da náo D. João VI (9 de novembro).

São mandados reforços de tropas para o Brazil (24 de novembro), assim como nomeados novos generaes para os governos das armas das provincias do Bra-

(22) Foi uma fortuna para o reino, o ser el-rei dotado d'um caracter brando e resignado; porque, se o monarcha tem genio guerreiro, Portugal talvez teria de passar por desordens similhantes ás que affligiram a Inglaterra no reinado de Carlos I, quando este infeliz monarcha quiz rebater pelas armas a audacia do parlamento inglez.

zil (9 de dezembro), entrando n'este número o brigadeiro João Carlos de Saldanha para a provincia do Rio Grande.

A 9 de dezembro recebe o principe real o decreto das cortes, que o manda recolher ao reino, e a 10 escreve o mesmo principe a el-rei dizendo, que ia já cumprir as ordens do soberano congresso, entregando o governo, para partir para Lisboa.

Creação do Banco de Lisboa (31 de dezembro).

(1822) No Rio de Janeiro estava tudo n'uma grande effervescencia pela retirada do principe. O senhor D. Pedro declara (9 de janeiro) que ficaria n'aquelle reino. Esta resolução foi uma resistencia ás ordens emanadas da mãi patria, e o primeiro passo para a total independencia do Brazil.

Jorge de Avilez, que commandava a divisão das tropas portuguezas no Rio de Janeiro, insiste pelo cumprimento das ordens d'el-rei e das cortes. Esta insistencia, no momento da declaração do principe real, foi o signal de guerra. Os dias 11 e 12 de janeiro de 1822 foram dias de lucto para os portuguezes do Rio de Janeiro. A teima de Avilez em querer sustentar as ordens das cortes exasperou o principe a ponto de o fazer entregar definitivamente nos braços da gente de José Bonifacio de Andrade, acerrimo revolucionario, e apostolo da independencia do Brazil.

O senhor D. Pedro, a pesar do formidavel exercito de paulistas que José Bonifacio lhe mandou de auxílio contra os portuguezes, não podia appresentar contra Avilez mais de 1060 homens (23). Com tal gente, e auxiliado pela populaça do Rio, o senhor D. Pedro

(23) Deputado Girão na sessão de 28 de junho de 1822.

manda intimar Avilez e a seus bravos camaradas para passarem á Praia Grande. Os bravos soldados portuguezes, vencedores de Napoleão, obedecem ao primogenito d'el-rei, porém não foram vencidos. (24)

Abolição dos tribunaes supremos no Brazil, a fim de se lhes dar nova organisação segundo as circumstancias especiaes d'aquelle reino (13 de janeiro).

A divisão portugueza na Praia Grande embarca a 14 de janeiro por ordem do senhor D. Pedro, e a 15 sáe a barra do Rio de Janeiro, sendo escoltada até ao cabo de Santo Agostinho pelas corvetas Liberal, e Maria da Gloria.

Nas outras provincias do Brazil, a pesar da agitação que reinava, fermentada pelos apostolos da independencia, os governos provisorios decretados pelas cortes e por el-rei installaram-se na Bahia, Maranhão, Pará, Pernambuco, Mato Grosso, S. Pedro do Sul, e outras.

Augmento no valor do ouro (6 de março).

É annullada a sentença que condemnou Gomes Freire, e seus companheiros (2 de junho), sendo muito notavel, que esteja assignada por dois dos juizes que assignaram a da condemnação.

O senhor D. Pedro convoca uma assemblea constituinte para o Brazil, em opposição á do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarve (3 de junho).

Decreto das cortes, sanccionado por el-rei, em que dá por nullo quanto o governo do Rio de Janeiro tem feito. Manda recolher a Lisboa o senhor D. Pedro, sob

(24) As nossas tropas no Brazil tem sido enxovalhadas, mas não vencidas. Acabem-se as considerações, que 4:000 homens são bastantes para fazer cumprir no Brazil as ordens do congresso, e d'el-rei. — Borges Carneiro na sessão de 22 de julho de 1822.

pena de incorrer nas prescriptas na constituição para o rei ou seu successor que sair do reino sem licença das cortes (24, e 26 de julho).

O Sr. D. Pedro declarou inimigas as tropas portuguezas, mandando a todas as auctoridades brazileiras que lhe façam guerra de exterminio (1.° de agosto).

Manifesto do senhor D. Pedro ás nações (6 de agosto). N'este manifesto é insultada e calumniada a nação portugueza.

As sessões das cortes estão tormentosas por causa dos negocios do Brazil. O deputado Moura na sessão de 19 de setembro, fallando do decreto de 3 de junho, em que o senhor D. Pedro convoca uma assemblea constituinte para o Brazil, diz: « Os nossos maiores, que não eram mais liberaes do que nós, depunham os reis e principes rebeldes á nação, &c. &c. »

O congresso assigna a constituição em 23 de setembro. A 30 é jurada solemnemente pelo mesmo congresso, e no 1.° de outubro por el-rei o senhor D. João VI, &c. &c.

No Rio de Janeiro foram açoitados, por ordem do senhor D. Pedro, mais de trezentos soldados portuguezes pertencentes á divisão da náo Vasco da Gama (30 de setembro, e 1.° de outubro). O crime d'estes infelizes foi o pedirem a sua alteza real, que os deixasse regressar a Portugal.

A traição d'uns, a inepcia ou mal entendida consideração d'outros deixou lavrar a anarchia no Brazil a ponto, que os revolucionarios ou partidarios da independencia acclamam o principe real o senhor D. Pedro — *Imperador constitucional, e defensor perpétuo do Brazil* (12 de outubro). Similhante independencia era repellida por toda a gente cordata d'um e d'outro

hemispherio, e ella prejudicava até o proprio novo imperador, porque alienava uma grande monarchia, para ter um sceptro mais cedo, desmembrando uma parte d'essa mesma monarchia, que mais tarde devia toda ser por elle governada.

A senhora D. Maria da Gloria, filha do senhor D. Pedro, muda o seu titulo de princeza da Beira para o de princeza do Grão Pará, titulo que, segundo a constituição imperial brazileira, e o facto da independencia, era dado ao herdeiro presumptivo da coroa imperial.

Morte de Manoel Fernandes Thomaz, o principal apostolo da revolução portugueza (19 de novembro).

A rainha senhora D. Carlota Joaquina recusa jurar a constituição (22 de novembro). Similhante recusa de sua magestade deu causa a uma forte contestação entre esta e as cortes, terminando pela exautoração da rainha (4 de dezembro). El-rei foi compellido a assignar tão degradante decreto, assim como outro que ordenava a saída da ex-rainha para fóra do reino; porém sua magestade resistiu contra similhante despotismo, reforçando a sua causa com o delicado estado de saude, a que taes violencias a tinham reduzido.

As cortes e el-rei decretam, que a regencia do Brazil residirá provisoriamente na Bahia (17 de dezembro).

O senhor D. Pedro decreta (30 de dezembro) cartas de corso contra o pavilhão portuguez, e sua propriedade pública e particular. Muitos estrangeiros tomam o serviço do novo imperador, principalmente n'este genero de guerra. As cortes declaram rebeldes as provincias do Brazil que obedecerem ao governo do Rio de Janeiro.

A pesar porém da acclamação do senhor D. Pedro, a provincia do Maranhão e outras muitas juram solemne-

mente a constituição portugueza, e não recebem as ordens do principe ou imperador. Os generaes do governo do Rio de Janeiro praticam as maiores crueldades contra os portuguezes. Labatour fusila os soldados portuguezes, e tambem os cidadãos inermes, açoita outros, e mette-os nas enxovias aos centos, onde os faz soffrer as mais crueis privações (25).

É innegavel, que muitos dos homens da revolução deram causa ás desgraças que a nação estava soffrendo. No Brazil levaram as cousas para a perda d'aquelle reino; em Portugal legislavam infinitamente para ambos os hemispherios. Sem dúvida que algumas providencias houve uteis; porém muitas eram intempestivas. Havia um desgosto quasi geral.

A nação vizinha ardia nos horrores da guerra civil. O rei Fernando VII estava como captivo em poder da demagogia, e grande número de seus subditos esforçavam-se por libertal-o. O estado da Hespanha era doloroso, e as nações se resolveram, no congresso de Verona, a libertar o rei de Hespanha. À nação franceza coube, como mais vizinha e mais poderosa, a empreza de pacificar a Peninsula hispanica, e um exercito de cem mil homens, ás ordens do duque d'Angouleme, tendo por generaes os melhores cabos do tempo do imperio, e que fizeram a guerra da Peninsula, entraram na Hespanha pela Catalunha e Navarra.

O governo de Madrid preparava-se para uma vigorosa resistencia; porém as suas tropas cederam o terreno aos francezes; apoderam-se estes d'uma grande parte da Hespanha em poucos dias. As cortes de Madrid retiram-se com el-rei para Sevilha.

(25) Pernambuco que o diga.

A entrada dos francezes em Hespanha poz toda a Peninsula em agitação. Em Portugal tambem os amigos d'el-rei, o senhor D. João VI, recorreram ás armas para dar maior latitude ao poder do monarcha. O primeiro grito foi dado na cidade de Braga a 22 de fevereiro; a 23 era repetido em Villa Real; e a 24 e 25 toda a provincia de Trás-os-Montes tinha secundado o movimento. O conde d'Amarante, que foi quem deu o grito em Villa Real, tomou o commando do exercito restaurador, e em poucos dias se lhe haviam juntado os generaes Gaspar Teixeira, Martinho Corrêa, e outros.

As cortes e o governo tomam muitas medidas para suffocar o movimento do norte, e em poucos dias dispunham de um exercito muito superior ao do conde d'Amarante. O enthusiasmo das tropas das cortes era ephemero, como se viu em poucos dias.

O conde d'Amarante alcançou no comêco da campanha algumas vantagens, sendo a de maior importancia a de Santa Barbara, em que aprisionou alguns corpos de infanteria e caçadores; porém taes vantagens foram logo neutralisadas, porque as forças das cortes, manobrando de combinação com o general hespanhol Morillo, e outros das cortes hespanholas, obrigaram o (13 de abril) o conde a penetrar pelo centro da Hespanha com mil cavallos, e pouco mais de quatro mil infantes, com que chegou a Valhadolid, onde se reuniu ao exercito francez, e tropas d'el-rei Fernando VII.

O duque d'Angouleme entra em Madrid em 23 de maio, retirando as tropas das cortes para Sevilha. Algumas tropas hespanholas, que acompanhavam o exercito francez, avançam para Palencia, e outros pontos da fronteira portugueza, sendo seguido este movimento pela divisão portugueza do conde d'Amarante.

Grande número de tropas das cortes de Lisboa estavam de observação na fronteira desde Trás-os-Montes até á Beira. O governo fazia deportações immensas, porque desconfiava de tudo. O conde de Palmella, o conde d'Alva, e outros muitos individuos d'alta posição social são desterrados.

O senhor infante D. Miguel sáe de Lisboa (26) para Santarem a 27 de maio, á frente do regimento de infanteria N.º 23. Em Santarem se lhe reunem outras tropas, o general Sepulveda, e o brigadeiro Saldanha. (27)

Em 30 de maio o senhor D. João VI, ou as cortes para melhor dizer, estigmatisam o procedimento do senhor infante, e dos que o seguiam; porém a 31, quando as cousas tinham tomado uma face favoravel á causa real, o monarcha sáe de Lisboa á frente da guarnição da capital, e váe estacionar-se em Villa Franca. O senhor D. Miguel recebe logo ordem para se reunir com as suas tropas a el-rei seu augusto pai, o que promptamente executa.

No 1.º de junho nomeia el-rei em Villa Franca novo ministerio, em que entra o conde de Palmella, Pamplona, Gomes de Oliveira, e Falcão de Castro. O reino está todo pronunciado a favor da causa real, sem que as cortes possam pôr em campo forças algumas para combater el-rei, pois que apenas em Lisboa algumas guardas nacionaes pegam nas armas. As proprias tropas dos generaes Rego e Pêgo, cheias do maior enthusisamo, acclamam el-rei, sendo o ultimo

(26) Sem dúvida por ordem de seu augusto pai.

(27) O brigadeiro Saldanha estava prêso no Castello de S. Jorge por causa das cousas do Brazil, e pôde evadir-se para se ir reunir aos defensores d'el-rei, e das antigas instituições.

general insultado na Beira pelos proprios soldados com quem ha poucos dias combatêra o conde d'Amarante.

As tropas que se reuniram a el-rei e ao senhor infante avançam sobre Lisboa, onde entram com el-rei a 6 de junho, destruindo todos os preparativos de resistencia mandados fazer pelas cortes. A entrada d'el-rei foi verdadeiramente triumphal.

O monumento constitucional do Rocio foi demolido pelo povo, que tambem com *alguns nobres* (28) *e frades* foram ás Necessidades, e despedaçaram as cadeiras dos deputados &c. Alguns dos conspicuos, durante o governo da revolução, embarcaram no paquete, e foram para fóra do reino.

O senhor infante D. Miguel foi nomeado generalissimo, entregando-lhe el-rei seu augusto pai o commando em chefe do exercito.

A auctoridade real estava restabelecida em toda a monarchia, excepto n'alguns pontos do reino do Brazil, que continuavam rebeldes ao rei e á mãi patria, ou, para melhor dizer, rebeldes á união com Portugal; todavia as nossas tropas na Bahia, diminutas infinitamente, continuavam a combater os insurgentes como nos melhores tempos de D. João de Castro, e Antonio da Silveira.

As cortes de Hespanha depõem o rei Fernando VII, e o levam para a ilha de Leão (12 de junho). Os francezes entram em Sevilha a 13, e vão a Cadiz libertar el-rei catholico.

Achava-se pois proclamada por el-rei e pela nação a antiga constituição da monarchia; porém querendo el-

(28) Alguns dos nobres arrependeram-se; porém muitos dos frades continuaram contumazes contra as constituições novas.

rei que a mesma constituição estivesse em harmonia com o seculo, nomeia (18 de junho) uma commissão para propor as reformas que os tempos reclamavam. Para conhecer de assumptos de tão alta magnitude, el-rei promette convocar os Estados do Reino, promessa esta que foi mui bem recebida.

O conde d'Amarante com a sua divisão chega a Lisboa (24 de junho), onde é muito bem recebido.

Os negocios do Brazil não melhoravam para Portugal. A revolução brazileira devia ter sido esmagada; porém, se até aqui ella medrou por falta de ser combatida, como o brio nacional reclamava, agora mais frouxidão havia para mandar reforços ás provincias que sustentavam a causa da união. As violencias que o novo imperador e seu governo praticavam contra os portuguezes revoltam um coração amante da sua patria. Não adulterem a historia, que a narração fiel de similhantes factos fará por muitos seculos indignar os vindouros.

O campo da batalha devia ser no Brazil; porém a revolução procurou distrahir d'ali a attenção, envolvendo o paço n'um pelago de intrigas. Afastar d'el-rei os homens de firmes crenças, e sobre tudo a seu augusto filho o senhor infante D. Miguel, era o alvo da revolução, que não se atrevendo a apparecer de frente, quer destruir a ordem de cousas com a hypocrisia.

(1824) O marquez de Loulé, que seguíra Napoleão contra a patria, e ha pouco havia sido perdoado por el-rei, apparece morto no paço de Salvaterra. Tão lamentavel acontecimento é aproveitado pelos inimigos do senhor infante para espalharem a maior das calúmnias contra sua alteza real.

Ainda não havia um anno que el-rei se havia livrado d'um captiveiro, e já estava mettido n'outro d'outro

gosto. Seu augusto filho quer novamente restituir-lhe a sua auctoridade; e como commandante em chefe do exercito reune a guarnição da capital (30 de abril) para restituir a força ao monarca, seu augusto pai e senhor. Similhante acto é desfigurado pelos inimigos de sua alteza real, appresentando-o a el-rei como uma revolução para lhe tirar a coroa. Os que appresentavam assim a questão a el-rei o conduzem para bordo de uma náo ingleza, onde manda comparecer seu augusto filho, e sua alteza real ahi se dirige promptamente para receber as ordens de seu augusto pai. O senhor infante foi mandado viajar, e fixar a sua residencia em Vienna d'Austria.

Estes ultimos acontecimentos consolidaram a revolução brazileira. O governo manda recolher todas as tropas que ainda se batiam no Brazil. A 4 de julho é evacuada a cidade da Bahia, séde então da regencia portugueza no Brazil.

(1825) O infeliz monarcha andava pensativo. Um de seus filhos arrancou-lhe a melhor joia da sua coroa, e ambos lhe foram arrebatados, para mais não os ver. Aconselhado para reconhecer a independencia do Brazil, o senhor D. João VI assim o pratíca por carta de lei de 21 de novembro de 1825, reservando para si o titulo de imperador, em quanto vivo. El-rei tinha declarado em vigor a constituição portugueza, e esta prohibia ao rei a alienação de qualquer porção de territorio da monarchia, sem o consentimento dos Tres Estados do Reino reunidos em cortes. Tal emancipação não se podia fazer sem recorrer ás fórmas legaes; e máos conselheiros foram os que aconselharam ao monarcha que praticasse um acto despotico n'uma nação, a quem o mesmo rei acabava de dizer, que lhe estava restituida a sua liberdade. O Brazil continuou pois de facto

independente, e diremos tambem de direito, adquirido pelo tempo, e pela força das cousas, porém nunca pelo acto de emancipação de 1825.

(1826) A promessa que el-rei fizera de convocar cortes nunca se realisou. Todas as boas intenções do monarcha eram inutilisadas por influencias das pessoas que o cercavam. Assim mesmo não poderam por muitas vezes conter, que o infeliz rei suspirasse por mandar recolher o infante seu filho.

A 4 de março apparece el-rei doente, dizendo-se logo, que a molestia era gravissima. A 6 se publíca um decreto em que el-rei nomeia, para o caso de sua morte, uma regencia para governar o reino até que o seu legítimo successor dê as outras providencias. A regencia sería composta dos seguintes senhores: — *Infanta D. Isabel Maria, patriarcha de Lisboa, duque de Cadaval, marquez de Vallada, e conde dos Arcos.*

Graves juizos se tem feito sobre a morte do senhor D. João VI; e a pesar de que ella se deu officialmente a 10 de março, ha muito quem a julgue acontecida antes d'este dia. Governou em nome da rainha sua mãi sete annos; como regente dezesete; e como rei dez. Foi muito infeliz como rei, como homem, e como pai. Sería um grande rei para outra epocha, porém não para os tempos calamitosos em que viveu. Teve a satisfação porém de ver que, a pesar da sua ausencia, os portuguezes salvaram a patria e o seu throno das garras de Napoleão, ganhando o antigo renome dos heroes que conquistaram Portugal aos mouros e a Castella, e o engrandeceram nas cinco partes do mundo, obrando maravilhas taes, que até pareceram fabulosas. Havia el-rei nascido em Lisboa a 13 de maio de 1767, tendo por consequencia cincoenta e nove annos quando falleceu.

Regencia da Senhora Infanta D. Isabel Maria.

(1826) A morte do senhor D. João vi deixou Portugal n'um interregno de facto, e tambem n'uma posição bem melindrosa.

A pesar do decreto de 6 de março, que ordenava a regencia de cinco membros, a senhora infanta foi a unica que exerceu o poder executivo, tomando conta do governo do reino, apenas se annunciou officialmente a morte d'el-rei seu pai.

Toda a gente sensata previu os grandes males que ameaçavam a nação. Os partidos começaram a desenvolver-se; as affeições pessoaes, ou de puro interesse, dominavam no maior número. Os homens de consciencia nada podiam fazer.

Sustentavam uns, que a coroa portugueza pertencia ao senhor D. Pedro, outros que elle, pelos factos anteriores de desobediencia á mãi patria, e reconhecido imperador d'um reino estrangeiro, não tinha direito á coroa portugueza, mas sim seu augusto irmão o senhor D. Miguel.

O senhor D. Miguel estava na Allemanha. Os individuos que cercavam a senhora infanta regente eram, na maior parte, reconhecidos como adeptos ao senhor D. Pedro. Uma deputação (29) foi mandada ao Brazil a comprimentar o imperador, ou levar-lhe a coroa de Portugal (30)

(29) Os membros da deputação foram o duque de Lafões, o arcebispo de Lacedemonia, e o desembargador Francisco Eleuterio de Faria e Mello, todos tres homens d'uma probidade a toda a prova. E' porém muito notavel, que todos tres seguiram a causa do senhor D. Miguel, e o juraram rei nos Estados do Reino em 1828.

(30) Talvez os illustres estadistas do governo tivessem a

O imperador do Brazil acceita a coroa portugueza, que lhe foram levar, e toma o nome de D. Pedro IV em 25 de abril. A 29 publíca a carta constitucional, que sua magestade imperial offerece á monarchia portugueza no começo do seu reinado, para ser acceita e jurada pelas Tres Ordens do Estado. (31)

Em 3 de maio sua magestade imperial abdica (32) condicionalmente a coroa em sua augusta filha a senhora D. Maria da Gloria, princeza do Grão Pará. (33)

A missão de trazer a carta constitucional a Portugal foi dada pelo imperador ao inglez Carlos Stuard, o qual chegou a Lisboa em 30 de junho.

O governo do reino duvidava proclamar a carta sem o consentimento dos Estados do Reino juntos em cortes; porém o general Saldanha, governador militar do Porto, instou pela acclamação; e quando não se fizesse,

boa lembrança de julgarem que poderiam assim reunir novamente o Brazil a Portugal. Se tal tiveram na mente, o seu nome deve ser levado á mais remota posteridade!!

(31) A mente do legislador foi sem dúvida para ser offerecida aos Tres Estados do Reino, reunidos em cortes.

(32) Acto de abdicação de 3 de maio de 1826.

(33) A senhora D. Maria da Gloria, actual rainha de Portugal, nasceu *princeza da Beira*, titulo que lhe pertencia por ser a primogenita do principe real; porém, separando-se o Brazil, deixando de fazer parte da monarchia portugueza, constituindo-se imperio independente, e sendo a senhora D. Maria da Gloria a primogenita do imperador, deixou em 1823 o titulo portuguez para tomar o de *princeza imperial*, que lhe pertencia segundo a constituição brazileira, e como herdeira presumptiva da coroa imperial, por não haver varão na occasião em que se proclamou o imperio, e a constituição brazilica; porém nascendo em 1825 o principe imperial D. Pedro, tomou então o de *princeza do Grão Pará*, que pertence ao herdeiro presumptivo depois do principe imperial.

marchava com as tropas do seu commando sobre Lisboa. A carta foi pois acclamada em 11 de julho, começando todos os actos publicos a ser em nome do senhor D. Pedro IV.

O Senhor D. Pedro IV, 28.º Rei.

(1826) O inglez Stuard, que foi portador da carta constitucional, o foi tambem do decreto que confirmava a regencia na pessoa da senhora infanta D. Isabel Maria: foi igualmente portador da noticia do acto de abdicação, e que o imperador ordenava o casamento do senhor D. Miguel com a senhora D. Maria da Gloria.

Regencia da Senhora Infanta D. Isabel Maria, em nome d'el-rei.

A senhora infanta D. Isabel Maria continuou a governar o reino como regente, porém agora em nome d'el-rei o senhor D. Pedro IV. O governo manda que no dia 31 de julho tenha logar o juramento da carta constitucional. Esta ordem foi o signal de resistencia. O regimento de infanteria N.º 24, estacionado em Bragança, acclama (26 de julho) o senhor infante D. Miguel rei de Portugal. O brigadeiro Antonio Tavares Maggessi com o regimento de cavallaria N. 2, e alguns milicianos de Villa Viçosa, secunda n'esta villa o grito do 24, no mesmo dia do juramento da carta, porém sem a ter jurado. O 17.º de infanteria, estacionado em Estremoz, tendo jurado na manhã de 31, mas já bastante tumultuosamente, de tarde segue o grito do 2.º de cavallaria, e vae unir-se-lhe. Alguns artilheiros do 3.º regimento tambem se unem ao 2.º e 17.º Todos estes corpos entraram logo em Hespanha.

Em 12 de setembro o brigadeiro Bernardo da Silveira com o N.° 11 de infanteria, estacionado em Almeida, segue o mesmo destino. Em 5 de outubro o marquez de Chaves tambem acclama o senhor D. Miguel em Villa Real. O 4.° de caçadores e o 14.° de infanteria do Algarve tambem se pronunciam pela mesma causa em 15 de outubro. A 21 segue o mesmo destino o 7.° de caçadores, que estava em Villa Pouca de Aguiar. Seguem estes corpos na sua emigração voluntaria muitos contingentes d'outros, assim como generaes, magistrados, &c. &c.

O governo da regente, vendo similhante defecção no exercito, e observando o espirito público, principalmente no norte, oriente, e sul do reino, pede ao governo britannico auxílio para a occasião em que os emigrados tentassem penetrar no reino, ou promovessem algum pronunciamento mais serio. O governo britannico expede as suas ordens para estarem promptos dez mil homens de tropas escolhidas a fim de embarcarem para Portugal á primeira ordem.

O barão de Villa Sêcca, commissionado pelo senhor D. Pedro, appresenta-se em Vienna d'Austria a exigir do senhor D. Miguel o seu juramento á carta, e o seu consentimento para se pedir a sua santidade as dispensas para celebrar os esponsaes com sua augusta sobrinha. O senhor D. Miguel annue a tudo, e em 29 de outubro celebram-se por procuração os esponsaes dos mesmos augustos senhores em Vienna d'Austria.

Morre no Rio de Janeiro a imperatriz senhora D. Leopoldina (11 de dezembro).

As forças dos emigrados entram no Alemtejo e em Trás-os-Montes (dezembro). Maggessi, que commandava as do Alemtejo e do Algarve, entrou por Villa

Viçosa, onde aprisionou a força de cavallaria 7 ali estacionada. Os soldados tomaram o serviço, assim como mais alguns contingentes de diversos corpos se lhe reuniram, e as operações n'aquella provincia começaram. Alguns combates houve com vantagem para as tropas de Maggessi (dezembro); porém reforçado o conde de Villa Flor com mais tropas, Maggessi é obrigado a entrar por Hespanha, passando d'ali ao norte a fazer juncção com o marquez de Chaves, viscondes da Varzea, de Molellos, e outros que sustentavam a mesma causa, e tinham já n'esta provincia feito capitular Bragança com o 3.° e 21.° de infanteria, e o 12.° de cavallaria; Almeida com o 6.° de infanteria, alguns caçadores do novo 7.°, e o 10.° de cavallaria, e artilharia montada &c. Todos estes corpos tomaram o serviço que se fazia em nome do senhor D. Miguel, assim como quasi toda a força do 12.° de infanteria, e do 6.° e 9.° de cavallaria, além de muitos contingentes de outros corpos; quasi todos os regimentos de milicias de Trás-os-Montes e Beira, e alguns do Minho, muito povo armado &c. Em Trás-os-Montes e no Minho tinham deixado os viscondes de Monte Alegre, da Azenha, e outros que com algumas tropas de infanteria e cavallaria, e muito povo armado, faziam frente ás tropas da regente.

As forças principaes do marquez de Chaves, viscondes de Molellos e da Varzea, avançam para a Beira.

Estava pois a nação envolvida nos horrores da guerra civil, em que as ambições de muitos, a lançaram.

Entra no Tejo (24 de dezembro) a esquadra ingleza que conduzia uma brilhante divisão de tropas de terra ás ordens do general Clinton. Este auxilio tanto a tem-

po deu grande força moral e malerial ao govêrno da regente.

(1827) Depois de varios recontros, o conde de Villa Flor bate os seus adversarios em Coruche da Beira (9 de janeiro), e os obriga a retirár sobre Pinhel, e penetrar em Hespanha (14 de janeiro), para irem apparecer novamente em Trás-os-Montes. Almeida com a sua guarnição entrega-se ao general Villa Flor.

As forças belligerantes convergem agora todas para as provincias de Trás-os-Montes e Minho. Os inglezes avançam para o interior do reino, até Coimbra. O marquez de Chaves avança sobre o Porto, por Braga; porém, depois de varios combates no Minho, emprehende a sua retirada, sem mais poder refazer-se dos destroços que havia soffrido. Em 8 de março os restos das suas tropas entravam em Hespanha por Abellano e Santa Anna, e foram internadas para Valhadolid.

O 3.° de artilharia, e um batalhão do 8.° de infanteria, e muito povo d'Elvas acclamam o senhor D. Miguel. O general Caula palliou até poder reunir forças do governo, com que os obrigou a ceder, depois de muito fogo de metralha, fusilaria, e cargas de cavallaria (29 e 30 de abril).

O senhor D. Pedro nomeia ao senhor D. Miguel seu logar-tenente em Portugal (3 de julho).

A regente dimitte do ministerio da guerra ao general Saldanha (20 de julho). Os amigos do general pedem tumultuosamente nos dias 24 a 27 a sua reintegração no ministerio; porém o govêrno da regente destroe pela força os tumultos, tendo para esse fim feito entrega do commando da força armada da capital ao conde de Villa Flor.

A noticia de que o senhor D. Pedro havia nomeado

ao senhor D. Miguel para seu logar-tenente regente de Portugal chega a Vienna d'Austria a 27 de agosto, e a Lisboa em setembro, enchendo de alegria os habitantes da capital e do reino. (34) Sua alteza real escreve em 19 de outubro a sua augusta irmã a regente, dizendo-lhe, que tendo acceitado o governo de Portugal, ficava preparando-se para recolher ao reino, e que lhe mandasse para Falmouth uma fragata e um brigue. Ainda primeiro do que a carta de sua alteza real á regente, o ministro portuguez na Austria tinha expedido para Lisboa a notícia de que o senhor D. Miguel acceitára o governo. Esta notícia chegou em 24 de outubro, e a 25 já a fragata Perola e o brigue Tejo davam á vela de Lisboa para Postsmouth, chegando a Falmouth em 6 de novembro. Em 15 d'este mez escreve sua alteza real á regente, dizendo-lhe, que poderia acontecer que a sua chegada ao reino tivesse logar antes da abertura das cortes ordinarias, e que por isso sería bom convocal-as extraordinariamente para a sessão real do juramento, e entrega do governo do reino.

O banco de Lisboa suspende o pagamento das suas notas em 6 de dezembro, e pede ao governo que lhe dê curso forçado por seis mezes. O governo nega-se (10 de dezembro) a similhante pedido, e que liquide, se está em estado de quebra. O banco convoca a sua assemblea geral, e uma commissão examina o estado do banco, e vê que não havia motivo para similhante suspensão de pagamento. A attitude séria do governo fez entrar a direcção do banco na ordem, e até auxiliou bastante o mesmo banco para restabelecer o credito que por dias havia perdido.

(34) Gazeta de Lisboa do 1.º de outubro de 1827.

O governo manda que o senado de Lisboa publique por um bando, que haja festejos publicos por tres dias á chegada do senhor D. Miguel, e o senado manda sair em 18 de dezembro um dos mais brilhantes bandos dos que se tinham visto.

O senhor D. Miguel deixava a Allemanha, onde viveu por espaço de tres annos ganhando a estima de muitos monarchas e principes, com quem conviveu, e de quem recebeu as maiores finezas. Os elogios que todos os jornaes prodigalisaram ao principe portuguez são infinitos; porém sobre todas as amizades que sua alteza real ali grangeou, a amizade mais íntima e mais sincera foi a que teve com o duque de Reichstadt, ou Napoleão II, filho de Napoleão I, imperador dos francezes, e neto de Francisco II, imperador d'Austria. Os dois (35) principes mais pareciam dois irmãos amigos, do que simplesmente dois amigos.

Sua alteza real partiu de Vienna a 6 de dezembro, chegou a Munich a 9, a Charlsruch a 13, a Strasburgo a 16, e a París a 20. A embaixada portugueza foi esperar o principe á dez legoas de distancia de París. O rei de França, toda a familia real e a corte o receberam com todas as distincções devidas á sua alta gerarchia. (36) A 27 partiu sua alteza real para Londres, onde chegou a 30 de dezembro. A sua chegada produziu grande sensação em toda a Inglaterra. Os obsequios que o principe recebeu do rei e da corte, e geralmente da nação ingleza, excederam a toda a expe-

(35) Era bem singular n'esta occasião a posição dos dois principes. Mais tarde, em 1833, quando o senhor D. Miguel recebeu em Santarem a noticia da morte do seu intimo amigo, foram bastantes as lagrimas que derramou.

(36) Gazeta de Lisboa de 8 de janeiro de 1828.

ctativa. Todos se queriam exceder em obsequiar o primeiro principe brigantino (37) que pisava o territorio britannico.

(1828) Em quanto o principe nos paizes estrangeiros recebia tão altas provas de sympathia, a nação portugueza preparava-se para receber o seu regente como a dignidade e o brio nacional reclamavam.

Na camara dos deputados, em sessão de 21 de janeiro, o deputado Gravito disse em summa: « Estando nós todos os dias esperando por sua alteza real, o regente do reino, a camara deve ter nomeada uma deputação para ir a bordo felicitar o mesmo augusto senhor pelo seu regresso ao reino. » Porém na seguinte sessão, sob proposta do deputado Wan-Zeller, supprimiu-se a palavra *a bordo*, e decidiu-se que *a deputação fosse só a terra.*

O principe embarcou em Postmuth a 9 de feverciro, e chegou a Lisboa a 22. A 26 do dito mez tomou sua alteza real posse do governo do reino em sessão real extraordinaia, prestando o juramento prescripto na carta constitucional.

Regencia do Senhor Infante D. Miguel em nome d'el-rei.

No mesmo dia 26 de fevereiro nomeou sua alteza real o seu ministerio pela maneira seguinte: — Duque de Cadaval, ministro assistente ao despacho do gabinete de sua alteza real. Reino, José Antonio de Oliveira Leite de Barros, e interinamente com a pasta

(37) Vejam-se as gazetas inglezas d'esse tempo, que lá se acham estas cousas.

da marinha e ultramar. Justiça, Luiz de Paula Furtado de Castro do Rio de Mendonça. Fazenda, conde da Louzã (D. Diogo). Guerra, conde de Villa Real, ficando interinamente com a pasta dos estrangeiros. Em 3 de março houve recomposição ministerial, entrando o conde do Rio Pardo para a guerra, e o conde de Villa Real ficou com os estrangeiros. Foram igualmente nomeados para o conselho d'Estado o marquez de Borba, o bispo de Vizeu D. Francisco Alexandre Lobo, e o principal Freire.

Estavam os animos ainda muito agitados pelos effeitos da guerra civil, que podêmos dizer estava mais abafada pela influencia e presença das tropas inglezas, do que extincta. E ainda que a mais compromettida parte do exercito, que em 1826 e 1827 acclamou rei ao senhor D. Miguel, estava internado em Hespanha, foi bastante a presença do principe para fazer com que a nação se agitasse a tal ponto, que sería até impossivel ao governo suffocar o enthusiasmo manifestado, sem lançar a mesma nação em novos horrores da guerra civil.

O ministerio foi increpado na sessão de 6 de março, na camara dos pares, pelos condes da Taipa e Linhares, por não se oppor á torrente manifestada, tomando o conde de Villa Real a defesa dos seus collegas, que n'essa occasião não estavam na camara. N'este incidente, occorrido na camara dos pares, são notaveis as palavras proferidas pelo conde da Taipa. « Para conhecermos quanto isto deve desagradar ao senhor infante D. Miguel, temos precedentes na historia da sua vida: quando em 1822, na epocha da separação do Brazil, alguns ministros lhe disseram, que o queriam reconhecer principe real de Portugal, é voz constante que

sua alteza se quizera valer de suas armas para despicar esta affronta, que tanto feria os seus sentimentos de amizade como irmão, e de amor á legitimidade como vassallo. » (38)

O regente dissolve as cortes (13 de março), e nomeia uma commissão para propor uma lei de eleições, conforme a mesma carta, mas em harmonia com os usos e costumes da nação. O governo ficou n'uma dictadura de facto. Todos os ministros ficaram no ministerio, excepto o conde de Villa Real, que deixou a pasta dos estrangeiros, entrando o visconde de Santarem.

Todas as corporações do reino mandaram deputações a felicitar sua alteza real pelo seu feliz regresso ao reino. Com duas d'estas deputações, a da universidade, e do cabido da sé de Coimbra, aconteceu um facto horrivel nos annaes da historia das nações civilisadas. Alguns dos membros das ditas deputações se reuniram, como geralmente é costume, para fazer viagem com menos aborrecimento. Uma legoa adiante de Condeixa foram assaltados (18 de março) por treze estudantes da universidade os indefesos e desapercebidos lentes e conegos. Os tigres conduzem seus respeitaveis mestres para fóra da estrada, levando o honrado e ancião lente

(38) Este facto honra sobremaneira o senhor D. Miguel, porque em 1822, a pesar das desordens do Brazil, desordens em que foi envolvido o senhor D. Pedro pelos teimosos de cá e de lá, o senhor D. Miguel não quiz aproveitar-se da aberta da independencia de facto, para reverter em seu favor a coroa portugueza; pois ainda era possivel haver uma reconciliação entre o principe e a nação, reconciliação tão ardentemente desejada por todos os bons portuguezes, e sua alteza, em portuguez, não cedia o passo a ninguem.

Mattheus pela mão, porque o seu estado de ancianidade e susto não lhe permittia caminhar. Amarram os criados, pozeram as suas victimas em linha, e procederam ao arrombamento dos bahús, examinando e rasgando muitos papeis. Depois d'isto começam o massacre. O lente de medicina Figueiredo foi o primeiro que caíu com um tiro na cabeça, seguindo-se logo tres tiros no lente de canones Mattheus, a quem um dos malvados acabou de matar espetando-lhe um punhal na cabeça, e depois lhe tirou os olhos. O lente Neves, de philosophia, escapou a rogos de seu filho, que se offerecia morrer, mas que por misericordia conservassem a vida a seu pai. Sobre o conego Falcão descarregaram sete tiros, e quarenta punhaladas; o deão levou cinco tiros, e grande número de golpes; um sobrinho do conego levou sete tiros; outro levou um tiro. Horroroso espectaculo! Os discipulos assassinarem seus lentes e companheiros, todos pessoas de tanto respeito, e que não tinham outro crime mais, do que irem cumprir o mandato por parte de suas respeitaveis corporações, de render homenagem ao throno.

No meio da catastrophe apparece uma mulher do logar da Prêsa, grita, e põe todos os povos em alarme, que correm sobre os assassinos; estes, espavoridos, fogem em direcções oppostas. Tambem n'este tempo passava o general da Beira Alta, Agostinho Luiz da Fonseca, que fez ir a sua escolta de cavallaria em auxílio do povo, e perseguição dos hottentotes. Por outra casualidade passava uma escolta de caçadores, e no meio d'ella já vinha disfarçado um dos criminosos, que, sendo descoberto, foi logo prêso, assim como mais quatro logo nas immediações de Condeixa, sendo dois tirados de dentro d'um cano, onde por acaso fo-

ram vistos por um rapaz que acompanhava os caçadores. O povo, seguindo os outros, foi prender mais quatro ao Rabaçal. Os quatro restantes escaparam, e os nove presos foram reunidos em Condeixa, e d'ali conduzidos em segurança para as cadeias da universidade. Os infelizes que do massacre ainda escaparam com vida foram tambem conduzidos a Condeixa, onde se lhes prestaram os primeiros soccorros, e alguns ainda sobreviveram.

A maior parte das tropas inglezas embarcam para Inglaterra (29 e 30 de março).

O senado de Lisboa representa ao senhor D. Miguel, que se declare rei (25 de abril). O alto clero e quasi toda a nobreza reunem-se em casa do duque de Lafões no mesmo dia 25 de abril, e assignam uma representação a sua alteza real em igual sentido da do senado. (39) Sua alteza real não se declara rei, porém assume o poder supremo, e começa a governar como regente do reino, e depositario do poder supremo, até que as cortes geraes dos Tres Estados do Reino o reconheceram rei. (40) Desde o dia 25 de abril que os actos publicos deixaram de ser emanados em nome d'el-rei o senhor D. Pedro IV. N'este mesmo dia embarcou o resto das tropas inglezas que ainda guarneciam as fortalezas da barra de Lisboa, sendo logo guarnecidas por uma força do 4.° de infanteria.

Regencia do Senhor Infante D. Miguel.

No mesmo dia 25 de abril, em que o senado de

(39) Manifesto da senhora D. Maria II.
(40) Idem.

Lisboa, o alto clero e alta nobreza representaram ao senhor D. Miguel, que se declarasse rei, o senado da camara de Coimbra, a universidade, o bispo com o cabido, seguido da maxima parte da cidade, acclamavam solemnemente sua alteza real como rei de Portugal, Algarves, e seus Dominios, lavrando-se o competente auto com as formalidades do estilo.

Os destacamentos do 11.º de caçadores, e do 8.º de cavallaria, que ali estavam de guarnição, annuiram e fizeram o serviço, patrulhando pela cidade, não havendo desordens a lamentar. Aveiro tambem se pronunciou no mesmo sentido. Em 30 d'abril é igualmente acclamado no Algarve, tomando parte na acclamação o bispo, e o general da provincia, Palmeirim.

Em 3 de maio o regente convoca os Estados do Reino para a cidade de Lisboa, a fim de decidirem os pontos de direito sobre a successão do reino. N'este mesmo dia, no Rio de Janeiro, abdicava formalmente o imperador do Brazil a coroa de Portugal em sua augusta filha a senhora D. Maria da Gloria.

A senhora infanta D. Isabel Maria stigmatisa por seu manifesto de 20 de abril o abuso que pessoas mal intencionadas faziam do seu nome para subverter a ordem pública &c. (41) Extincção dos regimentos do commercio, atiradores, e artilheiros nacionaes de Lisboa (14 de maio).

O conde do Rio Pardo tinha passado ao exercito um grande número de officiaes, que eram outros tantos inimigos do governo. Uma revolução militar apparece no Porto (16 de maio), onde se fórma uma *junta provisoria em nome d'el-rei o senhor D. Pedro* IV; e reu-

(41) 1828. Gazeta de Lisboa N.º 114.

nindo-se mais alguns corpos á guarnição do Porto, marcham sobre a capital para livrar o regente da coacção (assim o diziam) em que estava, e restabelecer a auctoridade do senhor D. Pedro IV.

O governo do regente reune tropas para operar contra as forças da junta do Porto; chama ás armas todas as praças com baixa desde 1820, e manda crear corpos de voluntarios realistas. O governo do Porto tambem não se descuidava de augmentar as suas forças.

Em 25 de maio um batalhão do 2.° de infanteria, estacionado em Tavira, pronunciá-se a favor do movimento do Porto. Em 26 a praça d'Almeida com a sua guardição do 15.° de linha segue o mesmo movimento.

O general Palmeirim consegue fazer com que o 2.° batalhão do 2.° de linha abandone os officiaes, e se lhe reuna novamente (27 de maio), restabelecendo no Algarve o governo do regente, ou do rei segundo dizia o mesmo general. Estas operações, porém, custaram algumas victimas, principalmente em Faro.

As forças principaes do Porto occupavam Coimbra, Condeixa, Soure, e Pombal. As do regente marchavam por Leiria e Thomar a procurar os seus adversarios.

Nas provincias do norte nenhumas vantagens obtinham as forças do Porto. Os generaes do regente n'aquellas provincias eram Gabriel Franco de Castro, general das armas do Porto; D. Alvaro da Costa Macedo, general do Minho; visconde do Pèso da Regoa, general de Trás-os-Montes; Agostinho Luiz da Fonseca, general da Beira Alta; visconde de S. João da Pesqueira, general da Beira Baixa. O visconde de Santa Martha commandava a divisão ligeira de Trás-os-Montes e Minho. Do exercito de operações commandava Povoas a vanguarda; a 1.ª divisão o visconde de Sou-

zel; a 2.ª o conde d'Alhandra; a 3.ª o visconde de S. João da Pesqueira; e a 4.ª o visconde do Pêso da Regoa.

Nas provincias do sul tudo obedecia ao regente. Assim estava a junta do Porto, apenas senhora do litoral desde o Porto até á Figueira, com muito poucas legoas para o interior.

A 6 de junho foi a cidade de Viseu occupada pelas forças do general Agostinho Luiz da Fonseca, e Almeida achava-se sitiada. A 10 os generaes Gabriel, D. Alvaro, viscondes do Pêso da Regoa, e de Santa Martha, tinham o seu quartel general em Balthar, a quatro legoas do Porto. A maior parte das forças d'estes generaes eram compostas de milicias e voluntarios realistas, á pressa organisados. As forças de linha eram o 6.º de cavallaria, e alguns soldados do 9.º; de infanteria o 12.º, um batalhão do 9.º, e parte do 21.º; de caçadores parte do 6.º e 11.º, e 1.º e 2.º provisorios.

Decreto do regente mandando abrir as côrtes geraes dos Tres Estados, em 23 de junho (19 de junho).

Os estudantes assassinos de seus lentes foram condemnados á morte, e executados (20 de junho) na forca no Cáes do Tojo, em Lisboa, os nove que já estavam presos. Lamentâmos este quadro, que encheu de desgoso tantas familias respeitaveis; mas elle fôi um dos actos de verdadeira justiça, uma satisfação á moralidade pública, uma desaffronta á briosa e culta nação portugueza, e á distincta corporação academica da universidade. Infelizes mancebos, que foram arrastados ao crime por influencias occultas a que se haviam ligado.

A ilha Terceira, que em 27 de maio acclamára rei ao senhor D. Miguel, é agora subjugada pelo batalhão

5.º de caçadores, que tendo annuido á acclamação do mesmo senhor, acclama agora novamente ao senhor D. Pedro IV (22 de junho).

A pesar da agitação em que o reino se achava, os procuradores das cidades e villas do reino chegaram á Lisboa ao chamamento que lhes fizera o regente pela carta convocatoria de 3 de maio. A 23 de junho, dia destinado por decreto de sua alteza o regente para a abertura das cortes geraes dos Tres Estados do Reino, teve logar, pelas cinco horas da tarde, no palacio da Ajuda, a solemnidade da sessão real da abertura, segundo os antigos costumes do reino.

Estavam os Estados reunidos na magnífica sala destinada para o acto, quando o augusto principe entrou na mesma sala vestido ao antigo modo portuguez (todos assim estavam vestidos, excepto os ecclesiasticos, e magistrados), e precedido dos porteiros da maça, reis d'armas, arautos, passavantes, e comitiva real, tocando os ministreis suas charamellas. Sua alteza real se dirigiu ao throno, e fechando-se a porta para todos os que ali não tinham voto, collocaram-se os procuradores das terras nos seus competentes bancos, e nos seus respectivos logares os braços do clero, e da nobreza. O duque de Cadaval, que fazia as vezes de condestavel, levantou o estoque, e então leu o bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lobo, o discurso da proposição ás cortes, e acabado elle, leu a resposta o desembargador José Acurcio das Neves, um dos procuradores pela cidade de Lisboa, a quem isso por antigo uso competia.

Concluida a leitura, desceu do throno o principe, e voltou com a mesma ordem para o seu quarto, d'onde passou á sala do beija-mão, e o deu aos Tres Estados,

e a outras muitas pessoas que concorreram ao paço por esta solemne occasião.

Nos dias seguintes começaram os Tres Estados a funccionar; o clero na igreja de Santo Antonio da Sé, a nobreza na igreja de S. Roque, e os procuradores dos povos em S. Francisco da cidade.

As forças principaes dos exercitos belligerantes se aproximavam a Condeixa. As tropas da junta do Porto se haviam reconcentrado desde Condeixa até Coimbra, e as do regente, e do commando do general Povoas, e visconde de S. João da Pesqueira, aproximaram-se. O general Povoas os ataca na madrugada do dia 24 de junho, começando a desalojar os seus adversarios desde Sarnache até á Cruz dos Marouços. O combate foi por vezes mui vivo, e só terminou pela noite. Se houvessemos de chamar gloria á adquirida nas guerras civis, do que estamos bem longe, a d'este dia pertenceria ao 8.º de caçadores, 8.º, 16.º, e 22.º de infanteria, e milicias d'Aveiro (1.ª e 2.ª brigada de infanteria da divisão da vanguarda do exercito do regente).

As forças da junta dispunham-se a defender Coimbra, e o general Povoas a atacal-as; para o que mandou passar á sua esquerda a 3.ª e 4.ª brigadas de infanteria, uma brigada de artilharia, e a 2.ª brigada de cavallaria do commando de Affonso Furtado de Mendonça; á sua direita a 3.ª divisão do commando do visconde de S. João da Pesqueira, em quanto elle Povoas ficava com a 1.ª e 2.ª brigadas de infanteria, o principal da artilharia, e a 1.ª brigada de cavallaria do commando do conde de S. Lourenço.

Coimbra era decididamente atacada no dia 26 pelos flancos e centro; porém na noite de 25 para 26 foi a cidade precipitadamente abandonada, assim como gran-

de número de munições, armamento, artilharia, &c. Ao amanhecer do dia 26 entravam em Coimbra as forças dos generaes Povoas, e visconde de S. João da Pesqueira, no meio das mais estrepitosas acclamações; (42) seguindo pouco depois uma parte d'estas forças para a frente, para apoiar os movimentos da 3.ª e 4.ª brigadas, e 2.ª de cavallaria, que sempre foram marchando pela esquerda, a fim de cortar a retirada ás tropas da junta. Estas haviam levado de Coimbra os presos politicos, os quaes foram bastante maltratados; e alguns assassinados durante a marcha.

Os generaes Palmella, Saldanha, Villa-Flor, e outros chegados de Inglaterra, tomam o commando das tropas da junta, e a 28 e 29 esperaram Povoas e Pesqueira nas fortes posições do Marnel e Vouga. Os generaes do regente atacam novamente os seus adversarios, e alcançam novas vantagens, fazendo-os abandonar aquellas posições, para tomar as de Grijó, onde projectavam defender-se.

As cortes geraes dos Tres Estados do Reino decidiram que o reino pertencia ao senhor infante D. Miguel; (43) em vista do que sua alteza real se declarou rei em 30 de junho. Igualmente se deu por nullo o juramento prestado ao senhor D. Pedro IV, e á carta.

O Senhor D. Miguel I, 29.º Rei.

Era impossivel fazer parar a torrente dos acontecimentos. Em Lisboa as cortes declararam rei ao senhor D. Miguel, em quanto o seu exercito vencia os soldados da junta em nome do senhor D. Pedro IV.

(42) E' o que se costuma dar a quem vence.
(43) Manifesto da senhora D. Maria II.

Desalojados das posições de Coimbra e do Vouga, e de toda a Beira e Minho, dominavam apenas na cidade e suburbios do Porto e na praça d'Almeida, com a qual nunca poderam communicar do Porto, em consequencia do cêrco que lhe havia posto o general da Alta Beira com milicias e voluntarios realistas das duas Beiras.

As tropas da junta, ainda em grande força pela quantidade e qualidade (pois era quasi tudo 1.ª linha), depois da retirada do Vouga occuparam as posições de Grijó, posições mui vantajosas para a arma de caçadores, em que consistia a sua principal força (1.º de julho).

Tudo promettia que o Porto só sería abandonado pelas forças da junta, no caso de se ter perdido uma batalha nas suas vizinhanças. Povoas e S. João da Pesqueira, de combinação com os generaes realistas no Minho, não só se preparavam para atacar em Grijó, mas mesmo a cidade do Porto; porém na noite de 2 para 3 de julho a junta e seus generaes abandonam a cidade e o seu exercito, e embarcando no vapor Belfast (onde tinham vindo os mais notaveis), retiram-se para Inglaterra.

A 3 de julho o exercito da junta abandonava o Porto, retirando-se pelo Minho para Galliza; e Povoas, a quem o senado do Porto logo mandou participar que a cidade estava abandonada, passa o Douro, e occupa a cidade no mesmo dia 3, ainda á vista do Belfast. As tropas realistas guardam a mais estricta disciplina, não havendo a lamentar o mais leve desgosto.

No Porto deixa Povoas uma guarnição, e todo o exercito marcha sobre o exercito da junta, que retirava na maior desordem, já muito acossado pelas 3.ª e 4.ª

divisões realistas. Os soldados que abandonavam as fileiras da junta eram immensos. O batalhão 6.º de caçadores abandona as suas fileiras em Santo Tyrso, e vem appresentar-se ao Porto em 4 de julho, conduzido pelos officiaes inferiores. O mesmo passo é dado por muitos soldados d'outros corpos, que desertavam aos bandos.

Duas fragatas brazileiras deram á vela do Rio de Janeiro, conduzindo para Portugal sua magestade a Rainha de Portugal (5 de julho).

A guarnição da praça d'Almeida, que em 27 de maio seguíra o partido da junta, depois de ter protestado fidelidade ao senhor D. Miguel, o acclama novamente como rei; porém o general Agostinho Luiz da Fonseca não lhe acceita a acclamação, e só uma rendição á discrição, para a guarnição se aproveitar do indulto de 18 de junho. Governava a praça o brigadeiro Mira, e o assedio continuou (6 de julho).

Sessão real do juramento prestado pelo senhor D. Miguel, como rei, perante as cortes geraes dos Tres Estados do Reino, com todas as formalidades usadas em taes actos. O bispo de Viseu recitou, antes do juramento, um bello discurso analogo ao acto. Acabado o discurso, o rei ajoelhou, e jurou, sobre o livro dos Santos Evangelhos, que segurava o ministro do reino, o qual fazia as vezes de escrivão da puridade. Depois seguiu-se o juramento de fidelidade dado pelas cortes. Durante o acto, o condestavel teve o estoque levantado, e o alferes mór a bandeira real desenrolada. O acto celebrou-se no palacio da Ajuda (7 de julho).

As reliquias do exercito da junta do Porto entraram em Galliza pela Portella do Homem, junto a Lobios (9 de julho), perseguidas muito de perto pelas tropas realistas da 3.ª divisão, e tendo perdido, desde a sua

retirada do Vouga, mais de cinco mil homens entre mortos, prisioneiros, e appresentados.

O visconde de S. João da Pesqueira expediu (10 de julho) um de seus ajudantes d'ordens, com officios para as auctoridades do reino vizinho, a fim de se proceder ao desarmamento e recolhimento de todos os objectos do Estado, para o que auctorisou a ter quaesquer conferencias, ou fazer reclamações das auctoridades hespanholas, ao major Affonso Botelho de Sampaio, commandante de um batalhão de caçadores da 3.ª divisão realista, com o qual e outras tropas occupava Carvalhosa.

Os commissionados do exercito realista recebem das auctoridades hespanholas os objectos pertencentes ao Estado; porém quasi tudo em pessimo estado. Muitos soldados e officiaes recolhem ao reino para gozarem do indulto. Os mais compromettidos embarcam para a Terceira, Madeira, Inglaterra, França, &c.

É nomeada uma alçada para na cidade do Porto julgar os individuos compromettidos nos acontecimentos de 16 de maio (14 de julho).

Encerramento das cortes geraes dos Tres Estados do Reino (15 de julho).

A praça d'Almeida com a sua guarnição entrega-se á discrição (16 de julho).

Morte do grande botanico portuguez Felix de Avellar Brotero (5 de agosto).

O bispo de Viseu é nomeado reformador geral dos estudos do reino (7 de agosto).

O coronel Lemos toma a ilha da Madeira ao coronel Valdez (22 de agosto), fazendo entrar esta parte da monarchia na obediencia do senhor D. Miguel. Valdez retirou-se para bordo d'um navio inglez.

Ao batalhão 8.° de caçadores, e ao regimento de milicias d'Aveiro, são concedidas bandeiras de distincção (23 de agosto).

Os emigrados do marquez de Chaves recolhem ao reino, onde agora são louvados pelo governo.

As fragatas que conduziam sua magestade a rainha foram entrar no porto de Gibraltar (2 de setembro). Este acontecimento de grande importancia, os erros praticados por todos n'esta occasião davam logar a longa analyse, para o que não estamos dispostos a entrar. Das consequencias filhas de tão grandes erros, nem o senhor D. Miguel é culpado, e menos a senhora D. Maria da Gloria, porém sim as pessoas d'ambos os partidos, que obstaram a uma firme união, que a Providencia parecia conduzir a Portugal na pessoa de uma princeza de nove annos, que em todo o caso era rainha de Portugal, esposa do senhor D. Miguel, rei, ou infante, e que não vinha acompanhada de um exercito para desthronar seu augusto tio. As fragatas fizeram-se de vela para Inglaterra, onde sua magestade foi viver como particular até receber ordens do imperador seu augusto pai.

O senhor D. Pedro, quando teve noticia dos acontecimentos de Portugal, não mostrou surpreza, nem receio. Sua magestade imperial contava que sua augusta filha teria sido recebida como lhe era devido. A 27 de setembro o encarregado dos negocios de Portugal no Rio de Janeiro officiava para o visconde de Santarem, ministro dos negocios estrangeiros do senhor D. Miguel, dizendo que o marquez d'Aracaty lhe declarára da parte de sua magestade o imperador do Brazil, que apesar das mudanças occorridas ultimamente em Portugal, as relações commerciaes de mutuo in-

teresse e conveniencia para ambos os paizes continuavam sem interrupção alguma, e que o mesmo encarregado sería admittido para tratar n'aquella corte de tudo quanto fosse concernente ás referidas relações, que subsistiriam na conformidade do tractado de 29 de agosto de 1825. (44) Este documento prova que o Brazil e Portugal ficaram em relações de amizade.

Os emigrados começavam a formigar para a ilha Terceira, onde foram estabelecer uma regencia em nome da senhora D. Maria II. O governo do reino preparava uma expedição para sujeitar a ilha, ou, melhor, os individuos ali reunidos, porque os habitantes da ilha eram geralmente decididos partidarios do senhor D. Miguel, e se armaram a ponto de que por muito tempo os emigrados apenas dispunham do terreno que pisavam. O governo da Terceira obrava para com seus habitantes arbitrariedades inauditas, dispondo da sua vida e fazenda. Este despotismo em nome da liberdade indignava até a muitos que para ali se haviam acolhido fugindo á impolitica perseguição que no reino se lhes fazia.

(1829) O brigadeiro Moreira tenta sublevar a brigada real da marinha na noite de 9 de janeiro, dentro do seu proprio quartel, onde é prêso com outros individuos que o seguiam no mesmo sentido. A 12 do dito mez é nomeada uma commissão militar para julgar Moreira e seus companheiros. A 26 de fevereiro foram julgados onze d'estes infelizes, sendo Moreira e mais quatro condemnados a soffrer o supplicio da forca, o que teve logar no Cáes do Sodré, em 7 de março, sendo-lhes depois decepadas as cabeças, e aos seis restantes lhes foi applicada a pena de vários degredos para Africa.

(44) 1828. Gazeta de Lisboa n.º 293.

Outros vinte e tres individuos de mais ou menos importancia foram condemnados pela alçada do Porto, por accordão de 9 de abril, dez a soffrer o supplício da forca na praça nova do Porto, o que se executou em 7 de maio, sendo-lhes depois decepadas as cabeças, e expostas no Porto, Feira, Aveiro, e Coimbra; e aos treze restantes foi applicada a pena de varios degredos para Africa e India, tendo quatro de mais baixa condição de soffrer a pena de açoites, em que tambem foram condemnados, e que se executou em 16 de junho. Estes infelizes foram dos envolvidos nos acontecimentos do Porto no anno antecedente de 1828.

O conde de Villa Flor, um dos chefes principaes dos emigrados, tinha ido para a Terceira tomar a presidencia da regencia, e commando da força armada, o que deu força moral á guarnição. O conde não pôde fazer cessar o terror, que seus soldados haviam imposto na ilha; porém é certo, que o fez diminuir.

A expedição destinada a tomar a ilha Terceira saíu de Lisba em 16 de junho, e era composta do 1.° e 11.° de caçadores, do 7.° e 16.° de linha, um corpo de artilharia, e outro de artifices engenheiros. A esquadra devia ir á ilha de S. Miguel para ali ser reforçada a expedição com os segundos batalhões dos regimentos N.os 1, 13, e 20 de linha, e um corpo de artilharia. O commandante da esquadra era o chefe d'esquadra Rosa, e da tropa o coronel Lemos.

Annunciou-se que o asylo dos naufragos na foz do Douro, já provído do barco salva-vidas, e tudo o mais necessario para satisfazer aos humanos fins da sua instituição, estava prompto a soccorrer os infelizes que precisassem de seus soccorros.

No primeiro de julho proferiu a Alçada do Porto

mais uma sentença de morte, e outra de degredo perpetuo. A de morte foi commutada por carta regia de 16 de julho (45).

A esquadra realista appresenta-se á vista da Terceira. No dia 11 de agosto tenta fazer um desembarque na villa da Praia, porém ou por falta de meios de desembarque, ou por má direcção, a primeira força que desembarcou foi repellida ficando perto de quinhentos homens mortos, ou prisioneiros, entrando no número dos primeiros dois distinctos officiaes o tenente coronel Azeredo, e o major D. Gil Annes Mesquitella.

As forças da regencia tinham convergido todas á Villa da Praia, e uma segunda tentativa n'aquella occasião, teria o mesmo resultado da primeira. Os officiaes da esquadra e da divisão expedicionaria fizeram conselho, e deliberaram desistir da empresa, em quanto não reunissem reforços, porém a guarnição da ilha nunca mais foi atacada.

Morte da princeza do Brazil D. Maria Francisca Benedicta, viuva do principe D. José (18 de agosto).

A rainha embarca em Portsmouth para o Brazil, na companhia da imperatriz do Brazil a senhora D. Amelia (30 de agosto).

A 2 de outubro, recebeu o presidente dos Estados Unidos as credenciaes ao ministro de sua magestade fidelissima. No dia 11 tambem o conde da Figueira foi recebido no palacio do Escurial pelo rei de Hespanha, entregando n'essa occasião as credenciaes que o acreditavam como enviado extraordinario e ministro plenipo-

(45) O condemnado á morte era Ignacio Moniz, capitão de milicias de Guimarães. Parece que provou ser descendente de Egas Moniz, o que lhe valêra para a commutação da pena.

tenciario de sua magestade fidelissima, junto de sua magestade catholica, e a 14 do referido mez de outubro, tambem era recebido no palacio de Queluz o ministro hespanhol acreditado junto de sua magestade fidelissima. A 9 de dezembro tambem foi recebido na corte, o enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica dos Estados Unidos da America, entregando as credenciaes que o acreditavam junto de sua magestade fidelissima.

(1830) Morte de sua magestade a rainha D. Carlota Joaquina (7 de janeiro).

O marquez de Chaves fallece em Lisboa (7 de março). Tambem o visconde de Varzea morre repentinamente, estando no Porto general das armas (24 de março). O visconde de Varzea foi um dos generaes emigrados em 1827 com o marquez de Chaves.

O imperador do Brazil recommenda os emigrados portuguezes á philantropia das camaras brazileiras. A regencia da Terceira estava exhausta de meios, chegando a crear bilhetes de 100, a 500 réis com curso forçado.

Era voz constante que a Inglaterra, a quem o estado das cousas em Portugal incommodava por causa do seu commercio, instava com o senhor D. Pedro para reconhecer seu irmão como rei de Portugal, ou lhe fizesse a guerra, porém as duas camaras expressaram-se do modo mais formal contra a ultima pertenção.

O senhor D. Miguel já havia mandado ao Rio de Janeiro uma fragata de guerra portugueza, conduzindo a herança paterna, que pertencia a seu augusto irmão o senhor D. Pedro. A herança foi recebida e a fragata voltou a Portugal. Este facto prova boa fé, que os dois principes se entendiam, e que em breve, apesar

das más vontades de muitos, a familia real brigantina estaria publicamente reconciliada.

Os governos das grandes potencias da Europa que andavam mettidos n'esta reconciliação, exigiam para esse fim as conferencias na Europa, porém o senhor D. Pedro queria-as no Rio de Janeiro, cedendo finalmente para que fossem em Londres. O senhor D. Pedro manda por seu embaixador ao marquez de Santo Amaro, á Europa, para por mediação das mesmas grandes potencias terminar as desavenças públicas entre os dois irmãos. O marquez chegou a Brest, em 15 de junho, a bordo da fragata brazileira Principe Imperial, porém as conferencias não começaram por causa da morte do rei de Inglaterra Jorge IV acontecida a 26 do referido mez de junho de 1830. Por outro lado, muitos dos emigrados tratavam de impedir a reconciliação da familia real.

Foi preso na fronteira hespanhola um dos estudantes complice no horroroso attentado de 18 de março de 1828. Conduzido a Lisboa foi executado na forca, no Caes do Tojo (9 de julho), sendo-lhe depois decepada a cabeça e as mãos, que ficaram expostas no patibulo.

Um acontecimento extraordinario veiu mudar a face a todos os negocios politicos da Europa. Este grande acontecimento foi a revolução de julho em França. A 27 de julho manifestou-se na cidade de París uma grande reacção contra alguns decretos promulgados pelo governo. Este, querendo pela força, fazer cessar os tumultos, fez exasperar mais os amotinados, a quem se reuniu a guarda nacional, e em breve París era um campo de batalha horrivel. A 28 já a revolução tinha um governo provisorio estabelecido no Hotel de Ville, e adoptado a bandeira tricolor. Na madrugada de 29

teve a tropa de concentrar-se no Louvre e Tulherias, d'onde pelas 2 horas da tarde saíram para S. Cloud os regimentos das guardas, os suissos, a artilharia, e os lanceiros, encorporando-se ali a esta columna os destacamentos que occupavam aquelle ponto; onde se achava sua magestade Carlos X com toda a sua familia. No dia 30 mandou sua magestade pelo duque de Mortmart algumas contestações sobre propostas anteriores, ao governo provisional, e pelas 3 horas da manhã do dia 31 saiu el-rei em direitura a Rambouillet, acompanhado ainda d'um respeitavel exercito fiel a sua magestade. N'este mesmo dia trasladou-se o duque de Orleans, para a capital, tendo sido convidado a exercer o logar de tenente general do reino, por uma mensagem da JUNTA SECRETA que se reuniu, consistente de 27 pares, e 45 deputados, que se achavam em París. A 2 de agosto, Carlos X, e seu filho o Delfim abdicam a corea no duque de Bordeos, neto do rei, e sobrinho do Delfim. Sua magestade escreve n'esta occasião ao regente seu primo a seguinte carta:

Sobrescripto: *A meu Primo o Duque de Orleans, Lugar Tenente General do Reino.*

« *Rambouillet*, 2 de Agosto de 1830.

« Primo. He demasiado grande a pena que experimento pelos males que affligem ou que podem ameaçar os meus povos, para eu não procurar hum meio de os evitar; por tanto tenho resolvido abdicar a Coroa a favor de meu Neto, o Duque de *Bordeos*.

« O Delfim que participa nos meus proprios sentimentos tambem renuncia seus direitos a favor de seu sobrinho.

« Na qualidade de Lugar Tenente General que sois do Reino, tereis que dispor se procláme a elevação de

Henrique v ao Throno; álem do que tomareis todas as disposições que vos tocarem para regular a nova forma de Governo na menor idade do novo Rei: limito-me por ora a dar a conhecer estas disposições que são hum meio de ainda evitar muitos males.

« Communicareis as minhas intenções ao Corpo Diplomatico, e o mais breve que for possivel fareis com que eu veja á proclamação que vai dar a conhecer o meu Neto como Rei, debaixo do nome de *Henrique* v.

« O Visconde de *Foissac-Latour* vai encarregado de vos entregar esta carta, e tem ordem de se entender comvosco para o ajuste que se ha de fazer a favor das pessoas que me tem acompanhado; assim como das disposições convenientes pelo que me toca e á minha familia. Nós ulteriormente tomaremos as outras medidas que são consequencia da mudança de Reinado.

« Eu vos renovo, Primo, a segurança dos sentimentos com que sou vosso affeiçoado Primo. = *Carlos.* = *Luis Antonio.* »

No dia 3 saíu Carlos x de Rambouillet, tomando a estrada de Cherburg. Luiz Filippe, porém, em vez de fazer o que a honra dictava, ser o fiel depositario da coroa de Henrique v, fez com que em 7 de agosto, as camaras em diminuto número declarassem o throno vago, por dois ou tres votos, e o acclamassem a elle rei, com o nome de Luiz Filippe i (46) Á vista d'es-

(46) A idéa de usurpar o throno de S. Luiz germinava ha muitos annos na cabeça dos Orleans. Na horrorosa revolução franceza de 1789, a 1794 o duque de Orleans Filippe José, depois mui voluntariamente Filippe Egalité, foi um dos principaes chefes, que fez rolar a cabeça do rei, da rainha, promovendo os assassinatos dos principes, &c. &c. A final tambem rolou a sua ás mãos dos seus, e

tas novas occurrencias, Carlos com a sua familia embarcam em Cherburg (11 de agosto) para Inglaterra. Assim caíu do throno um rei poderoso, e que, ainda no dia 20 de julho, recebia nas Tulherias as felicitações, pelas victorias que o exercito francez ás ordens do illustre marechal Bourmont ganhára em Argel, tomando está cidade em 5 de julho, aos barbaros, que ali se acoitavam, e tinham vergonhosamente, as nações da Europa tributarias.

A revolução de França deu bastantes, e bem fundadas esperanças aos emigrados portuguezes. Ella apa-

seu filho Luiz Filippe, general republicano, teve de fugir para não soffrer a sorte do pai. Todos os seus bens foram confiscados e vendidos, assim como o haviam sido os do rei &c. Perseguido por toda a parte, Luiz Filippe só achou repouso, quando na emigração se foi congraçar com seus reaes parentes que bondosamente esqueceram as suas offensas e as de seu pai &c. &c. Promoveram o seu casamento com uma filha do rei de Napoles, então asylados na ilha de Sicilia. Na quéda de Napoleão, em 1814, foi Luiz XVIII occupar o throno de seus maiores. O rei nada quiz de indemnisação pela perda da sua casa, mandou porém entregar ao duque de Orleans o que restava da sua, e uma indemnisação de duzentos milhões de francos. O duque de Orleans muito submisso apparentemente a Luiz XVIII pedia-lhe a graça do tratamento de alteza real, mas Luiz XVIII nunca quiz annuir, porem por sua morte, subindo ao throno seu irmão Carlos X, então Luiz Filippe obteve do rei seu primo, não só o titulo de alteza real, mas tudo quanto quiz. Eis a razão porque Carlos confiava na lealdade do regente, mas não teve a perspicacia de Luiz XVIII, para conhecer o homem sempre ambicioso, e que estava em communicação com a *Junta Secreta* que de ha muito projectava a destruição dos Bourbons. Outros escandalos se seguiram como o testamento e morte do principe de Condé, o desterro do rei e da familia real, &c. &c.

nhóu a Europa de surpreza, e os monarchas temerosos de lhe fazer guerra. A Belgica revolucionou-se contra a Hollanda, acclamando a sua independencia (30 de agosto), e em quasi todos os reinos apparecem mais ou menos tentativas de transtornar a ordem de cousas estabelecida, porém sobre tudo aonde foram mais tenazes foi na Hespanha, Italia, e Polonia.

Os emigrados continuavam a reunir na ilha Terceira, e havia preparativos para atacar as outras ilhas. Os prisioneiros do dia 11 de agosto de 1829 soffriam os mais crueis tormentos, alguns foram fusilados. No reino, tambem o governo não cedia do seu lamentavel systema politico, e as cadeias retinham muitos individuos por crimes politicos.

(1831) Na madrugada do dia 8 de fevereiro apparece em Lisboa uma nova tentativa de revolução. Alguns individuos foram presos, e julgados por uma commissão nomeada em 9 do dito mez, sendo condemnados sete, a soffrer a pena de garrote, e executados no Caes do Sodré, no dia 16 de março.

O reino vizinho tambem era bastante inquietado. As tentativas para revolucionar o paiz não cessavam. As invasões pelo lado dos Pyreneos, e pela costa da Andaluzia seguiam-se umas ás outras. O governo mandava fusilar e garrotar todos os que eram apprehendidos. Na França, movimentos realistas na Vendé, republicanos em París, Leão &c. Na Belgica, na Polonia &c. &c. tudo era desordem, fructo da revolução de julho.

A morte de Jorge IV, os acontecimentos de 1830, e a saída dos lords Wellington e Aberdeen do ministerio inglez fizeram paralysar as negociações entaboladas no anno antecedente para a reconciliação entre os dois principes da casa de Bragança. Os diplomatas ficaram

estupefactos com a revolução franceza de 1830, que apprésentava uma catadura horrivel, ameaçando absorver os diplomatas, e até o mundo. Os diplomatas tornando a si do primeiro susto, começaram a prestar a sua attenção aos grandes negocios europeos, sem se importarem por muito tempo, com os de Portugal.

Os influxos da revolução foram apparecer no Rio de Janeiro, e o senhor D. Pedro foi expulso do throno, obrigado a abdicar a coroa imperial brasileira (7 de abril) em seu augusto filho o principe D. Pedro. As camaras procederam logo á eleição da regencia.

O senhor D. Pedro retirou-se para bordo d'uma náo ingleza, na occasião da revolução; nomeou por tutor de seus augustos filhos a José Bonifacio de Andrade e Silva, a quem chamou o seu *melhor amigo*. Sua magestade recommendou ás camaras lhe conservassem a nomeação feita em José Bonifacio, porém o seu pedido, não foi attendido. É notavel a seguinte carta de despedida feita pelo senhor D. Pedro aos seus ingratos brazileiros, na occasião da sua partida para a Europa:

«Não sendo possivel dirigir-me a cada hum dos meus verdadeiros amigos em particular, para me despedir, e lhes agradecer ao mesmo tempo os obsequios, que me fizerão, e outro sim para lhes pedir perdão de alguma offensa, que de mim possão ter, ficando certos que, se em alguma cousa os aggravei, foi sem a menor intenção de offendellos: faço esta carta para que, impressa, eu possa deste modo alcançar o fim a que me proponho:

Eu me retiro para a *Europa*, saudoso da Patria, dos Filhos, e de todos os meus verdadeiros amigos. Deixar objectos tão caros, he summamente sensivel, ainda ao coração mais duro; mas deixallos para sustentar a hon-

ra não pode haver maior gloria. Adeos Patria, adeos amigos, e adeos para sempre.

«Bordo da Náu Ingleza *Warspite*, 12 de Abril de 1831.

« *D. Pedro d'Alcantara de Bragança e Bourbon.*

O governo inglez pediu uma satisfação ao governo portuguez por tres excessos de auctoridade commettidos contra tres subditos britannicos. A reclamação era justa, e o governo demittiu o juiz do crime Belfort por ter praticado uma diligencia de noite em casa de um subdito inglez, o que era contra os tractados com a Grão-Bretanha. Outro subdito britannico foi absolvido do tributo do maneio de que por lei era isempto, e se lhe havia lançado indevidamente, sendo reprehendida a auctoridade que havia abusado. Tambem foi demittido do serviço da marinha militar o chefe de divisão Everard, por capturar indevidamente, no mar dos Açores, o paquete inglez Santa Helena; que conduzia para Inglaterra soldados invalidos do exercito britannico, e as malas com despachos para o ministro das colonias. Igual satisfação já havia dado o governo britannico ao portuguez, demittindo o capitão do brigue de guerra inglez Vigilant.

Quizemos appresentar esta exigencia justa para confrontar com outra injusta. Foi a do governo francez, que por se ter applicado a lei a um individuo da sua nação, que havia delinquido no nosso paiz, paiz livre e independente, pediu a soltura do preso, e uma grossa indemnisação para o supposto offendido (47), e para dois ou tres individuos mais. O brio nacional não

(47) Offendida foi a Nação Portugueza, pelo estrangeiro, que calcou as suas leis.

permittia que se désse tão degradante prova de submissão a estrangeiros, e o governo recusou dar a satisfação pedida. O governo francez appellou logo para as armas, e o portuguez para o soccorro do governo britannico, confiado nos tractados que existem entre as duas nações, porque a Gram-Bretanha é obrigada a soccorrer Portugal quando seja aggredido por outra nação, seja a aggressão justa ou injusta. Uma esquadra franceza se appresenta a bloquear os nossos portos, e a capturar os nossos navios de guerra e mercantes, e o governo portuguez poucas ou nenhumas providencias dava para repellir a aggressão franceza, quando tentasse forçar a barra do Tejo, ou algum desembarque n'outro ponto. O duque de Lafões foi nomeado para governador militar da cidade e partido do Porto, porém não chegou a ir tomar posse do seu governo. Nas camaras inglezas clamava-se contra o procedimento do governo francez para com Portugal, e nas sessões de 24, e 25 de junho expressava-se lord Wellington, e lord Aberdeen nos termos mais positivos « Que Portugal era alliado da Inglaterra ha quatrocentos annos, e aonde os subditos britannicos gozavam de protecção e privilegios como em nenhum outro paiz; que em tróco das vantagens commerciaes que Portugal fornece á Gram-Bretanha, esta devia quanto antes soccorrer a nação portugueza contra o ataque de que estava ameaçada pela França. Que era necessario acabar com o estado das cousas em Portugal reconhecendo D. Miguel, e acabar com o estado da Terceira, &c. &c. Que o soberano de Portugal se sustentava no throno ha muito tempo sem receber auxílio estranho, &c. &c. »

Havia pois toda a probabilidade de Portugal ser soccorrido n'esta crise pela Gram-Bretanha, e talvez que

o desleixo do governo portuguez fosse causado pela esperança de taes soccorros. É certo, que as discussões das camaras inglezas não agradaram ao governo de Luiz Filippe, e este deu logo ordens positivas ao almirante Roussin, que bloqueava os nossos portos, para forçar a barra sem perda de tempo, e bombardear Lisboa, se não lhe dessem a satisfação e indemnisação exigidas.

Parte da esquadra inimiga, 6 náos, 3 fragatas, e 3 corvetas, forçaram a foz do Tejo, deixando outros navios fóra da barra. As fortalezas estavam desguarnecidas, principalmente de artilheiros, e os francezes entraram impunemente, tendo mais, n'esse dia, tido a vantagem d'um famoso dia de briza, favoravel aos seus fins. Já o inimigo dentro do Tejo, fez fogo sobre os navios portuguezes, que corresponderam frouxamente, sendo aprisionados sete. O governo teve tempo de se preparar para a guerra, e poder resistir até á chegada dos soccorros da Inglaterra, que necessariamente haviam de vir; porém a sua incuria foi tal, que no dia em que a esquadra inimiga forçava a barra, chegou á Torre de S. Julião o major de artilharia José da Rosa Curado, para conhecer as necessidades da fortaleza, para o seu estado de defesa!

O procedimento do governo francez escandalisou a todos os individuos para quem não era indifferente o insulto feito á patria. Houve um portuguez, que grangeou em tal crise um tributo de respeito, que deve ser levado á mais remota posteridade, e foi elle o tenente coronel do exercito D. José Miguel de Noronha, que n'essa occasião estava preso na Torre de S. Julião cumprindo a sentença de dois annos de prisão em que fôra condemnado por affecto ao systema constitucional.

O illustre fidalgo, indignado pela affronta que Portugal acabava de receber, pede ao governo para entrar no serviço durante a guerra com a França. Esta acção tão digna foi apreciada, e sua magestade lhe perdoou o resto do tempo, que faltava para cumprir a sentença.

O inimigo victorioso, quer impor a lei a Portugal, e foi então que o governo desenvolveu alguma energia recusando entregar a fortaleza de S. Julião, e fazer com a França, um tractado, em que os subditos francezes ficassem gozando os mesmos privilegios, que os inglezes gozavam. O almirante, em ultimo recurso, pede a soltura de dois subditos francezes (48), a indemnisação de oito centos e setenta e cinco mil francos (perto de cento e quarenta contos de réis) para os queixosos, e despezas da expedição, annullação de todas as sentenças contra os francezes, a demissão do intendente geral da policia e de seis desembargadores, que haviam julgado, segundo as leis, aos francezes que não respeitaram as leis do paiz aonde viviam, e finalmente todos estes actos de degradação seriam publicados na folha official do governo. O governo preferiu satisfazer a exigencia da soltura dos presos, annullação de sentenças, demissão dos magistrados, indemnisação pecuniaria, e a publicação de todos estes actos na folha official (49) a sujeitar a capital ao conflicto de um bombardeamento. Foram então restituidos os navios retidos nos portos de França, porém conservaram, e mandaram para França, em caução da indemnisação pecuniaria, os sete navios da esquadra portugueza, indevidamente aprisionados no Tejo.

Apesar da agitação em que o paiz se via desde o prin-

(48) Parece que um se havia naturalisado portuguez.
(49) 1831. Supplemento á Gazeta de Lisboa n.º 165.

cípio do presente reinado, nem por isso o governo se havia descuidado dos interesses materiaes, e da instrucção do paiz. Estes dois ramos de administração pública tinham sempre estado nas habeis e probas mãos do conde da Lousã D. Diogo, ministro da fazenda, e a instrucção pública nas do sabio bispo de Vizeu D. Francisco Alexandre Lobo. Pela repartição da reforma geral dos estudos se offereceu a pensão annual de 400$000 réis a qualquer pessoa que se achasse com forças de compor um diccionario latino, e outro latino portuguez (20 de agosto).

Os emigrados na Terceira, animados pela revolução franceza que os protegia, e posteriormente pela revolução brazileira que expulsou do throno imperial ao senhor D. Pedro para lhe dar este senhor por chefe, do que elles estavam bem longe, a não ser tal successo, animou-os a empresas maiores, passando a apossar-se das ilhas dos Açores. Este successo foi em grande parte devido ao estado de fraqueza maritima em que o governo do reino ficou depois da desavença com a França. As reclamações francezas que começaram em 18 de março, logo em 18 de maio deram em resultado a captura de navios portuguezes feita pelo almirante Roussin, e depois em julho a tomada da esquadra no Tejo, sem haver guerra de direito; porém sim de facto e da parte do governo da França, como se vê do seguinte protesto feito pelo visconde de Santarem, ministro dos negocios estrangeiros, e dirigido ao almirante francez:

«Sr. Barão, — Não tendo o Governo Portuguez provocado, nem feito a guerra á França, antes pelo contrário buscado na sua posição relativa para com o Governo Francez todos os meios fundados nos principios recebidos por todas as Nações civilisadas, e até agora

incontroversas do Direito das Gentes para a evitar, lhe é impossivel admittir o princípio de que de uma guerra de facto feita pela França, e declarada como tal em a Nota de V. Ex.ª de 8 do corrente, se queiram obter os fructos e consequencias que resultam da guerra de direito.

«A defesa do proprio territorio sendo de direito indisputavel commum a todas as Nações, o Governo Portuguez não podia deixar de obstar á violação do mesmo territorio, quando viu forçada a entrada do Tejo, pela Esquadra de V. Ex.ª

«Portanto o Governo Portuguez protesta solemnemente á face da Europa, e do Mundo, pela captura feita por V. Ex.ª das embarcações de Guerra Portuguezas, que se achavam fundeadas no Tejo.

«Receba V. Ex.ª &c.

«Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, em 14 de julho de 1831.

«A sua Ex.ª o Sr. Barão *Roussin.*

(Assignado) « *Visconde de Santarem.* »

A entrada, e presença da esquadra franceza em Lisboa tambem animou os constitucionaes a tentar uma revolução em Lisboa, para derrubar o governo, e para esse fim poderam alcançar revolucionar a maior parte do regimento de infanteria n.º 4 pelas dez horas da noite de 21 de agosto. Começou a desordem dentro do quartel, matando o capitão Victoria, ferindo outros officiaes, sargentos, e soldados que não quizeram annuir. Um official correu a dar parte ao regimento de infanteria n.º 16, e a outros corpos do que se passava no quartel do 4. Este, commandado por um individuo estranho ao regimento, saíu do quartel pelas dez horas e meia, levando alguns officiaes obrigados. Junto ao

Arco da rua de S. Bento foi compellido a retrogradar, obrigado pelo regimento de milicias de Lisboa Occidental, e 10.ª companhia da Guarda Real de Policia, que ali lhe fez frente. Seguiu depois por diversas ruas até ao Rocio onde chegou pela meia noite, matando durante o transito ao conde de S. Martinho, ao major da Policia, e a outras pessoas. A Guarda Real da Policia havia tomado posição no lado occidental do Rocio, e quando o regimento n.º 4 ali entrava soffreu uma descarga da Policia, que poz o regimento em confusão, e fuga. A Policia, e o regimento n.º 16 foram aprisionando os fugitivos, outros se appresentaram nos diversos quarteis. O brigadeiro Nuno Taborda, que se havia ido postar no largo da Boa Morte com a pequena força do regimento, que ficára fiel ao governo, ali recebeu os officiaes, e soldados que foram por violencia, e que saíram das fileiras logo que poderam. Pelas duas horas da madrugada do dia 22, tudo era silencio. N'este mesmo dia, por um aviso, foi nomeado um conselho de averiguação para conhecer quem foram os individuos do mesmo regimento, mais compromettidos na revolução; e por decreto de 24 foi igualmente nomeado um conselho de guerra, para julgar os mesmos compromettidos.

O bispo de Vizeu é substituido na reforma geral dos estudos, pelo monge de S. Bernardo Fr. Fortunato de S. Boaventura (27 de agosto), depois arcebispo de Evora.

O estado de Portugal e dos Açores chamava muito a attenção das camaras inglezas, e nas sessões de 6, e 17 de agosto, 6, e 10 de setembro havia nas mesmas camaras discuções acaloradas e interessantes sobre os negocios de Portugal. O ministerio Grey era incre-

pado pelos torys por não ter soccorrido Portugal contra a aggressão franceza, por não reconhecer o senhor D. Miguel, e tambem por consentir (ou auxiliar) o armamento dos emigrados nos Açores, para onde se faziam remessas de gente recrutada nos diversos paizes da Europa, navios, armas, e mais munições de guerra, tudo com proposito de invadir Portugal. O conde de Grey igualmente censurou a Wellington — por não ter feito esse reconhecimento durante a sua administração, tendo concorrido para que outras nações o fizessem, a que Wellington e Aberdeen responderam que «no dia 15 de novembro de 1830, ficava esse negocio decidido no ministerio, porém que a sua saída do gabinete no dia 16 deixára esse ultimatum ao nobre conde; que se a dúvida do ministerio em reconhecer D. Miguel era por causa da amnistia, disse Wellington, eu a afianço da parte do soberano de Portugal &c. &c.» Fallaram muitos lords pró e contra, e alguns por maneira mui acre contra a França, contra o ministerio inglez, por abandonar Portugal aos francezes, e contra a expedição dos Açores, seu chefe &c. &c.

O conselho de averiguação, formado no regimento n.º 4, assim como o commandante do mesmo regimento, Taborda, appresentaram os seus trabalhos ao conselho de guerra. Este por sentença de 7 de setembro applica as ordenanças militares a 18 individuos praças do dito regimento a saber — 1 alferes, 1 cadete, 9 sargentos, 1 cabo, 1 tambor, e 5 soldados, mandando que fossem passados pelas armas, execução esta, que se fez no Campo de Ourique, no dia 10 do dito mez de setembro, na presença dos contingentes dos corpos da guarnição, como é de costume. No dia 22 foram pelo mesmo conselho de guerra sentenciados a soffrer a

mesma pena vinte e um individuos do mesmo regimento, a saber — 1 musico, 1 pifano, 2 tambores, 3 cabos, 1 anspeçada, e 13 soldados. A execução teve logar a 24 do dito mez, no mesmo local, na fórma do costume.

Morte do padre José Agostinho de Macedo, um dos melhores escriptores, e orador dos nossos tempos (2 de outubro).

Foi recebido em audiencia pública o arcebispo de Pietra, no palacio d'Ajuda, entregando as credenciaes do novo papa Gregorio XVI, que o acreditava como nuncio apostolico junto da pessoa de sua magestade fidelissima (25 de outubro). Igual recebimento havia feito sua santidade Gregorio XVI, no palacio do Quirinal, em 21 de setembro, ao marquez de Lavradio, embaixador de sua magestade fidelissima junto de sua santidade.

O conselho de guerra proferiu terceira sentença a 42 individuos praças do regimento n.º 4, condemnando mais a serem passados pelas armas 30 das ditas praças, a saber: 1 tenente, 3 musicos, 1 corneta, 1 pifano, 2 tambores, 3 sargentos, 2 cabos, 1 anspeçada, e 16 soldados: a degredo perpetuo 1 pifano, e 1 soldado; e foram absolvidos 1 capitão, 1 tenente, 3 alferes, 1 cirurgião ajudante, 1 cadete, 1 sargento, e 2 soldados. Por decreto de 26 de outubro foi sua magestade servido commutar na pena immediata, a pena de morte aos trinta primeiros individuos.

Nenhuma dúvida havia de que o senhor D. Pedro, havendo perdido duas coroas, estava á testa da expedição, que tinha por fim desthronar seu augusto irmão, e obter novamente a coroa portugueza. Havia, porém, dúvida entre os amigos de sua magestade im-

perial (se amigos de sua magestade eram todos os que o cercavam) se a coroa devia reverter para o senhor D. Pedro, se para sua augusta filha. É voz constante, que sobre este delicado ponto houveram contestações mui sérias, resolvendo-se finalmente que o senhor D. Pedro sería regente durante a menoridade de sua augusta filha. Sua magestade imperial, tomando o titulo de duque de Bragança, dissolveu a regencia da Terceira, para tomar sobre si essa responsabilidade.

O ministerio inglez Grey, e o francez de Luiz Filippe protegiam quasi claramente a expedição, o primeiro por causa dos interesses commerciaes da Grão-Bretanha, porque o senhor D. Miguel não quiz sacrificar os interesses do paiz aos da sua causa, e o segundo movido pela politica orleanista.

O senhor D. Pedro contrahiu emprestimos com os banqueiros das praças de Londres e París, hypothecando não só os bens do Estado, mas os das ordens religiosas. Os seus agentes activávam em França, Belgiça, Inglaterra, Irlanda, Escocia, &c. &c. engajamentos de gente e navios para a sua expedição. In the Isle of Dogs reuniram o casco da chamada primeira divisão ingleza, que mandaram para os Açores, onde se fazia tambem um activissimo recrutamento. D'outros pontos das ilhas britannicas, e do continente faziam iguaes remessas.

O senhor D. Miguel, apesar da perda de sete dos melhores navios da esquadra portugueza, que os francezes levaram, e que por isso perdeu o dominio dos Açores, prepara-se para receber no Reino, e na Madeira a aggressão de seu augusto irmão, levantando um exercito formidavel, como Portugal nunca teve, exceptuando o da guerra peninsular. Além do exercito regu-

lar, chamou ás armas a nação em massa, e é certo que Portugal appresentava uma attitude respeitavel. Para o Estado poder fazer face a tão enormes despezas, o governo decretou em 12 e 18 de novembro um emprestimo de mil e duzentos contos, ao juro de 5 por 100 ao anno, devendo este emprestimo ser lançado pela maneira seguinte: — 800 contos sobre os capitalistas das praças de Lisboa, e 400 aos do Porto, Coimbra, e Figueira: abriu cofres em todas as terras para continuar a receber donativos em dinheiro ou generos com que quaesquer pessoas quizessem concorrer para as urgencias do Estado, e este segundo appèllo não foi em vão.

Em novembro começaram os corpos de 1.ª e 2.ª linha a sair das suas praças para irem occupar as posições que lhes foram destinadas, e formar as cinco divisões em que o exercito se dividiu. Os regimentos de milicias, e os batalhões de voluntarios realistas appresentavam uma apparencia militar, que os primeiros rivalisavam com os melhores corpos de infanteria de linha, e os segundos com os melhores de infanteria ligeira. O commando do exercito estava na pessoa do senhor D. Miguel, tendo por seu chefe de estado maior ao conde de Barbacena, e ajudante general ao marquez de Tancos. Os generaes das divisões eram da 1.ª o visconde do Peso da Regua, 2.ª Alvaro das Povoas, 3.ª Augusto Pinto de Moraes Sarmento, 4.ª visconde de Santa Martha, e 5.ª visconde de Molellos.

Nasce em Meudon (França) a princeza D. Maria Amelia filha do senhor D. Pedro (1.º de dezembro).

Nova tentativa para revolucionar a Hespanha. Torrijos, que havia organisado gente em Gibraltar, faz um desembarque na provincia de Malaga, porém com o

mesmo resultado dos seus antecessores. O general realista Moreno desbarata a expedição de Torrijos, e consegue em 5 de dezembro, aprisional-o com 54 de seus companheiros, em Alquería, duas lègoas de Malaga. No dia 11 do dito mez foram todos passados pelas armas.

As contínuas tentativas para revoltar a Hespanha inquietavam a Fernando VII. Este monarcha, para quem não era indifferente a politica de Portugal, declarou aos governos francez e inglez, que se alguma nação auxiliasse a invasão contra Portugal, a Hespanha faria entrar no territorio portuguez um exercito sufficiente para sustentar o soberano que occupava o throno. Os governos da França e da Inglaterra não auxiliavam com a sua bandeira a invasão, mas mandavam debaixo da do senhor D. Pedro officiaes, soldados, navios, armas, &c. &c. A Hespanha mandou para a fronteira um exercito de observação em força de vinte a trinta mil homens.

(1832) É baptisada na capella do palacio das Tulherias em París, a senhora princeza D. Maria Amelia (14 de janeiro).

O senhor D. Pedro chega aos Açores (23 de fevereiro); inspecciona as suas tropas, esquadra &c. Sua magestade imperial tenta apossar-se do archipelago da Madeira, e convida o governador, general D. Alvaro da Costa Mesquitella, a abandonar o senhor D. Miguel, e entregar a Madeira e suas dependencias. D. Alvaro, que não era homem capaz de faltar ao rei que juràra, repelle a proposta do senhor D. Pedro com tanta firmeza, como dez annos antes havia feito em Montevideo, quando o mesmo augusto senhor o convidou a abandonar a causa da patria e do rei, para se unir ao Brazil, como fizera o general Lecór.

A repulsa de D. Alvaro não agradou ao senhor D.

Pedro, que contava com os immensos recursos da Madeira para o bom exito da sua empreza. Projectou então tomal-a pela força, mandando, que o seu almirante (o capitão da marinha ingleza Sartorius) lhe pozesse bloqueio.

O general D. Alvaro, distincto na arte da guerra como era sabido, tinha nos ultimos quatro mezes posto a ilha n'um estado de defesa, que nada deixava a desejar. Desde o principio do anno que o governo lhe havia mandado dois reforços de tropas escolhidas de 1.ª linha, em número de mil e seiscentos homens, officiaes supranumerarios firmes e experimentados para organisar novos corpos, munições de guerra &c. &c. O general contava pois já (março) para a defesa da Madeira, com uma optima e fiel guarnição forte de oito mil homens, sendo metade de 1.ª linha, e contava igualmente com o apoio dos habitantes, que não queriam a guerra dentro da sua ilha. O senhor D. Pedro arriscando-se a fazer um ataque na Madeira, em que tinha de luctar contra uma guarnição decidida por a causa que defendia, arriscava-se a terminar a lucta sobre a costa da flor do Oceano, sem aportar ás praias da Lusitania.

O barão de Quintella é exautorado de todas as suas honras por não querer entrar no Erario com vinte contos de réis em que foi collectado para o emprestimo forçado dos mil e duzentos contos ao juro de 5 por 100 ao anno, decretado em 12 e 18 de novembro de 1831.

O senhor D. Pedro publica o manifesto dos direitos de sua augusta Filha ao throno portuguez (50). O senhor D. Miguel tambem publica o seu notavel manifesto

(50) Manifesto da senhora D. Maria II.

de 28 de março de 1832 (51) em que mostra os seus.

Sartorius appresenta-se á vista da Madeira em 29 de março, toma posse da ilha do Porto Santo, e declara o bloqueio da Madeira. Alguns navios de guerra da Republica dos Estados Unidos não quizeram reconhecer o bloqueio, e entraram o porto, assim como outros dinamarquezes, e na ilha nunca faltaram provisões. Sartorius no fim de cincoenta e cinco dias de bloqueio (23 de maio) retirou-se para os Açores, e o projecto de tomar o archipelago da Madeira ficou addiado. D. Alvaro mandou logo occupar a ilha do Porto Santo.

Abandonado o projecto de tomar a Madeira á viva força, o senhor D. Pedro embarca com a sua expedição, em que trazia sete mil e quinhentos homens de tropas de terra, contando n'este número tres mil estrangeiros de varias nações, e se dirige ás costas de Portugal. A guarnição da esquadra era quasi toda composta de estrangeiros (mui poucos portuguezes).

O governo do senhor D. Miguel publíca em 30 de junho, que todos os portos maritimos ficam declarados em estado de sitio, logo que seja vista a esquadra aggressora. Deu outras providencias concernentes a assegurar a manutenção da ordem pública. Renovaram-se os decretos anteriores, em que concedia amnistia a todas as praças da expedição até sargento inclusivè, que se apresentassem. Depois esta graça se estendeu aos officiaes até capitão.

Os expedicionarios, sabedores do estado de defesa de Lisboa, e costas circumvizinhas, não tencionavam fazer o seu desembarque n'estas paragens para não cor-

(51) Manifesto do senhor D. Miguel I.

rerem o risco d'uma total destruição. Na impossibilidade de atacar Lisboa dirigiram as prôas de seus navios para a costa do norte, e a 7 de julho se avistavam sobre a costa de Villa do Conde, Povoa de Varzin, Mathosinhos, &c. A 8 deu fundo a tiro de fusil da praia, na pequena enseada de Lavre, e começou o desembarque, mandando logo o senhor D. Pedro um parlamentario ao brigadeiro José Cardoso, que com a 3.ª brigada da 4.ª divisão occupava Villa do Conde, convidando-o a unir-se-lhe com a sua brigada; porém sua magestade teve uma resposta bem desagradavel, acrescentando José Cardoso, que se mandasse outro parlamentario para o mesmo fim, o mandava passar pelas armas.

O general visconde de Santa Martha, commandante da 4.ª divisão do exercito de operações, sáe do Porto direito a Lavre com o regimento de milicias de Braga, e um esquadrão do regimento de cavallaria de Chaves, e se postaram a um tiro de canhão, conservando uma serenidade propria de portuguezes. Santa Martha já tinha expedido ordem para a 3.ª brigada se lhe reunir no Lavre; porém o desembarque estava já muito adiantado, e as communicações cortadas, e por isso se tornava tal juncção impraticavel n'aquelle local. Não sendo possivel ao general realista obstar ao desembarque do imperador, retirou sobre Mathosinhos em frente dos atiradores contrarios. Pela noite recolheu ao Porto ordenando a evacuação d'esta cidade, o que se effectuou pela madrugada do dia 9, sendo no mesmo dia occupada pelo senhor D. Pedro. As posições dos belligerantes no dia 9 eram, o senhor D. Pedro no Porto, Santa Martha em Villa Nova de Gaia, e a 3.ª brigada da 4.ª divisão (José Cardoso) em Vallongo, po-

rém com ordem de passar ao sul por Melres para se ir unir á sua divisão. No dia 10 entravam a foz do Douro alguns navios da esquadra do senhor D. Pedro, e as tropas de Santa Martha da margem esquerda faziam um activo tiroteio para a margem direita, d'onde eram correspondidas, assim como o foram com mais de trezentos tiros de canhão disparados dos navios. A 10 pela noite retirava-se o general Santa Martha sobre Grijó com as brigadas 1.ª e 2.ª, e a 11 foi estabelecer o seu quartel general em Oliveira de Azemeis, onde esperava a 3.ª e 4.ª brigadas da sua divisão, e o auxílio da 2.ª divisão do commando do general Povoas para operarem sobre o Porto.

O senhor D. Pedro logo no acto do seu desembarque proclamou á nação portugueza dizendo-lhe o motivo da sua vinda a Portugal. O senhor D. Miguel igualmente proclamou á nação, e ao exercito (10 e 11 de julho). Foram os clarins de guerra que se fizeram soar estrondosamente por todos os angulos da infeliz Lusitania, abalando-a até aos fundamentos; e hoje são documentos importantissimos para a verdade da historia da nossa patria.

Desde o dia do desembarque, que muitos soldados e sargentos do senhor D. Pedro se appresentavam ás tropas, e ás auctoridades realistas, e eram elles, na maior parte, dos aprisionados nos Açores, e dos recrutados nas mesmas ilhas.

O general Santa Martha reuniu no dia 12 de julho no Campo de Oliveira de Azemeis as 3.ª e 4.ª brigadas da sua divisão. Na provincia do Minho ficava governando o visconde de Monte Alegre, e na de Trás-os-Montes o visconde de S. João da Pesqueira; ambos estes generaes com as forças de que podiam dispor, compos-

tas unicamente de ordenanças, veteranos, recrutas de 1.ª e 2.ª linha, e alguns corpos de milicias e voluntarios realistas desceram para o lado do Porto para observar os movimentos do exercito do senhor D. Pedro, que pouco se afastava da cidade que occupava.

Do sul marchava a divisão do general Povoas (a 2.ª) cheia de confiança. A 3.ª divisão, do commando do general Sarmento, tambem marchava após da 2.ª, porém pausadamente, e por brigadas. Tudo fazia parecer que a lucta não sería duradoura, attendendo ás forças, e posições dos belligerantes. Povoas occupou as posições da 4.ª divisão em 15 e 16 de julho, avançando logo mais para a frente. A 4.ª divisão passou o rio Douro, para operar ao norte do Porto, e um batalhão d'esta divisão, o de voluntarios realistas de Braga, tendo marchado isoladamente de S. João da Madeira para o norte, chamou a attenção de seus adversarios, que mandaram ao coronel Hodges com um batalhão inglez, outro do 18, e com 2 peças de campanha atacar o batalhão realista, o que teve logar no dia 18 em Paredes. O coronel Leite Pereira, commandante do batalhão, foi retirando em atiradores sobre Penafiel, e sendo ali reforçado por 300 homens de ordenanças, por muito tempo sustentou o combate nas ruas de Penafiel, e retirando depois de ter esgotado quasi todo o cartuxame, entrou Hodges na cidade, onde se demorou apenas cinco horas, retirando depois de ter incendiado um convento &c. &c. Os inglezes deixaram no campo mais de quarenta mortos.

A 22 de julho saíu do Porto o general Villa Flor com cinco mil homens e foi atacar o general Santa Martha em Ponte Ferreira onde se deu um mortifero combate de parte a parte, ficando os belligerantes oc-

cupando as mesmas posições, porém o senhor D. Pedro, que observava o desgosto que a noticia de Ponte Ferreira havia produzido no Porto, manda durante a noite reforçar o general Villa Flor com todas as forças ainda existentes no Porto, e o combate recomeçou no dia 23 na Granja, por espaço de dez horas, combatendo-se de parte a parte com encarniçamento. As perdas de ambos os lados foram mui grandes, e os exercitos ficaram novamente em suas posições, sem que nenhum possa contar victoria, começando depois a sua retirada a tomar quarteis, Villa Flor no Porto, e Santa Martha em Penafiel.

Em 27 de julho fez Povoas um movimento de observação sobre Grijó e Villa Nova. Duas escunas de Sartorius ameaçaram a Figueira em 2 de agosto; porém o governador, coronel Mello, lhe mandou fazer vivo fogo, e as escunas se fizeram ao largo. Iguaes ameaças já tinham feito em outros portos da costa, chegando em Villa do Conde a deitar gente em terra.

O general visconde do Peso da Regoa é nomeado para commandar o exercito de operações sobre o Porto, passando o duque de Cadaval a commandar a 1.ª divisão, que até agora commandava o visconde do Peso da Regoa (4 de agosto).

Continuavam os navios de Sartorius a fazer ameaças de desembarque por toda a costa até á foz do Tejo; querendo porem effectual-o em Aveiro, foram repellidos, assim como por duas vezes em Villa do Conde, onde perderam gente em terra.

O senhor D. Pedro não contava ser recebido tão hostilmente. O estado da sua causa o inquietava sem dúvida. Na impossibilidade de bater o exercito realista n'uma batalha campal, concebeu o plano de o bater

em detalhe, e assim o enfraquecer. As sanguinolentas batalhas de Ponte Ferreira e Granja não deram o resultado que o imperador precisava. Era preciso um feito de estrondo; bater uma das duas divisões que cercavam o Porto, arremeçando-a pelo menos até aos confins de Trás-os-Montes, ou Coimbra. O primeiro falhou, o segundo estava em vesperas de ser levado a execução. Desde o dia 27 de julho em que se fez um pequeno reconhecimento sobre as forças de Povoas, em Grijó, o general concluiu, que logo que as tropas do senhor D. Pedro tivessem descançado das jornadas do dia 22, e 23, a sua divisão sería atacada. Povoas, habil general, collocou as suas tropas estrategicamente a fim de poder tirar partido de todas as armas, e no caso de poder attrahir os seus adversarios a Gandra de Souto Redondo e envolvel-os n'uma batalha geral, tinha toda a probabilidade da victoria, e assim aconteceu.

O general Villa Flor saíu do Porto na noite de 6 para 7 de agosto com todas as forças disponiveis. Pela uma hora e meia da noite recebeu Povoas parte verbal do brigadeiro Canavarro de que os postos avançados da 1.ª brigada foram atacados na occasião em que tinha feito patrulhar o piquete entre Grijó e Villa Nova. Avisados igualmente os corpos, estes com rapidez e sem confusão, se reuniram ás brigadas, e dentro n'uma hora tudo se movia em ordem e regularidade segundo as instrucções do general, e já este com a 1.ª e 2.ª brigadas estavam em Souto Redondo promptos a receber o ataque, porém só depois do sol nascer é que o fogo começou em força nos piquetes, que foi bem recebido pelos batalhões de voluntarios realistas de Mangoalde, e de Penafiel, e um contingente de cavallaria n.º 8 (Fundão) que teve occasião de carregar duas vezes so-

bre os atiradores contrarios. Eram mais de nove horas quando Povoas ordenou a retirada dos piquetes e suas reservas sobre a linha de sua posição, e correndo a linha deu os vivas ao rei que defendia, que foram repetidos com enthusiasmo; fez uma falla ao regimento n.º 24 (Bragança) e lhe recommendou que sómente empregasse uma descarga, e carregasse á bayonêta, logo que o seu commandante (Doutel) recebesse ordem do brigadeiro Canavarro commandante da 1.ª brigada. Tudo ficou em expectação e duvidando que Villa Flor atacasse Povoas vendo a attitude em que o esperava com a 2.ª divisão, mas não foi assim. Um vivo fogo de atiradores e artilharia rompeu sobre a linha de Povoas, que lhe tirava das fileiras bastantes soldados feridos. Povoas julgou o momento opportuno de atacar, e o regimento 24, commandado pelo tenente coronel Doutel, apoiado por um esquadrão de cavallaria 8 do commando do tenente coronel José Urbano, carregou á bayoneta sobre a artilharia que lhe ficava em frente tomando uma peça e um obuz com uma bravura, lamentavel em guerra fratricida. O choque foi tão violento, que as tropas de Villa Flor ficaram, immediata e completamente em derrota, e retirada sobre o Porto, perseguidas por toda a divisão do seu adversario, até além de Grijó, soffrendo contínuas cargas, que quasi todas sustentou com bizarria o bravo coronel Pacheco do regimento 10, unico corpo, que conservava alguma ordem. A perda foi numerosa, moral e physicamente. Os prisioneiros e appresentados subiram a trezentos. No Porto tudo ficou atonito com a derrota de Souto Redondo.

O senhor D. Pedro conheceu a impossibilidade de avançar para o interior do reino, e adopta o plano de se fortificar seriamente no Porto, e esperar. Assim fez.

Nas camaras inglezas renovaram-se os debates sobro a questão portugueza. Sartorius foi ali accusado de haver abusado da bandeira ingleza para fins da causa que adoptára (16 de agosto).

Continuavam a agglomerar-se tropas sobre o Porto, principalmente as da 3.ª divisão a reforçar a 2.ª e 4.ª O visconde do Peso da Regua havia tomado o commando do corpo do exercito de operações sobre o Porto, e as tropas iam apertando o cêrco, porém lentamente.

A 8 de setembro avançou a 2.ª divisão dos Carvalhos sobre Villa Nova de Gaia, que tomou á viva força, excepto a posição do convento da Serra do Pilar que foi atacada e defendida com valor heroico. N'este ataque foi gravemente ferido o honrado e bravo coronel Rodrigo de Souza Tudella, commandante do regimento de milicias de Tondella, na occasião de carregar á bayoneta com o seu regimento, dentro da cêrca. No dia 10 fizeram os sitiados um desembarque na praia, e simultaneamente uma sortida da Serra do Pilar, travando-se rijo combate, em que os sitiados foram obrigados a retirar ás suas trincheiras.

A esquadra realista de 1 náo, 1 fragata, 2 corvetas, 2 brigues, e 1 vapor saíu a barra de Lisboa (11 de setembro) para estabelecer o bloqueio do Porto. O bloqueio foi officialmente annunciado aos governos, ministros, e consules das nações estrangeiras, que o reconheceram.

As baterias assestadas sobre o Porto e margem esquerda do rio Douro faziam consideraveis estragos mettendo navios a pique, arrazando casas &c. Não menos estragos faziam as baterias do Porto sobre Villa Nova de Gaia, assim como as sortidas quasi diarias, que em maior ou menor força os sitiados faziam para um

e outro lado do exercito sitiante. Esperava-se todos os dias um ataque geral á cidade, tendo os sitiados grandes esperanças nas suas formidaveis fortificações, e valor dos seus, e os sitiantes no seu número e valor. O visconde do Peso da Regua atacou finalmente as linhas em 29 de setembro, por tres diversos pontos ao norte; porém a má direcção do ataque fez ceder o ardor, e a valentia de suas tropas em frente das fortes posições, boa defesa, e valor dos sitiados, mas não sem haver a lamentar perdas consideraveis de um, e outro lado.

A 6 de outubro foi nomeado marechal do exercito o duque de Cadaval. A 7 declara o senhor D. Miguel que vai passar uma revista ao exercito de operações sobre o Porto. A 8 nomeia o duque de Cadaval commandante em chefe de todas as tropas da capital e provincia da Estremadura que no momento houvesse, ou viesse a haver, fortalezas de uma e outra margem do Tejo e do litoral, que faziam a defesa de Lisboa &c. &c. No dia 10, a esquadra do mando de João Felix, que tinha arribado a Vigo, sái aquelle porto, e se encontra com a de Sartorius nas alturas das ilhas de Baiona, resultando um combate renhido no dia 11 pelas 2 horas da manhã, começando Sartorius a sua retirada pelas 4 horas, e ás 5 já o fogo da esquadra de João Felix não lhe dava alcance. A esquadra realista recolheu ao Tejo para reforçar-se das avarias, e recomeçar as operações. A 14 foi o convento da Serra do Pilar denodadamente atacado pelo habil, e bravo brigadeiro Peixoto. A guarnição defendia-se heroicamente. Muitos, e distinctos officiaes realistas estavam já fóra do combate mortos, ou feridos gravemente. Peixoto caíu mortalmente ferido (e dizem que por um alferes de caçadores 8, desertado para a Serra n'aquelle dia, ou na

vespera) quando á frente do seu regimento de caçadores da Beira Baixa (o 8.º de caçadores) mandava avançar ás trincheiras. Os atacantes retiraram levando o seu chefe Peixoto, que morreu dois dias depois em virtude de seus graves ferimentos.

O senhor D. Miguel, e suas augustas irmãs as senhoras infantas D. Isabel Maria, e D. Maria da Assumpção, saem de Lisboa a 16 de outubro para se estabelecerem por algum tempo em Braga, a fim de o senhor D. Miguel estar mais perto do seu exercito. Por todas as terras do transito foram os augustos viajantes victoriados. A sua entrada em Coimbra, acontecida a 20 do dito mez, foi um dia de alvoroço inexplicavel. Aquella cidade não via um rei dentro de seus muros desde o senhor D. Pedro II. O corpo da Universidade, o bispo, o cabido, o senado da camara, as auctoridades civis e militares, tropas, e pessoas de todas as classes saíram a esperar a familia real fóra da cidade, como é prática de antigas eras.

Assalto de noite á Serra do Pilar, que foi repellido (24 de outubro).

O visconde do Peso da Regua foi exonerado do commando em chefe do exercito de operações sobre o Porto, e nomeado para o governo das armas da corte e provincia da Estremadura, de que foi exonerado o visconde de Veiros, mas nomeado n'esta occasião (26 de outubro) marechal do exercito em attenção á sua longa carreira militar, e relevantes serviços feitos ao Estado. O visconde de Santa Martha tomou o commando em chefe do exercito de operações sobre o Porto.

A familia real depois de ter visitado tudo quanto havia de notavel em Coimbra, saíu d'esta cidade no dia 29 de outubro na direcção de Braga, onde chegou no

dia 1.º de novembro, continuando a receber provas não equivocas de verdadeiro respeito, interesse, e mesmo amor, notando-se que individuos até ali conhecidos por desaffectos á ordem de cousas, eram os mais empenhados em obsequiar os reaes viajantes.

Sortidas pelo lado de Quebrantões e Furada: foram repellidos (14 de novembro).

Os sitiados começavam a ter escacez de munições, principalmente viveres. As deserções eram grandes, até mesmo nos estrangeiros. Muitos navios tinham sido mettidos a pique pelas baterias. Havia necessidade de fazer sortidas para obter communicações, e munições. A 14 de novembro se effectuaram tres sortidas, duas ao sul por Quebrantões, e Furada, sendo repellidos pelas tropas da 3.ª divisão: igual sorte tiveram na sortida ao norte por Lordello, onde foram cortados pela 2.ª divisão, seguindo parte para a cidade, e parte para o castello da Foz. A 17 fizeram outra igual sortida por Paranhos e Cruz das Regateiras.

O brigadeiro Lemos toma o commando da 2.ª divisão, e Sarmento passa a tomar o da 4.ª No Porto tambem havia mudanças. Ao general Villa Flor foi tirado o commando; porém foi feito duque da Terceira pelo senhor D. Pedro.

Os sitiados fizeram uma sortida em força de seis mil homens sobre os acampamentos da 2.ª e 4.ª divisões em Ramalde, e Paranhos, conseguindo incendiar algumas barracas do acampamento do exercito sitiante; foram porém repellidos por uma carga dada por um esquadrão do regimento de cavallaria de Chaves, e ordenada pelo general Telles Jordão (28 de novembro).

O senhor D. Miguel creou uma distincção de valor e merito para o seu exercito (14 de dezembro).

Este systema de sortidas era uma necessidade nos sitiados para obter viveres, encravar artilharia, e destruir as obras do sitio. A 17 de dezembro fizeram os sitiados outra sortida para o sul pelo sitio da Furada, e Candal, deixando na sua esquerda a guarnição da Serra (que fôra reforçada durante a noite por um batalhão inglez, e outro francez) em attitude de ataque, para apoiar os seus movimentos do centro e direita; foram porém repellidos pelo brigadeiro Lemos, commandante da 3.ª divisão, distinguindo-se n'esta acção o batalhão de voluntarios realistas da Covilhã e Fundão, e o 17.º de infanteria (2.º reg. de inf. d'Elvas), que pozeram os aggressores em precipitada retirada sobre o rio Douro, onde pereceram em grande número afogados, e deixando muitos mortos no campo, e grande número de prisioneiros. Na sua retirada incendiaram o convento de Val da Piedade, que todo ardeu, e encravaram uma bateria na Furada, mas tão mal, que sendo promptamente desencravada lhes fez logo muito fogo.

No mesmo dia 17 em que se dava a acção na margem esquerda do Douro, o senhor D. Miguel passava revista ás 2.ª e 4.ª divisões do seu exercito, acampadas ao norte, correndo n'esta occasião grande risco, pelo muito fogo que se lhe fez das baterias dos sitiados, quando as observava, e aos belligerantes da margem esquerda. No dia 18 foi o mesmo augusto senhor passar revista á 3.ª divisão acampada em Villa Nova de Gaia, e a 19 visitou a fundição de ferro de Crestuma, regressando a Braga no dia 20.

As obras do sitio cada vez se adiantavam mais, principalmente nas baterias do sul para fechar a barra do Douro, porque o principal empenho dos sitiantes era

reduzirem pela fome ao exercito do senhor D. Pedro. O general em chefe do exercito realista declara aos estrangeiros que o porto se acha fechado pelas baterias, e o bloqueio é reconhecido até pelos inglezes. O futuro do Porto era horrivel. Algum navio que se arriscava a entrar a barra, e escapava de ser mettido a pique na occasião da entrada, nem por isso estava livre de ter tal sorte, pois mesmo dentro do Douro, muitos foram mettidos ao fundo, ou incendiados. A esquadrilha que os sitiantes tinham em Avintes tambem nada deixava entrar. Na cidade começavam a escacear os mantimentos. As tropas estrangeiras ao serviço do senhor D. Pedro estavam n'um estado de insubordinação insupportavel por falta de pagamento, e por outras muitas privações que os atormentavam.

(1833) O anno de 1832 havia corrido, deixando ao senhor D. Pedro e aos seus cercados na cidade do Porto, depois de seis mezes de desenganos. As poucas deserções que sua magestade imperial recebeu do exercito defensor de seu augusto irmão, não compensavam as muitas que diariamente abandonavam as suas fileiras. Não havia harmonia entre os principaes chefes no Porto, e sobre tudo a falta de meios, e não haver quem adiantasse mais dinheiro, tudo fazia parecer que a causa do senhor D. Pedro se encaminhava a uma completa dissolução.

O general francez Solignac (52) conseguiu entrar no Porto, e o senhor D. Pedro o fez marechal do seu exer-

(52) Solignac foi o valente official francez que em 1808 fugiu das ordenanças de Thomar, mas atacou o cirio de Nossa Senhora da Ameixoeira, tomando-lhe duas bandeiras, &c.

cito, deu-lhe o commando, e ao mesmo tempo o nomeou major general.

A esquadra de Sartorius é obrigada pelo governo hespanhol a sair da bahia de Vigo, e prohibe-se que se lhe vendam viveres. A esquadra navega para as costas do Porto, e a 24 de janeiro rompeu vivissimo fogo sobre o castello do Queijo, estrema direita da linha dos sitiantes do Porto, e ao mesmo tempo uma força de sete batalhões, e um esquadrão de lanceiros saíu do Porto e atacou por Lordello e Nogovilde a 2.ª divisão (Telles Jordão), travando-se um rijo combate em que pereceram bastantes portuguezes. Uma fragata da esquadra de Sartorius tambem soffreu bastante do fogo que lhe fez o castello do Queijo.

O general Cordova, novo ministro hespanhol, entrega as suas credenciaes no paço em Braga (16 de janeiro) com as formalidades do costume.

O espirito de revolta manifesta-se na esquadra de Sartorius, que vai estacionar-se nas ilhas de Baiona, e receando-se que os marinheiros levassem a fragata D. Maria. Sartorius exigia os soldos para si, e para os seus marinheiros, quando não que se recolhia a Inglaterra, e vendia os navios para se pagar. Iguaes desintelligencias havia com os estrangeiros engajados, retirando-se do serviço, Hogdes, e outros officiaes e soldados, com os quaes passou a Inglaterra, havendo alguns officiaes, e muitos soldados que preferiram appresentar-se, como os que quasi diariamente se appresentavam, no campo do senhor D. Miguel.

O senhor D. Pedro lança no Porto novas contribuições no valor de quatrocentos contos de réis, para poder continuar a fazer face ás despezas da guerra em que estava empenhado.

O conde de S. Lourenço, ministro da guerra do senhor D. Miguel, vai tomar o commando do exercito de operações sobre o Porto (21 de fevereiro), ficando interinamente com a pasta da guerra o chefe de estado maior general do exercito, conde de Barbacena. No dia 4 de março fez o conde de S. Lourenço um reconhecimento sobre toda a linha do norte e sul, operando tambem a esquadrilha do Douro. As tropas avançaram denodadamente, chegando as da esquerda (4.ª divisão) a occupar posições sobre as trincheiras, pelo que mais se lhe póde chamar um ataque formal. Parte das tropas realistas só recolheram aos seus acampamentos pelo sol posto, sendo os pontos por ellas occupados n'aquelle dia, novamente occupados pelos sitiados. As perdas foram grandes de parte a parte. O exercito realista teve bastantes officiaes fóra do combate, sendo dos officiaes superiores, morto o major Castro do 20.º de infanteria (Abrantes) e mais cinco gravemente feridos. Magoa-nos o coração o ter de narrar scenas tão tristes, a bravura de portuguezes (alguns, d'ambos os campos, nossos intimos amigos) em guerra fratricida, mas é historia, e a historia não deve ser adulterada.

Os temporaes não deixavam tentar a barra, mesmo a lanchas. Um brigue, que tentou entrar em 6 de março, foi mettido a pique pelas baterias da Furada. A penuria reina no Porto horrivelmente, já pelos effeitos da guerra, já pela fome, e pela cholera-morbus para ali importada pelos estrangeiros.

Os soldados açorianos que haviam abandonado as fileiras do senhor D. Pedro eram em tão grande número, que o senhor D. Miguel mandou em 9 de março, organisar um batalhão com os que pediam para continuar o serviço no exercito realista.

A esquadra de Sartorius continuava no mesmo estado de insurreição, e o senhor D. Pedro demittiu Sartorius em 13 de março, mandando entregar o commando ao capitão Crosby, a que Sartorius recusou obedecer, e protestou contra o que elle chamava violencia do governo da regencia. O senhor D. Pedro mandou Crosby, e Doyle á esquadra para prender o almirante, missão sem dúvida de bem difficil execução. Os enviados appresentaram-se a Sartorius dizendo-lhe, vós sois nosso prisioneiro, a que Sartorius respondeu, vós é que o sois, e os metteu no porão da fragata D. Maria. Sartorius lembrou ao senhor D. Pedro o *procedimento de lord Cochrane para com sua magestade imperial.* O senhor D. Pedro procurava de ha muito quem substituisse no commando da sua esquadra a Sartorius, e este mostrava bastante dissabor por tal procedimento de sua magestade imperial, não se lembrando que havia sido elle Sártorius quem havia organisado a sua esquadra para tentar a expedição, e o primeiro a tentar os primeiros perigos de uma tal guerra.

O governo do senhor D. Miguel manda abrir nas praças de París e Londres um emprestimo de quarenta milhões de francos (15 de março). É certo, que a causa do senhor D. Pedro se reputava perdida nas praças estrangeiras, porque a não ser assim, não haveria banqueiro que entrasse para tal emprestimo como effectivamente houve, e muito de prompto; porém o governo do senhor D. Miguel pouco se aproveitou de similhante recurso, porque acontecendo pouco depois a inesperada tomada de Lisboa pelo senhor D. Pedro, o governo d'este senhor lançou mão dos fundos que havia do dito emprestimo.

Saíram de Madrid para Portugal a princeza da Bei-

ra D. Maria Teresa, e os senhores infantes D. Sebastião, e D. Carlos com as suas familias, em 16 de março, chegando a Elvas a 21, a Villa Viçosa a 23, e a Lisboa a 29 do dito mez.

Telles Jordão foi demittido do commando da 2.ª divisão do corpo do exercito sobre o Porto, passando a governar de novo a Torre de S. Julião da Barra (19 de março).

Acção nas Antas do Pinhal entre os sitiados, e parte da 4.ª divisão que se oppoz aos trabalhos da linha de defesa dos sitiados, em 24 de março. A 25 fizeram os sitiados uma pequena sortida para o sul sobre a bateria da ponta do Cabedello a fim de a destruir, retirando sem poderem conseguir o seu intuito. A bateria da ponta do Cabedello, pela sua proximidade á bocca da barra, não deixava passar a salvo os mais pequenos barcos.

Em 7 de abril foi o commando da esquadra tirado ao chefe de esquadra João Felix, passando a exercer o logar de major General da Armada, e inspector do Arsenal Real de Marinha. Para o commando da esquadra foi nomeado o chefe de divisão Aboim.

Sortida do Porto para a tomada do Covello (9 de abril). Os sitiantes tractaram de retomar o ponto do Covello, o que não conseguiram (10 de abril).

O senhor D. Miguel passa revista ao exercito em 19 e 20 de abril. Do Porto foram lançados para fóra crianças, velhos e estropiados por não terem abrigo n'uma cidade tão estreitamente sitiada, e onde se tornavam incommodos. O senhor D. Miguel manda recolher as crianças no collegio dos padres jesuitas em Coimbra; aos outros tambem manda dar abrigo, sendo mandados para os corpos de veteranos, os que eram militares, e haviam sido aprisionados.

As baterias realistas metteram mais dois brigues a pique, assim como algumas catraias (21 e 23 de abril).

A cholera morbus desenvolveu-se em Lisboa e por todo o litoral, onde fez horriveis estragos. O governo dá as mais acertadas providencias para obter a diminuição do contagio.

O general Saldanha foi finalmente chamado para tomar o commando do exercito do senhor D. Pedro, onde havia bastante desintelligencia entre os chefes. Sartorius esperava receber os pagamentos até ao fim de abril, quando não que retirava com a esquadra. Quintella appresenta-se ao senhor D. Pedro, e lhe presta os seus grandes fundos, com que o imperador ainda d'esta vez pôde livrar-se dos grandes apuros em que se via, e salvar, se assim se póde dizer, a sua causa.

O Porto soffria toda a qualidade de privações, e o exercito sitiante cada vez se tornava mais animado e aguerrido. A guerra teria acabado, sem dúvida, se tivesse havido da parte dos generaes realistas mais uma pouca de energia. A esquadrilha realista no Douro e em Mathosinhos continuava a inquietar os sitiados. O senhor D. Miguel passa outra revista ao exercito a 9 e 10 de maio, e a 11 recolheu a Braga.

O castello de Gaia, já artilhado, rompe em 14 de maio, o fogo contra a cidade. Os agentes consulares estrangeiros arvoram as bandeiras das suas respectivas nações, e representam ao general em chefe do corpo do exercito, que sitiava o Porto, que houvesse de as mandar respeitar; porém o conde de S. Lourenço respondeu que não podia fazer cessar o fogo nem garanti-los das contingencias, a que pela sua estada na cidade sitiada elles se achavam expostos, mas que no caso de quererem prover á sua segurança retirando-se

d'ella, estava auctorisado a permittir-lhes que o podessem effectuar. Muitos marinheiros estrangeiros deixam o serviço do senhor D. Pedro, e se retiram para Inglaterra. Foram mettidos ao fundo mais dois hiates (16 de maio), que entravam a barra do Douro. As appresentações de tropas do Porto continuavam (25 e 27 de maio).

A senhora princeza da Beira, e os senhores infantes de Hespanha passam de Lisboa para Coimbra com as suas familias. Chegaram áquella cidade em o 1.º de junho, e o senhor D. Miguel chegou ali pela posta no dia 2 para visitar sua augusta irmã, tio, sobrinhos, e primos. No dia 4 tambem chegaram á mesma cidade as senhoras infantas D. Isabel Maria, e D. Maria d'Assumpção. Suas altezas reaes ficaram residindo em Coimbra, e o senhor D. Miguel partiu de Coimbra no dia 12, pela posta, e foi assentar o seu quartel general na quinta da Pedra, ao norte do Douro, junto ao exercito, onde chegou pela meia hora depois da meia noite do dia 14.

Chegaram a Inglaterra soldados estropiados do exercito do senhor D. Pedro, retirando da cidade do Porto. Estes individuos appresentavam o aspecto de homens que tinham luctado com todas as privações.

O senhor D. Miguel augmentava o seu exercito, e esperava o marechal Bourmont, e outros francezes generaes e officiaes acreditados para lhes confiar commandos. Mandou a Inglaterra comprar tres vapores para reforçar a esquadra, e o commando d'esta sería dado a lord Eliote, que se preparava a partir nos mesmos vapores, trazendo para distribuir pela esquadra trinta officiaes, quinhentos marinheiros, e alguns artilheiros inglezes. Todos estes reforços eram esperados até 20 de

julho, e é certo, que os amigos do senhor D. Pedro no estrangeiro lhes davam importancia, e instavam para que uma parte do exercito do imperador saísse do Porto, porque tal saída era uma necessidade absoluta para não verem ali morrer uma causa, pela qual tantos sacrificios se haviam já feito. A saída para fóra do Porto era sujeita a grandes contingencias, mas era o unico meio de obter alguma cousa, e não admittia demoras: o general Saldanha era d'esta opinião, e logo que tomou o commando trabalhou por abrir communicações pela Luz ao norte do rio Douro, e foram estas obras de grande proveito para a causa que o general defendia.

O governo do senhor D. Miguel sabia que se tratava d'uma expedição da parte do Porto; porém parecia acreditar que ella teria logar por terra rompendo a linha, e não por mar. Os preparativos dos generaes realistas, mandando reunir no exercito sobre o Porto, grande número de transportes, indicavam que esperavam seguir a expedição, e para isso queriam, que nada faltasse ao seu exercito para uma rapida marcha.

O senhor D. Pedro obteve restaurar a sua esquadra das mãos de Sartorius com o dinheiro que em abril lhe prestou o barão de Quintella. Em Inglaterra engajou novos officiaes e marinheiros, e entre os primeiros o capitão Napier, a quem fez almirante, e lhe entregou o commando da esquadra. Não foi só em abril que Quintella prestou soccorros ao senhor D. Pedro, pois já desde os fins do anno preterito (1832) lhe tinha valído em grandes apuros; porém o imperador bem lhe retribuiu taes finezas, dando-lhe em 10 de novembro de 1832, o contracto do tabaco por doze annos, cousa até ali não vista, fazendo-lhe posteriormente outras mercês

honorificas, taes como, em abril o titulo de conde de Farrobo, em maio o de grão cruz &c. &c. Outros muitos individuos foram agraciados pelo mesmo augusto senhor, e entre elles o marquez de Palmella elevado á grandeza de duque. Por outro lado tambem o senhor D. Miguel recompensava os seus fieis servidores, e as familias dos que pereciam nos combates. Alguns traidores teve o senhor D. Miguel, que depois de receberem postos e honras do mesmo augusto senhor, foram para o campo do senhor D. Pedro, onde lhe foram garantidas.

Resolveu-se no Porto, que a expedição fosse lançada ao Algarve, para o que a esquadra de Napier se aproximou ao Porto, e ali fóra da barra recebeu dois mil e quinhentos homens de tropas escolhidas, dando-se o commando d'esta força ao duque da Terceira. O duque de Palmella acompanhava a expedição como delegado do regente, em materias civis, para o caso de poder exercer esses poderes, em algum ponto em que a expedição se podesse firmar. O embarque concluiu em 20 de junho, pela nova communicação da Luz, ao norte do rio Douro.

Os generaes realistas tiveram logo conhecimento do destino da expedição, e destacaram para o Alemtejo uma famosa brigada de tres a quatro mil homens de tropas de todas as armas, confiando o commando d'esta força ao brigadeiro Nuno Taborda, tendo por chefe d'estado maior ao tenente coronel Augusto Xavier Palmeirim, de quem o senhor D. Miguel muito esperava, pela sua conducta passada, distincto em todos os combates do cêrco do Porto, agraciado liberalmente, e gozando da amizade do soberano que jurára rei ainda antes que a nação officialmente o reconhecesse como tal.

O estado da Hespanha era assustador. Fernando VII tendo casado e enviuvado por tres vezes não pôde obter filhos. O throno passava em tal caso para seu irmão o infante D. Carlos ou filhos d'este, em caso de morte ou abdicação. Fernando passou a quartas nupcias com Maria Christina, filha do rei de Napoles. Maria Christina lhe deu duas filhas, mas as filhas não podiam de direito reinar em Hespanha, que lh'o vedava a lei salica (53), lei que regulava a successão em Hespanha depois da morte de Carlos II, admittindo unicamente os filhos varões com exclusão perpetua das femeas. Apesar da lei, Fernando, ou Maria Christina, queriam que sua filha mais velha reinasse, mas para isso era preciso nada menos do que destruir a lei pela qual a casa de Bourbon occupava o throno de S. Fernando, e que excluiu a dynastia da casa d'Austria. Destruida a lei salica, a casa d'Austria poderia aspirar a novamente occupar o throno de Carlos I (imperador Carlos V). Todavia as funestas consequencias que poderiam trazer a Hespanha uma tal mudança não foram capazes de fazer parar a torrente das ambições. Fernando VII dominado por sua mulher, e esta pela influencia dos governos de Luiz Filippe, e de Guilherme IV; moribundo o rei, e (se houvermos de acreditar as declarações em París e Roma feitas pela propria rainha D. Maria Christina, quando expatriada por Espartero) sem saber o que fazia, pratíca o acto mais

(53) Sob este nome é conhecido na historia um codigo de leis dos franc-saliences, habitantes das margens da Saale, ribeira da Allemanha. A disposição mais notavel d'este codigo é aquella que prohibe ás mulheres a successão á terra salica. Esta disposição tornou-se uma das leis fundamentaes da monarchia franceza, e da hespanhola desde 1700.

despotico, annullando a lei pela qual reinava e a sua familia desde Filippe v. O infante D. Carlos, mandado sair para Portugal, tinha préviamente feito os seus protestos. Estando já o infante em Portugal, mandou ainda a carta de protesto seguinte ao rei seu irmão:

« Senhor. Eu, D. Carlos Maria Isidro de Bourbon, Infante de Hespanha, estando bem convencido dos legitimos direitos, que tenho á coroa de Hespanha, no caso de que V. M. não deixe filho varão, declaro que a minha consciencia e a minha honra não me permittem o prestar o juramento, ou reconhecer outros direitos. Eu o declaro assim, Senhor, aos Reaes pés de V. M. Vosso affeiçoado Irmão e Subdito — O Infante D. Carlos de Bourbon. No Palacio do Ramalhão, em 23 de Abril de 1833. »

Os protestos do infante de nada valeram. A infanta Maria Isabel foi jurada princeza das Asturias (herdeira da coroa), no dia 20 de junho, tendo n'este negocio uma parte mui activa os governos francez e inglez. O infante D. Sebastião, o rei de Napoles, o rei de Sardenha protestaram tambem contra uma lei que os esbulhava dos seus eventuaes direitos como membros da casa de Bourbon. As outras potencias, exceptuando a França e Inglaterra, tambem não reconheceram a ordem de successão novamente estabelecida em Hespanha. Maria Christina mandava por seu ministro Zea Bermudez prometter a D. Carlos a mão da jôven princeza para seu filho, tambem principe das Asturias; porém D. Carlos negou-se sempre acceitar o favor do throno para seu filho, querendo-o sómente obter pelo direito.

A lei salica introduzida com Filippe v em Hespanha para separar esta potencia da da casa d'Austria,

foi defendida pelos hespanhoes de Filippe v, auxiliados pelos francezes, contra Carlos III ou archiduque d'Austria, e seu partido em Hespanha auxiliado por Portugal, Inglaterra, Austria, Hollanda, Dinamarca, e Suecia. Foi uma famosa guerra de quatorze annos, em que triunfou a dynastia Bourbonica, e a lei salica, e esta lei depois jurada e defendida por toda a nação por mais d'um seculo, tinha em Hespanha grande prestigio, e dava a D. Carlos bem fundadas esperanças para poder supplantar a revolução que destruia a lei de succesão com os seus direitos.

A 24 de junho desembarcou o duque da Terceira na praia de Cacella no Algarve. N'este mesmo dia uma escuna artilhada, que conduzia oitenta e tantos inglezes para a esquadra de Napier, foi lançada pelo vento rijo sobre Peniche, d'onde lhe fizeram fogo obrigando-a a render-se, ficando toda a gente prisioneira. Outro navio com irlandezes já havia anteriormente sido apresado, quasi pela mesma fórma na costa do norte.

Os emissarios do senhor D. Pedro trabalhavam por fazer alguma cousa no interior para apoiar a expedição. Já no mez de abril houve uma tentativa no Fundão, dando o grito um soldado do deposito de cavallaria n.º 8, porém o grito não foi ouvido, e o soldado fugiu. A 24 de junho um hespanhol residente na Barquinha conseguiu com alguns contrabandistas dar o grito pelo senhor D. Pedro, sendo logo seguido por outros individuos, e dirigindo-se a Thomar, onde não havia guarnição, ali fizeram a acclamação da rainha, porém logo tiveram de fugir para Hespanha em debandada perseguidos pelo batalhão Açoriano, e por alguma cavallaria, e ordenanças.

O visconde de Molellos, general do Algarve, e com-

mandante da 5.ª divisão do exercito do senhor D. Miguel, nem obstou ao desembarque da expedição, nem manobrou acertadamente para obstar ao seu progresso, de maneira que, quasi sem resistencia abandonou a provincia, retirando para o Alemtejo, e o duque da Terceira, seis dias depois do seu desembarque, era senhor do Algarve.

A esquadra realista saíu a barra de Lisboa no dia 1.º de julho, tendo o chefe de divisão Aboim ordem de navegar para a altura do Porto, ou Villa do Conde. Esta ordem foi dada pelo senhor D. Miguel (54) a quem aconselharam este plano, dizendo-lhe, que a junta revolucionaria em Lisboa tratava de corromper os officiaes, e guarnição da esquadra, e até mesmo lançar o fogo á mesma esquadra, antes da chegada de Eliote, e mais officiaes, e marinheiros inglezes. O senhor D. Miguel assustado com taes revelações, tomou o conselho, de que era melhor, que a esquadra saísse do Tejo, para o norte, onde o mesmo augusto senhor lhe passaria uma revista, e n'essa occasião tiraria o commando a Aboim, e o entregaria a Eliote, tendo logar, sem receio de revolução, a introducção dos officiaes inglezes &c.; porém Aboim, em logar de cumprir as ordens do seu soberano, navegou em direcção opposta procurando Napier, não fazendo caso das observações, que um official seu subordinado lhe fizera a tal respeito! A 2 de julho a esquadra realista estava á vista da de Napier nas alturas do Cabo de S. Vicente. Napier mandou a Lagos chamar os seus vapores, que se lhe reuniram de tarde, porém recusaram entrar

(54) O senhor D. Miguel assim o disse a um dos seus officiaes generaes, e que commandou em chefe o seu exercito.

em combate sem que se lhes désse duas mil libras á cada um; todavia Napier confiava no inimigo que tinha a vencer, e no dia 5 pelas duas horas da tarde atacou a náo Rainha de Portugal, sem fazer caso da náo D. João VI (55), que se entregou sem fazer um tiro, e quasi nenhuma resistencia fizeram os outros navios, exceptuando a náo Rainha, que se defendeu heroicamente. Dentro em poucos minutos a esquadra era toda de Napier, exceptuando duas corvetas e um brigue que escaparam. O brigue foi ter á Madeira, onde se conservou, e as duas corvetas entraram o porto de Lisboa.

A saída da esquadra do Tejo, antes da chegada dos vapores, de Eliote, e mais reforços que se esperavam por dias, deu logar, e ainda hoje dá a reflexões pouco honrosas para alguns dos homens que dirigiram os negocios politicos e aconselharam o senhor D. Miguel, durante o seu reinado.

A causa da rainha ganhou rapidamente uma grande posição com a tomada da esquadra adversaria. Reforçada a divisão do duque da Terceira com tropas da brigada da marinha aprisionadas na esquadra, mas que tomaram o serviço, assim como com officiaes e soldados appresentados no Algarve, emprehendeu o avançar por todo o littoral, e similhante avanço pouco risco poderia ter com uma forte esquadra que parallelamente seguia a expedição, para a receber no caso d'um revez.

Quando taes acontecimentos tinham logar, chegava á Vianna do Minho um dos vapores comprados pelo governo do senhor D. Miguel, conduzindo o marechal Bourmont, com outros generaes, e officiaes francezes para o exercito. A 14 de julho foi Bourmont nomeado

(55) Officio de Napier ao ministro da marinha.

pelo senhor D. Miguel marechal general do exercito, e chefe d'estado maior junto da sua real pessoa. O tenente general conde de Barbacena foi tambem n'este mesmo dia elevado á dignidade de marechal do exercito.

Bourmont sabedor dos acontecimentos do sul do reino não estava socegado em quanto não visse a capital em mãos capazes de dirigir a sua guarnição para a defesa da mesma, e um general habil no Alemtejo, que era o campo onde se esperava fosse theatro de grandes acontecimentos. Defendida Lisboa, o duque da Terceira ou havia reembarcar, ou avançar para o coração do reino; no primeiro caso a guerra terminava no sul, pelo menos momentaneamente; no segundo, o duque abria uma campanha onde os generaes poderiam mostrar a sua pericia militar, e uma campanha que mais agradava ao soldado, farto, durante um anno, de defender, e atacar paredes. Bourmont mandou alguns generaes e officiaes ao duque de Cadaval dando-lhes as instrucções necessarias para poderem obter um bom resultado para a causa do rei que defendiam, porém os officiaes não poderam tomar os commandos opportunamente (56).

O general Molellos estabeleceu o seu quartel general em Beja, onde tinha uma força respeitavel. A 17 de julho o general Terceira, estando em Messejana, communica aos officiaes da sua divisão, que abandonava Molellos em Beja, e determinava que a expedição se dirigisse ao Tejo: este movimento ousado agradou, e foi executado. A 21 entrou a divisão expedicionaria em Alcacer do Sal, a 22 em Azeitão, fa-

(56) Quando os officiaes francezes chegaram a Coimbra, tinham logar os grandes acontecimentos dos dias 23 de julho em Cacilhas, e de 24 em Lisboa.

zendo muitos prisioneiros, recebendo apprescntados &c. &c.

O duque de Cadaval manda alguns corpos, em força de tres mil homens, para Cacilhas ás ordens do general Telles Jordão, talvez suppondo, que Molellos e Taborda seguiam de perto a Terceira, na sua retaguarda. A 23 foi Telles Jordão atacado na Cova da Piedade e Cacilhas, deixando-se estupidamente derrotar e aos seus soldados. Os fugitivos corriam sobre o Caes de Cacilhas, onde na maior desordem embarcavam para Lisboa; porém n'este tempo uma força dos vencedores correndo sobre aquelle ponto, alcançou a appresentação de muitos, fez grande número de prisioneiros, matou muitissimos dos soldados de Telles Jordão, e a este mesmo general, a quem deram uma morte cruel, fazendo-o em pedaços.

O governo da capital possuido do terror panico, que a derrota de Telles Jordão lhe infundiu, não tendo noticias positivas de Molellos, os boatos de que vinha lá o exercito de Xerxes, fez com que no dia 24 de madrugada abandonasse cobardemente a capital do reino, onde tinha uma guarnição superior a doze mil homens firmes, e a coberto das fortificações da margem direita do Tejo. Sobre tão vergonhosa retirada muito se fallou, tem fallado, e ha de fallar por muitos annos, e n'esses muitos annos que hão de vir, é que os nossos vindouros hão de aclarar similhante mysterio, pois não é de crer, que as pessoas ao facto dos negocios occultos d'aquelle tempo, deixem de descarregar a sua consciencia, legando ao futuro manuscriptos com a narração verdadeira d'esses mysterios, para que seja

restituida a memoria, e boa reputação de muitos individuos, uns já mortos, outros ainda vivos (57).

Abandonada a capital, algum povo miudo primeiro, e depois todo, começou a correr as ruas acclamando a senhora D. Maria II, o senhor D. Pedro &c. (58) Começaram a preparar-se transportes para conduzir a Lisboa as tropas do duque da Terceira, que não excediam muito a 1:600 homens. Arrombaram-se as cadeias do Limoeiro e d'outras prisões, soltando todos os presos, consequencia logica do triunfo do dia em quanto se tratasse de soltar presos politicos; porém proceder criminoso nos que soltaram malvados, que horrorisaram a capital, onde perpetraram novos crimes.

A divisão do general visconde de Molellos chegou a Setubal no dia 24, no mesmo dia em que o duque passava para Lisboa. A marcha de Molellos desde Beja foi vagarosissima; com duas marchas dobradas teria chegado a Almada ao mesmo tempo que o duque, e este ficaria n'uma posição arriscadissima, attendendo a que a esquadra não apparecia, pois o vento não lhe tinha sido favoravel n'aquelles dias. Molellos deixando a estrada de Setubal a Lisboa, marcha para Aldeia

(57) Entendo que o homem honrado, seja qual for a bandeira em que milite, não deseja o labéo de traidor, e nem tão pouco os bons filhos ou netos gostarão de ver no futuro os nomes de seus avós ligados á historia com tão infamantes epithetos.

(58) Eram na maior parte os que outr'ora acclamavam o senhor D. Miguel, é tambem o que se costuma dar a quem vence, como respondeu o grande D. fr. Manoel do Cenaculo, arcebispo de Evora na occasião em que o general francez Loison tomou a cidade de Evora e perguntou ao arcebispo — quem vive? *quem vence, general;* foi esta a bella resposta do arcebispo.

Gallega, sendo abandonado pelo chefe d'Estado maior Augusto Xavier Palmeirim, e pelo brigadeiro Nuno Taborda, que desertaram para se appresentarem ao duque da Terceira! Molellos não podendo passar o Tejo em Aldeia Gallega, como se dizia tencionava, para se reunir ao duque de Cadaval, passou-o em Vallada, reunindo-se ao duque em Leiria &c. Napier e Palmella com a esquadra entraram no Tejo a 25.

Bourmont estava impaciente por noticias do sul, parecendo não querer tentar cousa séria, sobre o Porto, sem ter a certeza da segurança da capital. Os generaes e officiaes, que elle havia mandado ao duque de Cadaval o encontraram por Leiria em confusa retirada sobre Coimbra.

Bourmont, depois de ter observado as linhas, fez sobre ellas, em 25 de julho, um reconhecimento, que todos tem classificado como um grande ataque. Se Bourmont chamava reconhecimento áquelle modo de atacar, como seriam então os seus ataques? Os do Porto talvez não resistissem a mais dois, a não terem ganho a grande força physica e moral que lhes deram os successos do sul de 23 e 24 de julho.

A anciedade do senhor D. Pedro e dos seus não era menos pelo receio que tinham do resultado da marcha de Terceira sobre Almada, do que a do senhor D. Miguel e dos seus, pela segurança de Lisboa. A 25 de julho pela noite chegou ao Porto um vapor inglez como expresso para levar a noticia da victoria do dia 23, e da occupação de Lisboa pelo duque da Terceira, depois de abandonada pelo duque de Cadaval. A 26 o senhor D. Pedro passou ao mesmo vapor inglez, e partiu para Lisboa, onde desembarcou a 28. No mesmo dia 28 chegou a Villa do Conde o vapor

Lord das Ilhas (um dos tres comprados em Inglaterra para a esquadra realista) conduzindo mais quinze officiaes francezes, entre elles dois generaes, e tambem Eliote, que veiu especialmente para se orientar sobre o estado dos negocios, depois do aprisionamento da esquadra realista, que elle estava destinado a commandar.

O cardeal Justiniano, nuncio de sua santidade, foi mandado sair de Lisboa dentro em tres dias pelo senhor D. Pedro (29 de julho). Em Lisboa faziam-se armamentos com a mesma ou mais actividade com que se fizeram no Porto um anno antes; tudo era obrigado a alistar-se nos batalhões de linha, ou nos moveis ou fixos. As linhas começaram a alevantar-se a toda a pressa. O governo promulgava uma immensidade de novas leis, e publicava as promulgadas nos Açores, e no Porto. Estas leis eram na maior parte destruindo todos os antigos tribunaes, suppressão parcial de conventos &c. &c. O exercito do senhor D. Pedro augmentava, já pelas deserções do campo realista, já pelas recrutas, cavallos, e toda a qualidade de petrechos que lhe remettiam de Inglaterra e França. A sua esquadra igualmente augmentou com os navios que ainda acharam no Tejo, entre os quaes se encontraram as duas corvetas fugidas da batalha do dia 5 de julho, e o vapor Jorge IV, um dos tres comprados para a esquadra realista.

O ministerio inglez reconhece a senhora D. Maria II (9 de agosto) entregando n'este dia as suas credenciaes Lord William Roussel. Esperava-se igual procedimento de Luiz Filippe. O ministro hespanhol, general Cordova, não reconhecendo o novo governo estabelecido em Lisboa, retira-se para Coimbra para ficar junto da pessoa do senhor D. Miguel. A cholera morbus

continuava a fazer grandes estragos por todo o litoral. Accommettendo tambem o exercito do senhor D. Miguel, fez n'elle grande destroço; muitos e altos personagens morreram em Coimbra atacados d'esta molestia, entre elles o ajudante general marquez de Tancos, o ministro do reino conde de Basto José Antonio de Oliveira Leite de Barros, o intendente geral da policia, &c. &c.

O senhor D. Miguel fez os seus conselhos, nos quaes se tratou das ulteriores operações. Da esquadra apenas lhe restavam dois vapores, porém prometteu-se a Eliote fundos para comprar uma esquadra igual á do senhor D. Pedro, e o almirante realista devia partir, como effectivamente partiu, para Inglaterra a tratar d'esse negocio. Sobre operações terrestres, assentou-se que sobre o Porto ficasse um exercito superior a dez mil homens de observação, e que reunindo vinte e cinco mil homens marchassem sobre Lisboa.

O levantamento do cêrco do Porto foi demasiadamente moroso para um caso de tanta gravidade para a causa realista, como era o de retomar a capital, o que teriam conseguido, se com rapidez destacam do Porto vinte mil homens; porém o tempo decorrido desde 26 de julho até 6 de agosto foi todo perdido em conferencias &c., isto é, o tempo necessario para chegar a Lisboa (59). Só a 9 de agosto é que o exercito realista começou a levantar ao norte os seus postos mais avançados; tendo comtudo já começado a marchar gran-

(59) Admira que tendo em junho todo o exercito em expectativa para fazer uma rapida marcha sobre o exercito do senhor D. Pedro, que se suppunha queria romper a linha e sair do Porto, como não consideraram a tomada de Lisboa n'esse caso, e marcharam com rapidez!

de numero de tropas, que entravam em Coimbra no dia 10, com o senhor D. Miguel, o marechal general, e todo o seu numeroso estado maior.

Em Lisboa fazia-se acreditar, que o exercito realista não tentava um ataque á capital, que elle estava totalmente desfeito; porém esta idéa foi destruida no dia 11, quando tiveram noticia da marcha do exercito realista. Lisboa foi novamente prêsa de um bando de exaltados, que recomeçaram as scenas do dia 24 de julho, matando, espancando, &c. O senhor D. Pedro activava as linhas, e fazia todos os esforços pelas guarnecer, e para mostrar que não tinha receio, que a guerra estava acabada; apesar das medidas de defesa, que em tão grandes proporções se tomavam, decretou em 15 de agosto, que as eleições para cortes extraordinarias tivessem logar no dia 1.º de outubro. Era isto uma estrategia, e nada mais, pois a não ser alguma cabeça vasia, é que acreditaria, que a guerra estaria terminada antes de outubro, dispondo o senhor D. Miguel de todos os recursos do reino, e dominando o senhor D. Pedro pouco mais de Lisboa, e Porto.

O duque de Lafões foi encarregado pelo seu governo de fazer vender todo o vinho da companhia do Alto Douro, que estivesse armazenado em Villa Nova de Gaia, para que o governo do senhor D. Pedro não tirasse d'ali os grandes recursos que a sua posse offerecia. O duque propoz ao general Saldanha, que deixasse embarcar para Inglaterra os ditos vinhos, que o seu producto sería depositado no Banco de Inglaterra, até ao fim da guerra. Estas negociações duraram oito dias, e observando os generaes realistas, que o que se queria da parte do Porto era demorar este negocio, e como a demora embaraçava as operações, que o con-

de de Almér tinha em vista levantando o sitio, mandou (17 de agosto) lançar o fogo aos armazens onde existia o vinho, para que os seus contrarios não se aproveitassem de tão grandes valores (60).

O exercito realista reunido em Coimbra em força superior a vinte e cinco mil homens, destinados a tomar Lisboa, ainda appresentavam um aspecto marcial admiravel, apesar dos seus já desbaratados uniformes, e incommodos d'uma penosa campanha d'um anno, e um cêrco de dez mezes. A cavallaria principalmente, composta em grande parte de officiaes e soldados da guerra peninsular, fazia a admiração do marechal Bourmont, que ainda n'aquelle estado a comparava á melhor do mundo. As tres divisões em que estava organisado este corpo do exercito começam a sair de Coimbra a 14. Clouet commandava em chefe. A 1.ª divisão do commando do general marquez Larochejaquelim, atravessando o Tejo na Chamusca foi occupar Salvaterra de Magos para segurar as communicações com o Alemtejo; a 2.ª ás ordens do general Lemos, dirigiu-se por Thomar a Santarem; a 3.ª ás ordens do general Nunes de Andrade seguiu a estrada real de Leiria a Lisboa. O quartel general real saíu de Coimbra no dia 18, seguindo a 3.ª divisão, porém tudo marchava lentamente, consumindo o tempo em planos, sem nunca

(60) Na força da paixão muito se fallou contra o procedimento do general realista; porém não com razão, porque o duque de Lafões, e o conde de Almér procuraram meios razoaveis para evitar tal destruição; não foram attendidas as suas propostas pelo general adversario, collocando-os tal recusa na posição de usar do direito da guerra, que ensina a tirar todos os recursos ao inimigo &c. &c. Não se pense porém, que approvo o passo dado pelo general Almér.

haver uma firme deliberação, como se requer em todas as guerras, e com especialidade nas civis. Parecia fatalidade no exercito realista, as suas marchas eram sempre morosas, não lhe servindo de exemplo o resultado da morosidade na campanha do anno antecedente.

O general Saldanha saíu das linhas para o lado do norte (18 de agosto) e atacou o brigadeiro Pantaleão lançando-o para fóra das suas posições, ficando o sitio levantado por aquelle dado. O general conde de Almér, que estava em Villa Nova, correu para acudir ás tropas do general Pantaleão; porém não podendo effectuar a sua passagem em Gramil por o seu antecessor general Clouet ter destruido a ponte de barcas ali levantada, teve de ir passar a Arnellas, podendo chegar só no dia 19 ao campo realista, que animou, e começou a estabelecer o bloqueio no Porto, segundo o novo plano de campanha. A 20 levantaram os realistas o sitio, pelo lado de Villa Nova de Gaia para ir tomar as posições de Ovar, Feira, S. João da Madeira correndo na direcção ao Douro a ligar com a linha estabelecida pelo lado do norte. Na occasião em que os realistas abandonavam Villa Nova, foram atacados pela guarnição da Serra do Pilar, que havia sido grandemente reforçada já para tal fim. N'esta especie de sortida conseguiram aprisionar, e appresentar-se um grande numero de soldados realistas (61).

O conde de Saldanha embarca no Porto para Lisboa, deixando o governo d'aquella cidade ao general Stubbs

(61) Os acontecimentos de julho de 1833 causaram tanto damno á causa realista, que o seu exercito diminuiu consideravelmente pelas deserções que os soldados faziam para suas casas, ou para o campo do senhor D. Pedro.

(23 de agosto). Quasi todas as tropas de linha até alli existentes no Porto, tinham igualmente passado a Lisboa. O exercito do senhor D. Pedro tinha n'esta epocha uma força de 36:000 homens, metade de 1.ª linha contando já 800 cavallos. Já se vê, que a força do senhor D. Pedro, de repente se poz quasi igual á do senhor D. Miguel, excepto em cavallaria, porém não poupava esforços para a augmentar, já mandando recolher quantos cavallos e muares pôde encontrar em Lisboa, e no Riba Tejo, já mandando-os comprar em Inglaterra. O recrutamento para o seu exercito não o fazia com menos vigor, e não o satisfazendo o que se obtinha no paiz, mandava-o activar na Inglaterra, Irlanda, Escocia, França, Belgica &c. &c. Corpos em grande força se organisavam n'aquelles paizes para passar a Portugal ao serviço do imperador; e como a fortuna da guerra se appresentava da parte do senhor D. Pedro, em taes recrutamentos já não havia difficuldades como quando eram para passar aos Açores, e ao Porto estreitamente cercado. De operações ao norte, desde o dia 18 e 20 de agosto que não havia nada notavel; apenas no dia 3 fizeram do Porto uma sortida até Penafiel, e logo outra no dia 4 sobre Villa do Conde, recolhendo ao Porto com duzentos prisioneiros, quasi todos do regimento de milicias de Villa do Conde.

O exercito realista avançava de Santarem e Torres Vedras, retirando sobre Lisboa a divisão do duque da Terceira, que em duas columnas observava os movimentos do exercito realista. A 5 de setembro atacou Bourmont as linhas de Lisboa em seis columnas com a força de doze mil homens, apoiados por oito peças de artilharia, e alguns fortes esquadrões. O principal ataque foi pelas estradas de Palhavã, e Arco do Cego.

Houve rasgos de valor de ambos os exercitos, e os realistas poderiam ter penetrado a cidade, se um outro movimento opportunamente soccorresse os batalhões de voluntarios de Lamego, Covilhã e Fundão, caçadores n.º 8, e os regimentos de infanteria n.º 8, 17, e 24 que ás ordens do brigadeiro Dubreuil avançavam corajosamente por Palhavã. Depois de treze horas de fogo os realistas estavam nos seus acampamentos, e dizia-se que para renovar o ataque no dia seguinte; porém elle não teve logar, dando assim tempo aos sitiados a repararem as suas trincheiras, fortes &c. &c.

O marechal Bourmont propoz um ataque nocturno fazendo penetrar no interior da cidade tres mil infantes em columna cerrada, apoiada a columna pela competente artilharia, e alguns esquadrões de cavallaria; alguns officiaes francezes se offereceram a marchar de frente. O plano foi rejeitado por muito arriscado, porém era elle o unico de, em taes alturas, dar um golpe mortal na causa do senhor D. Pedro, ou tambem acabar desde logo com a do senhor D. Miguel. Rejeitado o plano, tratou-se de outro, que era chamar a attenção para a esquerda da linha de defesa de Lisboa, onde se devia fazer um ataque serio, e no momento em que as tropas do senhor D. Pedro para ali tivessem corrido, as massas do exercito realista com toda a sua cavallaria penetrariam a todo o custo pela cidade. O plano foi rejeitado pelo general Clouet, que tambem logo pediu a sua demissão. O general Gouvea Osorio encarregou-se de dirigir o ataque, o que fez com duas brigadas pelo Alto de S. João (14 de setembro), porém sem o resultado, que esperavam. Desde este dia que os generaes pareciam ter renunciado a qualquer ataque ás linhas de Lisboa, que tivesse por fim o le-

val-as á viva força; porém tambem o tempo corria sem se haver tomado no campo realista um partido.

O senhor D. Miguel havia luctado até agora não só contra seu augusto irmão, auxiliado pelos governos da Inglaterra, França, e Belgica, mas agora contra o governo de Hespanha, que exigia a expulsão do senhor infante D. Carlos do territorio portuguez, para onde o mesmo governo o havia mandado. O estado moribundo em que se achava o rei de Hespanha, Fernando VII, metteu o governo nas mãos da rainha D. Maria Christina, que odiava seu cunhado, a ponto de que para ter apoio não duvidou entregar-se nas mãos dos revolucionarios, que apoiados pelos mesmos governos inglez, francez, e belga, haviam constantemente feito guerra ao poder do rei seu augusto esposo. O senhor D. Miguel negou-se a ser instrumento da rainha Christina para ser o perseguidor de seu augusto tio e cunhado, assim como se havia negado o senhor D. João IV a ser instrumento do tyranno Cromwell, quando este exigiu a entrega dos principes palatinos, que tinham seguido a sorte da causa do infeliz rei de Inglaterra Carlos I. A recusa do senhor D. Miguel trouxe-lhe mais um adversario, que mais tarde se tornou em inimigo poderoso, e ao senhor D. Pedro um auxilio poderosissimo.

O imperador, activo em organisar o seu exercito, esperava em breve mais tropas estrangeiras com que o reforçasse, e podesse fazer levantar o cêrco de Lisboa, e emprehender novas operações, pois as suas tropas apenas dominavam no Porto, Peniche, Lisboa, Setubal, Lagos, Faro, e Olhão. No Algarve principalmente estavam em grandes apuros, pelo cêrco que lhe haviam posto n'aquellas tres praças as guerrilhas e vo-

luntarios realistas da provincia. Estes esforços para expulsar do Algarve os soldados do senhor D. Pedro eram mais devidos á boa vontade d'aquelles povos, do que aos esforços dos generaes realistas. Os sitiados de Lagos fizeram uma sortida (15 de setembro) para repellir os sitiantes. Setubal quasi abandonada pelo senhor D. Pedro poderia ter sido occupada pelas tropas do senhor D. Miguel.

O vapor Lord das Ilhas chegou ao porto de S. Martinho conduzindo alguns soccorros que os agentes do senhor D. Miguel em Londres poderam arranjar. No vapor vieram alguns officiaes inglezes, entre elles o general Macdonald, official que fizera a guerra peninsular ao serviço da Hespanha. Era boa occasião para ser empregado no exercito realista pelo descredito (immerecido) em que já estavam os generaes francezes. A Macdonald foi offerecido o logar vago pela demissão do general Clouet, logar que o general inglez acceitou.

Bourmont, conhecendo a impossibilidade de conservar o exercito na offensiva por muito tempo, propoz o plano de o retirar para Loures, a ver se ali podia attrahir as tropas do senhor D. Pedro para as bater n'uma batalha geral, pela superioridade da sua cavallaria; que desde logo se mandasse fortificar Santarem, Leiria e Obidos, a fim de servir de base de ulteriores operações, no caso de serem obrigados a retirar, por effeito da perda da batalha que esperava tivesse logar nas immediações de Lisboa. Era sem questão, este plano do marechal, o mais proprio para organisar o exercito, moralisal-o, e fazer desenvolver a pericia no campo, acabando por uma vez com o terrivel systema de andar sempre a atacar muros, reductos &c. O re-

crutamento, a que o ministro da guerra do senhor D. Miguel mandou proceder, progredia por todo o reino, onde tudo obedecia, e havia dedicação nas auctoridades locaes. Mesmo os desertores dos corpos de milicias, e dos batalhões de realistas, que haviam desertado na occasião do levantamento do cêrco do Porto, e da tomada de Lisboa, reuniam novamente aos seus respectivos corpos.

Tudo promettia que a guerra estava ainda bem longe de terminar pela guerra. Recorreu-se pois outra vez á paz, como já se havia tentado no Porto. A Inglaterra era especialmente mettida n'este negocio. Napier escreveu algumas cartas a Bourmont, (18, e 20 de setembro) para as negociações entaboladas. Os emissarios serviam para o acampamento realista. As propostas não deixavam de ser vantajosas (na actualidade) ao partido realista. A Inglaterra garantia todos os postos, a mão da rainha para o senhor D. Miguel, porém o mesmo augusto senhor devia sair do reino (62) por alguns tempos, concedendo-se-lhe uma avultada pensão, e a restituição da Casa do Infantado. Bourmont opinava pela convenção, á continuação da guerra; porém alguns dos nobres que acompanhavam o senhor D. Miguel se oppozeram á saída do mesmo augusto se-

(62) Dez mezes antes dizia-se, que se tractava de acabar a guerra por meio d'uma convenção; que o senhor D. Miguel casaria com sua augusta Sobrinha, porém exigia que o senhor D. Pedro fosse residir por algum tempo em Vienna d'Austria, assim como alguns dos principaes chefes que então dominavam no Porto, saíssem para fóra do reino temporariamente. Os postos do exercito do senhor D. Pedro seriam garantidos, e entrariam no exercito aquelles que mostrassem n'isso desejo &c. Agora tudo estava mudado. Sorte caprichosa da guerra.

nhor, e começaram a dar taes motivos de desgosto ao marechal, que este pediu a sua demissão, que logo lhe foi dada. Bourmont, Clouet, e outros muitos officiaes francezes foram por Hespanha, para embarcarem para Italia; todavia o marechal, como homem de bem, deixou ainda no exercito dois de seus filhos, um d'elles o conde Luiz de Bourmont.

A senhora D. Maria II chegou a Lisboa em 22 de setembro. Sua magestade, na sua passagem por Inglaterra, foi recebida pelo rei Guilherme IV com todas as honras devidas a testa coroada; e nem podia deixar de assim ser, visto o rei de Inglaterra ter já reconhecido a mesma augusta senhora. Setembro de 1834 já não era o setembro de 1828. No mesmo dia da chegada da rainha a Lisboa foi o conde de Saldanha feito marechal do exercito.

Mallogradas as negociações para terminar a guerra, e para evitar, em parte, que no exercito realista se abraçasse o plano de campanha, ultimamente appresentado por Bourmont, para o que parecia haver sua disposição, mandou o senhor D. Pedro reforçar a guarnição de Peniche com tropas do Porto, a fim de poderem tomar a offensiva por aquelle lado, tomando Obidos aos realistas. Reforçada a guarnição de Peniche, esta saíu da Praça e tomou Obidos em 29 de Setembro, ficando senhora de alguns materiaes de guerra que ali havia.

A morte de Fernando VII, ha tanto tempo esperada, realisou-se finalmente no dia 29 de setembro. Fernando ha muito que era quasi cadaver. Maria Christina foi quem governou, assim se póde dizer, desde que entrou em Hespanha. A guerra civil manifestou-se apenas foi conhecida a morte de Fernando: era a conse-

quencia das ultimas medidas do governo que aboliu a lei de successão. A princeza D. Maria Isabel foi proclamada com o nome de Isabel II, sendo o seu nome Maria. (63) Os governos francez e inglez reconheceram logo Isabel II, o que deu grande força moral á sua acclamação. A regente Maria Christina dispunha de um exercito e do thesouro, mas nem por isso pôde obstar a que Carlos V fosse logo proclamado (3, 4, &c. &c. de outubro) na Navarra, e nas provincias de Biscaia, Alava, Guipuscua, Castellas, Aragão, Valencia, e Catalunha, e n'outros pontos d'outras provincias. O movimento carlista assustou por tal fórma o partido da nova rainha, e ao seu protector Luiz Filippe, que se julgou quasi inevitavel á interferencia franceza. Os liberaes mais exaltados que ainda se achavam no exilio, taes como Mina, Valdez, Jauregui &c. &c. foram chamados para serem os defensores da causa da joven rainha. As notabilidades palacianas do partido carlista dirigiam-se a Portugal a procurar o seu rei, mas os soldados, ou os verdadeiros defensores da lei salica corriam a procurar a gloria nos campos da Navarra e das Vascongadas. A regente Maria Christina insiste para que o senhor D. Miguel expulse do territorio portuguez a seu augusto tio e cunhado; porém o senhor D. Miguel insiste na resposta que anteriormente dera a taes reclamações.

O barão de Mortier foi nomeado por Luiz Filippe

(63) Foi para mostrar que já tinha havido outra rainha reinante em toda a Hespanha, e assim foi, quando se reuniu a Hespanha pelo casamento de Isabel de Castella com Fernando de Aragão em 1474, mas então ainda não havia a lei que excluia as femeas, porque a lei salica data em Hespanha do anno de 1700.

seu embaixador em Lisboa, junto do governo da rainha a senhora D. Maria II (10 de outubro).

O general Macdonald em frente de Lisboa mostrou-se a principio disposto a mudar o systema de guerra, seguindo o que havia planisado o marechal Bourmont; porém viu-se, que ficou n'um estado de apathia, desde o dia 18 de setembro em que tomou o commando, até aos primeiros dias de outubro. Era notavel esta falta de energia em quasi todos os generaes realistas. Nos primeiros dias de outubro se observou que no exercito realista se desenvolveu uma actividade espantosa no levantamento das fortificações, não só para repellir qualquer ataque que de dentro se lhe fizesse, mas mesmo pelas guarnições de Peniche e Obidos, que tinham já feito avançar dois ou tres mil homens sobre Torres Vedras. Macdonald tencionava na noite de 11 fazer um ataque nocturno sobre Lisboa, a fim de poder lançar por meio artificioso um corpo de tropas na cidade, onde esperava achar apoio n'uma contrarevolução; porém o senhor D. Pedro, sabedor dos planos, ou por acaso, saiu das suas linhas no dia 10 de outubro pelas nove horas da manhã, no intuito de atacar os sitiantes. O exercito realista desde a revista da manhã que andava disperso, e facil foi aos soldados do senhor D. Pedro, o alcançar as primeiras vantagens; reunidos porém, quando eram dez horas a acção se tinha tornado renhida, principalmente no sitio de Palma de cima e de baixo: de ambos os lados se obraram gentilezas dignas d'uma outra qualidade de guerra. O bravo brigadeiro realista Coelho, mandando collocar duas peças de artilharia em Telheiras, fez ali desordenar os batalhões inglezes, e incommodava sériamente a passagem das tropas atacantes pela estrada do Cam-

po Grande. Coelho foi gravemente ferido, sendo substituido no commando da artilharia pelo coronel conde de Rochelines. Na esquerda da linha realista as brigadas de Osorio e do conde Luiz de Bourmont sustentaram ataques fortissimos. Luiz de Bourmont, principalmente, mostrou n'este dia grande valor e genio militar, querendo só com a sua brigada fazer com que a victoria se decidisse pela causa que adoptára. Atacado nas alturas do Campo Grande, Luiz de Bourmont repelliu os soldados do senhor D. Pedro perseguindo-os até Penha de França, e Alto do Pina, pedindo com instancia, mas em vão, reforços para avançar, até que, carregado por uma força superior, e com energia, teve que retirar sobre o Campo Grande, onde entrava; novamente, mas quasi de envolta com os atacantes, quando chegaram os reforços, travando-se novo combate, em que houve uma carga de cavallaria dada pelo major Corvo de Camões, occasião em que ficou ferido. O coronel Oliveira do regimento 14 tambem foi ferido mortalmente.

As forças principaes do senhor D. Pedro affluiam sobre o Campo Grande, onde se travou outro combate, havendo novas cargas de cavallaria. Enfraquecido o centro realista, os atacantes penetraram perto das alturas do Lumiar, que tentaram tomar, mas foram repellidos pela presença e intrepidez do senhor D. Miguel, que em pessoa reuniu as tropas, mostrando n'esta occasião grande valor. O senhor D. Pedro na força do dia saiu fóra das linhas a observar os belligerantes, recolhendo depois ao forte do Manique. A noite interrompeu esta serie de combates, mortiferos como os da guerra peninsular, segundo o testemunho de militares que entraram n'uns, e n'outros. O exercito realista

acampou no Lumiar á vista dos seus adversarios, ficando sobre as armas. Pela meia noite saíu o senhor D. Miguel do Paço do Lumiar, retirando-se para Loures, começando tambem as bagagens do exercito em retirada para Santarem. O exercito effectuou o seu movimento sobre Loures começando pela uma hora da noite a desfilar a artilharia, e successivamente a infanteria, e cavallaria, assim como os feridos e doentes, sem que nada ficasse á retaguarda, chegando ao amanhecer a Loures onde tomaram posições, sendo este movimento do exercito realista feito com tal ordem e segrêdo, que só na manhã de 11, é que o marechal Saldanha teve d'elle notícia. Estabelecidas as tropas realistas nas suas posições de Loures, só começaram a ser atacadas depois do meio dia por alguns lanceiros, e atiradores; porém só depois das tres horas, na chegada da artilharia, é que o combate se tornou energico. Os realistas conservaram as suas posições.

No mesmo dia 11 de outubro, em que se dava a acção de Loures, a guarnição de Lagos, apertada pelos realistas, propoz o entregar-se, pedindo aos sitiantes que para effectuarem a sua entrega, se aproximassem das muralhas; e no momento em que se aproximavam lhes deram uma descarga á queima roupa, fazendo-lhes grande mortandade. Similhante maneira de fazer a guerra não merece commentos, o facto por si falla.

Em Hespanha fazia proselytos a causa de D. Carlos. As provincias do norte estavam levantadas em massa. O general carlista D. Santos Ladron foi aprisionado no dia 12 de outubro, e logo fusilado pelos christinos. O sangue de D. Santos clamou por vingança contra um inimigo que encetava uma guerra de barbaros, em logar de uma guerra em que lealmente se batessem pe-

los principios dynastico e politico que representavam os dois partidos. O logar de D. Santos foi substituido pelo coronel Zumalacarregui, que por vontade geral dos povos e do exercito carlista foi acclamado seu general em chefe. Havia grandes cathegorias no campo carlista, mas todas annuiram de boa vontade á escolha do novo chefe. Zumalacarregui não desmentiu das esperanças, e confiança n'elle depositadas. Em pouco tempo elle era conhecido no mundo como um heroe do nosso seculo.

Deixámos os exercitos belligerantes nas suas posições de Loures depois das batalhas dos dias 10 e 11 de outubro. Macdonald tinha as tropas realistas por tal fórma collocadas, que Saldanha não se animou a renovar o combate no dia 12. O general realista, na conformidade do plano da campanha adoptado, evacuou Loures no dia 12 para ir estabelecer em Santarem o centro das suas operações. O exercito realista chegou a Santarem no dia 15 de outubro na melhor ordem, sem ter sido incommodado pelo exercito do senhor D. Pedro. Esta retirada deu grandes creditos ao general Macdonald pela ordem em que fez marchar o exercito fazendo-o respeitar pelo marechal Saldanha. Macdonald manda para a sua direita tres mil homens para occupar Leiria, e para a sua esquerda uma outra columna a fim de assegurar a posse do Alemtejo. Saldanha tomou posições no Cartaxo, e suas immediações.

O governo belga, que conjunctamente com os governos francez e inglez prestaram tão efficazes protecções á causa do senhor D. Pedro, reconhece a senhora D. Maria II em 23 de outubro.

O coronel Florencio é mandado de Lisboa com mil e duzentos homens para occupar Alcacer do Sal, o que

effectuou em 25 de outubro, começando logo a fortificar aquelle importante ponto.

A rainha Maria Christina ordena o desarmamento de todos os corpos de voluntarios realistas de Hespanha, em 27 de outubro.

As fortificações de Santarem progrediram com tal rapidez, que em breve esta grande villa e importante ponto militar se poz em tão respeitavel estado de defesa, que se tornou o centro e capital do partido realista. O senhor D. Miguel e o seu ministerio d'ali mandavam ordens para a maioria do reino que lhe obedecia, e muito do coração abraçava e ardentemente defendia a sua causa. (64)

O senhor D. Pedro, limitado á occupação de tão pouco terreno, não podia levantar de prompto um exercito como o que precisava para entrar em campanha. A guerra, na actualidade, não era a de defender as linhas do Porto, e as de Lisboa; era talvez mais séria, porque n'uma batalha campal podia perder a sua causa: exemplos d'estes nos appresenta em grande número a historia geral. Ordenou aos seus agentes no estrangeiro, que a toda a pressa fizessem a compra de mais seiscentos cavallos, e engajassem mais tres mil soldados, e que estes soccorros fossem mandados com promptidão. Estas tropas eram na maior parte do exercito francez, inglez, e belga, a quem davam baixa,

(64) O maior número, ou o estado da força phýsica do paiz, inquestionavelmente pertencia ainda ao partido de D. Miguel, de modo que, á excepção de Lisboa, do Porto, Palmella, Setubal, Peniche, Lagos, Faro, e Olhão com a parte da Estremadura, que vai até Santarem, todo o mais resto do reino muito do coração a abraçava, e ardentemente defendia &c. &c. Soriano. Hist. do Cêrco do Porto. Vol. 2.º pag. 356, e 357.

offerecendo-lhes o passar a Portugal ao serviço do senhor D. Pedro, onde se appresentaram a fazer a campanha organisados em corpos separados dos portuguezes, usando dos uniformes inglezes &c. &c.

O general realista, conde de Almér, cada vez apertava mais o Porto, e attendendo ao grande desfalque da guarnição d'aquella cidade, principalmente em tropas de 1.ª linha, que quasi toda tinha passado para a Estremadura, a cidade do Porto estava em risco de ser atacada, ou surprehendida; e tomada a segunda capital do reino, a face da guerra muito mudaria. O senhor D. Pedro instava com Stubbs para sair e operar; porém Stubbs respondia que não tinha força para tentar taes emprezas sem correr o grande risco de ser derrotado; que a gente que tinha era na maior parte dos batalhões fixos &c. &c. Stubbs não saía do Porto, e o general realista, com o seu quartel general em Baltar, fazia correr as suas patrulhas até perto das linhas d'aquella cidade. Para em certo modo satisfazer as exigencias do seu governo, e para que não o accusassem de falta de coragem, o general Stubbs, em 31 de outubro, fez um reconhecimento sobre Grijó, onde foi carregado pelos realistas até aos Carvalhos, obrigando-o a retirar para o Porto.

O general Lemos passou a esquerda do Tejo com mais forças, e para governar o Alemtejo e o Algarve em nome do senhor D. Miguel. Lemos, activo sempre, toma Alcacer do Sal no dia 3 de novembro, destruindo completamente a brigada do coronel Florencio que occupava aquelle ponto. Lemos foi condecorado com uma commenda da ordem de christo, e promovido por distincção a tenente general graduado. O senhor D. Pedro mandou metter em conselho de guerra

ao coronel Florencio, para responder pela derrota de Alcacer, porém Florencio foi absolvido.

Stubbs sáe novamente do Porto em 5 de novembro dirigindo-se com dois mil homens e dois esquadrões sobre S. Mamede d'Infesta, onde foi repellido pelo general Almér, ameaçando-o de flanco, e obrigando-o a ganhar o Porto a toda a pressa. O conde de Almér manda tropas sobre a Maia, onde aprisionou alguns officiaes, tomou gados &c.

O senhor D. Pedro chegou ao Cartaxo para passar revista ao seu exercito (6 de novembro).

Ao sul fez Saldanha um movimento sobre Pernes no dia 11 de novembro, destruindo os moinhos, o açude, e tomando farinhas que ali havia para o exercito realista. Esta vantagem foi porém contrabalançada pela derrota que no mesmo dia 11, na Barroca d'Alva, soffreu uma força de Saldanha, que foi destruida por Kervenó, ajudante de Macdonald. Desde este momento que Setubal foi mais sériamente ameaçada pelo general Lemos. Sines foi abandonada passando a sua guarnição para Setubal, onde tambem chegou Napier com um reforço de duzentos belgas.

Apesar da carencia de recursos, o exercito realista progredia na sua organisação e disciplina, appresentando já em Santarem um effectivo de quinze mil homens de tropas regulares, havendo outros quinze mil nos mais pontos por elles occupados. Eram os restos d'um exercito de oitenta mil homens que tinham em julho de 1832. O recrutamento fazia-se com dedicação para elevar o exercito a cincoenta mil homens. Havia muitos soldados e officiaes que se sustentavam á sua custa, havendo até commandantes, que fardaram completamente á sua custa os corpos do seu commando,

pois a tanto os levava a sua dedicação pela causa realista.

O senhor D. Pedro tinha conquistado palmo a palmo os pontos maritimos que dominava (65), ou melhor, soube bem aproveitar-se dos erros militares e politicos dos seus adversarios, para levar a sua causa ao ponto em que estava. Senhor das duas capitaes do reino, onde achou vastos arsenaes bem providos, e os grandes recursos publicos e particulares que as mesmas lhe offereciam, coroado com as suas victorias para á sombra d'ellas poder continuar o levantamento de emprestimos e récrutamentos fóra do reino, todavia o seu exercito não se achava em estado de tomar a offensiva, e o seu credito no estrangeiro resentia-se pela continuação da guerra, e desintelligencias entre os seus principaes partidistas. A prolongação da guerra, principalmente depois da tomada de Lisboa, não era esperada em França e Inglaterra, aonde os agentes do senhor D. Pedro sempre affirmaram, que toda a nação portugueza o receberia de braços abertos; porém vendo a maneira como fôra recebido, e os seus apuros no Porto, appellavam para a occupação da capital do reino. Lisboa foi tomada, e apesar de todos os recursos materiaes e moraes que a posse da capital dava ao senhor D. Pedro, a guerra promettia grande duração, e d'isto mesmo estava já convencido o proprio imperador. Estas circunstancias fizeram com que o senhor D. Pedro encontrasse difficuldades para o levantamento de novos emprestimos, de que o seu governo tanto pre-

(65) A custo se sustentavam os poucos pontos maritimos, que foram palmo a palmo conquistados. **Soriano. Hist. do Cêrco do Porto. Vol. 2.º pag. 320.**

cisava para fazer face ás enormes despezas do seu exercito, esquadra, corte &c. &c.

O governo de Madrid tendo feito repetidas exigencias para que o senhor D. Miguel expulsasse do territorio portuguez ao senhor D. Carlos, e não sendo attendidas as suas reclamações, manda em 12 de novembro retirar para Madrid o general Cordova, seu ministro na corte do senhor D. Miguel. Maria Christina, em represalia do que acabava de receber do governo do senhor D. Miguel, que consentia depositos de carlistas na fronteira portugueza, onde se organisavam para a guerrear, permitte que na fronteira hespanhola se possam formar depositos de desertores portuguezes, ou de outros quaesquer descontentes, a fim de se poderem organisar para invadir o territorio portuguez contra o senhor D. Miguel a favor do senhor D. Pedro. Esta permissão logo deu logar a formar-se um deposito de descontentes em S. Vicente, na Estremadura hespanhola, com o fim de invadir o Alto Alemtejo. A 16 de novembro organisaram ali um governo, e proclamaram a convidar gente, e os emissarios na fronteira para ali mandavam a gente que podiam.

As tropas de Christina, em força de quinze mil homens, atacam a cidade de Victoria, que tomam aos carlistas (21 de novembro).

As forças realistas de observação ao Porto, cada vez mais animadas, ameaçam Villa Nova de Gaia, chegando no dia 22 de novembro até aos Carvalhos.

Na corte do senhor D. Pedro havia grande divergencia. Os poucos pares que em 1828 ficaram fieis á carta faziam grande opposição ao ministerio pela sua politica perseguidora, e promulgação de leis destruidoras de tudo a titulo de reformas. Os sequestros sobre os

bens dos realistas, e a venda dos ditos bens fazia-se com actividade. Nada chegava. O senhor D. Pedro consultou o conselho d'Estado sobre a necessidade de lançar novos tributos, e sua magestade imperial n'esta occasião (23 de novembro) ouviu da bocca do duque de Palmella e de Trigoso cousas que muito lhe desagradaram, e fizeram affligir bastante, conservando todavia no seu ministerio os ultra liberaes.

Stubbs tentou outra sortida sobre Carvoeiro e Vallongo, não alcançando vantagem alguma (26 de novembro).

As tropas de Christina tomam Bilbáo aos Carlistas em 26 de novembro; todavia Zumalacarregui continuava a ganhar diariamente victorias sobre os christinos, e a organisar um grande exercito com os recursos tomados ao inimigo. Os successivos revezes enfureciam os christinos, que tiravam a vingança cobarde de fusilar os prisioneiros, assassinar homens, mulheres, incendiando as povoações &c., fazendo a guerra como os selvagens. (66) Zumalacarregui não podia deixar de tomar represalias, e as tomou para conter o furor dos christinos. D. Carlos conservava-se em Portugal, devendo ter partido para a Navarra, a partilhar os perigos e glorias dos seus fieis defensores; porém commetteu o erro de se deixar ficar, para ajudar a perder a causa de seu sobrinho.

Um novo infortunio começou a attenuar a posição dos

(66) A nossa guerra civil tambem foi algumas vezes manchada de nodoas que queremos apagar, mas nada em relação ás praticadas na Hespanha, não só nos primeiros dias da guerra dynastica, porém no espaço de sete annos que durou. Toda a agua do Oceano não é sufficiente para as lavar.

realistas. Em Santarem desenvolveu-se uma terrivel molestia typhoide, que quasi poz todo o exercito fóra de combate. Havia dia de morrerem noventa a cem soldados. Muitas pessoas particulares pereciam igualmente de tão terrivel molestia. N'esta lamentavel circunstancia foi preciso ao general Macdonald mandar vir do exercito de observação sobre o Porto uma brigada para supprir as baixas dos que haviam morrido, ou estavam nos hospitaes.

Este novo desastre no exercito realista fez conceber a idéa ao governo do senhor D. Pedro, de que a occasião sería sem dúvida favoravel para atacar Almér, pelo julgarem menos forte em consequencia da força d'ali destacada para Santarem; porém estavam laborando n'um grande erro. Almér, senhor do Minho, Trás-os-Montes, e Beiras, activava o recrutamento, organisava novos corpos de linha, introduzia no exercito a arma de cavallaria de lança entregando a instrucção d'este corpo a um habil official francez, e finalmente disciplinava o corpo do exercito do seu commando, fazendo-o sériamente respeitar pelos adversarios que tinha na sua frente. A força com que o general realista ficou sobre o Porto, era não só sufficiente para conter a guarnição d'aquella cidade, mas promettia em breve ameaçal-a.

Stubbs estava no desagrado, e era arguido pelo governo de nada fazer. O duque da Terceira foi convidado para ir tomar o commando no norte; porém o duque recusou. Foi então mandado o general Torres, já barão do Pico do Celeiro, para tomar o commando no Porto. Celeiro chegou ao Porto nos fins de novembro, porém não achou Stubbs disposto a entregar-lhe o commando, sendo preciso ir ordem positiva do senhor D. Pedro.

No dia 1.° de dezembro foi a cidade do Porto ameaçada pelo conde de Almér, que com duas columnas fazia sobre ella um reconhecimento. Stubbs saíu com a guarnição ao encontro de Almér na baixa da Areosa, mas debaixo da protecção das linhas; porém carregado pela cavallaria realista foi obrigado a retirar com perda, entrando n'esta a do bravo coronel Pacheco, chefe d'estado maior de Stubbs, que foi ferido mortalmente, morrendo no dia seguinte.

A opposição ao ministerio do senhor D. Pedro continuava com grande calor. O conde da Taipa dirigiu duas cartas ao imperador, dictadas em estilo tão forte, que o conde foi mandado prender (7 de dezembro). Os pares protestaram (11 do dezembro) contra similhante proceder do governo, como attentatorio ao artigo 26 da carta constitucional. As cousas tornavam-se cada dia mais complicadas na corte de Lisboa. O mesmo Napier ousou fallar ao imperador sobre a má direcção dos negocios politicos, e no desgosto geral que havia no povo, e no exercito. Os inglezes queriam até que o ministerio fosse demittido, e que se organisasse um outro moderado, que désse garantias a todos os partidos, inclusivamente ao partido realista. O ministro inglez exigiu a suspensão da venda dos bens sequestrados aos realistas, e a venda foi suspensa. Os inglezes n'estes seus planos levavam em vista o poder alcançar o termo da guerra pela paz, conciliando os partidos. Se estas não eram as suas vistas, ao menos elles assim o faziam acreditar. O coronel Hare ía amiudadas vezes a Santarem para conferenciar com o ministerio realista, e com o barão de Rumford, enviado hespanhol. Algumas exigencias se fizeram, que os realistas rejeitaram como inadmissiveis, e as negociações se

interromperam ainda d'esta vez. Estas interferencias estrangeiras e opposições davam serios cuidados ao senhor D. Pedro; que tendo noticia do quanto lavrava no seu exercito o espirito opposicionista, chegou a conceber a idéa, que mais d'uma vez tivera, de que lhe queriam tirar a regencia. Sua magestade imperial, a pretexto de passar uma revista ao seu exercito, vai ao Cartaxo (12 de dezembro) para conhecer o espirito de que o mesmo exercito se achava animado, constando depois que o senhor D. Pedro voltára mais socegado a tal respeito, pela promessa que o marechal Saldanha lhe fizera.

A guerra de Hespanha tomava cada vez mais incremento. Apesar das perdas de Victoria e Bilbáo, a causa de D. Carlos tomava um aspecto tão ameaçador para a causa de Isabel, que Luiz Filippe mandou para a fronteira um exercito de cincoenta mil homens promptos a entrar em Hespanha para sustentar o novo principio dynastico.

Cordova havia chegado a Madrid nos principios de dezembro. A conservação de D. Carlos em Portugal dava occasião a hostilidades entre os governos de Christina e do senhor D. Miguel, e a permissão de se formarem depositos de emigrados portuguezes na fronteira hespanhola já era declaração de guerra de facto entre os dois governos. Na praça de Marvão se reuniam tambem alguns emigrados carlistas, e dizia-se que aquella praça fôra posta á disposição de D. Carlos para d'ali fazer um ponto de apoio para organisar uma expedição, e invadir a Estremadura hespanhola. Eram os dois governos a fazer represalias um ao outro.

A 11 de dezembro saíram de S. Vicente os emigrados, que auxiliados pelos christinos, e por um official

inferior da guarnição da praça, que de proposito retirou de noite a sentinela do ponto escolhido para entrarem, surprehenderam na madrugada do dia 12 a cidadella de Marvão, que tomaram, e em seguida a praça e parte da guarnição. O brigadeiro Pinto, que se achava prêso em Marvão, tomou o commando da praça, força armada, e governo ali instaurado, para organisar forças no Alto Alemtejo. O brigadeiro, e governador realista foi para o calabouço, d'onde ha pouco saíra o brigadeiro Pinto. A surpreza de Marvão teve um caracter traiçoeiro, e quasi hespanhol. O brigadeiro Pinto escreveu em 13 de dezembro á rainha Christina a pedir-lhe soccorros para sustentar a praça, visto a impossibilidade de ser soccorrida por sua magestade imperial D. Pedro. Com os soccorros dos christinos a praça de Marvão immediatamente se poz em bom estado de defesa, e incommodou bastante os realistas por aquelle lado, obrigando-os a ter sobre aquelle ponto uma columna de tropas de todas as armas.

A suppressão da venda dos bens sequestrados aos realistas fez com que alguns agitadores fizessem um tumulto na cidade do Porto no dia 16 de dezembro, na occasião em que a commissão municipal levantava o sequestro á casa do negociante Souto. Os agitadores invadiram a casa da camara, e os seus membros correram risco. A commissão municipal foi dissolvida.

O general Stubbs cedeu finalmente o commando no Porto ao barão do Pico do Celeiro, depois de lhe ser expressamente assim ordenado. O senhor D. Pedro lhe remunerou por esta occasião os serviços passados, dando-lhe o titulo de barão de Villa Nova de Gaia (18 de dezembro).

Na corte do senhor D. Miguel accusavam Macdonald

de nada fazer, á que o general em chefe do exercito realista respondia, que queria organisar e disciplinar bem o exercito para abrir a campanha na primavera do anno de 1834; porém, continuando as accusações, os desgostos do general foram taes, que o levaram a seguir o exemplo do marechal Bourmont, pedindo a sua demissão do commando do exercito, que todavia não lhe foi dada com promptidão como a Bourmont; insistindo porém pela demissão, esta lhe foi dada em 20 de dezembro, e nomeado o general Povoas para o substituir. Esta mudança do commando para as mãos de Povoas exultou de prazer os inimigos de Macdonald, mas não os homens que viam no general demittido o general disciplinador; e que contivera Saldanha desde os dias 11 de outubro. Povoas e Santa Martha com as suas rivalidades em julho e agosto de 1832, deixaram prolongar a lucta, que tantas desgraças fez pesar sobre a nação, e sujeitando a causa que defendiam ás contingencias e caprichos d'uma longa guerra, caprichos que lhe deram em resultado o estado perigoso, ou perdido da sua causa, tal como ficou pelos acontecimentos da tomada da esquadra, e tomada de Lisboa. Estas considerações faziam com que os officiaes distinctos de ambos os exercitos conhececem, que Povoas não era o homem de acção para um caso tão serio, como era em taes alturas o commandar o exercito realista.

O marechal Saldanha, querendo como solemnisar a entrada de Povoas no commando do exercito que lhe era opposto, manda ao brigadeiro Macedo com uma força de cavallaria, e alguma infanteria levada na garupa dos cavallos, fazer uma sortida sobre Torres Novas, no dia 21 de dezembro, a fim de destruir os moinhos e farinhas que n'aquella villa havia para o exer-

cito realista, e conseguindo o fim para que ali fôra, retirou Macedo com rapidez sobre o seu exercito, escapando a qualquer ataque de força maior da parte dos realistas.

A villa de Setubal, constantemente ameaçada pelo general Lemos desde a derrota de Alcacer, começou a chamar a mais séria attenção do senhor D. Pedro, mandando activar as fortificações, e augmentar a sua guarnição.

Terminava o anno de 1833, que tão cheio de acontecimentos se appresentou. No princípio de janeiro o senhor D. Pedro e o seu exercito luctavam no Porto com todos os horrores d'uma cidade estreitamente sitiada, tendo a sua causa em grave risco, em quanto que ao senhor D. Miguel e ao seu exercito nada faltava, e tinha pela sua parte toda a probabilidade da victoria. Agora tudo estava mudado, appresentando-se o exercito do senhor D. Pedro abundantemente provído, bem vestido, e equipado, em quanto que ao do senhor D. Miguel faltavam as cousas mais precisas para fazer a guerra. Os dois exercitos, apesar d'esta desproporção moral, não tinham força para se debellarem um ao outro; e considerando physica e moralmente as forças de cada um, a continuação da guerra por parte do exercito realista não dava a este um caracter menos heroico, do que a defesa do Porto pelo exercito do senhor D. Pedro.

(1834) Entrava o anno de 1834, e a guerra estava bem longe da sua terminação; e ainda que as probabilidades do triumpho estavam todas pela parte do senhor D. Pedro, nem por isso o partido realista, que confiava na força da nação, desesperava de poder por um d'esses acontecimentos extraordinarios, com que a

guerra caprichosamente faz n'um momento mudar a face dos negocios, poder melhorar a sua causa, e pôl-a pelo menos em estado de poder negociar com vantagem. As auctoridades realistas por toda a parte eram zelosissimas no recrutamento, e em proporcionar os meios de fardar, e fazer subsistir o seu exercito.

No Algarve fizeram em 3 de janeiro os sitiados de Faro uma sortida sobre o campo realista. Na Estremadura falleceu em Santarem, no dia 6, a senhora infanta D. Maria da Assumpção, que desde dezembro estava atacada da febre typhoide que grassava n'aquella villa, onde tinha arrebatado grande número de notabilidades do partido realista, e mais de cinco mil soldados. No mesmo dia 6 de janeiro fez a guarnição realista de Leiria um movimento sobre Alcobaça, e no Alemtejo tambem os realistas atacaram a praça de Marvão.

Os realistas fortificavam e artilhavam o castello e cidade de Leiria, onde tinham para sua defesa mil e quinhentos homens, quasi todos de milicias e voluntarios realistas, e um esquadrão do regimento de cavallaria n.º 1. Saldanha projecta tomar Leiria e abrir uma communicação para o Porto, ou, pelo menos, cortar a dos realistas entre Coimbra e Santarem. A empreza era bastante arriscada, porém tentou-se, reunindo Saldanha para tal tentativa uma força de quatro mil e quinhentos infantes, tres regimentos de cavallaria, e a competente artilharia, força quasi toda tirada do Cartaxo, deixando a linha ali bastante enfraquecida, e exposta a um golpe de mestre da parte dos realistas, se elles tivessem n'essa occasião em Santarem um general que, reunindo á pericia a actividade e audacia, marchasse sobre Lisboa em quanto Saldanha se entretinha em Leiria.

Saldanha appresentou-se sobre Leiria em 15 de janeiro. A guarnição esperou o ataque fóra de seus ainda fraquissimos entrincheiramentos; porém vendo o coronel Pitta Osorio a superioridade de seus adversarios, abandonou a cidade e castello, retirando-se sobre a estrada dos Machados, sendo logo feito prisioneiro com outros muitos officiaes e soldados. A cavallaria de Saldanha correu depois sobre os fugitivos sem lhes dar quartel, sendo notavel que Saldanha no seu officio ao ministro da guerra se vanglorie de que o seu estado maior todo tivesse a honra de tingir as suas espadas no sangue de portuguezes que tinham o crime, como elles, de pensar diversamente. Esta acção da tomada de Leiria, olhada pelo lado humanitario, foi uma das que mais deslustraram a guerra civil da successão.

Em Hespanha continuava a causa de D. Carlos a fazer proselytos. No Aragão, Valença, e Catalunha se armavam os carlistas em grande força, e se batiam corajosamente como seus irmãos da Navarra e Vascongadas pela lei salica, por seus foros, e pela sua liberdade. Zea era accusado pelos christinos de proteger clandestinamente a causa carlista, ou dos hispanos-saliences. Christina demittiu Zea Bermudes em 15 de janeiro, nomeando para o seu logar Martinez de la Rosa, de sentimentos oppostos a Zea. Martinez de la Rosa fez desenvolver completamente a revolução em Hespanha.

A quéda do ministerio de Zea Bermudez foi um golpe terrivel na causa realista. Zea, se bem que tivesse mandado retirar o ministro Cordova, e feito não pouca hostilidade ao senhor D. Miguel por acinte pela protecção dada a D. Carlos, é certo que nunca quiz entrar em arranjo algum que tivesse por fim o reconhecimento official da senhora D. Maria II, com a ex-

pulsão do senhor D. Miguel para fóra da Peninsula. Até se disse, que Zea tentára o senhor D. Miguel offerecendo-lhe a coroa da Peninsula, casando-o com D. Isabel II, porém que esta proposta fôra rejeitada pelo mesmo augusto senhor, e que igualmente rejeitára tudo quanto tivesse por fim obrigal-o a expulsar D. Carlos para fóra da Peninsula. Havia ainda a probabilidade no tempo de Zea, de que se o ministerio realista se encostasse finalmente para o lado de Christina, os soldados d'esta, que vieram ajudar ao senhor D. Pedro, para derrubar do throno a seu augusto irmão, viriam com as suas primitivas tenções para o segurar.

Os realistas faziam ainda grandes esforços para recuperar por si uma posição, fazendo por organisar novos corpos, e animando os seus com esperanças n'uma esquadra, que se dizia tratavam de arranjar os agentes realistas no estrangeiro.

A 17 de janeiro deu o senhor D. Miguel nova e ampla amnistia, passo bastante politico, se tivesse sido dado cinco annos antes. N'este mesmo dia foi a praça de Lagos novamente atacada pelos realistas.

A 22 de janeiro mandou Saldanha uma força sobre Aldeia da Cruz, a fim de apprehender uma porção de dinheiro pertencente ao exercito realista. Saldanha desde o dia 15 que havia feito activar as obras de defesa de Leiria, e deixando n'esta cidade mil e quinhentos homens, dezoito peças, e cincoenta cavallos, saíu a 25 sobre Torres Novas, onde surprehendeu uma força do regimento de cavallaria de Chaves, resultando d'esta surpreza um combate.

Os christinos cada vez invadiam com mais frequencia as fronteiras portuguezas. Iguaes invasões faziam os emigrados portuguezes apoiados pelos christinos.

Estas invasões tinham as auctoridades realistas das fronteiras em contínua inquietação.

Do Porto fizeram, em 26 de janeiro, uma sortida sobre Villa do Conde. O guerrilheiro Batalha, que em Hespanha havia organisado uma guerrilha de cavallaria, fazia correrias pelo Alemtejo. A 27 saíu elle de Setubal e correu rapidamente até Moura. Saldanha, que não se demorou em Torres Novas, correu sobre Pernes, onde se travou uma acção em que o general realista Canavarro foi batido por Saldanha em 30 de janeiro. A 31 fizeram os realistas um novo ataque á praça de Marvão. A 10 de fevereiro fez a guarnição de Faro uma outra sortida. A primavera promettia pois grandes acontecimentos, principalmente ao norte e ao sul do reino, pela actividade que se notava em ambos os partidos belligerantes.

O general Lemos preparava-se a tomar Setubal, plano que talvez não lhe désse o resultado que esperava, em attenção a que a villa já n'esse tempo estava em bom estado de defesa. Os planos de Lemos foram frustrados d'esta vez pela ordem que recebeu para marchar com tres mil homens das tropas do sul para Santarem, onde entrou pela noite de 16 de fevereiro. Em Santarem queriam que se désse uma batalha a Saldanha. O general Povoas irresoluto, cançado pela idade e estado physico, e mesmo moral, porque já havia pouca confiança n'elle, não se queria encarregar da execução de planos arriscados. Povoas perdeu muito na sua força moral, pela apathia que mostrou de 15 a 30 de janeiro, que fez conhecer ao exercito que a pericia do general de nada vale, quando lhe falta a energia, e mesmo a audacia para aproveitar-se dos erros militares dos seus adversarios, ou, melhor, saber aproveitar a occasião

que vem, e não volta. E são na realidade estes os dotes que fazem distincto o general, d'outra fórma desce a esphera dos generaes rutineiros, que só sabem combater com grandes meios, e com a quasi certeza da victoria.

O general Lemos tomou o commando da ala direita do exercito realista em Santarem. A 18 de fevereiro, pelas seis horas da manhã, mandou Lemos romper o fogo em frente da ponte do Celeiro, com quatro peças e um obuz, apoiado por mil infantes e dois esquadrões que tinha emboscados. O reducto real da ponte da Asseca rompeu igualmente o fogo, onde appresentou uma força de dois mil e quinhentos homens, e um forte esquadrão. Ás seis e meia, quatro columnas de infanteria com oito esquadrões passaram a ponte do Celeiro tomando a direcção de Villa Nova do Outeiro, e Santa Maria, muito á esquerda de Saldanha. Esta força era apoiada por doze peças, e tres obuzes. O marechal Saldanha conhecendo os movimentos do general Lemos, em quem sem dúvida se divisava a execução d'um plano ousado, corre com as suas principaes forças, apoiadas por oito boccas de fogo, a occupar Paul e Almoster. Pelas onze horas a infanteria e cavallaria realista marchavam em frente de Almoster, sendo incommodados pelo fogo de artilharia e foguetes mandado fazer pelo brigadeiro Schwalbak, a quem o general realista mandou responder com a sua artilharia. Lemos continuou a mandar avançar pela esquerda sete corpos de infanteria e a cavallaria, que Saldanha mandou seguir parallelamente por cinco corpos de infanteria, e dois regimentos de cavallaria. Em quanto estes movimentos se praticavam na estrema esquerda de Saldanha, na ponte da Asseca havia rijo combate, que depois do meio dia continuou em activissimo fogo de

atiradores. Pelo meio dia, o general realista declara aos seus as intenções de avançar sobre Lisboa, se as operações d'aquelle dia lhe dessem um resultado favoravel, rompendo as suas tropas em enthusiasticas acclamações ao rei que defendiam. Eram tres horas da tarde quando os atiradores e artilharia realista romperam o fogo activamente. Ás quatro horas e meia se travou rijo combate na ponte de Santa Maria, onde morreu o brigadeiro realista Santa Clara. Sobre Almoster se combatia igualmente com denodo. A esta mesma hora de ataque, outra columna se preparava a passar a valla na ponte do Celeiro. Á morte do brigadeiro Santa Clara seguiu-se logo a do brigadeiro Brassaget, e seu ajudante de campo o tenente Dubrevil, e a desordem se introduziu nas fileiras realistas. Lemos mandou a sua cavallaria para assegurar a retirada sobre Santarem, o que effectuou já pela noite. Esta batalha foi de ambos os lados dada com valentia e pericia. As perdas foram grandes. Do exercito de Saldanha morreu o coronel Miranda, morte não menos sentida, que a de Santa Clara, e Brassaget. Os realistas attribuiram a sua infelicidade n'este dia ao brigadeiro Rebocho, todo creatura de Povoas, e ao commandante da cavallaria Orinhi. No dia seguinte (19 de fevereiro) foi o general Povoas demittido do commando em chefe do exercito, notando-se dizer a ordem do dia, *pelo requerer, em razão do seu estado physico e moral*. O general Lemos substituiu Povoas. N'este mesmo dia se deu nova organisação ao exercito realista, mandando-se completar os corpos de 1.ª linha que foram supprimidos em 1829, voltando á creação dada em 1806, até 1825. Para alguns dos novos corpos já havia cascos em diversas terras ao norte e sul do reino.

A entrada do general Lemos no commando do exercito realista não foi ambicionada por este general, que tinha o bom senso de pensar que não era fidalgo, e que por isso não lhe sería possivel obter um sincero apoio da classe privilegiada, constantemente provada nos commandos do exercito desde o começo da lucta. O general Lemos recusava pois similhante honra, porém o senhor D. Miguel lhe ordenou positivamente que tomasse o commando do exercito, dizendo-lhe mais, que não se tendo podido arranjar a esquadra por falta de meios, estava resolvido a vender as suas joias (67) para com ellas se obter uma esquadra igual á de seus adversarios. Lemos obedeceu.

O exercito realista mettido em Santarem, n'um foco miasmatico, chamou desde logo a attenção do novo general em chefe, que fez sair as tropas para o campo, para tomarem o ar livre, e assim restabeleceu a saude do soldado, tão deteriorada pela terrivel molestia de que poucos deixaram de ser accommettidos.

O general Lemos tinha adquirido certa reputação, quando, sendo coronel, foi mandado commandar a expedição para tomar a ilha da Madeira, o que conseguiu com felicidade no dia 22 de agosto de 1828; porém esta reputação foi bastante annullada no anno seguinte no ataque da Terceira em 11 de agosto de 1829; e se bem que Lemos se justificou, comtudo não deixaram de lhe attribuir, em parte, o máo successo do desembarque da Villa da Praia. Posteriormente Lemos, como general commandante da 3.ª divisão no cêrco do

(67) Taes joias não se venderam, nem a esquadra veiu, se bem que se affirma, que se tractava seriamente do seu engajamento, na occasião em que a Inglaterra, França, e Hespanha deliberaram entrevir a favor do senhor D. Pedro.

Porto, foi um dos officiaes generaes mais activo, mais zeloso, e que mais incommodou os sitiados n'aquella cidade, fechando-lhes a barra, e repellindo todas as sortidas que fizeram sobre a margem esquerda do Douro. Lemos continuou a mostrar zêlo, energia, e bravura durante o cêrco de Lisboa, e depois a fortuna, que por vezes o coroou no Alemtejo, fez esquecer os successos da Terceira, e começou a ganhar certo prestigio no exercito, pelo que a sua subida ao commando em chefe foi até certo ponto de satisfação para a maioria do exercito, que via premiados os serviços do general moderado, e todo cheio de dedicação pela causa real.

O conde de Almér passou a commandar no Alemtejo em logar do general Lemos. Almér, general habil e energico, tinha tomado conta de um exercito de observação indisciplinado, e deixava um exercito disciplinadissimo; porém Almér tirado do commando do exercito do norte era um golpe terrivel para a causa realista. À saída do general d'Almér seguiu-se logo a marcha de duas brigadas para o sul, deixando o corpo do exercito de observação sobre o Porto bastante enfraquecido; todavia com taes deafalques ainda a guarnição do Porto estava contida a coberto das suas linhas, sem se arriscar a tomar a iniciativa nas operações.

Notava-se que no exercito realista muitos officiaes eram passados a veteranos, ou a governos de praças em estado de desarmamento. Não havia dúvida que alguns d'estes officiaes mereciam tal arrumo pela sua falta de energia ou aptidão; porém tambem é innegavel, que no meio d'esta expurgação foram postos de parte officiaes benemeritos, alguns dos quaes haviam feito com grandes creditos as guerras da Peninsula e de Monte-

vídeo, e que igualmente eram fidelissimos ao senhor D. Miguel, a quem poderiam continuar a prestar serviços de grande valia.

De operações militares fizeram uma sortida sobre S. Bartholomeu do Pixão, em 22 de fevereiro. A 27 foi a cidade de Faro outra vez atacada pelos realistas. A 23 fugiu para Alcaniças (Hespanha) o general Jorge de Avilez, que estava em Bragança prêso, mas a quem se concedia licença para passear com um official da guarnição. Avilez organisou em Hespanha uma nova expedição.

O governo britannico mostrava-se indisposto contra o senhor D. Pedro, por conservar no seu ministerio individuos de opiniões exageradas, e que nenhumas garantias davam para se poder obter a reconciliação da familia portugueza, unicos desejos, diziam os ministros de Guilherme IV, de todos os esforços da nação britannica. Os poucos individuos da antiga aristocracia portugueza, que seguiam o imperador, apoiavam na generalidade a politica ingleza a respeito de Portugal, fazendo portanto opposição ao ministerio do regente.

Lord William Russell foi substituido por lord Howard de Walden na embaixada de Lisboa. O novo ministro britannico começou logo a intrometter-se nos negocios politicos do paiz, com bastante despeito para com o senhor D. Pedro, pois sem deferencia alguma para com o mesmo augusto senhor, propoz (28 de fevereiro) a mediação ingleza para o acabamento da guerra, devendo os governos britannico e o de Luiz Filippe serem os arbitros nas negociações com os realistas; porque estes não confiavam no governo do senhor D. Pedro. Similhante ousadia irritou o imperador, irrita-

ção que ainda o ministro britannico fez subir ao mais alto gráo, quando na sua appresentação na corte dirigiu o seu discurso unicamente á rainha, sem fazer caso ou menção do imperador, que era regente em nome de sua augusta filha. A animosidade do senhor D. Pedro contra lord Howard augmentava diariamente, chegando a conceber, que o ministro inglez tinha instrucções para o hostilisar.

A causa realista, apesar de ter obtido grandes melhoramentos materiaes, e de todos os esforços de seus fieis defensores, parecia a muitos que ía succumbir no presente anno ao poder combinado das nações que haviam adoptado a politica da revolução de julho, isto é, que succumbiria ao poder dos governos inglez e belga, e sobre tudo ao de Luiz Filippe e de Maria Christina. A face que os negocios tomaram desde a quéda de Zea Bermudez assim o indicavam. O senhor D. Pedro já tinha a promessa da entrada d'um corpo de exercito de christinos, que deviam entrar na proxima primavera para terminar com a questão portugueza a favor da senhora D. Maria II, com a expulsão do senhor D. Miguel. Era a politica de Luiz Filippe supplantando a do gabinete de Guilherme IV, que começou a dar auxilios ao senhor D. Pedro para as suas expedições, a fim de pela força obter a annuencia do partido realista aos seus fins, o que teria conseguido, se os realistas se deixassem levar mais pelos interesses individuaes, do que pelos do pundonor, desprezando os juramentos prestados ao seu chefe.

A 2 de março fez a guarnição de Setubal uma sortida sobre Rilvas. A 4 outra sortida de Leiria sobre Aldeia da Cruz, onde foi surprehendido o batalhão de voluntarios realistas de Trancoso. A 10 outra sortida

de Faro. A 15 outra da praça de Marvão. A 18 foi aprisionado nas alturas de Vigo o vapor realista Lord das Ilhas, e mais dois navios carregados de munições.

O senhor D. Pedro assignou dois decretos, um exautorando seu augusto irmão das honras devidas ao seu alto nascimento! outro extinguindo a casa do infantado encorporando os seus bens nos do estado (18 de março). Estes decretos foram como em represalia á diplomacia britannica; porém o ministro inglez fazendo pouco caso de taes decretos, continuou a sua guerra ao ministerio do senhor D. Pedro, a quem communicou a sua tenção de continuar nas suas diligencias pela terminação pacífica da lucta, que affligia Portugal. Lord Howard passou pois ao Cartaxo para abrir communicações com o ministerio realista em Santarem, sobre as bases dos antigos projectos de saída temporaria do senhor D. Miguel para fóra de Portugal, recolhendo o mesmo augusto senhor ao reino, quando acabasse o praso marcado, sem que se lhe podesse tolher o seu regresso á patria. A nada d'isto annuia o ministerio do senhor D. Pedro, e até se dizia, que o mesmo imperador, contra a vontade da Inglaterra, queria casar a rainha sua filha com um principe da sua escolha, mas que, segundo as vistas do gabinete inglez, não dava paz a Portugal, porque só poderia satisfazer um partido, mas nunca a maioria da nação portugueza. Notava-se nos documentos officiaes, e até no relatorio do decreto de 18 de março, uma linguagem baixa contra o senhor D. Miguel, linguagem que este senhor nunca consentiu que os seus usassem contra seu augusto irmão e parentes, e esta linguagem official dava azas aos discursos e estilo de jornaes o mais offensivos, até á augusta casa de Bragança na pessoa d'um

de seus principaes membros. O ministro inglez exigia moderação na linguagem para com o principe brigantino; que no estilo official se pozessem de parte as expressões offensivas de usurpador e outras similhantes, e que no geral se usasse d'uma linguagem de respeito e polidez, assim como lhe fosse restituida a sua casa &c. &c. Que as nomeações ecclesiasticas, civis e militares, feitas pelo governo realista, fossem em parte garantidas, pagando-se os soldos aos militares &c.

Lord Howard na sua chegada ao Cartaxo escreveu para Santarem ao ministro da guerra conde de S. Lourenço, mas em particular; porém o ministro recusou qualquer communicação que não tivesse por si um caracter franco e official (68), exigencia a que o ministro inglez immediatamente satisfez, e uma entrevista houve na ponte d'Asseca (22 de março) entre o general Lemos, o ministro britannico, marechal Saldanha, almirante Parker, e mais dois officiaes da marinha ingleza. Os quatro ultimos afastaram-se, e Lemos e Howard ficaram para entre si conferenciarem e regularem as bases da negociação para a paz; porém o general Lemos com a franqueza que o caracterisa logo declarou, que era preciso pôr de parte a exigencia da saída do senhor D. Miguel para fóra de Portugal, porque nem elle, nem os outros que militavam debaixo das bandeiras realistas, estavam resolvidos a abandonar o rei, qualquer que fosse a gravidade e magnitude dos sacrificios que para isso houvessem de fazer. Howard fez uma exposição ao general realista dos perigos a que se expunham não acceitando as propostas, porque a

(68) Durante o cêrco do Porto tambem o illustre fidalgo recusou receber cartas do senhor D. Pedro, sem que o senhor D. Miguel fosse sabedor de taes correspondencias.

intervenção armada contra elles ía ter logar &c. &c.
No calor da questão Lemos ainda ousadamente perguntou ao ministro inglez: dizei-me, milord, é ou não é o senhor D. Miguel rei de Portugal? prometteu ou não prometteu o gabinete de S. James que jámais se intrometteria, ou consentiria que outros se intromettessem com força armada a favor d'algum dos dois principes da casa de Bragança? — A nova politica do gabinete das Tulherias e de S. James, depois da desthronação de Carlos x em París, e da quéda do duque de Wellington em Londres, não permitte tal reconhecimento, e hoje mesmo o governo de Madrid não só abraçou esta politica, mas está invadindo Portugal contra o senhor D. Miguel; acrescentando o lord, que os realistas tinham já feito bastante para salvar a sua honra, e acceitar as bases da negociação. Os dois commissionados não poderam chegar a um acôrdo, e o general Lemos retirou-se a Santarem, onde o senhor D. Miguel anciosamente o esperava, para saber o resultado da conferencia, de que foi informado com a maior fidelidade. Lord Howard retirou-se para Lisboa, onde poucos dias depois recebeu a definitiva resposta official, dada pelo ministro conde de S. Lourenço. Foi esta a ultima interferencia do gabinete inglez para terminar a guerra em Portugal por outros meios, que não fossem os da força; porém infelizmente não foi possivel levar os dois partidos contendores a um acôrdo; com o qual se teriam evitado, sem dúvida, grandes males que posteriormente carregaram sobre o infeliz Portugal, já pelos effeitos do acabamento da guerra pela guerra, já porque muitos individuos do partido realista, homens eminentes em virtudes e saber, ficaram fóra dos negocios publicos, podendo ter prestad

á sua patria o auxilio de seus talentos e moderação nas grandissimas crises em que a nação se tem visto depois de 1834. Querer levar a questão portugueza a uma solução pacifica, exigindo sacrificios de honra exclusivamente a um dos partidos, que era o mesmo que dizer: — *nós preferimos a guerra á paz.* Se se tivesse proposto, como preliminar das negociações, a saída temporaria de ambos os principes, ou prescindissem do odioso da saída d'um com a exclusão do outro, e com a composição d'um ministerio que désse garantias d'ordem a todos, sería muito possivel então obter a tão desejada reconciliação dos portuguezes, e grandes males se teriam evitado.

Em Hespanha progredia a fortuna dos carlistas sobre os christinos. O general Zumalacarregui entrou em Victoria. O governo de Madrid recebe em 21 de março o embaixador do senhor D. Pedro, e reconhece a senhora D. Maria II, depois de ter reconhecido o senhor D. Miguel I!

Os realistas abandonaram o cêrco de Marvão em 23 de março, passando as forças que faziam o cêrco a occupar Portalegre e Castello de Vide. N'este mesmo dia foi surprehendida a villa de Caminha por Napier, auxiliado pelos hespanhoes christinos. A 25 foi a villa de Serpa atacada por Sá da Bandeira, que havia saído do Algarve para esse fim; porém a guarnição da praça, composta dos batalhões de realistas de Serpa e Mertola, repelliu os atacantes com denodo. A 26 estava Sá da Bandeira em Beja; porém o brigadeiro conde Luiz de Bourmont o seguia, assim como o brigadeiro Cabreira, que com uma força de tres a quatro mil homens passava a operar no Algarve contra o coronel Sá da Bandeira. A guarnição do Porto, que havia sido re-

forçada com alguns corpos do sul, saiu ás ordens de Pico do Celeiro, sobre o brigadeiro Quinhones, e em Santo Tyrso se deu um combate no dia 26 de março em que ficaram mal os realistas. O general José Cardoso, que n'esse tempo estava em Oliveira d'Azemeis, foi a toda a pressa tomar o commando das suas tropas, e que Quinhones lhe deixára derrotar, fazendo um effeito terrivel nos realistas. No mesmo dia 26 fez a guarnição de Marvão um ataque á praça de Castello de Vide, que estava guarnecida pelo batalhão de voluntarios de Portalegre commandado pelo coronel Villalobos, milicias de Evora, Idanha, e alguns destacamentos, e todas estas forças debaixo do commando do governador da praça o brigadeiro Doutel, o qual repelliu e perseguiu as forças atacantes, e as teria anniquilado, se a columna do commando do coronel Corvo, que estava em Portalegre, tivesse feito o movimento indicado por Doutel. Corvo tinha em Portalegre o regimento de infanteria n.° 21, batalhão de voluntarios da Covilhã, regimento de milicias de Villa Viçosa, sessenta cavallos, e duas peças de artilharia. Napier, depois do seu desembarque em Caminha, marchou sobre Valença, que atacou no dia 31, mas sem resultado, pelo que lhe estabeleceu sitio. Em 3 de abril davam Pico do Celeiro e Cardoso uma renhida acção na Lixa, retirando os realistas a tomar posições em Amarante. No mesmo dia 3 de abril rendeu-se Valença a Napier. A 4, sortida sobre Loulé, repellida pelos realistas. A 7 ataque no Ferragudo, no Algarve.

Os belligerantes ao norte e ao sul do reino batiam-se denodadamente, sendo raro o dia em que não houvesse algum combate, em quanto que no centro estavam como n'uma especie de tregoa desde a batalha d

Almoster, e mesmo parecia não haver ali vontade de combater, porque se via que o general Lemos destacava forças consideraveis para o sul e norte, e Saldanha destacava outras para fazer face ás operações dos realistas nas extremidades do reino; porém estes esforços dos realistas eram por muitos considerados inuteis. Elles poderiam continuar a guerra contra o senhor D. Pedro, apesar de todos os soccorros que o imperador recebia dos estrangeiros, e talvez que a sorte da guerra lhes fosse mais favoravel no futuro, porque se notava muita vida nos novos generaes, e a guerra é muito caprichosa; porém não poderiam continuar a guerra contra a França, Inglaterra, e Hespanha, que começavam directamente a invadir o reino para os obrigar a depor as armas. A continuação da guerra era pois reputada por muitos individuos como só desastrosa para a nação, sem que podesse dar o triumpho á causa real. Tres mil christinos occuparam Chaves e Mirandella no dia 9 de abril, e mais outros corpos hespanhoes superiores a vinte e cinco mil homens começavam a entrar por a Beira, Alemtejo, e Algarve, tendo por commandante em chefe ao general Rodil. Apenas se verificou a invasão directa da parte da Hespanha, e em tão grande força, os animos dos realistas caíram em grande desalento. Os que ainda combateram, depois de tal acontecimento, foram mais levados por uma fidelidade extrema, do que por convencidos de alcançar bom exito.

O duque da Terceira, acompanhado de mais forças que levou de Lisboa, foi tomar o commando das forças do norte, que commandava Pico do Celeiro. A 10 e 11 de abril se deu entre os generaes Terceira e Cardoso os bem disputados combates da ponte de Amarante. José Cardoso retirou, pelo que foi muito censurado

entre os seus; porém injustamente, porque sería impossivel ao general realista o conservar aquelle ponto, tendo n'um de seus flancos uma tão grande força de tropas christinas, que já haviam atacado o general Raimundo, tomando-lhe artilharia, bagagens &c. As forças de milicias e de voluntarios realistas n'aquellas provincias debandavam para suas casas, e das notabilidades appresentaram-se ao duque da Terceira, em 12 de abril, os generaes visconde de Santa Martha, João da Silveira, e outros muitos individuos, que depois de fazerem a sua submissão ao imperador, se retiraram para suas casas á vida privada.

Ao sul foi Setubal atacada no dia 12 pelo conde Luiz de Bourmont, que por pouco não occupa a villa por surpreza. Cabreira avançou para o centro do Algarve sobre Sá da Bandeira. No norte continuava o duque da Terceira a avançar para Trás-os-Montes; de accôrdo com os christinos, e com as forças hespanholas e portuguezas do general Avilez, que tambem havia entrado de Hespanha. Os generaes realistas abandonaram toda a margem direita do Douro em 17 de abril, passando este rio na barca do Pocinho, na direcção de Trancoso. Os realistas attribuiram ainda assim o abandono tão rapido do norte do Douro a falta commettida pelo general Gouvêa Osorio, que foi quem de facto commandou as tropas realistas depois da retirada de Amarante. O general Rodil com oito mil homens occupava a Guarda. Almeida, de ha muito ameaçada pelas tropas christinas de Rodil, foi abandonada pelo governador, general Nunes de Andrade, em 18 de abril. Os realistas conservavam n'esta praça oitocentos presos politicos que para ali tinham sido removidos das outras cadeias do reino, e o governador os deixou

ficar todos, e nem elle os poderia levar. Os presos foram logo soltos, e debaixo do commando do coronel Valdez se organisaram, e armaram para fazer a guarnição da praça em nome da rainha. Rodil não avançou além da Guarda, em quanto Terceira não se aproximou para operar de commum accôrdo. D. Carlos fugiu da Guarda á entrada de Rodil, e foi ter á Chamusca com alguns poucos soldados hespanhoes que seguiam a sua causa, e que haviam emigrado para Portugal. Os generaes Osorio e Cardoso com os restos das suas tropas juntas á guarnição de Almeida occuparam Vizeu e Castro Daire. Terceira passou o Douro em 22, e occupou Lamego.

Assignou-se a quadrupla alliança offensiva e defensiva entre os governos das Tulherias, de S. James, de Madrid, e Lisboa, para expulsar da Peninsula aos senhores D. Miguel e D. Carlos de Bourbon (22 de abril). Isto depois do gabinete hespanhol haver reconhecido o senhor D. Miguel como rei de Portugal, e o de S. James declarar no comêço da lucta, que nunca se intrometteria, nem consentiria que outros se intromettessem com força armada nas questões que havia entre os dois principes da Casa de Bragança, faltando a esta promessa, interferindo indirectamente a favor do senhor D. Pedro, reconhecendo depois a senhora D. Maria II, e agora assignando o tractado da quadrupla alliança para o fim de expulsar do territorio da Peninsula hispanica ao senhor D. Miguel, empregando os meios violentos, mandando o governo inglez e francez as suas esquadras, e o hespanhol um formidavel exercito a Portugal, em quanto um outro e grande exercito francez ficava de observação nos Pyreneos ameaçando os carlistas, para que não fizesse falta a

parte do exercito de Christina, que ás ordens de Rodil, Serrano, Latre, &c. &c. faziam a campanha em Portugal.

As forças realistas ao sul do Douro, e do commando do brigadeiro Bernardino de Moura, haviam retirado a tomar posições sobre o Vouga, na occasião que o general Cardoso retirou para Trás-os-Montes. Do Porto passaram as forças do barão do Pico do Celeiro a occupar as posições de Oliveira, Souto Redondo, Ovar e Feira, abandonadas pelo brigadeiro Moura; porém este general, logo que os generaes Cardoso, e Osorio se aproximaram a Vizeu e Castro Daire, avançou novamente a tomar as suas antigas posições, no dia 24 de abril, que foram abandonadas precipitadamente pelas forças de Pico do Celeiro. Este movimento de Bernardino, e a reconcentração das tropas realistas por Castro Daire, faria recolher ao Porto ou a conservarem-se na direita do Douro as tropas do duque, a não ser a cooperação que tinham nos hespanhoes. Entre alguma força dos realistas e Terceira houve um pequeno combate em Castro Daire no mesmo dia 24 de abril, e no Algarve a divisão do brigadeiro Cabreira bateu Sá da Bandeira em S. Bartholomeu de *Messines*, obrigando-o a reconcentrar-se novamente nas tres praças de Lagos, Faro, e Olhão. Cabreira foi promovido por distincção a marechal de campo. A 29 se deu outro combate no norte, na Ponte Pedrinha sobre o rio Paiva, entre as tropas do duque da Terceira e dos generaes Osorio e Cardoso, e a 2 de maio a brigada hespanhola, do commando do barão de Carandolet, atacou o povo armado em Gouvea e Cêa, que destroçou. A 2 entrou Terceira em Vizeu, e os generaes realistas, flanqueados pelos hespanhoes, começaram a reti-

rar na direcção de Coimbra. A 5 foi a praça de Faro atacada por Cabreira. N'este mesmo dia o brigadeiro Moura com quatro mil homens cobria Coimbra, acampando na Mealhada, e Osorio e Cardoso retiravam por Tondella. Moura, na tarde de 6, avançou a tomar posições no Bussaco, deixando na Mealhada o 12.° de caçadores, voluntarios de Penafiel, e um esquadrão de cavallaria n.° 1; porém tendo já os generaes Osorio e Cardoso retirado sobre Botão, em consequencia de Rodil já occupar a Ponte da Murcella, o brigadeiro Moura retrogradou para a Mealhada pela noite, e na madrugada de 7 retirou sobre Coimbra, onde entrou ao mesmo tempo que as reliquias das forças que retiravam do norte. O general Gouvêa Osorio tomou o commando de todas as forças reunidas em Coimbra. Suppunha-se que os realistas esperassem a Terceira em Coimbra, cidade que estava já regularmente fortificada. O duque entrou na Mealhada no dia 7, d'onde saíu para Coimbra na madrugada de 8, esperando ter de atacar a cidade, para o que fez avançar as suas tropas com todas as disposições militares para entrar n'um combate. A divisão hespanhola do general Serrano estava a 8 em Mertola, avançando sobre o Algarve cobrindo a estrada do Alemtejo para aquelle reino, para cortar as communicações de Cabreira com o Alemtejo. Coimbra foi abandonada a 8, entrando n'este dia na cidade o duque da Terceira, e Napier na villa da Figueira, avançando logo com as suas forças de desembarque reunidas em Lavos ás de Leiria, sobre Soure, onde entrou a 9. Os realistas reunindo as forças do norte á columna que tinham no Mondego e Pombal, retiraram pela estrada de Thomar. Terceira demorou-se em Coimbra nos dias 9 e 10, e n'este ultimo dia teve

uma outra conferencia com Rodil para combinarem sobre ulteriores operações. Pico do Celeiro fez occupar Aveiro, e a pedido do duque da Terceira mandou toda a sua cavallaria de lanceiros (quasi todos os cavallos e soldados eram inglezes) a reunir ao duque. A 11 saíu a divisão do Terceira pela estrada de Thomar. A villa de Pombal foi occupada no mesmo dia 11, ficando assim aberta a communicação de Lisboa com o Porto. Terceira foi a Condeixa a 11. Napier com as suas forças e as de Leiria seguiram a estrada de Torres Novas sobre a villa e castello de Ourem, que estava fortificada e guarnecida, assim como o castello pelo batalhão de voluntarios realistas de Mangoalde, e regimento de infanteria n.° 7. A 12 ficava Terceira em Ancião. Os realistas reuniram todas as suas forças do norte em Thomar, e ali receberam de reforço uma brigada mandada de Santarem. O general Guedes tomou o commando das forças realistas reunidas em Thomar. A 13 enviou o senhor D. Pedro uma carta regia ao general conde da Madeira D. Alvaro Mesquitella, governador e capitão general da Madeira e Porto Santo, convidando-o a fazer a acclamação da rainha, visto estar já acclamada em quasi todo o reino. O general Guedes abandonou Thomar a 14, entrando n'ella o duque da Terceira. N'este mesmo dia intimou Napier a guarnição de Ourem para se render, a que se recusou mostrando disposições de se defender; porém no dia 15 pediram capitulação, que lhes foi concedida com todas as honras da guerra, depondo as armas, e retirando-se para suas casas, sendo a villa e o castello occupado por Napier. Guedes esperou o duque nas alturas da Asseiceira, a legoa e meia de Thomar, estando os seus soldados confiados que o senhor D. Miguel em pessoa viria com

mais forças para dar uma batalha a Terceira, ou pelo menos viria o general em chefe Lemos. A senhora infanta D. Isabel Maria passou de Santarem para Elvas, para não ficar exposta aos riscos d'um sitio ou combate em Santarem. Napier reuniu-se a Terceira na noite de 15. Saldanha estava em communicação com Terceira. De Santarem foram mandados dois esquadrões de reforço ao brigadeiro Spering, que occupava Salvaterra, e para evitar que Saldanha passasse a margem esquerda do Tejo. Guedes tinha de combater com as reliquias d'um exercito desanimado. Os hespanhoes flanqueavam as forças de Santarem, marchando sobre Abrantes, em quanto outro corpo marchava pelo Alemtejo a reunir-se ás forças de Marvão, e o general Serrano dava as mãos a Sá da Bandeira. O duque da Terceira saíu de Thomar na manhã do dia 16, e pelas sete horas se encontraram as avançadas em Santa Cita, onde houve um pequeno tiroteio, retirando os realistas sobre as suas forças principaes. Guedes tinha seis mil infantes, quinhentos cavallos, e onze boccas de fogo. Terceira tinha aproximadámente a mesma força em cavallaria e artilharia, porém tinha mais infanteria. As dos realistas estavam divididas em tres brigadas, tendo o commando da que occupava a direita o brigadeiro Bernardino de Moura, da do centro o brigadeiro Ricardo, e o da esquerda o brigadeiro Maurity, commandando toda a cavallaria o brigadeiro marquez de Puysseux, e em segundo o coronel visconde de Clacy, e a artilharia o capitão Lobo. O duque tambem tinha as suas forças divididas em tres columnas, commandando a da direita o coronel Queiroz, a do centro o brigadeiro Nepomuceno, e a esquerda o tenente coronel Bandeira de Lemos, commandando toda a cavallaria o

coronel José da Fonseca, e a artilharia o major Passos. Pelas nove horas avançaram as tropas do duque sobre os realistas, e ás 10 horas o fogo se tinha tornado geral; sustentando os realistas as suas posições com denodo, e mais do que se esperava de tropas que, em grande parte, tomavam posições depois de uma longa e penosa marcha em retirada, que bastante as desorganisou. Apesar de todas as desproporções physicas e moraes, os realistas já tinham os seus contrarios em grandes apuros pelo seu activo fogo de artilharia, que lhes tinham abalado a direita e centro; e mandando o duque carregar sobre a esquerda dos realistas, com energia, e pelas suas principaes forças, o general Guedes mui opportunamente ordenou ao brigadeiro marquez de Puysseux que com dois esquadrões de caçadores e lanceiros do 2.° e 8.° de cavallaria carregasse a direita dos seus adversarios; esta carga foi dada com bravura e galhardia ao grito de viva o rei! fazendo retirar os seus contrarios sobre as suas reservas; e continuando os esquadrões a avançar, enthusiasmados pelo bom successo da sua carga, exclamavam: victoria! victoria! grito que foi logo repetido em toda a linha. A batalha estava ganha por Guedes, e o duque ordenava a retirada, porém Puysseux e Clacy intempestivamente continuaram a conduzir os esquadrões, que subiram a passo de carga, e com a maior firmeza, a collina que lhes ficava de frente, onde estava a infanteria da columna do coronel Queiroz, que retirou para formar os quadrados, e na occasião que a cavallaria realista se aproximava para dar nova carga, Queiroz ordenou uma descarga geral, resultando o ferimento mortal do distincto Puysseux, e a desanimação da cavallaria, que vendo o seu chefe por terra, perdeu a or-

dem, e deu costas aos seus contrarios. O coronel Clacy, official não menos distincto, nem menos bravo que Puysseux, tomou o commando, apesar do seu máo estado de saude, e fez todos os possiveis para metter a cavallaria em ordem; porém não era entendido, porque não fallava nada o portuguez, nem tão pouco ali havia quem lhe entendesse o francez; progredindo por tanto a desordem, que foi levada a todas as fileiras pela cavallaria, atemorisada pela perda do seu commandante geral; todavia o regimento de infanteria n.º 16 e o batalhão de voluntarios realistas de Lamego ainda se defendiam com valor, apesar da metralha que os dizimava. O duque manda carregar sobre o centro, quando tudo começava em desordenada retirada pela estrada de Constança, Barquinha, Torres Novas, e Golegã. A cavallaria e artilharia atropellava a abatida infanteria, não havendo n'esta occasião um official, que com firmeza fizesse conter tamanha desordem, fazendo com que a cavallaria voltasse a proteger a retirada da infanteria, na qual se viam ainda alguns batalhões formados em quadrado resistindo, mas inutilmente; porque, não sendo soccorridos, tiveram de depor as armas o regimento de infanteria n.º 12, e um batalhão do regimento n.º 16. Os realistas perderam mil e quatro centos homens, na maior parte prisioneiros ou appresentados, oito peças de artilharia, quatro bandeiras, bagagens, reservas &c., e os seus adversarios, segundo o officio do duque, tiveram uns quatro centos homens fóra do combate. O duque da Terceira deveu a victoria d'este dia á morte do chefe da cavallaria realista, e á intelligencia militar do seu chefe d'estado maior Loureiro. Os realistas deviam ter ganho esta batalha, reforçando as tropas na Asseiceira com alguns esqua-

drões, e caçadores tirados de Santarem, o que muito bem poderiam ter feito sem enfraquecer a sua linha. O senhor D. Miguel, ou o seu general em chefe deviam ter-se apprcsentado aos seus soldados na Asseiceira, e assim satisfazer-lhes a desejos tão altamente manifestados, e para o que houve tempo. É n'estas grandes e solemnes crises, que temos visto reis, principes, e mesmo chefes de partido apprcsentar os seus talentos, e a audacia que muitas vezes tem feito mudar a face d'uma causa julgada perdida, para a posição de vencedora, e a batalha da Asseiceira, ganha pelos realistas, e com um general intelligente e audacioso, poderia produzir um d'esses phenomenos, que a historia nos appresenta, e que fazem a nossa admiração. Os homens grandes só se podem mostrar grandes nas grandes crises.

O general visconde de S. João da Pesqueira officiou da praça de Abrantes (que ainda estava debaixo do dominio do senhor D. Miguel) ao ministro da guerra do senhor D. Pedro, fazendo a sua submissão á senhora D. Maria II. A maneira por que o visconde redigiu o seu officio é bastante censuravel, por ser de um homem de quem era tão conhecido o seu proceder em 1828, e subsequentes annos do reinado do senhor D. Miguel (16 de maio).

No mesmo dia 16 de maio, tão memoravel nas dissenções dos portuguezes, eram conduzidos de Estremoz para Elvas setenta e um presos politicos. Esta commissão de transferencia dos presos foi encarregada pelo general conde de Almér ao auditor do exercito Manoel Maria Coutinho de Albergaria Freire. Este individuo, conhecido até ali como um acerrimo realista, quiz reformar as suas opiniões politicas com um feito

de estrondo, mas que custou a vida a tantos infelizes, que não morreriam se fossem conduzidos para Elvas como o governo providentemente ordenava para não haver outra scena do castello de Estremoz. Albergaria estando com os presos na estalagem da Ourada, a duas legoas de Estremoz, fez com que os presos se apoderassem das armas da escolta, travando-se entre a tropa e os presos um conflicto em que foi mortalmente ferido o tenente commandante da escolta, e gravemente alguns soldados, fugindo o resto da escolta para Estremoz. O governador d'esta praça, brigadeiro Pereira, officiou immediatamente ás auctoridades militares e civis de Monforte, Villa Viçosa e Jerumenha para que, reunindo as suas ordenanças e as forças que podessem, fossem no alcance dos fugitivos, e no dia 17 todas as estradas se achavam tomadas. Foi dolorosa esta scena de perseguição, porque dos presos que fugiam na direcção de Hespanha, foram muitos d'elles mortos na passagem do Guadiana, ou afogados n'este rio. A resistencia dos fugitivos era mui frouxa, como se podia esperar de homens detidos na cadeia alguns ha cinco e seis annos. Infelizes eram os presos de Estremoz, porque já no anno antecedente, a 27 de julho, na occasião dos desastres de Molellos, o povo miudo correu amotinado sobre as cadeias da villa para massacrar os presos, o que não pôde conseguir pelos esforços de opposição que fizeram as auctoridades; porém os amotinados, guiados por um rapaz, correram para o castello, onde subitamente penetraram, e caindo sobre os presos ali existentes, lhes deram uma morte barbara, partindo-os a golpe de machado!!

O general Guedes dirigiu a sua marcha pela estrada da Barquinha a Santarem. A 17 estavam os brigadei-

ros Bernardino e Ricardo na Chamusca, o duque da Terceira na Gollegã, e Napier em Torres Novas; o senhor D. Miguel em Santarem, e o senhor D. Pedro no Cartaxo. O brigadeiro José Urbano foi mandado para a Chamusca com o regimento de cavallaria n.º 6 a reforçar as forças de Bernardino e Ricardo. A villa de Santarem foi abandonada na noite de 17 para 18 n'uma ordem que não se esperava d'um exercito em desmantelação. O senhor D. Miguel assistiu á passagem do exercito, e foi dos ultimos que passou á margem esquerda do Tejo. José Urbano, esquecido dos grandes beneficios que havia recebido do seu rei, deserta para o campo do senhor D. Pedro entregando por traição o regimento de cavallaria n.º 6 (Chaves), illudindo os soldados, dizendo-lhes, que a passagem á margem direita do Tejo tinha por fim libertar o rei proximo a ser prisioneiro. Effectuada a passagem junto da Gollegã, José Urbano formou a cavallaria, e a foi metter no centro das forças do duque da Terceira, a quem tiveram de se entregar gritando o brigadeiro Urbano, e o coronel Antonio Cardoso de Albuquerque: viva a carta constitucional! viva D. Maria II! O brigadeiro Bernardino transmittiu para o senhor D. Miguel a noticia da traição de José Urbano, e dirigiu a sua marcha sobre Evora. O senhor D. Pedro e o marechal Saldanha entraram a 18 em Santarem. Um esquadrão do regimento de cavallaria n.º 1 ali se appresentou levado pelos seus officiaes. O imperador recebeu os transfugas Urbano e outros, mas não lhes deu consideração alguma. Reunidos em Santarem os dois marechaes Terceira e Saldanha, e não podendo o senhor D. Pedro acompanhar o seu exercito, em consequencia do seu já máo estado de saude, ordenou que Ter-

teira passasse o Tejo em Santarem, em quanto Saldanha, voltando ao Cartaxo, o foi passar a Salvaterra no dia 21. N'este mesmo dia chegava o senhor D. Miguel a Evora, onde já estava o senhor D. Carlos e sua familia com uns duzentos officiaes hespanhoes, quasi todos montados, e setecentos soldados. O visconde de S. João da Pesqueira enviou segundo officio ao ministro da guerra do senhor D. Pedro, participando-lhe ter feito a acclamação da rainha em Abrantes no dia 20 de maio, e que estava reunindo forças dos appresentados, e esperava mais a *guerrilha* de Madureira *para manter o socêgo público*, dizendo mais: — « não se torna preciso que outros corpos venham occupar Abrantes, e se distráiam do principal fim, a *perseguição dos inimigos, e o seu total exterminio e destruição.* » Terceira e Saldanha com um exercito superior a vinte mil homens marcharam quasi parallelamente, seguindo Terceira a estrada de Coruche a Estremoz para com Rodil obstar a passagem dos realistas para Elvas, onde havia grande número de provisões de guerra, em quanto Saldanha marchava por Arraiolos sobre Evora Monte, e o general christino Serrano marchava sobre Beja.

As forças realistas do reino convergiram todas para o Alemtejo, e ainda appresentavam um effectivo respeitavel. O Alemtejo ainda poderia ser o theatro de grandes acontecimentos militares, se tivesse havido da parte dos realistas a prevenção de abastecer de provisões de bocca e de guerra as suas principaes praças; cuidado que só lhes veiu muito depois das tropas hespanholas de Christina estarem em operações na Beira, e sobre o Alemtejo e Algarve, pois só em principios de maio é que o commissario geral do exercito, desembargador João Gaudencio Torres, deu algumas pro-

videncias para fazer abastecer de viveres não só a praça d'Elvas, mas as de Campo Maior, e Castello de Vide. A praça d'Elvas principalmente tinha um formidavel abastecimento de munições de guerra, e a sua guarnição foi reforçada com um batalhão do regimento de infanteria n.° 14, e o batalhão de voluntarios realistas de Faro.

As tropas reunidas em Evora com o senhor D. Miguel subiam a dezeseis mil infantes, mil e quatrocentos cavallos, e trinta e cinco peças de campanha de differentes calibres, e um grande material de guerra. A divisão de Cabreira no Algarve subia a tres mil infantes, duzentos cavallos, e seis peças de artilharia, afóra o corpo franco de cavallaria e guerrilhas. Havia mais as guarnições das pequenas praças, que na maior parte tinham convergido para Elvas, Castello de Vide, Campo Maior, e Serpa, podendo contar-se, que o exercito realista no Alemtejo e Algarve ainda appresentava uma força aproximadamente a trinta mil homens. Na Madeira havia uma guarnição de dez mil homens. Parecia incrivel, que o exercito realista ainda appresentasse uma força similhante, depois de tantos desastres. A 22 proclamou o senhor D. Miguel, protestando contra a violencia das nações estrangeiras, que com seus exercitos, e com as suas esquadras, se vieram intrometter n'uma questão só portugueza, para o fim de o obrigarem a abandonar os seus, e a patria, intrometter-se finalmente n'uma questão que só a portuguezes competia o direito de a decidir.

No dia 23 o senhor D. Miguel reuniu e presidiu a um conselho, a que assistiu o senhor D. Carlos de Bourbon, os ministros de estado, os generaes de divisões e de brigadas, e commandantes dos corpos em

commando effectivo, assim como alguns outros individuos d'alta posição social, que foram convidados a assistir ao dito conselho: de generaes sem commando só assistiu o general Guedes. Propoz-se se no estado presente do exercito, e das cousas em relação aos effeitos que ia produzindo a quadrupla alliança, conviria continuar a guerra, ou entrar em negociações para deporem as armas, e assim evitar mais derramamento de sangue portuguez, em grande parte feito correr pelo ferro estrangeiro. Os individuos que entraram no conselho foram de opinião, segundo o testimunho do proprio general Lemos commandante em chefe do exercito realista, que em vista, mais das forças da quadrupla alliança, do que mesmo das que tinham na sua frente commandadas por Saldanha, e no seu flanco direito por Terceira e Rodil, e no esquerdo por Serrano, não era possivel a continuação da guerra com esperanças de vencimento, e que só foram contra esta opinião, o bravo e habil brigadeiro commandante geral da artilharia Luiz Guilherme Coelho (69), e o coronel commandante de brigada Francisco José de Gouvêa, a quem o coronel Luiz de Figueiredo fez observações, a que Coelho e Gouvêa não responderam; mas sem querermos contestar o testimunho insuspeito d'um cavalheiro tão respeitavel como o general Lemos, é certo, que muitos commandantes de corpos saíram do conselho como desesperados por tal deliberação, declarando que disseram, que os seus respectivos corpos estavam promptos a entrar já em fogo, se tanto era preciso, oppondo-se portanto á proposta para a deposição das

(69) O brigadeiro Coelho, sendo commandante geral de artilharia no cêrco de Bilbáo posto pelos carlistas em 1836, foi ali morto n'um dos combates.

armas, e este testimunho tambem ainda hoje nos é appresentado por alguns d'esses commandantes que ainda vivem no presente anno de 1853. O Senhor D. Miguel esteve pela deliberação do conselho, e encarregou o general Lemos de entrar em negociações com os marechaes Terceira e Saldanha, sendo mandado no mesmo dia 23 o general Guedes ao quartel general de Saldanha com o fim de obter uma suspensão d'armas, como preliminar da convenção a que se ia proceder. Lemos escreveu aos marechaes para esse fim, sustentando com elles uma correspondencia activa nos dias 23, 24, e 25 de maio. Agostinho José Freire, ministro da guerra do senhor D. Pedro, escrevia em 24 aos marechaes dizendo-lhes que nada de demoras com a convenção, porque poderia o inimigo reunir as suas forças &c. &c., tal era o respeito, que lhe impunha o exercito realista, ainda nos seus ultimos dias.

A deliberação tomada no conselho feito em Evora, se bem que judiciosa, não agradou á maioria do exercito, que optava pela guerra, ou, pelo menos, para que se désse ainda uma batalha nos campos do Alemtejo. A 24 passava o senhor D. Miguel a sua ultima revista ao exercito, e n'esta occasião recolhia de Alcacer do Sal a Evora a brigada do commando do conde Luiz de Bourmont. Correu que Bourmont dissera que, se assistisse ao conselho que se fez no dia 23, proporia sair d'Evora com oito mil homens escolhidos, e ir atacar Terceira ou Saldanha que estavam a oito legoas de distancia um do outro, e sería mui possivel o batel-os em detalhe, attendendo a que estariam até bem desprevenidos para receber um ataque tão atrevido, e tão pouco esperado da parte do exercito realista, que elles julgavam mais fraco do que na realidade

estava. Havia muito quem se lembrasse de passar ás Vascongadas, plano que poderia muito bem ser levado a effeito, se não fosse a desanimação em que estavam os generaes. Elvas bem presidiada, assim como algumas outras praças do Alemtejo, poderiam entreter um grande exercito para serem tomadas. Elvas principalmente sería impossivel reduzil-a pela força tendo viveres. O exercito realista podia ser conduzido até reunir a Zumalacarregui, nas Vascongadas. Se os exercitos combinados o seguissem, deixavam as praças occupadas pelos realistas sem um cêrco regular, e os descontentes perseguidos por todas as provincias haviam para ali convergir por força de necessidade, e assim augmentar a sua força. Ficando os exercitos sitiando as praças, os realistas poderiam marchar lentamente por toda a Hespanha, até tomar Madrid, que estava pouco guarnecida, e em todo o caso dar grande impulso á causa do senhor D. Carlos, que já se achava como commum com a do senhor D. Miguel. Mesmo a guarnição da Madeira poderia ter sido conduzida ao Algarve, e apossando-se de Faro, ou d'alguma outra praça importante n'aquelle reino, continuar ali a guerra; e caso não podesse ou não conviesse o desembarque no Algarve, poderia tambem ter passado a Hespanha. A Madeira, no estado presente da questão, não era ponto que para os realistas valesse a pena fazer sacrificio pela sua conservação, empregando ali tropas famosas, que com mais proveito para a sua causa poderiam ser empregadas no continente. Nada se fez, porque não havia no campo realista um homem que, reunindo energia e influencia, deliberasse o senhor D. Miguel a conduzir aquelles bravos soldados portuguezes, que, apesar de mal vestidos, mal calçados, e fartos de soffrer

privações, muitas feitas de proposito para obter defecções, estavam promptos a seguir o seu rei aonde elle os quizesse levar. Era um exercito que já não brilhava pelos seus elegantes uniformes consumidos na longa lucta fratricida, mas que brilhava pelas cruzes de distincção ganhas em defesa da Patria na campanha da Peninsula e de Montevideo, e que adornavam o peito de grande número de officiaes e soldados. Estes veteranos, infundindo respeito e brios á mocidade militar, faziam-nos pensar commummente que lhes era mais glorioso succumbir com a sua causa n'uma batalha, ainda que dada no centro de Hespanha, do que deporem as armas tendo ainda uma força tão respeitavel. Napoleão disse depois do desastre de Waterloo — Eu não devia confiar nos grandes, que já estavam cançados de guerra, e já não tinham nada a ganhar; devia fazer grande só a quem o merecesse, promovendo no exercito desde anspeçada até ao coronel, os coroneis a generaes, os generaes a marechaes, agracial-os com titulos &c. &c. (70). A divisão de Cabreira começou a reconcentrar-se no Algarve abandonando o cêrco de Faro, porque o general hespanhol Serrano, que havia

(70) Os officiaes superiores não queriam morrer nas planicies de Evora, e desejavam ver terminada a guerra; os soldados, pela outra parte, estavam promptos para combater e derramar o seu ultimo sangue em defensa da causa de D. Miguel. Então que devia elle fazer? — O que? Devia ter agradecido aos officiaes os seus serviços, e demittil-os, dando o commando do seu exercito a d'Almér, ou Bourmont, promover os officiaes que quizessem ficar, e prover as vacaturas com homens tirados das fileiras. Com um exercito assim tão perfeitamente dedicado á sua causa, tendo tudo a ganhar, e nada a perder, teriam marchado sobre Madrid, reunindo os carlistas, e é mais provavel que D.

entrado por Mertola, cortava-o, tendo já em 25 occupado Beja com parte do seu exercito. A 25 tambem o general Lemos recebeu do marechal Saldanha um officio enviando ao mesmo tempo os artigos e instrucções de que dizia não se podia afastar, porque assim lh'o ordenava o seu governo, artigos que na convenção foram copiados palavra por palavra, sem que de nada valessem as reflexões feitas por Lemos, sendo apenas reformado o artigo que dizia respeito ao embarque do senhor D. Miguel, que devia ser em Aldeia Gallega, deixando-lhe depois a escolha do porto. Na verdade alguns artigos eram tão offensivos para os realistas, que deviam por honra sua quebrar a suspensão d'armas, e romper novamente as hostilidades, e preferirem o ficarem ali todos sepultados, se a sorte assim o permittisse, mas não assignarem uma convenção indecorosa. Todavia assignou-se no dia 26, passando o general Lemos para esse fim ao quartel general de Evora Monte, onde estavam os dois marechaes do senhor D. Pedro. O general Lemos publicou « Este acto foi para mim o de maior repugnancia, e o do maior dissabor que tive na minha vida militar. » Lemos, quando passou a Evora Monte, foi igualmente encarregado pelo senhor D. Miguel para tratar do embarque do senhor D. Carlos, e de sua familia; porém os marechaes responderam que não estavam auctorisados para isso, e foi então que mr. Grant, secretario da legação ingleza em Lisboa, se offereceu para esses arranjos, concluidos os quaes os marechaes disseram, que não ti-

Carlos teria agora sido rei de Hespanha, e Miguel poderia d'ali ter recuperado a coroa. D. Pedro achou-se no Porto em uma posição muito peior &c. &c. Napier, guerra de successão, tomo II, pag. 266, e 267.

nham cavallaria para a sua escolta, nem bestas para as bagagens, ao que o general Lemos respondeu que podia fornecer tanto a cavallaria como as cavalgaduras, o que tudo foi acceite. A 27 de maio o senhor D. Miguel annunciou com a seguinte proclamação a convenção feita entre os generaes chefes dos exercitos belligerantes:

« Soldados — O valor que tendes desenvolvido quando tendes sido chamados a combater pela minha coroa, e a vossa fidelidade á minha pessoa no meio da difficultosa contenda em que temos sido empenhados, vos tornam dignos dos mais altos elogios, e merecem toda a minha gratidão.

Não obstante isso, como as tres Grandes Potencias de Inglaterra, França e Hespanha, conjunctamente com o Governo de Lisboa tem concluido um Tractado, cujo objecto é obrigar-me a deixar este Reino, a continuação da guerra unicamente póde conduzir a inutil effusão de sangue Portuguez que me é tão caro.

Só esta consideração me induz a separar-me de vós. As convenções e arranjos que procedem d'esta resolução estão concluidos, e em breve vos serão communicados: então sabereis que estipulações se tem feito para vossa segurança. Não é a falta de confiança em vós que me induziu a dar este passo, mas uma convicção da impossibilidade de vencer as Potencias que se nos oppõem, e o desejo de evitar os males, a que a presença de Exercitos Estrangeiros exporia o nosso amado paiz. Tenho razão para esperar, pela vossa disciplina e pela vossa obediencia a mim, bem como pelo amor que me tendes sempre testimunhado, que as tropas se conduzirão na crise actual como tropas dignas de obedecer ao seu rei; é por isso que outra vez vos recom-

mendo observancia de ordem e tranquillidade, pelas quaes faço responsaveis os Commandantes, e Officiaes de todas as graduações.

Lembrar-vos-heis, que não é um acto de fraqueza que eu exijo de vós, mas meramente de resignação, cedendo ás forças desproporcionadas, que, segundo o tractado acima mencionado, se estão preparando para se derramarem por este paiz. Apreciareis como merecem estas razões, que a prudencia dicta, para evitar calamidades que consummariam as miserias do nosso paiz.

Recommendo-vos outra vez ordem e resignação. Estai certos que eu nunca esquecerei o vosso valor, a vossa constancia, e a vossa fidelidade. Contribuí pois pela vossa conducta ao bem do nosso querido paiz. (Assignado) Miguel.

No Palacio d'Evora, 27 de maio de 1834. »

Assim deixou o senhor D. Miguel de exercer os poderes magestaticos que lhe foram conferidos pelas cortes geraes dos Tres Estados do Reino, reunidos em 1828. O infeliz principe desceu do throno resignado, e teria feito um bom governo, se reinasse n'outra epocha, que não fosse a d'uma agitação geral europea, e em que foi forçoso ao seu governo tomar o estado de defesa permanente. Assim mesmo, apesar da agitação em que a nação se viu, as sciencias, as artes, e a industria tiveram protecção do governo, e do seu augusto chefe, que para dar o exemplo vestia o panno das fábricas nacionaes, mandando, que o exercito não usasse d'outro, assim como deu sempre preferencia a todos os objectos da industria portugueza; e como o exemplo é sempre o discurso mais eloquente, a corte, e quasi todos os portuguezes seguiam o exemplo do che-

fe do estado, que aborrecia o luxo, que é o cancro que roe as nações (71). Este patriotismo cada vez se arraigava mais, e via-se que tambem as fabricas de papel tomaram grande desenvolvimento, havendo poucas pessoas que escrevessem em papel estrangeiro.

Em virtude da convenção publicada n'este dia (27 de maio) o senhor D. Miguel devia sair para fóra do reino dentro em quinze dias, escolhendo o porto onde lhe aprouvesse embarcar, e um navio de guerra dos das nações da quadrupla alliança. Garantia-se ao senhor D. Miguel uma pensão de sessenta contos de réis annuaes em attenção ao seu elevado nascimento, permittindo-se-lhe mais o dispor da sua propriedade particular e pessoal, devendo porém restituir as joias e quaesquer artigos pertencentes á coroa, ou a particulares. O augusto principe deu ordem para que tudo fosse restituido fielmente, o que assim aconteceu, sendo notavel que os dinheiros dos depositos publicos estivessem intactos por espaço de dois annos, como aconteceu com o deposito público do Porto, retirado no dia 8 de julho de 1832, na occasião em que ali entrou o imperador (72), intacto o dinheiro, joias, livros, que tudo foi entregue no acto da convenção, respeitando-se assim a propriedade particular, nas maiores crises, e de que não ha exemplo na historia. Os ministros d'estado durante o governo do senhor D. Mi-

(71) Esta opinião sobre o luxo é contestada por alguns auctores, que tem escripto sobre economia politica.

(72) Não só o thesouro, mas os livros do deposito público do Porto, dinheiro avultado, joias &c. foram entregues pelo governo do senhor D. Miguel no acto da convenção de Evora Monte. Deputado Maia, na sessão da camara dos deputados de 5 de março de 1853.

guel commetteram sem dúvida grandes erros politicos, que elles mesmo pagaram; porém saíram com as suas mãos tão limpas, com a sua honra tão sem mancha, que os que ainda hoje vivem podem com nobilissimo orgulho dizer: — Nós servimos a nação com honra; aqui estamos mais pobres do que entrámos.

Tambem pela convenção o exercito realista sería desarmado, mas os officiaes conservariam as suas patentes legitimamente adquiridas (73), ou passariam á classe de paisanos os que assim o desejassem. Os soldados marchariam para os depositos das respectivas provincias a que pertenciam seus corpos, para segundo a convenção serem mandados para seus lares, aquelles que não quizessem continuar no serviço militar. O conde de S. Lourenço expediu o aviso de 27 de maio ao ajudante general Galvão Mexia, remettendo-lhe igualmente a cópia da convenção assignada pelos marechaes Terceira e Saldanha, e tenente general Lemos, a fim de se começar a dar cumprimento á dita convenção, avisando as tropas e os governadores das praças realistas para depôrem as armas, e entrarem na obediencia do governo do regente em nome da rainha, e consummar esse grande acto de obediencia dos rea-

(73) Patentes legitimas são todas as que são conferidas por qualquer governo estabelecido. Carlos II reconheceu os postos conferidos pela republica ingleza, ou pelo Protector. Em 1814, e 1815 os Bourbons reconheceram os postos conferidos pela republica, e pelo imperio; na Hollanda, na Allemanha, e na Italia aconteceu o mesmo; e em Hespanha, apesar do governo de D. Carlos, e depois o de seu filho o conde de Montmolin não se ter estabelecido em Madrid, todos os postos e beneficios por elles conferidos tem sido garantidos aos hespanhoes que tem prestado obediencia a Isabel II.

listas para com o seu augusto chefe. Ordenava-se-lhes nada menos, do que largar as armas, perderem as suas collocações, e todos os seus empregos, que para muitos era condemnal-os a verem morrer as suas familias nos horrores da miseria. Eram sobejos motivos estes para levar tantos homens ao desespêro; porém a disciplina voluntaria, e a mais rigorosa, foi a que se observou no campo realista; esta é a verdade, e esta verdade lhes faz muita honra. Apenas foram vistos alguns militares quebrarem as suas espadas e espingardas, como em desafôgo ou protesto contra a sua desgraça; e se algumas expressões se ouviram contra os chefes que por impericia ou por desacertos, e alguns por traições, os levaram áquelle estado, não se viu que attentassem contra a vida de alguem, ou promovessem motins para conseguir taes fins. Era sem dúvida a presença e a voz do principe, que elles respeitavam tanto na sua desgraça, como nos melhores dias da sua grandeza, quem continha aquelle povo, que de todos os cantos de Portugal para ali se agglomerára.

Regencia do senhor D. Pedro, duque de Bragança, em nome da rainha a senhora D. Maria II.

Deixámos escripto, que em 1828 se installou na ilha Terceira um governo provisorio em nome da senhora D. Maria II, e este governo durou até 15 de março de 1830, dia em que se installou uma regencia nomeada pelo imperador do Brazil o senhor D. Pedro I, como tutor de sua augusta filha a senhora D. Maria da Gloria, em quem sua magestade imperial havia abdicado a corôa de Portugal no dia 3 de maio de 1828. Os membros da regencia da Terceira foram — presidente

o marquez de Palmella, vogaes o conde de Villa Flor, e José Antonio Guerreiro. Os acontecimentos do Rio de Janeiro em 7 de abril de 1831, que derrubaram do throno imperial ao senhor D. Pedro, trouxeram o mesmo augusto senhor á Europa, e com o titulo de duque de Bragança tomou a direcção dos negocios de sua augusta filha. Chegado á Terceira, assumiu o governo como regente em 3 de março de 1832. Correram os tempos, e os successos da guerra vieram, como acabâmos de ver, coroar os seus esforços e os dos seus alliados, conseguindo derribar do throno a seu augusto irmão, que pelo acto convencional de Evora Monte mandou depôr as armas ao seu exercito, e entrar todos os dominios da monarchia portugueza na obediencia do regente em nome da rainha.

No mesmo dia 27 de maio, em que se publicou a convenção de Evora Monte, deu o regente uma amnistia geral; e se bem que esta amnistia já estava no espirito da convenção, este acto do senhor D. Pedro, no apogêo do seu triumpho, é digno de todo o elogio. Não foi elle porém bem recebido dos exaltados, a quem o grande acto do regente, assim como o da convenção, lhes desagradou muitissimo, pois queriam que o imperador mettesse em processo, e lhes entregasse o principe seu augusto irmão. Os furiosos, transtornadores de toda a ordem pública, deliberaram nos seus clubs, mandar emissarios para o Alemtejo com o fim não só de perpetrar o assassinato na augusta pessoa do senhor D. Miguel, e nas pessoas de seus indefesos soldados e amigos, como tambem de os roubar. Os ministros da França, da Inglaterra, e da Suecia, sabedores d'este execrando projecto, representaram ao regente para que o seu governo désse as providencias concernentes a evi-

tar uma acção que tanto deslustraria o proprio senhor D. Pedro como o seu partido. O regente mandou o ministro da guerra Agostinho José Freire para o exercito, a fim de prover á segurança do principe e dos convencionados, e capitulados em geral, e tambem para exigir do senhor D. Miguel novos artigos e declarações. As providencias do regente para fazer abortar os detestaveis planos dos exaltados ainda os enfureceu mais, e foi então que elles redobraram os seus esforços para conseguir seus criminosos fins, não se limitando já a sua raiva á pessoa do principe infeliz, ou de seus infelizes amigos, porém já pretendiam igualmente sacrificar o proprio senhor D. Pedro, a quem grandemente insultaram no theatro de S. Carlos na mesma noite de 27 de maio. O imperador vendo-se assim offendido, rompeu com os tumultuosos, e do seu camarote lhes disse com voz firme: *fóra canalha!* Este justo desafôgo do senhor D. Pedro enfureceu aquella gente que elle bem conhecia, e sua magestade viu logo o desacato que foi feito á sua imperial pessoa atirando-lhe com patacos, e depois na rua com lama. Podêmos dizer affoutamente, que n'este dia abriram meia sepultura ao senhor D. Pedro, para o começar a enterrar no mesmo dia do seu triumpho. Os assassinos lá corriam para as estradas do Alemtejo, não escapando o guerrilheiro Batalha com os seus. Ao Batalha foi distribuido um importante papel; elle foi o que occupou todas as estradas do Alemtejo, por onde o senhor D. Miguel teria de passar, para assim poder commetter o nefando crime de regicidio por meio do punhal ou do bacamarte, já que o augusto regente não se promptificava o romper desde logo a convenção, e ainda mais romper os laços do sangue, entregando seu augusto

irmão ás turbas, para que os lisbonenses tivessem a reproducção dos espectaculos de Whit-Hall, e da praça da Revolução (hoje da Concordia).

Em quanto em Evora se dava fim ao grande drama tragico que assolou Portugal, o regente assignava em Lisboa, em 28 de maio, o celebre decreto da extincção total das ordens religiosas. Outros muitos decretos foram promulgados n'estes dias em quanto as armas estavam quentes, como diziam os ministros d'estado de tal epocha. Era a continuação do programma encetado, não para reformar, mas para destruir todas as antigas instituições do paiz. D'entre esta destruição geral, a da destruição da companhia dos vinhos do Alto Douro lançou em pouco tempo aquelle bello paiz na maior miseria. Muitos foram os individuos ecclesiasticos que ficaram reduzidos a morrer de fome, por lhes serem arrebatados os seus bens, ou beneficios. Seculares havia no mesmo caso. O desfalque que similhantes medidas deviam fazer na receita nacional eram obvias. — *Não matem a gallinha que põe ovos de ouro*, exclamou lord Wellington n'uma das sessões da regencia, quando algum de seus membros em occasião de apuros financeiros para sustentar o exercito que defendia *a nossa querida patria*, propoz a extincção de alguns conventos. Havia sem dúvida muitas corporações religiosas que estavam fóra do seu instituto, que demandavam ser reformadas, e mesmo extinguir as que não estivessem canonicas; porém devia seguir-se em tão importante assumpto os meios por que em outras epochas outras reformas e extincções similhantes se fizeram. Mesmo o governo do senhor D. Miguel que acabava de cair, havia encetado com a corte de Roma negociações para levar a effeito essa reforma. Havia mais

a circunstancia de que por decreto do mesmo dia 28 se convocavam as cortes para 15 de agosto; ora com as cortes tão aproximadamente a abrirem-se, e segundo a carta e a liberdade tão altamente, mas tambem tão falsamente invocada, eram as mesmas cortes quem tinham o direito de decidir assumptos de tão alta magnitude social.

O desarmamento do exercito realista havia começado. Poucos foram os soldados que acceitaram o ficar no serviço, e esses foram na maior parte de cavallaria, e homens que não tendo outra vida, preferiam aquella para não se exporem a morrer de fome.

No dia 29 de maio recebeu o general Lemos um officio do general Cabreira, datado de S. Martinho das Amorciras (Algarve), participando-lhe que com as forças que tinha não podia conservar-se no Algarve em vista da entrada das tropas hespanholas, e do terror que tinha causado nas suas tropas a cooperação das forças dos alliados, o abandono de Santarem, traição de José Urbano, e pessima conducta dos officiaes do batalhão de caçadores n.º 4, e do capitão Pinheiro de cavallaria n.º 8. « Meu general (dizia Cabreira a Lemos), para tantos desgostos não julguei eu estar guardado (74); em fim, resta-me a satisfação de dizer, que servi de coração, e que não servirei outro rei que não seja o nosso, e feliz de mim se elle me acreditar. » Cabreira dizia mais no officio, que marchava em direitura a Evora, e que lhe dissesse o que devia fazer.

(74) Infeliz, que ainda estava guardado para mais triste sorte. Logo depois da convenção foi prêso, e mettido na cadeia de Faro, onde alguns, que não eram capazes de vencer no campo este bravo militar, tiveram a cobardia de entrar na cadeia, e ali o assassinar a golpes de punhal!!

Lemos respondeu no mesmo dia 29, dizendo a Cabreira, que no ponto onde se achasse fizesse depôr as armas ás tropas da sua divisão, fazendo-as recolher em um deposito, para o que nomeasse officiaes, e, dissolvidas as tropas, as mandasse para os pontos indicados na convenção.

Castello de Vide guarnecida pelo regimento de infanteria n.° 10, batalhão de voluntarios realistas de Portalegre, regimentos de milicias da Idanha e de Evora, um esquadrão de cavallaria, um parque de artilharia de campanha, e todo o material da praça capitulou com o general hespanhol Rodil, debaixo de honrosas condições. A brigada portugueza que guarnecia a praça era commandada pelo coronel do regimento n.° 10 Rodrigo de Souza Tudella, que tambem foi quem assignou a capitulação com o general hespanhol. A guarnição, depois de largar as armas, saíu da praça com as suas bagagens, conservando os officiaes as suas espadas, patentes &c. &c.

Na madrugada do dia 30 de maio saíu de Evora o senhor D. Miguel para Sines, levando para sua escolta o regimento de lanceiros da rainha, e uma pequena força da sua antiga cavallaria. Na mesma occasião saíu para Aldeia Gallega o senhor D. Carlos de Bourbon com a sua familia, acompanhados por uma forte escolta. Ao mesmo tempo que saíam as pessoas reaes, começavam a entrar na cidade as tropas de Saldanha, e o exercito realista reunido ali estava quasi todo desarmado. Em virtude da convenção de Evora, celebrada a 26, Elvas, Campo Maior, Jerumenha, Serpa, &c. abriram as suas portas no dia 31 ás tropas alliadas da quadrupla alliança, e o general Cabreira, estando em Castro Rei, ordenou a deposição das armas á divisão

do seu commando, em virtude das ordens que havia recebido do general Lemos em o officio datado de 29. Cabreira fez a sua submissão com a dignidade propria de um militar e cavalheiro, e de homem de firmes crenças. A 31 estava concluido o desarmamento em Evora.

No dia 1.° de junho embarcou em Aldeia Gallega, n'um dos escaleres da esquadra ingleza, o senhor D. Carlos de Bourbon e sua augusta familia, que foram recebidos a bordo da náo Donegal com uma salva real, prestando-lhes as mais altas attenções. Grande número de hespanhoes de alta gerarchia embarcaram com o senhor D. Carlos. Rodil reclamou a entrega do senhor D. Carlos, porém não foi attendido pelos inglezes. No mesmo dia 1.° de junho pelas cinco horas da tarde chegou a Sines o senhor D. Miguel. O guerrilheiro Batalha lá o esperava no transito de Evora a Sines com a sua guerrilha de facinorosos postados a um lado da estrada. A apparencia de tal homem fez com que o tenente coronel de lanceiros Simão Infante, que escoltava o senhor D. Miguel, fizesse sair a toda a brida um destacamento de lanceiros até á frente do guerrilheiro, a quem dirigiu algumas palavras que não foram ouvidas pelos da comitiva. À entrada da villa estava um grande número de individuos da mais infima classe, gente mandada de Lisboa, que reunida á marinhagem da corveta portugueza que ali estava fundeada (e commandada pelo capitão Limpo), fizeram uma assuada indigna, ameaçando com espadas e punhaes as pessoas que acompanhavam o senhor D. Miguel, chegando a ferir um cavallo (75), e arrojando pedras, bateram

(75) Officio de Simão Infante ao ministro da guerra em 2 de junho de 1834.

com uma no capitão de lanceiros D. Carlos Mascaranhas. O senhor D. Miguel subiu para a casa que lhe estava destinada para passar a noite. O general Lemos conservou-se á porta, e o commandante da guarda mandou dizer ao commandante dos lanceiros, que fizesse accommodar aquella gente. Simão Infante fez postar um forte destacamento proximo á habitação real, e os amotinadores se contiveram algum tanto. Os commandantes da fragata ingleza Stag, e da corveta Nemrod com a sua officialidade logo se appresentaram ao senhor D. Miguel, e foi então que o general Lemos, que se tinha conservado com a guarda dos vinte soldados realistas á porta do paço, para se oppor aos amotinados, considerando o senhor D. Miguel já livre de perigo, subiu a escada, e lhe disse que passado uma hora de descanço era melhor embarcar, e annuindo o augusto principe á proposta, o general foi fallar ao commandante dos lanceiros para que este fizesse desembaraçar o caminho para dar logar ao embarque. Os lanceiros fizeram alas a pé desde o paço até ao logar do embarque. Então o senhor D. Miguel desceu a calçada para a praia pelo braço do commandante da fragata Loelkger e de Mocdougale, commandante da corveta, com a sua comitiva, e os officiaes inglezes na retaguarda. Durante o tempo da marcha e do embarque aquella miseravel gente comprada para ir ali, não deixou de vociferar contra o senhor D. Miguel e seu sequito, apossando-se depois de alguma bagagem do senhor D. Miguel, e dos cavallos de quasi toda a comitiva. O senhor D. Miguel entrou na fragata Stag, onde foi recebido com a salva real dada pela fragata e corveta ingleza, e com todas as honras devidas ao seu alto nascimento. Os inglezes não occultavam a sua indignação contra o pro-

ceder d'aquelle povo, e da guarnição da corveta portugueza. Toda a guarnição ingleza se esmerava por diminuir aos seus hospedes as suas saudades e amarguras. Limpo não só não correspondeu com a sua corveta á salva dos inglezes, porém mandou a sua marinhagem para a assuada &c. O senhor D. Miguel conservou o maior sangue frio e serenidade durante o motim, e sempre com o chapeo na cabeça sem fazer caso dos vivas que se davam. Os do seu sequito praticaram o mesmo tratando-os com o desprêzo que merecia tal gente. Embarcaram com o senhor D. Miguel os generaes Lemos, Galvão Mexia, e Coelho, e os officiaes conde de Soure, João Baldy, D. Bernardo de Almada, D. Antonio da Silveira, os desembargadores do Paço Guião, e Gaudencio Torres, o corregedor Mascaranhas, dois capellães, e outros individuos até ao número de vinte e sete, além de trinta e seis criados do principe, e das pessoas do seu sequito. Depois do embarque Simão Infante reclamou por ordem do governo algumas pessoas das que estavam a bordo, porém não lhe foram entregues. Exigiu mais certas declarações que se lhe não fizeram. No dia 2 a fragata Stag e a corveta Nemrod levantaram ferro e foram fundear em Cascaes. O commandante da esquadra ingleza em Lisboa, Parker, foi a bordo visitar o senhor D. Miguel, com quem teve uma longa conversação; tambem Parker quiz ver o general Lemos, a quem dirigiu palavras affectuosas. A 3 saíu do Tejo a náo Donegal para Inglaterra. A Stag e Nemrod conservaram-se em Cascaes nos dias 3, 4, e 5 a receber mantimentos. As pessoas do sequito do senhor D. Miguel escreveram ás suas familias. O senhor D. Miguel recebeu ali noticias de sua augusta irmã a senhora infanta D. Isabel Maria. Sua alteza real, quando em El-

vas soube da sorte de seu augusto irmão, as lagrimas lhe banharam o rosto, e o seu estado de saude a privou de acompanhar seu augusto irmão (76), a quem sem dúvida teria suavisado bastante as amarguras do exilio.

Começaram as tropas desarmadas a marchar para os pontos designados na convenção. Os hespanhoes carlistas foram mandados para Santarem, e depois para os pontões da náo Cabo de S. Vicente, onde se conservaram uns poucos de annos, perecendo quasi todos. As estradas estavam cheias de assalariados para roubar, espancar, e matar os indefesos realistas que recolhiam a suas casas ao abrigo d'uma solemne convenção garantida por tres grandes potencias que vieram ajudar a desarmal-os. Foram dolorosas as scenas de Montemor-o-Novo, Santarem, Lisboa, e outros muitos pontos do reino, onde os convencionados caíam por terra a golpes de punhal, ou da metralha dos bacamartes. A Beira tremia debaixo do pêso do bacamarte e do punhal dos scelerados de Midões, e de Villa Nova de Foscoa. Honra á cidade do Porto, que foi a terra onde se contaram menos violencias depois da victoria. Este desfecho da guerra civil foi o punhal cravado no coração do imperador, que já não tinha forças nem physicas, nem mesmo moraes para conter tamanha anarchia. Os desgostos, e quem sabe que mais, o tinham prostrado de tal fórma, que a sua morte era esperada prematuramente.

A 5 de junho foi reconhecido na ilha da Madeira o governo do regente em nome da rainha. O proprio con-

(76) Sobre a senhora infanta ter desejos de acompanhar seu augusto irmão, não posso tal affirmar, porém refiro-me a um original escripto por um cavalheiro que muito respeito.

de da Madeira D. Alvaro foi quem fez a acclamação depois que teve noticia dos ultimos acontecimentos do reino. São notaveis algumas frases, que se encontram no officio de D. Alvaro, onde se vê que a sua rija têmpera falhou n'esta occasião. Ainda mais notavel, que elle se assignasse para com o governo do senhor D. Pedro com o titulo de conde da Madeira, que lhe havia dado o senhor D. Miguel em recompensa da sua fidelidade na conservação d'aquelle importante archipelago. Todavia D. Alvaro não foi conservado no governo pelo senhor D. Pedro, e o seu ministro do reino fulminou contra o general uma portaria, em que asperamente o censurava por usar de similhante titulo. Uma outra portaria de severa reprehenção foi dirigida á camara municipal de Villa Viçosa, por esta no *seu auto* de acclamação da rainha usar das frases de *vassallos* e *vassallagem*; e mais por no dito auto não fallar na carta constitucional, e dar o tratamento de serenissima senhora á rainha, e finalmente ordenava que a camara fizesse um outro auto de acclamação analogo ao systema &c. &c.

A 12 de junho chegava a Portsmouth o senhor D. Carlos e sua familia. Ali foi que o governo inglez lhe pediu renunciasse os seus direitos á coroa de Hespanha, a que o senhor D. Carlos se recusou. De Portsmouth se dirigiu ás vizinhanças de Londres, onde estabeleceu a sua residencia. O senhor D. Miguel tambem chegou a Genova, e a 20 de junho publicou n'aquella cidade o seu novo manifesto de protesto; que á face da Europa fez contra a violencia das nações que o obrigaram á convenção de 26 de maio, celebrada em Evora, attentatoria aos seus direitos, pelos quaes protestava &c. &c.

A convenção de Evora e amnistia do regente dada debaixo da protecção das potencias da quadrupla alliança começaram logo a ser sophismadas. Os ministros expediram portarias a mandar prender alguns individuos que descançavam ao abrigo de tão solemne tractado. Os prefeitos, subprefeitos, e provedores, ainda levando o seu zêlo muito além do do ministerio, prendiam em grande escala, e deportavam ainda em maior. Individuos de ambos os sexos e alguns filhos familia, e que nada tinham influido na politica, não escaparam a esse furor vingativo das novas auctoridades. Estas fechavam os olhos aos assassinatos e roubos que se commettiam a toda a hora, e por horriveis modos. Os muitos actos intoleraveis que algumas auctoridades realistas deixaram praticar por alguns subalternos ou denunciantes davam pretexto para tão barbaros excessos; porém quem procurar bem conhecer as cousas a fundo achará em grande parte agora nos perseguidores os mesmos individuos que o foram no passado governo, alguns que até estavam presos pelos seus excessos, e disseram quando lhes foram abertas as portas das cadeias (onde deviam jazer), que ali estavam pela sua adhesão á rainha e á carta, quando o verdadeiro motivo eram os seus attentados contra a sociedade. A odiosa e absurda lei das indemnisações poz-se em prática, e um grande número de cousas d'esta ordem começavam a ser tentadas contra os realistas. Outros, ainda desprezadores de tal lei, empregando a força e o terror, se apossavam dos bens sem formalidade alguma juridica. Algumas auctoridades houve que empregaram um zêlo brutal na expulsão dos frades, fazendo questão até sobre os objectos do seu particular uso. Commovia ver tanta desgraça, e esta commoção chegava a muitos dos

que de melhor boa fé defenderam as novas instituições. O governo fazendo por toda a parte uma receita espantosa na venda do rico espolio e propriedades das ordens religiosas, nem por isso se via n'elle disposições de com tão numerosas quantias se pagar o papel moeda que fôra extincto pelo regente, assim como diminuir a divida pública, em grande parte feita para organisar a expedição, e sustentar a lucta contra o senhor D. Miguel. O partido chamado da opposição accusava o governo dos males passados e presentes, e diziam que era preciso guerrear o ministerio nas proximas eleições de deputados. Um acontecimento notavel veiu ainda fazer mais exaçerbar os dois partidos, e agitar o paiz. O coronel Rodrigo de Souza Pizarro, que na sua emigração de París havia escripto contra a regencia do senhor D. Pedro, appareceu em Lisboa depois de terminada a guerra civil. O governo o mandou prender, e no acto da prisão (23 de junho) Pizarro rompeu nas maiores exclamações contra o senhor D. Pedro e seus ministros, dizendo ao provedor do 2.º districto: « Eu não reconheço essa auctoridade superior; o senhor D. Pedro é um principe brazileiro que se arrogára arbitrariamente a regencia d'estes reinos, e a quem elle nunca reconhecêra nem prestára juramento; que o senhor D. Pedro era muito capaz de fazer e mandar executar o seu assassinio, porque já no Rio de Janeiro tinha mandado assassinar quatorze individuos &c. &c. E que estando parte d'esses assassinos hoje em Lisboa, algum estava de certo esperando-o por ordem do governo para commetter n'elle um novo assassinato, &c &c. Mais acrescentou, que o governo era composto de ladrões, e que elle era perseguido por nunca comer nem deixar comer; que dez brazileiros governavam hoje Portugal;

(77) que os empregados publicos estavam vendidos ao governo, e que aquelles que ainda não o estavam era porque ainda lhes não tinham chegado ao preço. » O partido da opposição começou desde logo a fazer todos os esforços para que Pizarro saísse deputado nas proximas eleições.

A 27 de junho D. Carlos evadiu-se da Inglaterra. Esteve em París, e atravessando a França (incognito) arrojou-se denodadamente entre os seus soldados da Navarra. Este passo foi tido como audacioso, e elogiado por muitos que o reputavam de um espirito fraco. Fez o que devia ter feito em outubro ou novembro do anno precedente, e por certo que o passo dado em junho de 1834 não foi mais arriscado do que o teria sido nos fins do anno de 1833. No estado presente as forças dos carlistas eram já grandes, porém as dos christinos tambem cresceram consideravelmente sobre Zumalacarregui quando acabou a guerra de successão em Portugal, porque todas as tropas de Rodil, Latre, Lorenzo, Sanguanena, Serrano, Condorlocet &c. marcharam para o norte de Hespanha; todavia estes grandes reforços dos christinos não eram sufficientes para subjugar o partido carlista nas Vascongadas, onde estava cheio de uma vida de gigante; vida toda dada pelo habil, intrepido, e feliz Zumalacarregui. D. Carlos estava seguro ao abrigo de tal chefe. Quizeram tentar a sua fidelidade, mas não o conseguiram. Era ainda a Inglaterra que pedia a submissão de Zumalacarregui a trôco de grande posição. A Inglaterra sempre a apparecer a apaziguar as desordens da casa alheia: é notavel esta humanidade britannica. Rodil havia tomado o com-

(77) Veja os documentos publicados na camara dos deputados em sessão de 6 de setembro de 1834.

mando do exercito christino no norte em 29 de junho, para Zumalacarregui ter a gloria de ter mais um a vencer, como já havia feito a Mina, Valdez, e tantos outros.

Chegaram a Lisboa noticias de no Estado da India haver sido acclamado em 10 de janeiro o governo do regente em nome da rainha. Era governador d'aquelle Estado D. Manoel de Portugal e Castro, que para ali fôra mandado em 1827: fez depois a acclamação do senhor D. Miguel, depois a da senhora D. Maria, e sobre tudo fez muito bom governo.

A imprensa declamava para que fossem excluidos da urna os realistas, e sobre tudo que não fossem votados os individuos que haviam assignado o requerimento de 25 de abril de 1828 em casa do duque de Lafões, ou que tomaram parte nos Tres Estados, e chegou a intolerancia a ponto de se publicarem os nomes d'esses individuos. Esta intolerancia desgostava mesmo alguns individuos que, apesar de haverem assignado o requerimento e o auto dos Tres Estados em que declaram o senhor D. Miguel rei legitimo de Portugal, reconheciam agora como legítima a senhora D. Maria II, tendo modificado grandemente as suas opiniões politicas. É bem certo que todas estas desintelligencias entre o partido vencedor desagradavam ao regente, e que as suas affecções physicas cada vez mais se desenvolviam pelas causas moraes. Uma pequena melhora lhe despertou desejos de ir ao Porto, e estes desejos lhe fóram muito applaudidos (segundo se disse) pelos seus ministros, que estavam na persuasão que a ida do regente áquella cidade faria ganhar ali as eleições pelo ministerio. A 26 embarcou o imperador, sua augusta filha a rainha, e a imperatriz, e no dia 27 entraram

a barra do Porto, isto é, no mesmo dia em que fazia um anno que saíra d'aquella cidade. Os augustos viajantes demoraram-se n'aquella cidade dez dias, embarcando a 6 de agosto para Lisboa, onde chegaram a 7. Em Lisboa, e n'uma grande parte das terras do reino se organisava a guarda nacional. A 15 de agosto se abriram as cortes. A 18 foi o senhor D. Pedro para as Caldas; porém, não obtendo melhoras, recolheu a Lisboa a 24. A primeira questão das cortes foi a da regencia. Foi esta uma questão importante. O senhor D. Pedro não podia ser regente segundo a carta. O partido estava pois dividido em duas opiniões; uns que, apesar da disposição da carta, queriam a continuação da regencia com todas as attribuições do poder moderador na pessoa do imperador; outros, que a regencia se désse á senhora infanta D. Isabel Maria. A 25 se decidiu que continuasse regente o imperador, isto por uma quasi totalidade das camaras. Logo se tratou (27 de agosto) de outro negocio importantissimo, o do casamento da rainha, pedindo-se em cortes auctorisassem o senhor D. Pedro a escolher um principe estrangeiro; porém este negocio do casamento foi interrompido pela interpellação feita ao ministerio pelo barão de Renduffe relativo ao protesto publicado a 20 de junho pelo senhor D. Miguel em Genova. Este acontecimento deu occasião a que na camara dos deputados alguns dos seus membros desenvolvessem a animosidade que tinham contra a sua real pessoa. O deputado Sousa Azevedo propoz que fosse rectificado pelas cortes o decreto de 18 de março que exautorou o senhor D. Miguel, e que se declarasse que a successão d'este principe nunca podesse reinar em Portugal. Seguiu-se o deputado Silva Sanches pedindo acalorada-

mente, e com grandes imprecações contra o principe, que se nomeasse uma commissão para formular uma lei que lhe applicasse a pena de morte se elle voltasse a Portugal, devendo ser julgado summariamente. Foi nomeada a commissão de sete membros para formular a lei, e alguns deputados mostraram o seu zêlo patriotico pedindo que fossem tidos no número dos inscriptos. A causa d'esta medida era o caracter serio que tinha tomado a guerra de Hespanha, e a noticia de que o principe portuguez, imitando seu tio D. Carlos, havia passado á Hespanha, e muitos tambem acreditaram, que se inventou tal fuga para dar occasião a similhante proposta. Seja porém o que for, o certo é que a sessão de 28 ainda foi curiosa, tomando novamente a palavra o deputado Silva Sanches, continuando o seu discurso no gosto da sessão antecedente, comparando o principe a Nero &c. &c. Seguiu-se o deputado Leonel com mais algum commedimento, e logo o barão de Renduffe, que n'um longo discurso cheio de phrases ultrajantes pintou o senhor D. Miguel como o maior monstro produzido desde a creação do mundo!! não lhe escapando tambem a sua dóse de imbecil a D. Carlos. Renduffe mandou pois para a mesa uma proposta em dois artigos: o 1.° para fazer applicar ao senhor D. Miguel as penas de ordenação do livro 5.°, titulo 6.°, como traidor á nação e á patria; o 2.° que desde logo fosse privado da prestação dos sessenta contos estipulados pela convenção de Evora Monte. (78) O mes-

(78) Era bem ocioso este 2.° artigo, porque nada se lhe havia dado, e todos suppõem, que nem tenções tinham de tal prestação satisfazer. Agostinho José Freire disse nas côrtes em 1834, que nunca houve tenção de cumprir as estipulações da convenção.

mo deputado barão continuou fallando sobre a necessidade de marcar com individualidade a successão do reino, e de tal maneira que não restasse a menor dúvida, de que a descendencia de D. Miguel jámais teria direitos ao throno portuguez; e observou que posto esteja estabelecido na carta em quanto á linha descendente, não o está claramente em quanto a collateral, e por isso offerecia uma moção para que se declarasse começar a linha collateral (de que trata o artigo 28 da carta) na pessoa da senhora princeza do Brazil D. Januaria, e sua descendencia legítima &c. &c.

As perseguições que se faziam aos do partido realista, davam em resultado a emigração para fóra do reino. Eram muitas as notabilidades que se haviam exilado, contando-se os duques de Cadaval, de Lafões, e outros muitos nobres, magistrados, militares, e mesmo paisanos fugiam dos horriveis martyrios que viam fazer no reino. Muitos emigravam para Hespanha entrando a raia, e estes iam engrossar as fileiras carlistas. Outros, passando a França, d'ali entravam para a Navarra para o mesmo fim. Na sessão de 28 de agosto o deputado Macario de Castro, expondo o estado lastimoso das provincias, pediu que fossem convidados os ministros d'estado a darem esclarecimentos sobre o que constava da emigração de muitos officiaes portuguezes para Hespanha, e mesmo de paizanos; que era perigosa esta deserção, que elle attribuia ás perseguições que se tinham feito &c. Ainda na sessão do 1.° de setembro disse o mesmo deputado, que se o ministerio não sabía como evitar taes emigrações, elle lhe dizia — menos perseguições, e mais vigilancia, que se assim não se evitarem, será comtudo muito possivel a sua diminuição.

Macario de Castro era homem penetrante e pensador; elle via pelo passado qual sería no futuro o resultado das perseguições feitas com uma guerra civil á porta, guerra em que n'um dos campos se batiam por principios, pelos quaes os soldados de Evora Monte sympathisavam. Não havia dúvida que officiaes, soldados, e paisanos passavam para as Vascongadas atravessando a Castella &c., ou embarcando para França e Italia para d'ali o poderem fazer mais sem risco (79). Apesar dos muitos que pereceram na lucta, quando aconteceu a traição de Maroto em 1839, o numero dos portuguezes que entraram em França (segundo o officio do consul portuguez em Bayona) foi de cinco mil e tantos, e isto afóra os que ficaram com os batalhões atraiçoados por Maroto. Ora addicionando a esta conta os que militavam no exercito de Aragão com o bravo general conde de Morella (Cabreira), e na Catalunha no exercito do conde de Hespanha, o seu número devia ser muito consideravel.

No dia 31 prestou o senhor D. Pedro n'uma sala do palacio da Ajuda o seu juramento como regente em nome da rainha. Na camara dos deputados continuava a discussão sobre a auctorisação para o casamento da rainha com principe estrangeiro, e na sessão do 1.° de setembro disse o deputado Rodrigo da Fonseca Magalhães, que como escriptor puzera dúvidas á veracidade das cortes de Lamego; porém como deputado as de-

(79) Foi grande o número dos portuguezes que passaram a Hespanha a militar debaixo da bandeira de D. Carlos. Borso di Carminati engajou em Portugal uma divisão para o serviço de Christina, porém que em grande número passaram ao campo carlista. Outro tanto aconteceu com a divisão auxiliar do barão das Antas.

clarava genuinas &c., e que negar isto sería destruir um grande edificio.

Em Hespanha tratava-se nas cortes do novo estatuto real dado por Christina, de rivalidar o decreto de 4 de janeiro, em que a mesma Christina baniu o senhor D. Carlos. O infante D. Sebastião, não querendo reconhecer a nova ordem de cousas, que offendiam os seus direitos ao throno, tomou o partido de seu tio D. Carlos, retirando-se para Italia. Na Catalunha foi aprisionado e fusilado o general carlista Romagosa. A senhora infanta de Portugal D. Maria Francisca, esposa do senhor D. Carlos, falleceu em Londres a 4 de setembro. N'este mesmo dia chegava a Roma (depois de ter visitado Genova, Florença, Parma, Milão &c.) o senhor D. Miguel de Bragança, acompanhado do honradissimo marquez de Lavradio, e d'outros individuos que lhe faziam a corte. O santo padre Gregorio XVI, de santa memoria, recebeu o senhor D. Miguel com todas as honras devidas a testa coroada. Este recebimento não agradou aos governos signatarios da quadrupla alliança, e o ministro de Luiz Filippe, em Roma, lá representou, mostrando o quanto o seu governo se havia offendido pela maneira como a corte pontificia recebêra o principe portuguez; porém Gregorio XVI não lhe deu ouvidos, e continuou nas suas attenções para com o senhor D. Miguel, tratando-o como rei, e mandou prestacional-o mensalmente com uma grossa quantia para poder viver em Roma como era devido ao seu alto nascimento.

Na camara dos deputados, em sessão de 10 de setembro, appresentou o deputado Ferreira de Castro um projecto de lei para que quem serviu o senhor D. Miguel I não podesse servir a senhora D. Maria II. Este

illustre deputado com o seu *intoleravel* patriotismo, não aguardando conveniencias offendeu grandemente aos neophytos e cathecumenos que, abrazados no santo zêlo da nova religião, não queriam que lhe fosse lembrado o erro em que por tanto tempo estiveram, e onde foram tão estrenuos apostolos. N'esta sessão e nas seguintes se appresentou á camara o conhecer da validade da eleição do coronel Pizarro para poder tomar assento como deputado pelo Douro. O partido ministerial argumentava contra a illegibilidade de Pizarro, com o processo instaurado contra o deputado eleito, e que, visto estar pronunciado, não podia ser votado, ou validar-lhe a eleição. A opposição queria que Pizarro se defendesse á barra da camara, porém venceu-se que não. No dia 10 e 11 continuou esta acalorada discussão. O governo mandou uma força de cavallaria para o largo das cortes, o que deu occasião a contestações entre alguns deputados e os ministros, sendo a final retirada a tropa ali extraordinariamente postada, e a Pizarro negada a entrada na camara por não grande maioria. Havia esta tempestade na camara dos deputados para admittir, ou não admittir na camara o homem liberal que ousou escrever contra o senhor D. Pedro, em quanto que na camara dos pares outra discussão havia para não serem admittidos, ou serem admittidos alguns nobres que officialmente reconheceram rei legitimo ao senhor D. Miguel. A camara dos pares em 1828 seguiu na sua quasi totalidade a causa do senhor D. Miguel, não só assignando um requerimento em casa do duque de Lafões, no dia 25 de abril d'aquelle anno, em que pediam ao augusto principe se declarasse rei, porque o reino incontestavelmente lhe pertencia, como assignando depois o auto da acclamação do

Tres Estados do Reino, em que reconheceram rei legítimo d'estes reinos ao senhor D. Miguel. Os pares que assim desprezaram a carta do senhor D. Pedro, e a sua posição de par, foram pelo mesmo senhor D. Pedro excluidos da camara por um decreto da dictadura; porém é certo que nenhum dos pares signatarios do requerimento ou do auto de 1828 se appresentou em 1834 a tomar assento na camara, á excepção do conde de Paraty, que sendo um dos signatarios da casa do duque de Lafões, reformou depois as suas opiniões. O pequeno número de individuos de que constava a camara alta fez com que o regente nomeasse por sua carta regia do 1.° de setembro novos pares, contando-se entre estes o conde de Sampaio Antonio, o de Penafiel, o de Porto Santo, e o de Farrobo, que todos fizeram parte dos Tres Estados; e os tres ultimos ainda mais haviam assignado o requerimento de 25 de abril. O conde da Taipa e outros pares da opposição se oppunham á entrada na camara dos quatro pares Sampaio, Penafiel, Porto Santo, e Farrobo; porém foram vencidos pelo partido ministerial, que os defendia allegando os serviços que alguns dos agraciados já haviam prestado. A 13 concluiram as camaras os debates sobre o casamento da rainha, decidindo-se que podesse casar com principe estrangeiro, e da escolha do senhor D. Pedro, a quem esta deliberação foi logo officialmente communicada. Para esta decisão empregaram alguns oradores o exemplo das cortes de Leiria de 1376, que diziam dispensaram a princeza Beatriz, filha d'el-rei D. Fernando I, para poder casar com principe estrangeiro, e o das cortes de Lisboa, que em 11 de dezembro de 1679 concederam que a princeza D. Isabel, filha e herdeira d'el-rei D. Pedro II, podesse ca-

sar com um principe saboiano. O caso de D. Beatriz é muito contestado; mas mesmo concedendo a veracidade de tal licença, nós vimos que ella serviu para lançar o reino nos horrores da guerra civil, fazendo com que a nação tivesse de repellir os filhos espurios e os estrangeiros, vencendo-os nos Atoleiros, Trancoso, Aljubarrota, e Valverde, e que pela decisão das cortes de Coimbra em 5 de abril de 1385 foi levantada uma dynastia nacional na pessoa do Mestre de Avis, que era um filho natural, mas que era um portuguez digno de reinar, como já havia mostrado durante a sua regencia, e evidentemente o continuou a mostrar no seu longo, e glorioso reinado. A senhora D. Beatriz tambem era uma grande senhora digna de reinar; mas os portuguezes não combatiam pessoas, porém as cousas. O segundo caso dado em D. Isabel pouca força dava para bom argumento na presente questão, aos propugnadores de tal licença. D. Pedro II foi o rei que abusou completamente da força da nação reunida em cortes, e podêmos dizer, que o primeiro rei absoluto em Portugal. Mas é innegavel que D. Pedro II era homem fino em politica, e elle bem presente tinha os acontecimentos de 1383 a 1385, que expelliram do throno a filha de Fernando I; e para obstar a que se désse um similhante conflicto, D. Pedro II, contra sua vontade, como é sabido pela historia, passou a segundas nupcias com Maria Isabel, princeza do Rheno, unicamente para obter filho varão, que pozesse a successão do reino a coberto da guerra civil. A princeza Isabel, apesar de deliberação das cortes, e de estar já com os seus vinte e um annos, a sua morte acontecida em 21 de outubro de 1690, veiu achal-a no estado de celibato, e el-rei já n'esse tempo tinha assegurado á successão do reino

com filhos varões que lhe deu sua segunda mulher, arredando assim a guerra civil provavel, que poderia haver no reino, se sua filha, sendo unica herdeira, tivesse casado com um estrangeiro contra o espirito público do reino, ainda mais que contra o disposto nas cortes de Lamego. E tambem a lei de Lamego não diz que case com principe, mas sim que no caso que não haja no reino principe para casar com a filha do senhor rei, quando esta seja herdeira, que seja escolhido um dos nobres do reino mais qualificado &c.

O conde da Louzã D. Diogo havia sido prêso quando recolhia a sua casa no mez de maio, e sendo conduzido a Lisboa, foi mettido no castello. Havia o conde requerido a sua soltura, porque a sua detenção na cadeia era uma violação da convenção e amnistia de 27 de maio. O conde era par do reino desde 1826, e apesar de que o senhor D. Pedro havia excluido os pares que reconhèceram rei ao senhor D. Miguel, todavia esta exclusão, segundo a propria carta, não tinha forças em direito, pois que os pares só podem ser excluidos da camara por uma decisão especial da mesma camara constituida em tribunal de justiça. Nada se havia feito para dar uma tal legalidade á expulsão, e portanto os pares estavam fóra do uso do seu direito, mas não do direito incontestavel de tomarem assento, ou pelo menos dos seus crimes pessoaes serem julgados pela camara. Suscitou-se n'esta o facto da retenção do conde de Louzã, e o par (novo) Pico do Celeiro sustentou a validade da exclusão dos pares em questão; porém o conde de Lumiares se lhe oppoz argumentando com o direito da camara, e que os pares eram pares em quanto a mesma camara não désse uma sentença que lhes negasse ali a entrada &c.; todavia, apesar

d'estes bons argumentos, a camara não quiz tomar conhecimento da violencia que o governo praticava com o conde da Louzã, que era um par. Outras muitas violencias e mortes se praticavam pelo reino. Lamentavel o espetaculo nas ruas de Beja, onde foram assassinados com o maior sangue frio dezoito presos politicos. Lamentaveis outros muitos, que não queremos narrar, porque o nosso coração o repugna.

O senhor D. Pedro estava como morto, e a sua molestia tinha tomado tal intensidade, que elle ha tempos só era nominalmente regente; os seus ministros eram quem tudo faziam. Em 18 de setembro receberam as camaras a despedida official de sua magestade imperial, em que dizia, que tendo recebido no dia antecedente os sacramentos como filho da Igreja, e não podendo, pelo seu máo estado de saude, continuar na regencia do reino, houvessem as camaras de ordenar o que melhor lhes parecesse, que elle ficava fazendo votos ao Ceo pela felicidade pública. As camaras ficaram em sessão premanente para dar as providencias que o caso exigia. Houve ainda quem se lembrasse da senhora infanta D. Isabel Maria para a regencia do reino durante a menoridade da rainha; porém esta proposta feita por Trigoso na camara dos pares só teve seis votos. Na camara dos deputados nem em tal se fallou, e foram todos unanimemente de accôrdo em declarar a rainha maior, o que teve logar na mesma sessão de 18 de setembro de 1834.

A senhora D. Maria II, 30.º Rei.

(1834) Estamos entrados na epocha em que a actual soberana tomou as redeas do governo do reino, e tem

sido ella uma epocha farta de acontecimentos, que não analysaremos, e apenas apontaremos alguns dos factos mais salientes que decorreram.

Declarada maior a rainha, a senhora D. Maria II, assignou o seu primeiro decreto em 19 de setembro annuindo á deliberação tomada pelas cortes no dia antecedente. A 20 prestou o seu juramento na conformidade do artigo 76 da carta constitucional, e com as formalidades do estilo, no palacio das cortes. A 24 morreu o senhor D. Pedro, estando no palacio de Queluz. A 28 celebrou-se o seu enterro, sendo conduzido o seu cadaver ao jazigo de S. Vicente, e depois o seu coração transportado para a cidade do Porto, para ser depositado na real capella da Lapa. Em o 1.° de dezembro celebram-se os desposorios da senhora D. Maria II com o principe Augusto de Luctemberg. Lei de 19 de dezembro, em que é exautorado o senhor D. Miguel, seus descendentes, e privados de seus bens, ficando elle, sua succession, ou os que pegarem em armas a seu favor, sujeitos á pena de ser fusilados dentro em vinte e quatro horas sem dependencia de tribunal superior!!!

(1835) Prepara-se uma divisão auxiliar de seis mil homens para ás ordens do barão das Antas ir soccorrer Christina contra os carlistas. A 25 de janeiro chega a Lisboa o principe D. Augusto, e celebram-se as bençãos matrimoniaes com a senhora D. Maria II. Sua alteza real foi nomeado marechal general. A 28 de março morre o principe Augusto. Em Hespanha zombava Zumalacarregui de todas as forças que a quadrupla alliança mandava sobre elle. Em junho estava o illustre guerreiro sitiando a praça de Bilbáo; n'um dos ataques foi ferido, e não sendo a ferida de grande considera-

ção a principio, o desprêso que d'ella fez o general lhe deu a morte, porque de repente appareceu com um caracter tão serio e perigoso, que lhe resultou a morte. O senhor D. Carlos fez todas as honras a Zumalacarregui, elevando-o a grande de Hespanha de 1.ª classe, capitão general, conde de Zumalacarregui, duque da Victoria &c. &c.

(1836) No 1.º de janeiro celebrou a senhora D. Maria II o seu segundo consorcio com o principe o senhor D. Fernando de Saxe Cobourgo Gotha. Sua alteza real chega a Lisboa a 8, e a 9 teve logar a ratificação do consorcio com sua magestade. O principe foi nomeado marechal general. O senhor D. Fernando vai á cidade do Porto, onde chega a 7 de julho, e a sua volta a Lisboa teve logar por terra, chegando á capital no dia 27. A 9 e 10 de setembro teve logar a revolução de Lisboa feita pela guarda nacional, sendo destruida a carta constitucional, e substituida pela constituição de 23 de setembro de 1822. A rainha foi aos paços da camara municipal jurar a constituição. A 4 de novembro reacção para restabelecer a carta, tendo a rainha ido para o palacio de Belem. Agostinho José Freire (um dos ministros da carta) que para ali se dirigia foi morto á Pampulha, onde esteve exposto, e por escarneo, com uma tigela na barriga para receber esmola. Os inglezes chegaram a desembarcar tropas em Belem, porém a attitude da guarda nacional as fez embarcar, e ficarem todas as cousas segundo a revolução feita em setembro.

(1837) A 18 de janeiro teve logar a primeira sessão preparatoria das cortes constituintes, e a 26 do dito mez a sessão real da abertura. Revolta do batalhão 4.º de caçadores na villa da Ponte da Barca, acclamando

a carta. O barão de Leiria tomou o commando d'esta força, á qual se reuniram alguns voluntarios da rainha que estavam em Braga, e alguns soldados do 9 de infanteria. A 17 entrou esta força em Valença do Minho perseguida pelo barão de Almargem. Os marechaes Terceira e Saldanha saíram de Lisboa com alguns lanceiros, e reunindo a estes em Torres Novas o regimento de cavallaria n.º 4, marcharam sobre Castello Branco e Coimbra, até que, em 27 de agosto se encontraram com as forças do barão do Bomfim no Chão da Feira, junto á villa da Batalha, e ali se deu uma acção, em que os marechaes ficaram mal. Terceira e Saldanha se dirigiram novamente pela Beira Alta para se unirem ás forças de Valença; porém já a esse tempo a divisão do visconde das Antas tinha entrado em Trás-os-Montes abandonando precipitadamente a sua posição do Ebro, obrigado pelo general carlista Zariategui. Cousa de mil homens da divisão do Antas passaram para o lado dos cartistas logo que entraram em Portugal. A 16 de setembro nasce o principe real o senhor D. Pedro de Alcantara. A 18 se deu o combate de Ruivães, ganho por Antas sobre o barão de Leiria. A 19 assignou-se a convenção de Chaves entre Antas e os marechaes, saindo estes e outras notabilidades cartistas para fóra do reino.

(1838) A 9 e 13 de março revoltas democraticas em Lisboa. A 4 de abril jurou a rainha a constituição de 1838. Nova revolta no dia do Corpo de Deos. Foi dissolvida a guarda nacional. O Remechido, que no Algarve e no Alemtejo tinha levantado forças a favor do senhor D. Miguel, foi aprisionado e fusilado em Faro (2 de agosto). Nasce o senhor infante D. Luiz Filippe, em 31 de outubro.

(1839) Grandes desintelligencias e defecções no par-

tido setembrista, passando para o novo campo ordeiro. O general Maroto, commandante em chefe do exercito carlista nas Vascongadas, vende-se a Christina, entregando aquellas provincias, e uma parte consideravel do exercito carlista do norte. Este exercito possuido do panico que causou tão estrondosa traição, entra em França com o proprio senhor D. Carlos.

(1840) O general christino Espartero, depois de ter segurado as Vascongadas que lhe entregou Maroto, tinha avançado com todas as forças sobre Cabreira. O bravo conde de Morella recebeu a Espartero nas suas posições da Castella, Aragão, e Valença, fazendo estacar o general christino. Cabreira cáe gravemente doente com um typho. Espartero recorre a compras, e alcança algumas no Aragão, e na Catalunha *conseguindo* fazer assassinar o conde de Hespanha, general em chefe carlista no principado. Depois das cousas assim preparadas, Espartero avançou, e Cabreira n'uma liteira quasi ás portas da morte foi retirando até á Catalunha, e depois para França, onde ainda entrou com trinta mil homens perseguidos por perto de cem mil. Revolta-se em Castello Branco o regimento de infanteria n.º 6 com o fim de derribar o ministerio. Este regimento, não tendo apoio, foi retirando sobre a fronteira, e ali alguns soldados e sargentos assassinaram o seu coronel Miguel Augusto. Ao mesmo tempo havia em Lisboa motins (agosto) para proteger os movimentos que esperavam nas provincias. Espartero ameaça invadir Portugal por causa da navegação do Douro. N'esta crise se viu, que todos, sem excepção de partidos, estavam animados para rebater a audacia castelhana, e á porfia todos se preparavam &c.

(1841) O ministro da justiça Costa Cabral engros-

sava cada vez mais o seu partido, e se preparava occultamente para derribar a constituição.

(1842) Preparadas as cousas Costa Cabral vai ao Porto a pretexto de visitar seu pai, e ali faz uma revolução (27 de janeiro) para restabelecer a carta. Em Lisboa ha preparativos de resistencia. Cabral marcha com as tropas do norte sobre Lisboa; porém, quando chegava a Coimbra, houve em Lisboa a proclamação da carta no castello a 7 de fevereiro. Parecia que ia haver resistencia aos do castello, porém tudo se acabou com a restauração da carta em 10 do mesmo mez de fevereiro, promettendo a rainha na sua proclamação que a carta havia ser reformada. A 16 de março nasce o senhor infante D. João.

(1843) Nasce a senhora infanta D. Maria Anna em 21 de julho. A rainha faz uma viagem ao Alemtejo, no outono, e recolhe por Thomar a Lisboa.

(1844) Revolta da cavallaria 4, batalhão de caçadores n.º 1, e regimento de infanteria n.º 12. O conde do Bomfim se poz á testa da revolução, com o fim de reunir mais forças, e marchar sobre Lisboa a derrubar o ministerio; porém vendo-se sem mais apoio no exercito, retirou sobre Almeida, onde capitulou com o general barão da Fonte Nova em 28 de abril. Bomfim e a mais officialidade foram para Hespanha. Costa Cabral foi elevado a conde de Thomar.

(1845) Nascimento da senhora infanta D. Antonia em 17 de fevereiro. O seu baptisado fez-se na Igreja de Belem com grande pompa.

(1846) O povo, acabrunhado com tantos impostos, e desgostoso pelas novas leis de contribuição directa, e da saude, revolta-se no Minho (março). A revolução começou por causa de um enterro dentro d'uma

igreja. De Guimarães foi mandada tropa para obrigar a que o enterro se fizesse fóra da igreja, travando-se conflicto, em que a tropa retrocedeu. Foi mais reforço de tropa, e o povo tocou a rebate na Povoa de Lanhoso, e este toque foi-se generalisando a toda a provincia, e os conflictos entre a tropa e o povo appareciam já por todas as terras. O povo gritava abaixo os cabraes, abaixo os impostos, vivam as leis do senhor D. João VI, viva o senhor D. Miguel, os nossos capitães mores &c. &c. Era uma revolução espontanea e popular, que não tinha chefes. O governo manda mais tropas de Lisboa e d'outros pontos sobre o Minho, e nas cortes appresentaram leis para reprimir a revolução fusilando o povo que se encontrasse com armas na mão &c. Estas leis foram approvadas pelas duas camaras, votando por ellas até ecclesiasticos de alta gerarchia, dizendo que a segurança do estado assim o exigia. O ministro da justiça José Cabral foi para o Porto como logar tenente da rainha. As leis de repressão de nada valeram. José Cabral em pouco tempo teve que fugir, apupado pela revolução que triunfava por todas as provincias do norte. Os realistas parece que deviam ter aproveitado esta revolução para o seu partido; porém foi notavel que nenhum homem de importancia d'aquelle partido saísse a dirigir o movimento insurreccional. Saíram os setembristas, que já muito tarde o aproveitaram fazendo muitas promessas ao povo &c. A revolução, como o relampago, entrou em Lisboa em 21 de maio, onde houve grandes tumultos, conflictos entre a tropa e o povo, de que resultou a morte de muitos dos ultimos, sendo tambem assassinados ou feridos pela tropa alguns cidadãos inermes, que achando-se fóra de sua casa antes de apparecer o movimen-

to, recolhiam pacificamente ao seio de suas familias. Os cabraes fugiram para fóra do reino. O duque de Palmella foi chamado para organisar o ministerio. Palmella estava n'este tempo com os setembristas. Estes alcançaram por um acaso o que não poderam obter n'uns poucos d'annos, fazendo umas poucas de revoluções. O regimento n.º 16, que tinha ido para o Minho com José Cabral, foi apedrejado em Lisboa quando recolheu á capital. A 23 de julho nasce o senhor infante D. Fernando. O povo do Minho continuava em grande parte insurgido, contra o governo, e acclamando o senhor D. Miguel. O conde das Antas foi mandado com tropas para apaziguar o Minho. A 6 de outubro a corte fez uma reacção contra o governo existente, e conseguiu derrubal-o, apparecendo na madrugada do dia 7 toda a guarnição da capital em armas, com os dois marechaes á frente, organisado novo ministerio &c. A rainha proclamou. O duque da Terceira foi para o Porto como logar tenente da rainha; porém quando o vapor lá chegou, já na cidade tinham recebido a noticia telegraphica dos acontecimentos de Lisboa. José Passos dirigiu o movimento insurreccional no Porto contra o duque, que foi prêso com quasi todos os que o acompanhavam, e mettidos no castello da Foz, e mais tarde passados para a cadeia da Relação. Organisou-se no Porto uma junta provisoria e suprema, de que tomou a presidencia o conde das Antas, que estando no Minho para apaziguar os realistas, veiu para o Porto para tomar o commando do exercito da junta, e a presidencia do governo. Antas marchou sobre Lisboa, deixando o Minho e Trás-os-Montes. Os realistas do Minho continuaram a trabalhar por sua conta, e já tinham á sua frente o brigadeiro Bernardino Coelho de Mou-

ra, e alguns outros officiaes. Muitos realistas serviam nas bandeiras da junta do Porto. Mackdonald appareceu no Minho, e tomou o commando dos realistas, estabelecendo o seu quartel general em Braga, onde se começaram a organisar lentamente. O barão do Casal, general da rainha no Minho, marchou sobre o Porto; porém Sá da Bandeira, general da junta, saíu com uma força superior sobre Casal, obrigando-o a retirar sobre Trás-os-Montes. O Algarve tambem tomou o partido do Porto, e as tropas d'ali, marchando para o Alemtejo ás ordens do brigadeiro Celestino, foram derrotadas pelo general da rainha, Schwalbak, em Vianna do Alemtejo (novembro). Saldanha havia saído de Lisboa, já feito duque: seguiu o marechal direito a Antas, que tomou posições em Santarem, *tomando-as* Saldanha no Cartaxo. Sá da Bandeira atacou Casal em Val-de-Passos, porém desertando-lhe os regimentos de infanteria n.° 3, e 15, que passaram para Casal, teve Sá da Bandeira de retirar para o Porto. O general realista Guedes tomou o serviço da junta do Porto, outros officiaes seguiram este exemplo. Casal assim reforçado avança sobre o Porto, mas não havendo dentro a revolução que elle esperava, levanta campo, e vai sobre Braga. Os realistas estavam mal organisados, porque Mackdonald não tratava da sua organisação seriamente, chegando até a mandar para casa os soldados que se lhe appresentavam com o fim de defender a causa do senhor D. Miguel, dizendo-lhes que quando fossem precisos os chamaria. Braga foi atacada por Casal entrando n'aquella cidade (20 de dezembro), onde as suas tropas commetteram atrocidades. Os realistas retiraram sobre Guimarães, e ali estabeleceram o seu centro de acção. De Santarem saíu uma divisão ás or-

dens do conde do Bomfim, avançando pelo flanco esquerdo de Saldanha sobre Lisboa; porém Saldanha o seguiu, e em Torres Vedras o derrotou e aprisionou, e a toda a divisão. Antas, que estava com a outra divisão a tres legoas de distancia do Bomfim, não soccorreu este general. Antas retirou sobre o Porto, e Saldanha o foi seguindo muito de vagar.

(1847) A junta do Porto vendo-se perdida pela serie de desastres soffridos em Vianna do Alemtejo, em Val-de-Passos, e em Torres Vedras, chamou os realistas em seu auxilio, com os postos que tinham recebido do senhor D. Miguel. O general realista Guedes serviu muito para este passo. A junta de repente se viu reforçada com grande número de batalhões, que como por encanto appareciam. O general Povoas proclama na Beira, e vai para o Porto com grande auxilio moral e material a favor da junta. O senhor D. Miguel, que ainda se conservava em Roma, sáe d'aquella cidade para Londres, talvez com o intuito de passar ao norte de Portugal. O general Mackdonald foi morto por traição n'uma digressão que fez para o lado de Villa Real. As tropas d'este general, com Bernardino e outros chefes, seguindo o exemplo de Povoas e Guedes, se unem á junta do Porto. Esta se achava forte como uma nação, e dava bastante cuidado o estado de Portugal aos signatarios da quadrupla alliança. A junta dispunha de uma esquadrilha de vapores superior á do governo da rainha, e mais tarde obteve tambem uma corveta de guerra que desertou para o Porto. Com taes meios de transporte a junta reforçou as suas tropas no sul com uma divisão que para ali mandou ás ordens do general Sá da Bandeira. Este general foi desembarcar ao Algarve, e d'ali marchou para o Alemtejo a fazer jun-

ção com as forças d'Evora, de que era commandante em chefe o conde de Mello. Sá da Bandeira chegou a Setubal, e ali fez alto, e reuniu uma força respeitavel. Saldanha não passava além de Oliveira d'Azemeis, não se vendo nas operações dos generaes da rainha cousa que pozesse em perigo a existencia da junta do Porto. A 29 de abril se fez uma revolução em Lisboa, soltando os presos do limoeiro, porém foi suffocado este movimento. O general conde de Vinhaes foi com forças sobre Setubal, e no dia 1.° de maio se deu no Alto do Viso um combate. O general Almargem conseguiu que as tropas da rainha, que se conservavam encerradas no castello de Vianna do Minho, o abandonassem de noite (maio), porém foram aprisionados perto de trezentos soldados e officiaes quando se evadiam para Valença, que Almargem foi cercar. As tropas da junta appresentavam uma apparencia brilhante. O general Povoas occupava a Regoa, e Guedes, e Bernardino limparam a provincia de Tras-os-Montes, batendo Bernardino ao barão de Vinhaes em Mirandella, obrigando-o a entrar em Hespanha. Assim desembaraçada a provincia de Tras-os-Montes, Casal obrigado à passar o Douro, e a reconcentrar-se em Castro Daire, Povoas occupou Lamogo. Guedes e Bernardino entram no Porto. A quadrupla alliança preparava-se para invadir Portugal para desarmar as tropas da junta. Bernardino com a sua divisão occupou Villa Nova de Gaia, e Guedes ficou com o commando no Porto em quanto o conde das Antas saía do Porto com uma brilhante expedição que fez embarcar para com ella saltar n'um dos pontos do sul. A 31 pelas cinco horas da manhã levantava ferro defronte da barra do Porto a esquadra da junta, porém foi tudo aprisionado pela esquadra in-

gleza, e alguns navios francezes e hespanhoes. Os inglezes conduziram as tropas prisioneiras e esquadra para o Tejo, sendo os navios entregues ao governo da rainha, e os prisioneiros mettidos na Torre de S. Julião. O exercito hespanhol em força de vinte e cinco mil homens ás ordens do general Concha, entrou pelo Minho e por Trás-os-Montes avançando sobre o Porto, e foi então que Saldanha se moveu até Villa Nova, onde o general Bernardino o recebeu com um vivo fogo. Sá da Bandeira abandonou os seus soldados, e estes dispersaram-se cada um para onde pôde, chegando ainda alguns ao Algarve. A junta do Porto fez com os hespanhoes uma convenção para a entrega da cidade, e cousas da junta, e esta convenção foi assignada em Gramido pelo general Cesar de Vasconcellos, e Concha. Os hespanhoes entraram então no Porto, e depois Saldanha. O exercito da junta foi desarmado e dissolvido, e muitos soldados foram assassinados no transito para seus lares. As tropas prisioneiras em S. Julião foram pouco a pouco entregues ao governo da rainha, ficando ali só os officiaes, que em virtude do tractado de Gramido e da quadrupla alliança foram todos soltos no dia 7, e 9 de julho, fazendo-se o mesmo aos presos politicos que em grande número enchiam as cadeias de Lisboa. No Porto tambem foi solto o duque da Terceira e todos os presos politicos, um ou dois dias antes da entrada dos hespanhoes. Assim acabou a guerra chamada da Maria da Fonte, por ter origem a questão de enterramento, com uma mulher assim chamada. Nasceu o senhor infante D. Augusto a 4 de novembro.

(1848) Revolução popular em París (18 de fevereiro), em que foi derribado do throno o usurpador Luiz Filippe, apesar de ter todos os seus filhos com os com-

mandos dos exercitos, que subiam a quatro centos mil homens, e da esquadra, que era a terceira da Europa. Carlos x, em 1830, saíu de França com dignidade, ainda acompanhado até á fronteira por um grande exercito; Luiz Filippe fugiu ás apupadas. A Europa appresentou-se toda em agitação e revolução. A de Roma contra o santo padre Pio ix teve logar em novembro, começando pelo assassinato do conde de Rossi. Sua Santidade fugiu para os estados de Napoles, até que foi restabelecida a sua auctoridade.

(1849) O conde de Thomar entrou novamente para o ministerio por influencia do duque de Saldanha, que declarou nas cortes, que antes queria todos os cabraes na camara dos deputados, do que um só dos da junta do Porto. A náo Vasco da Gama é muito *damnificada* pelo temporal no Rio de Janeiro; porém os portuguezes ali prestam grandes sommas para o seu reparo (maio). O rei de Sardanha foge da derrota de Novara, e vem ter ao Porto, onde morre em julho, sendo pouco depois o seu cadaver transportado para Genova. Os chins assassinam o governador de Macáo, Amaral (22 de agosto). Grandes accusações contra o conde de Thomar.

(1850) O duque de Saldanha é demittido do cargo de mordomo mór da casa real (fevereiro). O duque pede então a demissão de todos os cargos de commissão, por não querer servir com o conde de Thomar. O governo appresenta um projecto de repressão da imprensa. Milhares de individuos de todos os partidos encheram as columnas dos jornaes protestando contra esta violencia da liberdade do pensamento; todavia o projecto mezes depois foi lei.

No anno antecedente, algumas senhoras haviam or-

ganisado uma commissão com o fim de promover annualmente um baile, para com o producto dos bilhetes da entrada soccorrer os officiaes desvalidos pela convenção de Evora Monte, ou as viuvas dos que já eram fallecidos. Uma outra commissão organisaram para receber um subsidio alimenticio para o senhor D. Miguel de Bragança. Como auxiliares d'esta commissão, alguns cavalheiros organisaram outras, porém o governo as mandou intimar para se dissolverem (março), e não continuarem a promover e receber os subsidios; todavia as senhoras, apesar d'esta violencia, continuaram a receber as quantias com que qualquer pessoa quizesse concorrer, para que a nação portugueza não passasse mais pela vergonha de dar o espectaculo ás nações, de deixar morrer de fome, n'um paiz estranho, a um principe portuguez, filho do nosso bom rei o senhor D. João VI. Estes acontecimentos chegaram ao conhecimento do senhor D. Miguel, e o principe do seu exilio de Inglaterra escreveu as seguintes cartas ás senhoras da commissão, e a um jornal portuguez. As senhoras enviaram a carta do senhor D. Miguel aos redactores da Nação, com a seguinte carta:

Srs. Redactores.

Rogâmos a vv. se sirvam publicar no seu acreditado jornal a inclusa carta do Senhor D. Miguel de Bragança, que tivemos a honra de receber pelo paquete ultimamente chegado.

Aproveitâmos esta occasião de assegurar a vv. que somos com muita consideração

De vv.

Muito attentas veneradoras

Lisboa 5 de maio de 1850.

Condessa de Pombeiro.
D. Maria Carlota de Lima Bofado d'Almeida.
D. Anna da Cunha Mendonça e Menezes.
D. Maria Rita Corrêa de Sá.

« Eu sería tido por ingrato, se deixasse de agradecer-vos, Senhoras, que compozestes a Commissão central em Lisboa, com o fim de promover em Portugal, e a meu favor, uma subscripção alimenticia, e por isso cumpro n'esta occasião o dever, de vos dar uma prova do meu reconhecimento, pela vossa muito nobre e bondosa lembrança; agradecer-vos, e aos cavalheiros, que vos ajudaram, os trabalhos a que vos déstes, para mitigar a penosa situação, a que em terra estranha me reduziu a injusta espoliação de toda a minha propriedade, de que ha dezeseis annos estou privado.

Na certeza que apreciareis este meu especial testimunho de gratidão, se por isso o quizerdes publicar, muito folgarei que o mundo inteiro possa avaliar as vos-

sas virtudes, e que, ao sentimento da charidade, junctaes o heroismo proprio de Senhoras Portuguezas.

Faço votos ao Ceo para que recompense as vossas nobres qualidades.

Sou vosso muito affectuoso

D. Miguel de Bragança. »

Bexhill em 18 d'abril de 1850.

Na outra carta dirigida ao jornal a Nação expressa-se assim:

« *Senhores Redactores da Nação.*

« É pela primeira vez que dirijo uma communicação ao vosso jornal, mas, n'este momento, é um dever meu.

Na terra do exilio, espoliado de toda a minha propriedade, e (honro-me de o dizer) pobre, porque, nos cinco annos do meu governo, não houve em mim nunca o pensamento egoista e desnacional, de enthesourar, prevenindo o desterro, que a força me impoz, e *mais* tarde achou meios de aggravar, tenho sido ha tempos, parcamente sustentado só pelo tributo da leal affeição de Portuguezes, que, do pouco que lhes resta, muito espontaneamente repartem comigo.

Sei agora, porém, que o governo existente em Portugal estorva, por medidas ameaçadoras, os trabalhos d'aquelles que tão nobremente promoviam a subscripção destinada á minha indispensavel subsistencia. Declaro, pois, em testimunho de gratidão aos meus fieis amigos, que antes soffrerei a ultima miseria, e que o mundo a veja, do que servir de pretexto a qualquer perseguição, que possa augmentar o número das vi-

etimas da lealdade; declarando tambem que, se entra em cálculo forçar-me pela indigencia a qualquer acto incompativel com a minha dignidade e honra, o cálculo é sem fundamento, porque, entregando-me nas mãos da Providencia Divina, me conservarei fiel aos meus deveres.

Por esta occasião, como portuguez, vos significo a satisfação com que tenho visto o modo verdadeiramente nacional, por que haveis defendido os interesses da nossa cara patria.

Sou vosso affeiçoado

D. Miguel de Bragança. »

Bexhill, em 18 d'abril de 1850.

As cartas do principe levantaram grande polemica entre a imprensa. A do governo vomitou imprecações contra o real exilado. Alguns jornaes porém houve que registraram as cartas com a devida consideração. O Patriota disse muito em duas palavras — ahi tem as cartas, senhores, respondam, se é que tem resposta a dar. A Revolução de Setembro, depois de transcrever as cartas, escreveu um artigo contra o acto illegal do governo, e no qual se lê « São cousas d'este mundo! O que foi rei, escreve hoje artigos para os jornaes, e, devemos confessal-o, faz melhor uso da penna, que do sceptro (é um adversario do senhor D. Miguel que falla); é maior no exilio, que sobre o throno &c. &c.» O Ecco Popular, jornal do Porto, escrevendo sobre o mesmo assumpto, disse « Folgâmos de registrar este documento, que sobre maneira honra o principe e degrada &c. &c. »

Morre em 12 de outubro (ás 5 horas da tarde) o duque de Palmella, tão célebre na diplomacia portugueza.

(1851) O marechal Saldanha prepara uma revolução para derribar o conde de Thomar. A 7 de abril saíu o marechal de Lisboa, e foi a Mafra para levar comsigo o regimento de infanteria n.º 7, porém não pôde conseguir senão levar alguns soldados. O batalhão 1.º de caçadores, estacionado em Setubal, seguiu o marechal, assim como o 5.º de caçadores que estava de quartel em Leiria. O governo manda forças sobre Saldanha, e este, sem alcançar augmentar o número dos seus soldados, manobra sempre evitando qualquer encontro com as tropas que o perseguiam. O commandante em chefe do exercito (o senhor D. Fernando) avançou de Santarem para Coimbra, e ali estabeleceu o seu quartel general. Saldanha, sem nada poder fazer, abandona na Beira Alta os dois batalhões que partilhavam os riscos da revolução. O marechal entrava em Lobios (Galliza) no momento em que José Passos fazia rebentar a revolta no Porto. Esta foi feita pelo batalhão de caçadores n.º 9, e infanteria n.º 2, sendo morto o bravo coronel Cardoso do 2.º de infanteria no momento em que, agarrando as bandeiras do seu regimento, não as queria deixar levar aos soldados revoltados. O conde do Casal, general no Porto, quiz com o resto da guarnição obstar á revolução; porém, vendo-se desamparado, fugiu (24 de abril), e a revolução triunfou no Porto. Os dois batalhões n.º 1 e 5 marcharam logo a procurar o abrigo d'aquella cidade, e Saldanha, a quem se mandou communicar este, já inesperado acontecimento, correu sem demora para o Porto. Esta noticia fez logo grande impressão no exercito, pelo credito que n'elle tem o marechal Salda-

nha, e as tropas que em Coimbra estavam com o rei o senhor D. Fernando II, ficaram em grande alarme. O general barão de Mesquita com os regimentos de lanceiros da rainha, de granadeiros da rainha, de infanteria n.° 1, e uma companhia de 16 desertou para o marechal Saldanha, desamparando o seu rei, e seu commandante em chefe. O senhor D. Fernando retirou para Lisboa com o resto das tropas que lhe ficaram fieis. O conde de Thomar fugiu pela segunda vez. No Porto chamou-se regeneração á revolução, e assim ficou chrismada. O marechal começou do Porto a dictar a lei para Lisboa, d'onde mandaram os navios de guerra e vapores buscal-o e ás suas tropas, com as quaes entrou triunfante em Lisboa no dia 13 de maio. A tropa foi passar em continencia por defronte do paço. A rainha soffreu desgostos no theatro de S. Carlos. O governo em dictadura expede uma immensidade de decretos. Exposição universal de Londres, em que muitos productos da nossa industria foram premiados. Muitos portuguezes foram n'esta occasião a Londres, e ali tiveram a honra de fallar ao senhor D. Miguel, mesmo os seus adversarios politicos, entrando n'este número o conde de Thomar (Costa Cabral). O senhor D. Miguel parte para a Allemanha para casar com a senhora princeza Adelaide de Loewenstein, e o seu consorcio teve logar a 25 de setembro, no palacio de Heubach junto a Francfort sobre o Meno. O principe viu-se n'esta occasião cercado de portuguezes, que foram assistir a tão solemne acto. O nosso sabio e apostolo padre José de Souza Tavares (Sacra Familia) deixou o seu rebanho de Witham (Inglaterra) para ir estar junto á real pessoa do senhor D. Miguel, e instruir a senhora princeza Adelaide nas cousas portuguezas.

(1852) Um padre republicano tenta contra a vida da rainha de Hespanha (2 de fevereiro). Naufragio do vapor Porto na foz do Douro (29 de março): morreram sessenta pessoas. A rainha, o rei, o principe, e o senhor infante D. Luiz visitam o Minho (abril e maio). Morre o conde das Antas em 20 de maio.

O senhor D. Miguel publíca em Langenselbold, a 18 de junho, um novo protesto contra a violencia da quadrupla alliança, e artigos addicionaes de 18 de agosto de 1834, que o obrigaram, o primeiro a abandonar a patria, e ambos a permanecer fóra d'ella. Que pelo protesto de 18 de junho ratificava a sua proclamação de 22 de maio de 1834, e protesto feito em Genova a 20 de junho do mesmo anno. Que protestava finalmente contra a violencia que compelle a que seus filhos nasçam em paiz estrangeiro.

Publica-se o acto addicional á carta constitucional, em 5 de julho. A 8 foi o principe real jurar a carta perante as cortes. A 17 foi a rainha e a corte lançar a pedra angular no monumento que na praça de D. Pedro (Rocio) se alevanta ao mesmo senhor D. Pedro.

Nascimento da senhora princeza D. Maria das Neves, filha do senhor D. Miguel (5 de agosto). A 8 foi baptisada a princeza pelo bispo de Wurtzburg, no palacio de Heubach, com grande solemnidade. A agua era portugueza, levada de Guimarães da mesma fonte que a brotou para o baptismo do senhor rei D. Affonso Henriques. Foram padrinhos o principe Carlos de Loewenstein, e sua alteza real a senhora infanta D. Isabel Maria, por quem tocou sua alteza a princeza Sophia de Izembourg. O senhor D. Miguel viu-se ainda n'esta occasião cercado de muitos portuguezes que foram a Allemanha para terem a honra de assistirem a tão so-

lemne acto. O marquez de Lavradio foi quem levou a princeza nos braços no acto solemne. A 10 partiu o marquez para Portugal com o marquez de Penalva; conde d'Almada, e os outros portuguezes fidalgos, proprietarios, fabricantes, negociantes &c. que tinham ido a Heubach com aquelle unico fim.

Morte de lord Wellington em 14 de setembro. A 3 de setembro morre o general realista José Cardoso. A 7 de dezembro tambem morre o visconde de Molellos, outro general realista.

(1853) Morre na ilha da Madeira a senhora princeza D. Maria Amelia (4 de fevereiro). A virtuosa princeza havia para ali ido tomar ares para ver se podia restabelecer-se de uma tisica que havia adquirido. A 4 de abril morre na sua casa do Atalho (junto a Agueda) o honrado realista Rodrigo de Souza Tudella, célebre pela sua bravura na tomada de Villa Nova de Gaia em 8 de setembro de 1832, e depois pela capitulação de Castello de Vide com o general hespanhol Rodil, em 1834. A 7 de maio foi a rainha assistir á inauguração do caminho de ferro de Lisboa á fronteira de Hespanha. A 11 entrou a barra de Lisboa o vapor que conduzia sua magestade a imperatriz do Brazil D. Amelia, que acompanhava o cadaver de sua augusta filha a senhora princeza Maria Amelia. A 12 se fez o funeral da illustre finada, sendo conduzido o cadaver a S. Vicente de Fóra, e sua magestade imperial desembarcou recolhendo-se ao seu palacio.

ERRATAS PRINCIPAES.

Pag.	lin.	Erros.	Emendas.
150	25	José II	José I
196	10	Grão Pará	imperial
211	2 da nota 35	1833	1832
«	3 idem	Santarem	Lisboa
227	9	regencia	governo
240	29	os sete	os dez
246	27	dos sete	dos dez

ÓBRAS MODERNAS

Publicadas por Joaquim Lopes Carreira de Mello, Director do Collegio de Nossa Senhora da Conceição em Lisboa.

Compendio da Historia de Portugal desde os primeiros povoadores até nossos dias. 1 vol. 1853.

Resumo da Historia de portugal para uso dos alumnos das aulas de instrucção primaria (fica no prelo).

Compendio de Geographia para uso das escholas (fica no prelo).

Breve Tractado de Chorographia Portugueza Historica e Politica. 1.ª edição, 1 vol. 1850.

Compendio da Chorographia de Portugal e Dominios para uso dos alumnos das aulas de instrucção primaria, approvado por SUA MAGESTADE pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino sob consulta do *Conselho Superior d'Instrucção Publica*. 2.ª edição, 1 vol. 1853.

Compendio de Civilidade, Religiosa e Moral, para uso dos alumnos das escholas de instrucção primaria, approvado por SUA MAGESTADE pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino sob consulta do *Conselho Superior d'Instrucção Publica*. 2.ª edição, 1 vol. 1852 (fica no prelo a 3.ª edição).

Compendio de Doutrina Christã, Dogmatica e Moral, para uso dos alumnos das aulas de instrucção primaria, approvado por SUA MAGESTADE pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino sob consulta do *Conselho Superior d'Instrucção Publica*. 1.ª edição, 1 vol. 1852 (fica no prelo a 2.ª edição).

Vendem-se em casa dos srs. Bertrands ao Chiado n.º 45 (aos Martyres); na rua Augusta n.º 8, loja do sr. Lavado; na do sr. Pereira, na mesma rua n.º 188; e nas mais do costume. No Porto, rua das Hortas n.º 144. Em Coimbra, em casa do sr. Orcel.